

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

CLAUDIA MARIA PRUDÊNCIO DE MERA

POPULAÇÃO RURAL NA REGIÃO DO ALTO JACUÍ/RS: ANÁLISE SOB
A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

Porto Alegre

2011

CLAUDIA MARIA PRUDÊNCIO DE MERA

**POPULAÇÃO RURAL NA REGIÃO DO ALTO JACUÍ/RS: ANÁLISE SOB
A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto

Série PGDR – Tese n°38

Porto Alegre

2011

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

M552p Mera, Claudia Maria Prudêncio de
População rural na Região do Alto Jacuí /RS : análise sob a perspectiva do desenvolvimento agrícola / Claudia Maria Prudêncio de Mera. – Porto Alegre, 2011.
263 f. : il.

Orientador: Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Neto.
(Série PGDR – Tese, n. 38).

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011.

1. Desenvolvimento regional : Vale do Jacuí, Região (RS). 2. Migração : Vale do Jacuí, Região (RS). I. Mielitz Neto, Carlos Guilherme Adalberto. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

CLAUDIA MARIA PRUDÊNCIO DE MERA

**POPULAÇÃO RURAL NA REGIÃO DO ALTO JACUÍ/RS: ANÁLISE SOB
A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 11 de agosto de 2011.

Prof. Dr. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto (Orientador)
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - UFRGS

Prof. Dr. Egon Roque Fröhlich
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - UFRGS

Prof. Dr. Ivaldo Gehlen
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - UFRGS

Prof^a. Dr^a. Suzimary Specht
Centro de Ciências Sociais Aplicadas - UNICRUZ

Prof^a. Dr^a. Rosani Marisa Spanevello
Centro de Educação Superior Norte - UFSM

Dedico esta tese à minha família, de modo especial ao meu esposo, meus filhos e minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Este é um momento muito aguardado por mim, talvez por que sinaliza que o doutoramento está se encaminhando para o final.

Gostaria de agradecer a compreensão e o apoio das pessoas que contribuíram para a realização de mais uma etapa na minha vida acadêmica e pessoal. Inicialmente, agradeço a presença de Deus em minha vida.

À minha família, principalmente ao meu esposo, sou grata porque sempre estive ao meu lado, desde o momento em que tive a pretensão de participar da seleção deste programa de doutoramento. Obrigada por acreditar, muitas vezes mais do que eu, que conseguiria, e também por ter dado suporte à nossa casa em minha ausência. Aos meus filhos, Guilherme e Gustavo, que compreenderam quando eu não estava ao seu lado, mesmo não entendendo muito bem o motivo, acreditem que poucas conquistas são realizadas sem sacrifícios. À minha mãe, que me ensinou a trilhar a vida com dignidade, agradeço as suas orações. Aos meus tios e prima de Gravataí, que me acolheram em sua casa como se estivesse na minha, nos dias em que precisava ficar em Porto Alegre. Enfim, sou grata a todos meus familiares, com quem pude compartilhar minhas angústias e medos. Amo muito vocês!

De modo especial, agradeço ao meu orientador, prof. Mielitz, que é para mim um exemplo de docente e de competência. Adorava suas aulas! Além das orientações, agradeço por ter permitido que no decorrer do doutoramento eu pudesse conciliar as minhas atividades diárias de docente na Universidade de Cruz Alta com a construção da tese. Tenho por ele grande admiração e respeito.

A todos os professores do PGDR que, através de seus conhecimentos e ensinamentos, do rigor científico e da diversidade de pensamentos, proporcionaram a transformação das minhas inquietações em pesquisa, ajudando-me a enxergar o mundo sob uma perspectiva diferente, sou muito grata. Aos professores Egon Roque Frohlich, Eduardo Ernesto Filippi e Ivaldo Gehlen, muito obrigada pelos seus valiosos ensinamentos, são docentes que tenho como exemplo. A vocês meu agradecimento e admiração. Agradeço, também, aos funcionários do PGDR.

Aos Segmentos Rurais da região do Alto Jacuí, entrevistados na pesquisa de campo, muito obrigada por, gentilmente, disponibilizarem seu tempo, experiências e conhecimentos. De modo especial, agradeço aos produtores rurais que fizeram parte da pesquisa, sobretudo àqueles que, mesmo não estando mais no meio rural, trazem consigo a experiência de uma vida que ficou para trás e a esperança de um recomeço.

Aos meus colegas, doutorandos e mestrandos da turma de 2007, agradeço por sempre estarem prontos a dividir alegrias, angústias, preocupações e conhecimentos. Agradecimento especial a Regina, uma amiga que me acolheu em sua casa; a Tâmara, Gisele e ao Dilvan, que compartilharam o cansaço das viagens, a angústia e a responsabilidade com a conclusão deste curso.

Sou grata à Universidade de Cruz Alta que, na fase final do doutoramento, concedeu-me bolsa de 20 horas para que eu pudesse concluir o curso com mais tranquilidade. À Colega Suzimary Specht, obrigada pela sua amizade.

Acredito que o cansaço das longas viagens de ônibus até Porto Alegre após um dia ministrando aula em Cruz Alta, que as horas passadas na rodoviária, à espera do dia amanhecer para ir até a UFRGS, muitas vezes pensando “o que eu estou fazendo aqui?”, a ausência da família, serão superadas e recompensadas com uma nova etapa de vida acadêmica e pessoal, a partir da conclusão deste curso. O aprendizado, ao longo destes anos, resultou em crescimento pessoal e docente e, sobretudo, na vontade de aprender cada vez mais.

RESUMO

No intuito de estudar a temática da diminuição da população rural, objetivou-se nesta pesquisa analisar os fatores identificados com o modelo de desenvolvimento agrícola da região do Alto Jacuí/RS relacionados com a diminuição da população rural. Especificamente, pretendeu-se descrever os produtores rurais que abandonaram o mundo rural e a agricultura, contribuindo assim para a diminuição da população rural; analisar a situação socioeconômica e produtiva dos produtores rurais, antes e depois da migração do mundo rural; identificar e analisar quais fatores e de que forma, além da atividade produtiva agrícola, têm contribuído para a diminuição da população rural. O campo empírico do estudo foram os 14 municípios da região do Alto Jacuí, através do recorte espacial metodológico do COREDE Alto Jacuí. Através de amostragem por acessibilidade, foram realizadas 171 (cento e setenta e uma) entrevistas, abrangendo produtores que venderam ou arrendaram suas terras e migraram para a cidade, compradores ou arrendatários e Segmentos Rurais. A análise dos dados qualitativos foi realizada pelo método de análise de conteúdo, assim, a descrição dos dados da pesquisa apresentam extratos retirados diretamente das anotações originais. Por outro lado, alguns dados da pesquisa de campo foram tratados de forma quantitativa. Para sua análise utilizou-se as ferramentas da planilha eletrônica Excel. Os resultados da pesquisa indicam que esta região tem alcançado expressivo desenvolvimento agrícola e consequente desenvolvimento de outros setores econômicos. Por outro lado, este modelo não tem conseguido desenvolver o meio rural, pois não depende fundamentalmente da população rural para sua consolidação. A inviabilidade de pequenos produtores e consequente busca por melhores condições de vida no meio urbano, o investimento em aquisição de novas áreas devido à necessidade de economia de escala, a saída de jovens e de idosos aposentados para a cidade do seu município, parece transparecer um processo natural neste modelo de desenvolvimento, tendo como fio condutor o elevado preço da terra.

Palavras-chaves: População. Rural. Desenvolvimento. Migração.

ABSTRACT

In the intention to study the theme of the rural population decreasing, the goal it aims in this research to analyse the identifying factors with the model of agricultural development of Cruz Alta/ RS region related with the decreasing rural population. Specifically, it intended to describe the country workers that abandoned the rural zone and the agriculture, it contributing, then to the rural population decreasing; to analyse the socioeconomic and productive situation of the rural producer, before and after the rural zone migration; to identify and analyse which factors and in what way, besides the productive agricultural activity have contributed to the rural population decreasing. The empirical setting to the study were the 14 municipal districts from the Cruz Alta region, through the methodological cropping from CORED Alto Jacuí. Through the sample for accessibility, it were fulfilled 171 (one hundred and seventy-one) interviews including producers that sold or rent their properties and migrated to the city, buyers or tenants and Rural Segment. The analysis of the qualitative data was fulfilled by the method of analysis of the content, so, the description of the research data presents extracts directly taken from the original annotations. On the other hand, some data of the research of camp were treated in a quantitative way, for the analysis it used the electronic worksheet Excel. The results of the research indicate that the region has reached expressive agricultural development and consequent development of other economic sectors. On the other hand, this model hasn't developed the rural environment, because it doesn't fundamentally of the rural population to its consolidation. The individuality of small producers and consequent search for better life conditions in the urban environment, the investment in the acquisition of new areas due to the need for economy of scale, the output of the youthfulls and retired elderlies to the city from their municipal district seems imply a natural process in that model of development, it having like conductor wire the elevated price of the land.

Key words: Population. Rural. Development. Migration.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1- Mapa de localização do COREDE Alto Jacuí.....	31
Ilustração 2- Instituições que indicaram nomes e contatos de entrevistados para pesquisa de campo.....	133
Ilustração 3 - Tamanho das áreas dos estabelecimentos rurais (em hectares) antes do arrendamento ou venda da propriedade.....	135
Ilustração 4 – Tempo em que o produtor rural estava na atividade agropecuária antes da venda ou arrendamento da propriedade.....	135
Ilustração 5 - Motivos apontados pelos entrevistados para saída do meio rural.....	136
Ilustração 6 – Motivos apontados pelos entrevistados para procurar oportunidades em outros locais.....	137
Ilustração 7 – Número de empregados na propriedade antes da saída do meio rural.....	139
Ilustração 8 – Políticas agrícolas utilizadas na propriedade rural, exceto crédito rural.....	140
Ilustração 9 – Gastos familiares mais representativos, enquanto residiam no meio rural.....	141
Ilustração 10 - Custos de produção mais representativos, enquanto residiam no meio rural.....	141
Ilustração 11 - Comercialização Agrícola.....	142
Ilustração 12 - Acesso a informações técnicas	142
Ilustração 13 – Indicação dos produtores que adquiriram ou arrendaram terras.....	151
Ilustração 14 – Principais atividades produtivas, segundo a área ocupada, na safra de verão para os produtores que adquiriram áreas de terras na região.....	151
Ilustração 15 – Principais atividades produtivas, segundo a área ocupada, para os produtores que adquiriram ou arrendaram terras na safra de inverno.....	152
Ilustração 16 - Tempo em que o entrevistado está na atividade agropecuária.....	152
Ilustração 17 - Número de hectares das propriedades que foram adquiridas nos últimos anos.....	153

Ilustração 18 - Motivo da aquisição ou arrendamento de terras.....	153
Ilustração 19 - Motivo que levou os produtores a ofertarem suas terras, segundo a percepção dos entrevistados que adquiriram área de terras na região.....	154
Ilustração 20 - Investimentos que o produtor faria se tivesse dinheiro sobrando	154
Ilustração 21- Fatores intrínsecos ao modelo de desenvolvimento agrícola, que contribuem para a diminuição da população rural na região do Alto Jacuí.....	205
Ilustração 22- Quadro das potencialidades e gargalos identificados como prioritários para o desenvolvimento dos municípios do Alto Jacuí.....	217

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução demográfica da população rural nos municípios da região do Alto Jacuí-1960-2010.....	28
Tabela 2 - Número de estabelecimentos agropecuários nos municípios da região do Alto Jacuí- 1996-2006.....	29
Tabela 3 - Evolução demográfica dos municípios da região do Alto Jacuí-1960-2000.....	57
Tabela 4 - Evolução demográfica dos municípios da região do Alto Jacuí- 2001-2009.....	57
Tabela 5 - Evolução do pessoal familiar, temporário e permanente ocupado na agricultura nos municípios da região do Alto Jacuí- 1960-1980.....	58
Tabela 6 - Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários nos municípios da região do Alto Jacuí- 1996-2006.....	59
Tabela 7 - Flutuação do emprego formal nos municípios da região do Alto Jacuí, de jan. 2010 a set. 2010 no setor agrícola.....	59
Tabela 8 - Número de empregos formais e remuneração média na atividade agrícola dos municípios da região do Alto Jacuí em 31/12/2010.....	60
Tabela 9 - Área média dos estabelecimentos rurais nos municípios selecionados em 1920 – ha.....	61
Tabela10 - Número de estabelecimentos distribuídos por grupos de área nos municípios selecionados- 1940.....	61
Tabela 11- Número de estabelecimentos agropecuários distribuídos por grupos de área dos municípios da região do Alto Jacuí- 1970.....	62
Tabela 12- Número de estabelecimentos agropecuários da região do Alto Jacuí distribuídos por grupos de área- 1980.....	62
Tabela 13 - Número de estabelecimentos agropecuários da região do Alto Jacuí distribuídos por grupos de área-1996.....	63
Tabela 14 - Número de estabelecimentos agropecuários da região do Alto Jacuí distribuídos por grupos de área- 2006.....	63
Tabela 15 - Evolução da área agrícola dos municípios da região do Alto Jacuí- 1950-2006.....	64

Tabela 16 - Área total e percentual comparativo entre área e número de estabelecimentos dos agricultores familiares e não familiares nos municípios da região do Alto Jacuí-2006.....	65
Tabela 17 - Evolução no número de estabelecimentos agropecuários nos municípios da região do Alto Jacuí- 1950-2006.....	66
Tabela 18 - Número de estabelecimentos rurais onde os proprietários residem dentro e fora de seu estabelecimento nos municípios da região do Alto Jacuí- 1970 e 1980.....	66
Tabela 19 - Número de estabelecimentos rurais onde os proprietários residem dentro e fora de seu estabelecimento nos município da região do Alto Jacuí-2006.....	67
Tabela 20- Evolução na utilização das terras nos estabelecimentos rurais na região do Alto Jacuí- 1940-1950.....	68
Tabela 21 - Evolução no número de estabelecimentos com áreas próprias e arrendadas nos municípios da região do Alto Jacuí- 1960- 2006.....	69
Tabela 22 - Área dos estabelecimentos agropecuários, segundo a utilização das terras, nos municípios da - 1960 e 1970.....	69
Tabela 23 - Área dos estabelecimentos agropecuários, segundo a utilização das terras, nos municípios da região do Alto Jacuí- 1980.....	70
Tabela 24 - Área dos estabelecimentos agropecuários, segundo a utilização das terras, nos municípios da região do Alto Jacuí-1996.....	70
Tabela 25 - Área dos estabelecimentos agropecuários, segundo a utilização das terras, nos municípios da região do Alto Jacuí- 2006.....	71
Tabela 26 - Evolução no número de animais da pecuária, em espécie, no município de Cruz Alta- 1920 - 1950.....	72
Tabela 27 - Número de animais da pecuária, em espécie, nos municípios da região do Alto Jacuí- 1960.....	73
Tabela 28- Número de animais da pecuária, em espécie, nos municípios da região do Alto Jacuí- 1970.....	73
Tabela 29 - Número de animais da pecuária, em espécie, nos municípios da região do Alto Jacuí-1980.....	74
Tabela 30 - Número de animais da pecuária, em espécie, nos municípios da região do Alto Jacuí-1980.....	74

Tabela 31 - Número de animais da pecuária, em espécie, nos municípios da região do Alto Jacuí-1980.....	75
Tabela 32 - Número de máquinas e veículos existentes nos municípios da região do Alto Jacuí- 1996.....	77
Tabela 33- Número de máquinas e veículos agrícolas existentes nos municípios da região do Alto Jacuí- 2006.....	77
Tabela 34 - Número de estabelecimentos segundo o uso de fertilizantes nos municípios da região do Alto Jacuí-1960.....	78
Tabela 35 - Número de estabelecimentos segundo o uso de fertilizantes, nos municípios da região do Alto Jacuí- 1970 e 1980.....	79
Tabela 36 - Número de estabelecimentos agropecuários por produtos utilizados na adubação nos municípios da região do Alto Jacuí- 2006.....	79
Tabela 37 - Número de estabelecimentos segundo o uso de defensivos agrícolas nos municípios da região do Alto Jacuí- 1980- 2006.....	80
Tabela 38 - Quantidade produzida dos principais produtos de lavouras na região do Alto Jacuí- 1940.....	80
Tabela 39- Quantidade produzida ou colhida dos principais produtos de lavouras nos municípios da região do Alto Jacuí- 1960.....	81
Tabela 40 - Quantidade produzida ou colhida dos principais produtos de lavouras nos municípios da região do Alto Jacuí- 1970.....	81
Tabela 41 - Quantidade produzida ou colhida dos principais produtos de lavouras nos municípios da região do Alto Jacuí- 1980.....	82
Tabela 42 - Quantidade produzida ou colhida dos principais produtos de lavouras nos municípios da região do Alto Jacuí- 1996.....	82
Tabela 43 - Quantidade produzida dos principais produtos de lavouras nos municípios da região do Alto Jacuí, medidos em toneladas- 2006.....	83
Tabela 44- Produção Anual de Leite (mil litros) nos municípios da região do Alto Jacuí- 1990- 2006.....	85
Tabela 45- Número de estabelecimentos que obtiveram financiamento nos municípios da região do Alto Jacuí- 1970-2006.....	86
Tabela 46 - Participação do setor agrícola na renda interna, em percentual, nos municípios da região do Alto Jacuí- 1959- 1980.....	87

Tabela 47 - Valor Adicionado Bruto por setores nos municípios da região do Alto Jacuí-2000 e 2007.....	87
Tabela 48 - Renda <i>per capita</i> e desigualdade da distribuição de renda na região do Alto Jacuí- 1991-2000.....	89
Tabela 49 - Percentual de pessoas indigentes nos municípios da região do Alto Jacuí-1991-2001.....	89
Tabela 50 - Índice de Gini para distribuição de renda dos municípios da região do Alto Jacuí- 1991-2001.....	90
Tabela 51 - Desenvolvimento Socioeconômico da região do Alto Jacuí e ordem de classificação em relação às demais regiões do Rio Grande do Sul- 2000-2008.....	90
Tabela 52 - Evolução da população rural e urbana no Brasil em dados relativos, de 1950 a 2010.....	127
Tabela 53 - Evolução da população total, urbana e rural e percentuais de participação no estado do Rio Grande do Sul- 1950-2010.....	127
Tabela 54 - População com mais de 65 anos residentes na região do Alto Jacuí, em termos relativos-2000-2010.....	206
Tabela 55 - População residente na região do Alto Jacuí entre 15 e 25 anos e percentual em relação ao total de residentes nos municípios- 2000.....	209
Tabela 56 - População residente na região do Alto Jacuí entre 15 e 25 anos-2010.....	210

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAGED Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAIS Complexos Agroindustriais
CCGL Cooperativa Central Gaúcha Ltda
CEASA Central de Abastecimento
CEPAL Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
COREDE Conselho Regional de Desenvolvimento
COTRIBÁ Cooperativa Agrícola Mista General Osório Ltda
COTRICRUZ Cooperativa Triticola de Cruz Alta
COTRIJAL Cooperativa Agropecuária e Industrial
COTRISABAL Cooperativa Triticola Santa Bárbara do Sul Ltda
COTRISOJA Cooperativa Triticola Taperense Ltda
EMATER Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FEE Fundação de Economia e Estatística
FUNDA CEP Fundação Centro de Experimentação
Ha Hectare
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESE Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IPEADATA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PEIS Programa de Ingresso ao Ensino Superior
PGDR Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
UNICRUZ Universidade de Cruz Alta
VAB Valor Agregado Bruto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
1.1 Problema de pesquisa.....	23
1.2 Hipóteses	30
1.3 Objetivos	30
<i>1.3.1 Objetivos específicos.....</i>	30
1.4 Metodologia e procedimento do estudo.....	30
<i>1.4.1 A determinação da região pesquisada</i>	30
<i>1.4.2 A metodologia da pesquisa e instrumentos de coleta de dados.....</i>	31
1.5 Estrutura da tese	34
2 O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E AGRÁRIO NA REGIÃO DO ALTO JACUÍ/RS.....	36
2.1 O contexto histórico da ocupação e transformações na agropecuária e território da região do Alto Jacuí.....	36
2.2 O desenvolvimento agrícola e uma nova organização social no século XX.....	47
<i>2.2.1 Desenvolvimento agrícola baseado no binômio trigo e soja.....</i>	50
<i>2.2.2 Os agricultores atingidos por barragens e a emancipação de novos municípios.....</i>	53
<i>2.2.3 A Evolução demográfica na Região.....</i>	56
<i>2.2.4 Evolução do pessoal ocupado na agricultura.....</i>	57
<i>2.2.5 Evolução do número e área dos estabelecimentos rurais.....</i>	60
<i>2.2.6 A Utilização das terras nos estabelecimentos rurais.....</i>	68
<i>2.2.7 Evolução da atividade pecuária.....</i>	72
<i>2.2.8 Evolução na utilização de máquinas e instrumentos agrícolas.....</i>	75
<i>2.2.9 Uso de adubos e fertilizantes.....</i>	78
<i>2.2.10 Evolução da produção agrícola</i>	80
<i>2.2.11 Evolução da atividade leiteira.....</i>	83
<i>2.2.12 Sistema de financiamento.....</i>	84
<i>2.2.13 Participação do setor agrícola nos indicadores socioeconômicos dos municípios da região do Alto Jacuí.....</i>	86
3 DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E O PROCESSO MIGRATÓRIO.....	92
3.1 O desenvolvimento e as interfaces com o meio rural.....	92
<i>3.1.1 Multiplicidade de conceitos.....</i>	97
3.2 Aspecto demográfico, migração e desenvolvimento agrícola.....	102
<i>3.2.1 Contingente populacional e as atividades agrícolas.....</i>	102
3.3 As teorias econômicas sobre o contingente populacional e o processo migratório.....	105

3.3.1 A Teoria da Escola Clássica.....	106
3.3.1.1 Teoria Malthusiana.....	106
3.3.1.2 Teoria de David Ricardo.....	107
3.3.2 Teoria Marxista	108
3.3.3 Teoria neoclássica e os estudos da população e migração.....	109
3.4 Os movimentos migratórios.....	111
3.4.1 Movimentos migratórios no Brasil Colônia e Imperial.....	114
3.4.2 Movimentos migratórios no Brasil República.....	118
3.5 A mobilização da população contribuindo para alavancar os estágios de crescimento econômico.....	124
3.6 O desenvolvimento da atividade agrícola e processo imigratório na formação econômica e social do Rio Grande do Sul.....	127
4 CONTEXTO QUE ENVOLVE A SAÍDA E ENTRADA DE PRODUTORES RURAIS NA REGIÃO DO ALTO JACUÍ/RS.....	133
4.1 Caracterização dos produtores rurais que saíram do meio rural na região do Alto Jacuí.....	133
4.2 Condições sociais e econômicas do produtor e sua família antes da saída do meio rural.....	136
4.3 Condições sociais e econômicas do produtor e sua família depois da saída do meio rural.....	147
4.4 Produtores rurais que adquiriram ou arrendaram terras de produtores que saíram do meio rural.....	150
4.5 Condições sociais e econômicas do produtor e sua família depois da compra ou arrendamento de novas terras.....	154
5 DIMINUIÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NA REGIÃO DO ALTO JACUÍ/RS: ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DOS SEGMENTOS RURAIS.....	160
5.1 Transformações na agricultura da região nos últimos anos.....	160
5.1.1 Modernização agrícola, plantio direto e transgenia.....	161
5.1.2 Redução no número de pessoas no meio rural.....	163
5.1.3 O retorno da atividade leiteira como significativa na região.....	164
5.1.4 A consolidação e falência do sistema cooperativista na região.....	166
5.1.5 Agricultura diversificada no meio urbano.....	166
5.2 Fatores responsáveis pela diminuição da população rural na região.....	167
5.2.1 Inviabilização econômica dos pequenos produtores.....	169
5.2.2 Aumento no número de idosos aposentados no meio rural.....	175
5.2.3 Saída do jovem do meio rural.....	177
5.2.4 Modernização tecnológica induzindo à concentração fundiária.....	181
5.2.5 A contribuição dos grandes produtores para a diminuição da população no meio rural.....	182

5.3 Condições sociais e econômicas do produtor e sua família depois da saída do meio rural.....	184
5.4 Percepção sobre o futuro para as famílias na agricultura com relação à sucessão.....	188
6 DIMINUIÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DA REGIÃO DO ALTO JACUÍ/RS.....	196
6.1 A participação da população rural no modelo de desenvolvimento agrícola da região do Alto Jacuí.....	196
6.2 Fatores que interferem na diminuição da população rural, intrínsecos no modelo de desenvolvimento agrícola regional.....	199
<i>6.2.1 Escala produtiva como processo natural na atividade agrícola da região.....</i>	199
<i>6.2.2 Pequenos produtores procuram melhores alternativas de vida da cidade.....</i>	201
<i>6.2.3 Produtores saem do meio rural, mas não da atividade agrícola.....</i>	204
6.3 Causas estruturais ou fatores não relacionados ao modelo de desenvolvimento agrícola regional.....	205
<i>6.3.1 Envelhecimento dos produtores no meio rural e conseqüente migração para cidade.....</i>	206
<i>6.3.2 Diminuição da taxa de natalidade</i>	208
<i>6.3.3 Saída do jovem do meio rural em busca de um salário fixo na cidade.....</i>	208
6.4 Agricultura como vetor do desenvolvimento rural, mas não no modelo produtivista vigente na região do Alto Jacuí.....	212
6.5 Falta de discussão sobre o modelo de desenvolvimento agrícola regional.....	216
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	221
7.1 Considerações sobre as hipóteses levantadas.....	222
7.2 Algumas considerações finais específicas sobre os objetivos do estudo.....	224
7.3 Sugestões de outros estudos sobre a temática abordada.....	228
REFERÊNCIAS.....	231
APÊNDICE A - Quadro demonstrativo dos segmentos rurais que fizeram parte da pesquisa de campo.....	240
APÊNDICE B- Quadro demonstrativo dos produtores rurais que fizeram parte da pesquisa de campo.....	242
APÊNDICE C- Roteiro semi-estruturado de entrevistas para os segmentos rurais.....	246
APÊNDICE D - Instrumento de Pesquisa I.....	247
APÊNDICE E - Instrumento de Pesquisa II.....	256

1 INTRODUÇÃO

Mesmo que essa ideia pareça estar superada, durante muito tempo a percepção de desenvolvimento esteve associada à análise de processos de crescimento econômico e, sobretudo, à análise da atividade agrícola nesse debate, relacionada à sua representação no mercado produtivo, oferta, demanda e preços dos produtos agrícolas, representando uma visão microeconômica de análise.

Numa preocupação mais macro, tem-se estudado as consequências desse modelo produtivista no que diz respeito ao desenvolvimento da população rural e urbana. O debate atual evidencia a necessidade de se analisar o desenvolvimento como um processo mais amplo, que leve em consideração as noções e interpretações acerca do mundo rural e suas relações com a sociedade em todas as suas dimensões, incluindo-se nesse debate as instituições, as políticas públicas, as condições de acesso e uso da terra e as relações de trabalho.

A dimensão demográfica tem feito parte desse debate, principalmente no que tange aos efeitos da diminuição e aumento da população rural sobre o desenvolvimento. A discussão permeia entre a concepção que defende a fixação do agricultor na atividade rural e os desajustes no que diz respeito à diminuição dessa população. Por outro lado, discute-se essa diminuição como uma decorrência normal do deslocamento do centro dinâmico de uma economia em desenvolvimento.

Esta última discussão está presente desde a inserção da agricultura no processo de industrialização, quase sempre enfatizando uma disfuncionalidade entre o meio urbano e o rural. A partir dos anos 50, estudiosos de várias áreas intensificam essa discussão, são autores considerados clássicos da questão agrária no Brasil, que tratam desse assunto de forma mais organizada ao longo do século XX. A discussão recorrente no Brasil era a necessidade de programar um novo modelo baseado na consolidação do modelo urbano-industrial, que estava ainda embrionário. Segundo Johnston e Mellor (1961), a agricultura estaria cumprindo uma de suas funções, que seria a de enviar pessoas para a cidade a fim de aumentar o volume de mão de obra e, conseqüentemente, diminuir os custos industriais e os preços ao consumidor.

Algumas razões são apontadas como causas da diminuição da população no meio rural, o que pode ser compreendido como um movimento em duas direções: a procura por melhores condições de vida e, por outro lado, o processo de expulsão. Nesta segunda direção está a rigidez da estrutura fundiária e as dificuldades impostas a outras formas de acesso à terra, dificultando a permanência dos que estão na atividade e a instalação de novos

agricultores no meio rural. Segundo Graziano da Silva (SILVA, 1998), a estrutura fundiária evoluiu em um sentido concentrador e excludente, dificultando qualquer tipo de acesso à terra aos trabalhadores rurais brasileiros.

Outro motivo apontado é resultado do processo de modernização, provocando mudanças na organização da produção, diminuindo a necessidade de mão de obra permanente e exigindo economia de escala de alguns produtos. Com alicerce no diagnóstico, tanto das correntes neoclássicas quanto marxistas, de que a agricultura que não incorporasse tecnologias se constituía em barreira para o desenvolvimento da industrialização do país, são formuladas políticas visando aumento de produção e produtividade, com a finalidade de substituir os insumos tradicionais por insumos modernos no setor agrícola. Na fase do milagre brasileiro, a crença era de que o crescimento da produtividade da agricultura resolveria os principais problemas econômicos do país. Para Schneider (2002), os efeitos desse processo são o aumento da produção e da produtividade da agropecuária e uma redução gradual e consistente do emprego e das ocupações rurais. Segundo Guimarães (1977, p.331), ocasionando “enormes e cada vez mais profundas desigualdades existentes entre a grande e a pequena exploração agrária, e entre a agricultura de abastecimento interno e a agricultura de exportação”.

Esse processo que teve como pressuposto a teoria difusionista, sobretudo a teoria da modernização, elaborada por diferentes autores fundamentados, na sua maioria, pela teoria neoclássica da produção no meio rural, tem em Schultz (1964) um dos seus principais defensores. Na sua concepção, contrária ao pensamento clássico econômico (Smith, Marx), desenvolver a agricultura é dispor de tecnologia de inovação diferente daquela já existente, aumentando a produtividade dos recursos produtivos e contribuindo para o crescimento de toda a economia, defendendo a existência de racionalidade no uso dos fatores de produção pelo agricultor.

A teoria da inovação induzida enquadra-se nesse debate neoclássico sobre desenvolvimento econômico e agricultura, uma vez que através dos estudos de Hayami e Ruttan (1988) considera-se que há diferentes trajetórias para a mudança técnica na agricultura, cujo sucesso para um país ou região está na capacidade em proceder a escolha certa entre as diversas trajetórias possíveis, tendo como orientação a escassez relativa dos preços dos fatores de produção, dependendo da interação entre produtores, instituições de pesquisas e empresas agrícolas. Essa corrente ganhou notoriedade no período da Revolução Verde e a extensão rural no Brasil era sua aliada na difusão das inovações.

Esta teoria recebeu várias críticas, entre essas a de Romeiro (1991), debatendo sobre a inconsistência interna do modelo apresentado na teoria das inovações induzidas, que deixa de fora da sua análise ou não trata adequadamente os fatores políticos, técnicos, institucionais e culturais que intervêm no processo de mudança tecnológica. A análise feita por Paiva (1979) faz um contraponto a Schultz e à inovação induzida e traz outras variáveis a este debate sobre o processo de modernização que, segundo ele, impedem a plena implantação da modernização defendida e dos pressupostos do mecanismo de autocontrole da modernização agrícola, condicionada ao desempenho do setor não-agrícola. O autor analisou as consequências sociais trazidas pela modernização, como a intensificação da pobreza e a diminuição de postos de trabalho no meio rural, ocasionados pela falta de conhecimentos técnicos, de recursos materiais dos agricultores, de estrutura fundiária, de mecanismos adequados à comercialização e à adoção e intervenções públicas que prejudicam o setor agrícola, impedindo o livre funcionamento do mercado e dos fatores de produção.

Considerações sobre os pressupostos de Paiva (1979) foram feitas por alguns autores. Na análise de Baiardi (1996), as mudanças ocorridas na agricultura brasileira nos anos de 70 e 80 contrariam os pressupostos do autocontrole. Com as sucessivas intervenções realizadas pelo Estado brasileiro, a modernização da agricultura brasileira teve outro rumo, modificando o cenário no qual o mecanismo de autocontrole poderia ser verificado. Segundo o autor, “o que se deve discutir, é a lógica da concentração-exclusão, que tem levado a que parte da população rural permaneça no campo à margem da modernização ou venha compor o subproletariado urbano” (p.67).

A perspectiva crítica da economia Neo-Schumpeteriana sobre a teoria da inovação induzida é sobre o desconhecimento das questões relacionadas à oferta de tecnologia e, portanto, de formulação de estratégias das indústrias a montante e a jusante da agropecuária no processo inovador e, ainda, a não explicação das inovações radicais e a suposição da transmissão ideal de informações entre agricultores e geradores de tecnologia (SALLES FILHO; SILVEIRA, 1990).

Apesar da industrialização, ou por causa dela, esse sistema apresentou várias consequências, entre as quais: a desigualdade da modernização entre as regiões do país, entre as atividades agropecuárias e entre os produtores rurais. Segundo Graziano (SILVA, 1982, p. 45), “É fácil mostrar que, em termos regionais, é o Sudeste e o Sul do país que mais se têm modernizado, particularmente os Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.” Para Santos e Silveira (2001), essa desigualdade, associada à estrutura da propriedade da terra, ao povoamento e à concentração fundiária, foram responsáveis pela pobreza e pelo abandono do

campo, ocasionando disparidades regionais, desigualdade de renda, o que se pode verificar pela nítida separação do território brasileiro em quatro Brasis: Sul e sudeste, centro-oeste, nordeste e Amazônia. Mazoyer (1991) afirma que a ciência e a tecnologia a serviço do desenvolvimento agrícola foram concebidas como uma simples transferência do modelo de modernização utilizado nos países centrais para os países em desenvolvimento. Esta forma de concepção unilateral obteve alguns sucessos, como o aumento da produção de agroexportação, mas não levou ao desenvolvimento amplo e equilibrado das economias agrícolas. Ampliando as desigualdades do desenvolvimento, aumentaram a dependência tecnológica, o desemprego, a fome, êxodo e marginalidade, criando instabilidade social e política, atingindo o crescimento agrícola, mas não o desenvolvimento rural.

Por outro lado, conforme dito anteriormente, o processo atrativo por melhores condições de vida no meio urbano também é apontado como causa da diminuição da população no meio rural. O estudo proposto na abordagem de Todaro (1979) aponta fatores econômicos e não econômicos como causadores desta problemática, considera a mobilidade um meio de ajustamento propício para o mercado de trabalho, explicado no pensamento marshalliano, decorrente da existência de economias de aglomeração. A atração urbana ocorre principalmente pela procura de aumento na renda, por atrativos culturais modernos que a cidade exerce (onde o agricultor procura desvencilhar-se das particularidades do meio rural relacionadas às condições climáticas e biológicas da atividade agrícola e dos fatores culturais ligados a ela), seguindo o caminho de familiares que já deixaram o meio rural.

De forma mais ampla, incluindo-se todas essas abordagens, esta problemática ganha ênfase novamente a partir da década de 1980, estudando as consequências da industrialização e modernização da agricultura brasileira, que influenciam no processo de transformação capitalista no campo, ocasionando uma significativa diminuição da população rural. Coincidindo com o declínio na participação da agricultura na renda nacional, com um período de instabilidade da economia brasileira e agravamento do desequilíbrio do setor público, que teve repercussão sobre a queda dos preços dos produtos agrícolas, com a diminuição do crédito agrícola e com a redução dos instrumentos estatais de apoio à agricultura.

São várias, também, as consequências que a diminuição da população pode acarretar: êxodo rural, sem que a economia urbana tenha condições de absorver essa mão de obra, problemas na produção de alimentos de primeira necessidade, a indução à monocultura, podendo ocasionar prejuízos sociais, ambientais e econômicos decorrentes, a redução da capacidade de criação de emprego pelo setor primário, concentração de renda e seus efeitos diversos sobre a sociedade e a economia. Segundo Martine (1987) o descompasso entre o

ritmo de reprodução da força de trabalho e a expansão da oferta de emprego no campo produziram, durante as décadas de 60 e 70, o maior êxodo rural visto no Brasil. Por outro lado, na década de 80, a diminuição dos subsídios creditícios para agricultura refletiu na diminuição do preço da terra e no aumento do acesso a ela por pequenos produtores.

Mais recentemente, a discussão sobre o meio rural e o desenvolvimento tem sido marcada pela superação de paradigmas nas mais diversas áreas, abrindo novas perspectivas e exigindo um esforço de reinterpretação da agricultura e da diversidade das atividades rurais, levando em consideração experiências com novas formas de produzir sustentavelmente na agricultura. Fundamentada nos exemplos de outros países que registram processos de recomposição dos espaços rurais, a partir da década de 90 a discussão aponta reiteradamente para o estudo das potencialidades, ressignificação e renascimento do “mundo rural”, através do estudo dos atores sociais e seus territórios; uma discussão que envolve a agricultura familiar, inicialmente no campo político, posteriormente acadêmico, trazendo à tona novamente a discussão acerca do setor rural e o desenvolvimento, agora num caráter não estritamente agrícola, mas levando em conta as relações sociais e econômicas e os envolvidos nestas relações. Segundo Jollivet (1997, p.10), uma dinâmica portadora de desenvolvimento: “O desenvolvimento, longe de passar pela ignorância de um rural fadado a desaparecer e a se dissolver no urbano, supõe duas dinâmicas paralelas, uma rural, outra urbana, complementares e se construindo e desconstruindo uma a outra.”

Os trabalhos de Abramovay (1999) são importantes para essa discussão, estudando os clássicos marxistas (Kautsky e Lênin) e destacando a inexistência do camponês na teoria marxista. Segundo ele, nem Marx nem Weber poderiam prever que nas sociedades contemporâneas existiriam formas baseadas no trabalho familiar; mostra que, apesar dos ganhos de produtividade agrícola e da produtividade do trabalho (inclusive decorrente do êxodo rural), não foram suficientes para aumentar a desproporção entre montante de trabalho dedicado à agricultura e a sua remuneração. Este fato levou à intervenção estatal nos países desenvolvidos, buscando o compromisso com uma renda mínima para os agricultores e o controle dos preços dos alimentos. Discute, também, a economia de escala (tamanho da propriedade) e a eficiência produtiva, ou seja, que a relação entre tamanho da propriedade e diminuição dos custos não é linear.

Utilizando critérios específicos, os estudos de Veiga (2003) mostram que nos últimos anos, em metade dos municípios com características rurais no Brasil, não houve uma diminuição acentuada da população rural, como registrada nos períodos anteriores, percebendo-se ainda que em alguns municípios ocorreu um aumento populacional superior ao

registrado em áreas urbanas. Esta mesma análise é feita por Schneider (2002), apontando que, atualmente, a redução da população rural é sensivelmente menos significativa que a da década anterior. Para o autor, a população rural reduziu seu ritmo de queda quando se percebe mais claramente a tendência à desaceleração da urbanização da população e ao aumento de pequena proporção da população rural. Também segundo Kageyama (2008, p. 192), “desde os anos 70, a população rural brasileira vinha se reduzindo sistematicamente, a taxas negativas crescentes até 2000. Mas no período 2001-2006 essa tendência inverteu-se, verificando-se um aumento da população rural brasileira de aproximadamente 4 milhões de pessoas”.

1.1 Problema de pesquisa

Para elaborar o problema de pesquisa, a contribuição de Giddens (1989; 1991), é importante quando se busca analisar as estratégias econômicas e sociais adotadas pelos agricultores inseridos na problemática sobre a diminuição da população rural, estratégias/ações que, segundo ele, são de caráter prático. Porém, nem todos os produtores sabem qual é a melhor maneira de ascender social/economicamente e agem com os recursos e informações que possuem. Segundo o autor, o sucesso das estratégias adotadas pelos produtores rurais depende da capacidade dos indivíduos que compõem as famílias de responderem às transformações do mercado de trabalho, das formas de concorrência e das instituições sociais, sendo possível afirmar que no espaço rural também se verificam as mesmas transformações que afetam as populações urbanas. Também Marsden (1992) tem estudado as alterações ocorridas nas formas de produção e consumo que envolvem o meio rural. Afirma que a urbanização, as mudanças no consumo de alimentos e o estilo de vida na sociedade pós-industrial transformam rapidamente os modelos de uso do território, o modo de vida e estratégias adotadas no espaço rural.

Para entender esse contexto, esta tese propôs estudar, mais profunda e minuciosamente, a diminuição da população rural, tendo como *locus* da pesquisa a região do Alto Jacuí, localizada no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, onde a atividade agrícola é parte da sua base econômica e a terra, enquanto base principal dessa atividade, está voltada à agricultura intensiva. Essa característica concentracionista teve origem na sua formação histórico-econômica e ainda permanece no quadro atual, constituindo um complexo de processos e dinâmicas sociais e econômicas que definiram o ritmo do desenvolvimento da região.

Pode-se explicar a evolução da região através de duas trajetórias: uma economia alicerçada na exploração da pecuária bovina e agricultura de subsistência, que após, num segundo momento, transformou-se em exportadora de grãos, ensejada pela expansão das culturas de trigo, milho e soja.

A partir de 1950, tanto as culturas de subsistência quanto a pecuária começam a apresentar instabilidade e praticamente entram em estagnação, tendo como uma das explicações a falta de incentivo a essas culturas. Como consequência, diminui a produção de produtos tidos como tradicionais da região, tais como: feijão, abóbora e arroz, mandioca, batata, e produtos como a soja e o trigo recebem incentivos para serem desenvolvidos. Segundo Ruedell (1995, p.16), na região a atividade do setor primário estava concentrada na pecuária, que aos poucos cedeu lugar para o trigo. “Esta cultura tornou-se o principal motivo da passagem de parte dos campos de barba-de-bode para lavoura, a partir da década de 1950”. E isso aconteceu em tal ordem, com relação aos demais municípios, que Cruz Alta foi denominada a “Capital Nacional do Trigo”. Esse avanço sobre as áreas de campo foi ainda maior a partir da década de 60, pela introdução da cultura da soja. Aos poucos, a modernização foi modificando as paisagens, o boi foi substituído pelo trator e o machado pela motosserra. O aumento da fertilidade da terra passou a ser obtido pelo calcário e adubação química.

A modernização da agricultura na região fez surgir os trabalhadores temporários, bem como crescer e se perpetuarem os especuladores de terra, mudando a estrutura agrária da região. Os colonos que entendiam do processo de transação com os bancos, de hipoteca de terras e da aquisição de máquinas, deram origem a um novo produtor: o “granjeiro” que, segundo Benetti (1982, p. 43), “são os produtores que investem em máquinas e equipamentos, utilizam trabalhadores assalariados e se dedicam ao cultivo especializado em grande escala e exclusivamente para o mercado.” Os granjeiros eram comerciantes e profissionais liberais representando a classe mais “esclarecida”. Com o crescente incentivo do governo, os granjeiros passaram a arrendar terras de pecuaristas, adquirindo propriedades de colonos e reforçando a concentração de terra e o êxodo rural. Assim, a policultura tradicional foi praticamente substituída pelas culturas trigo e soja, alterando sensivelmente a base econômica da região em decorrência da montagem de uma infraestrutura voltada para produção, distribuição e comercialização desses produtos.

O surgimento das granjas de trigo e soja é objeto de análise de Frantz (1980; 2001). Ele argumenta que o crescimento econômico regional realizou-se pautado em uma política desenvolvimentista, em que os produtores rurais, sem terem gerado um projeto alternativo

próprio de desenvolvimento, tiveram que aderir ao modelo de modernização proposto pela política agrícola estatal. Os produtores familiares tinham neste modelo a esperança de sua reprodução/ascensão econômica e social.

No mesmo sentido, a análise de Rohleder (2003, p. 71) aponta que a estruturação dessa “nova matriz produtiva” estabelece uma interface superficial com a sociedade e as instituições regionais, pois a região organiza-se movida por estímulos externos e suas instituições estabelecem um elo com a modernização concebida como processo aquisitivo, como se fosse possível estabelecer o estágio do desenvolvimento incorporando apenas técnica e capital, dicotomizando a sociedade regional, numa lógica de reprodução baseada no desenvolvimento na sua visão tradicional (crescimento econômico), sendo menos aberta à formulação de novas concepções acerca do desenvolvimento regional. Segundo o mesmo autor, a incipiente capacidade de absorção produtiva dos centros urbanos regionais facilitou a instauração de uma formação agrícola economicamente ativa, porém desvinculada social e culturalmente do seio da região. “Portanto, ao mesmo tempo em que a região atinge novo patamar na hierarquia do mercado, parcela significativa da população torna-se excedente. É dessa forma que o campo modernizado torna-se empecilho aos interesses do processo do desenvolvimento regional” (p. 72). O ciclo da soja representa esta dinâmica.

Para Trennepohl (1997), por meio de mecanismos como o crédito rural, que paralelamente ao que ocorreu em outras regiões do país destinou cerca de 90% dos recursos para apenas três produtos: arroz, soja e trigo, dos investimentos feitos em pesquisa agrícola e extensão rural, que apresentam concentração semelhante e entre outros mecanismos de proteção ao mercado profundamente discriminatórios, o Estado definiu uma série de possibilidades para o desenvolvimento do setor agrícola e eliminou outras. O subsídio ao trigo, por exemplo, reduziu drasticamente o mercado do milho e da mandioca. Nesse sentido, a internalização do modelo de agricultura moderna foi também uma escolha da região. Portanto, “cabe à região parcela significativa de responsabilidade sobre o seu atual estágio de desenvolvimento e principalmente sobre as concepções de desenvolvimento que produziu através de suas instituições e da sua história” (p. 133). Ainda segundo o autor, se a modernização da agricultura implicou em progresso para parcela dinâmica da sociedade, seus efeitos sobre o tecido social regional são desarticuladores, “um progresso advindo da organização de granjeiros e empresários rurais e suas instituições, gerando reflexos insuficientes para o conjunto da economia regional” (p. 134).

Junto com a expansão da lavoura de trigo e soja, referenda-se um novo sistema de produzir e constituem-se novas relações com o mercado, novas formas de associação,

cooperativas e sindicatos, implantando-se mudanças fundamentais nas relações de produção, econômicas e sociais, no meio rural da região. Segundo Macagnam (1998), após 1964 o sistema cooperativista serviu como instrumento da implantação da política de substituição de importações do trigo. Esta estrutura foi posteriormente utilizada para soja e outras culturas. Do mesmo modo como as produções de trigo e soja tornaram-se especializadas, também ocorreu com a produção de suínos. A organização da cadeia de produção leiteira também seguiu tal dinâmica.

Outro tema amplamente estudado na região é a questão da estrutura fundiária. A região apresenta, após os anos 60, redução significativa do tamanho dos estabelecimentos rurais. Para Azambuja (1991), a sucessão e partilhas para garantir espaço aos filhos e a necessidade de escala produtiva foram determinantes para a alteração da estrutura fundiária. Também a ausência de alternativas dentro do próprio setor agrícola e mesmo nos demais setores da economia regional, gerou também a transferência de agricultores para outras regiões. O autor afirma: “ao produtor restam duas alternativas: ou vende a propriedade e integra-se à cidade como trabalhador urbano, ou vende o lote para reproduzir-se como agricultor em áreas de fronteira mais distantes” (p. 19). Segundo Brum (1988, p.74) “o sopro de euforia modernizadora que sacudiu o Rio Grande agrícola nas décadas passadas, deslocou-se, e agora movimenta a nova fronteira agrícola de outros estados e converge para a região do Brasil Central”.

Dentro dessa discussão da estrutura fundiária, segundo dados do IBGE (1985) no período de 1970, das terras destinadas à agricultura na região, 55,8% estavam em mãos de arrendatários, e em 1985, 60%. Zamberlam (1989) constata que a produção agrícola tem sua expansão pela iniciativa de profissionais liberais que arrendam terra, adotando a mecanização através de um crédito rural abundante e subsidiado. Após, a terra passa a ser explorada pelos proprietários, especialmente nas décadas de 70 a 80. Já na década de 80 em diante voltam a ocorrer maciços arrendamentos, e a grande maioria dos arrendatários não reside na região.

Uma outra questão é discutida na análise de Souza (1998, p.21) sobre a região: “As propriedades não se inviabilizam pela forma de exploração, mas devido ao isolamento técnico-educativo ao qual a população rural foi submetida, o que por sua vez leva a resultados econômicos e financeiros insuficientes.” Nodari (1986, p.56) registra a preocupação com o relativo isolamento cultural em que, por várias décadas, permaneceu a região, dificultando o intercâmbio com outras regiões. Segundo o autor, “a organização dos lotes rurais e a ocupação pautada na construção isolada em cada propriedade rural deu origem a significativa limitação sociocultural à parcela da população regional”.

Vários estudos tratam do tema da modernização da agricultura, as relações de produção e as mudanças sociais para parte da sociedade regional. As análises revelam contradições, limitações, especificidades e adaptação dos agentes envolvidos nos processos históricos da região, gerados pelo avanço da especialização. Um reflexo dessas mudanças foi a função de polo regional exercida, durante muitos anos, pelo município de Cruz Alta, atraindo um fluxo intenso de migrantes, principalmente agricultores dos pequenos municípios vizinhos. Segundo Brum (1988), o pequeno agricultor, devido às condições conjunturais, sai em busca de seu espaço, caindo, na maioria dos casos, nas cidades médias e grandes, como é o caso do município de Cruz Alta. O problema é que a economia local não teve empregos formais para oferecer a esse significativo afluxo de novos trabalhadores: foram mais de 19 mil migrantes nas décadas de 70 e 80. Outro reflexo deste modelo fica mais acentuado com a crise macroeconômica dos anos 80, que provoca mudanças mercadológicas (preços mais baixos e mercados asiáticos em transformação) vindo a atingir diretamente o produtor da região. “Esse produtor, cuja grande maioria possui menos de 50 hectares de terra arável, passa a ser potencialmente um excluído do antigo modelo agrícola soja-trigo.” (BRUM, 2001, p.101 e 102).

Nos últimos anos, a região do Alto Jacuí vem apresentando uma acentuada diminuição no número de pessoas residentes no meio rural. Os dados do IBGE mostrados na Tabela 1 evidenciam esse declínio, e em alguns municípios de forma bastante acentuada, representando uma queda de 55,85% no somatório dos municípios de 1960 até 2010. Os municípios onde este percentual foi maior foram: Cruz Alta com queda de 85,36%, Tapera (82,77%), Não-Me-Toque (82,09%), Ibirubá (70,44%), Santa Bárbara do Sul (76,76%), Colorado (63,19%), e Selbach (63%). Em alguns municípios as emancipações ocorridas justificam os altos índices de queda no número de pessoas residentes no meio rural. Lagoa dos Três Cantos e Quinze de Novembro foram os municípios onde o percentual de diminuição da população rural foi menor, 16,91% e 24,50%, respectivamente. Chama atenção a diminuição da população rural nos anos 80, com queda de 19,20%, índice superior ao do estado e do país. Estes dados são corroborados pelo levantamento do IBGE (1980), que identifica o número de pessoas não naturais dos municípios onde residem e que procederam do meio rural. Na região do Alto Jacuí eram 15.843 pessoas que vieram do meio rural em 1970 e 26.820 na década seguinte. O município de Cruz Alta foi o que mais contribuiu para este número, recebendo 10.818 pessoas oriundas do meio rural em 1980.

Para Aléssio (1981, p. 110), esta queda neste período se deve principalmente à diminuição dos assalariados que residiam no meio rural. Segundo ele, “os modernos meios de

comunicação e as facilidades de locomoção entrando no meio rural, juntamente com a máquina, criaram a ilusão da cidade, para onde se dirigiram levas de assalariados rurais à procura de melhores condições de vida”. Além disso, a valorização da terra desalojou posseiros que residiam em áreas menos produtivas e que antes eram abandonadas pelos proprietários. Segundo Sorj (1980), a modernização agrícola transformou-se num dos elementos principais no processo de acumulação de capital, na medida em que permitiu a expansão da produção agrícola, tanto para o mercado interno, quanto para o mercado externo, permitindo também um incremento sobre o trabalho gerado na agricultura, gerando novo campo de valorização do capital, de insumos e produtos industriais ligados a ela.

Nos anos posteriores a 1980, o número de pessoas residentes no meio rural continua diminuindo, porém em ritmo menor. No entanto, no período de 2000 a 2010 este número diminuiu 20,74%, representando o maior índice desde 1960. No estado esta queda é de 14,72% e no país 6,30%. Neste último período chama atenção o município de Cruz Alta que, devido principalmente as emancipações de Boa Vista do Cadeado e Boa Vista do Incra, diminuiu 62,17%, e Salto do Jacuí que diminuiu 45,05% o número de residentes no meio rural. Nos demais municípios, a queda é semelhante a da região, com exceção de Quinze de Novembro, onde o índice foi menor, 12,73%.

Tabela 1– Evolução demográfica da população rural nos municípios da região do Alto Jacuí-1960-2010

Municípios	1960	1970	1980	1991	2000	2010	Var. % 1960-2010
Boa Vista do Cadeado	-	-	-	-	-	1.969	-
Boa Vista do Incra	-	-	-	-	-	1.701	-
Colorado	-	4.632	3.396	3.084	2.153	1.706	- 63,17
Cruz Alta	15.205	13.475	11.239	6.303	5.887	2.227	-85,36
Fortaleza dos Valos	-	-	-	2.640	2.260	1.584	-40,00
Ibirubá	13.423	13.176	9.882	6.114	5.112	3.968	-70,44
Lagoa dos Três Cantos	-	-	-	-	952	791	-16,91
Não-Me-Toque	11.010	6.928	4.577	3.822	2.619	1.972	- 82,09
Quinze de Novembro	-	-	-	2.241	1.939	1.692	-24,50
Saldanha Marinho	-	-	-	1.679	1.303	942	-43,85
Salto do Jacuí	-	-	-	3.397	3.043	1.672	-50,78
Santa Bárbara do Sul	7.936	6.068	6.042	3.799	2.476	1.844	-76,76
Selbach	-	3.997	3.625	2.525	2.073	1.479	-63,00
Tapera	9.447	5.243	4.481	3.284	1.948	1.628	-82,77
Total	57.021	53.519	43.242	38.888	31.765	25.175	-55,85
Rio Grande do Sul	3.003.049	3.134.870	2.556.856	2.141.345	1.868.850	1.593.638	-46,93
Brasil	38.987.526	41.603.839	39.137.198	36.041.633	31.835.143	29.830.007	-23,49

Fonte: IBGE (Censo Demográfico: 1960-2010).

No entanto, com base nos dados do IBGE, percebe-se que o total de estabelecimentos agropecuários da região praticamente não se alterou nos últimos anos, se comparados os dois últimos censos agropecuários de 1996 e 2006 há um decréscimo de 0,64% (9248 estabelecimentos rurais em 1996 para 9189 em 2006). No estado do Rio Grande do Sul há um aumento de 2,93% e no Brasil um aumento de 7,08%. Entre os municípios que tiveram queda no número de estabelecimentos, destaca-se o município de Cruz Alta, com 68,21%, explicado em parte pela emancipação de Boa Vista do Incra e de Boa Vista do Cadeado. Por outro lado, municípios como Quinze de Novembro e Saldanha Marinho tiveram um aumento dos estabelecimentos rurais, bem acima da média do estado e do país: 16,32% e 20,23%, respectivamente, conforme a Tabela 2.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos agropecuários nos municípios da região do Alto Jacuí- 1996-2006

Municípios	Total de estabelecimentos		Var. %
	1996	2006	
Boa Vista do Cadeado	-	590	-
Boa Vista do Incra	-	585	-
Colorado	533	506	-5,06
Cruz Alta	1.944	618	-68,21
Fortaleza dos Valos	562	600	6,76
Ibirubá	1598	1533	-4,06
Lagoa dos Três Cantos	372	362	-2,69
Não-Me-Toque	766	691	-9,79
Quinze de Novembro	674	784	16,32
Saldanha Marinho	440	529	20,22
Salto do Jacuí	663	655	-1,20
Santa Bárbara do Sul	489	561	14,73
Selbach	721	620	-14,00
Tapera	486	555	14,19
Total	9248	9189	-2,30
Rio Grande do Sul	429.957	442.564	2,93
Brasil	4.859.864	5.204.130	7,08

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário: 1996 e 2006).

Assim, diante desse contexto, esta pesquisa se propõe a estudar: Quais os fatores identificados com o modelo de desenvolvimento agrícola adotado, relacionados com a diminuição da população rural da região do Alto Jacuí (RS)?

A partir dessa questão principal, podem-se formular algumas indagações específicas: Quem são os produtores rurais que contribuem para esse cenário e como contribuem? Que arranjos sociais e econômicos estão sendo elaborados pelos produtores nesse contexto? E sob que condições econômicas e sociais os agricultores venderam e compraram terras na região?

1.2 Hipóteses

- a) o modelo produtivo agrícola da região conduziu a um crescente processo de concentração, da atividade produtiva, que tendeu a homogeneizar a forma de produzir no espaço físico, acelerando a diferenciação econômica e social entre os produtores rurais e conseqüentemente a diminuição da população rural.
- b) a busca da melhoria de condições de vida no meio urbano, o endividamento agrícola e a necessidade de economia de escala são os principais fatores relacionados com a diminuição da população rural na região estudada.

1.3 Objetivos

Analisar os fatores identificados com o modelo de desenvolvimento agrícola da região do Alto Jacuí (RS), relacionados com a diminuição da população rural.

1.3.1 Objetivos específicos

- a) Descrever os produtores rurais que abandonaram o mundo rural e a agricultura, contribuindo assim para a diminuição da população rural;
- b) Caracterizar a situação socioeconômica e produtiva dos produtores rurais antes e depois da migração do mundo rural;
- c) Identificar e analisar quais fatores e de que forma, além da atividade produtiva agrícola, têm contribuído para a diminuição da população rural.

1.4 Metodologia e procedimentos do estudo

São apresentadas as formas de elaboração da pesquisa, a região de abrangência e os municípios que foram pesquisados, além das etapas que foram seguidas para alcançar os objetivos propostos no estudo.

1.4.1 A determinação espacial da área pesquisada

Utiliza-se como universo de estudo a região do Alto Jacuí, sendo o recorte espacial utilizado pelo COREDE– Alto Jacuí, demonstrado conforme a Ilustração 1. A região está

situada no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Segundo os dados da Fundação de Economia e Estatística – FEE (2010), com uma área de 6.906,5 km², a população total é de 155.278 habitantes (84 % Urbana e 16% Rural) e é composta de quatorze municípios (Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Ingra, Colorado, Cruz Alta, Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Lagoa dos Três Cantos, Não-Me-Toque, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Selbach, Santa Bárbara do Sul e Tapera). Os municípios que têm o maior número de habitantes são: Cruz Alta (65.819), Ibirubá (18.937), Não-Me-Toque (15.560), Salto do Jacuí (12.437), Tapera (10.530) e Santa Bárbara do Sul (19.022), os demais municípios têm menos de 5.000 habitantes.

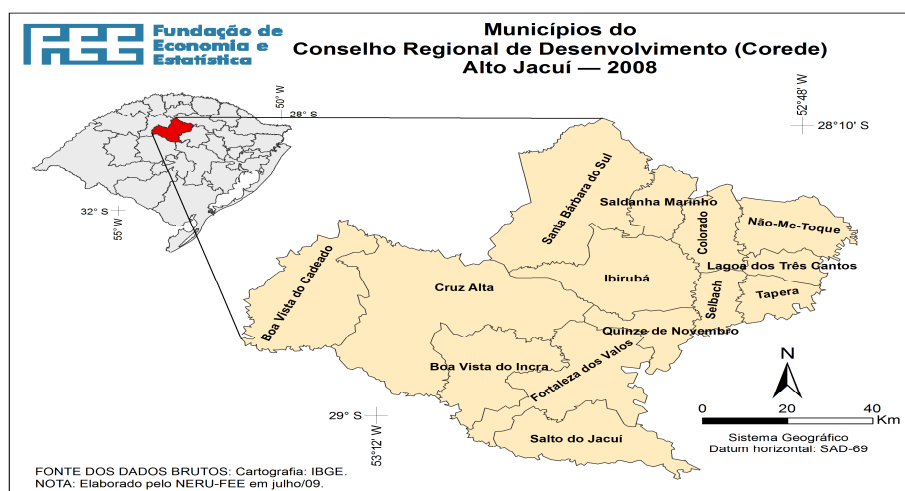


Ilustração 1: Mapa de localização do COREDE Alto Jacuí
Fonte: Fundação de Economia e Estatística – RS (FEE)

1.4.2 Metodologia da pesquisa e instrumentos de coleta de dados

Para alcançar os objetivos do estudo, foi realizada uma pesquisa descritiva a fim de identificar e analisar os fatores influenciadores na diminuição da população rural da região do Alto Jacuí (RS), e as possíveis relações com o modelo de desenvolvimento agrícola adotado na região, procurando estabelecer relações entre variáveis contidas neste tema.

Para um maior aprofundamento da realidade empírica, esta pesquisa tem caráter qualitativo. A análise dos dados qualitativos foi realizada pelo método de análise de conteúdo, dessa forma, prevê-se uma pré-análise, a exploração, a inferência e a interpretação dos dados coletados. Este método de análise objetiva classificar palavras, frases, ou mesmo parágrafos em categorias de conteúdo, comparando as respostas. Segundo Ribeiro e Nodari (2001), a estratégia é tratar os dados descritivos como fato, ou seja, que os dados falem por si mesmos. Os próprios informantes apresentam o relato, preservando cada palavra originalmente falada

pelo entrevistador e pelo entrevistado. A descrição dos dados da pesquisa apresenta extratos retirados diretamente das anotações originais. Por outro lado, alguns dados da pesquisa de campo foram tratados de forma quantitativa, para sua análise utilizaram-se as ferramentas da planilha eletrônica Excel.

Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo foi dividido em três etapas. Na primeira etapa, foi realizada a pesquisa bibliográfica que identificou e analisou os trabalhos e autores que subsidiam a interpretação e a análise dos dados da pesquisa. Na segunda etapa, foi realizada a coleta de informações em fontes de dados secundários, a fim de identificar e analisar as informações relativas à região e aos municípios onde foi realizada a pesquisa de campo e, sobretudo, para a formulação do capítulo sobre o desenvolvimento agrícola da região. Na terceira etapa, foi realizada pesquisa de campo. A seleção dos entrevistados para a pesquisa de campo foi feita da seguinte forma:

- a) identificação das Instituições representativas do meio rural na região, respectivos endereços e contatos telefônicos;
- b) identificação dos produtores rurais que fariam parte da pesquisa. Para isso, buscaram-se informações junto às entidades representativas do meio rural na região (Secretarias da Agricultura, Sindicato Rural Patronal, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), possibilitando obter os nomes e contatos dos produtores rurais que adquiriram ou venderam terras na região. Com a mesma finalidade, foi realizada pesquisa junto aos cartórios de registro de imóveis e imobiliárias rurais dos municípios estudados;
- c) novos nomes de entrevistados foram sendo incluídos por indicação dos próprios produtores rurais, à medida que as pesquisas se iniciaram.

Portanto, os indivíduos entrevistados foram aqueles localizados pelo pesquisador, por isso a amostra não atinge os requisitos de amostra probabilística. Assim, a sua representatividade em relação à população não pode ser verificada por completo e as suposições estatísticas sobre erros de amostragem e estimativas dos parâmetros da população não se aplicam. Gil (1994, p.97) define este tipo de amostra como amostragem por acessibilidade. Segundo ele, “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma, representar o universo”. Assim, a pesquisa foi realizada a partir da aproximação progressiva, por amostragem intencional e por acessibilidade.

A discussão semântica sobre conceitos e definições de população rural ou de meio rural encontrados na literatura especializada é abrangente, nesta pesquisa trabalha-se com o

conceito utilizado pelo IBGE (2010), que define administrativamente população rural como sendo aquela que está além dos limites do perímetro urbano.

Com a lista das pessoas que seriam entrevistadas, agendou-se, por telefone, o contato. Assim, na terceira etapa, foi realizada pesquisa de campo com as instituições representativas do meio rural e produtores rurais, através de entrevistas semiestruturadas com questões abertas e fechadas. Estes dados primários contribuíram para caracterizar o produtor que migrou do meio rural, sua situação socioeconômica e produtiva. As entrevistas tiveram duração de aproximadamente uma hora e meia, variando conforme a disponibilidade de tempo do entrevistado. Antes da realização da pesquisa, foi efetuado um pré-teste para avaliar a eficácia do instrumento de pesquisa e verificar possíveis equívocos de interpretação. Para obter o maior aproveitamento possível das declarações dos entrevistados e para tornar a coleta de dados mais precisa, as entrevistas foram gravadas e, antes de iniciá-las, informou-se ao entrevistado quais eram os objetivos do estudo, de forma a deixar claro que a pesquisa tinha um caráter científico.

O período de realização das entrevistas foi de abril a dezembro de 2010, através de visitas in loco do pesquisador, em todos os municípios da região. Todas as entrevistas foram realizadas na área urbana, onde os produtores estavam residindo e com os responsáveis pelas Instituições Rurais. A pesquisa de campo com os produtores rurais teve a colaboração de pessoas residentes nos municípios visitados pelo pesquisador para uma aproximação dos entrevistados, pois uma das maiores dificuldades encontradas foi a aproximação com os entrevistados de outros municípios, sendo que muitos deles entravam em contato com a Prefeitura e Sindicatos para verificar sobre a visita agendada. Assim, com a colaboração de acadêmicos da Universidade de Cruz Alta, que residiam nos municípios visitados e de algumas Instituições Rurais, foi possível a realização da pesquisa de campo. Cabe ressaltar que em alguns municípios, por falta de tempo das Instituições Rurais, estas preferiram digitar e enviar por e-mail a sua entrevista. No apêndice deste estudo, apresenta-se a relação dos Segmentos Rurais que fizeram parte da pesquisa, nomes dos entrevistados, contatos telefônicos e data da entrevista, além da relação de produtores entrevistados, identificados por número, localidade oriunda e data da entrevista. Porém, a pedido destes, não foram mencionados nomes. Também estão no apêndice os formulários utilizados nas entrevistas durante a realização da pesquisa de campo.

Foram realizadas 171 (cento e setenta e uma) entrevistas, abrangendo 82 (oitenta e dois) entrevistados que venderam ou arrendaram suas terras e migraram para a cidade, 38 (trinta e oito) entrevistados compradores ou arrendatários e 51 (cinquenta e um) Segmentos

Rurais. Também fizeram parte da pesquisa, considerados neste último número, o Responsável Técnico pelo escritório da Agência Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, localizado no município de Cruz Alta, os diretores comerciais das Cooperativas COTRIBÁ (Cooperativa Agrícola Mista General Osório Ltda) e COTRIJAL (Cooperativa Agropecuária e Industrial), pois ao longo da pesquisa de campo estas cooperativas foram frequentemente citadas pelos entrevistados. No município de Salto do Jacuí, por não haver na época das entrevistas um Secretário da Agricultura, optou-se por entrevistar a Inspeção Veterinária, que presta assistência técnica aos produtores do município e região. A Fundação Centro de Experimentação (FUNDACEP), a Cooperativa Triticola Taperense Ltda (COTRISOJA) e a Cooperativa Central Gaúcha Ltda (CCGL) foram convidadas a participar da pesquisa, porém não se pronunciaram a respeito.

1.5 Estrutura da tese

Para dar conta dos objetivos deste estudo, a tese está estruturada em sete capítulos. Neste primeiro capítulo introdutório foi apresentado o contexto da pesquisa, sendo articulado pelos subitens problema de pesquisa, objetivos, hipóteses, metodologia e os procedimentos do estudo e a estrutura da tese.

No capítulo dois estuda-se o desenvolvimento agrícola desta região, através da sua evolução histórica e dados secundários da sua evolução demográfica, do pessoal ocupado na agricultura, do número e área dos estabelecimentos rurais, da utilização das terras nos estabelecimentos rurais, da atividade pecuária, da utilização de máquinas e instrumentos agrícolas, do uso de adubos e fertilizantes, da produção agrícola, da atividade leiteira, do sistema de financiamento e da participação do setor agrícola na renda interna dos municípios da região.

No capítulo seguinte, realiza-se uma revisão teórica sobre os aspectos que envolvem a temática do desenvolvimento agrícola e o meio rural. Com esse propósito, delimitou-se a abordagem do tema em dois blocos analíticos que enfatizam, de um lado os aspectos teóricos e, de outro, os aspectos históricos da temática abordada.

Nos capítulos quatro e cinco descrevem-se os resultados da pesquisa de campo através das entrevistas com os produtores rurais que venderam ou arrendaram terras na região, que não continuam na atividade agropecuária no seu município e, ainda que da mesma forma saíssem do meio rural, continuam sendo produtores, e Instituições ligadas ao meio rural, possibilitando, dessa forma, uma visão mais clara da temática em estudo.

O capítulo seis traz uma análise mais aprofundada dos dados coletados na pesquisa de campo e descritos nos capítulos quatro e cinco, considerando também os dados secundários e os aspectos históricos referidos no capítulo dois.

Finaliza-se o estudo com o capítulo sete, apresentando-se as considerações finais, com a retomada das hipóteses da pesquisa, as relações com os resultados do estudo, sugestões para futuras pesquisas, as principais limitações e o encerramento deste estudo.

2 O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E AGRÁRIO NA REGIÃO DO ALTO JACUÍ/RS

Diversos são os fatores que determinam a dinâmica do desenvolvimento de uma região. Mesmo que o termo desenvolvimento ou região não tenham um conceito universalmente aceito, a temática do desenvolvimento agrícola vem sendo estudada como parte importante nessa discussão, estando focada na agricultura familiar ou no agronegócio, sendo problematizada como potencialidade ou como entrave ao desenvolvimento regional.

No Rio Grande do Sul, tais discussões sobre o desenvolvimento e região estão presentes e se intensificaram no final do século XX. Frutos desse debate, foram criados pelo Governo do Estado, em 1991, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES, com o objetivo de descentralizar essas discussões.

Uma dessas regiões é a do COREDE Alto Jacuí, composto por 14 municípios: Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Inera, Colorado, Cruz Alta, Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Lagoa dos Três Cantos, Não-Me-Toque, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, Selbach e Tapera. Abrange uma área de 6.905,5 km², uma população total de 155.278 habitantes e densidade demográfica de 22,5 hab/km², segundo a FEE (2010).

Neste capítulo, procura-se estudar o desenvolvimento agrícola desta região, descrever e analisar variáveis que certamente condicionaram sua trajetória. Além da história da agropecuária, tratam-se as mudanças no uso de insumos, a produção agropecuária, financiamento, o comportamento do número de estabelecimentos e da área produzida, a evolução do emprego rural e a participação do setor agrícola nos indicadores socioeconômicos da região, ou seja, as condições da produção na atividade agrícola, suas características e evolução na região do Alto Jacuí, a qual pertence o município de Cruz Alta.

2.1 O contexto histórico da ocupação e transformações na agropecuária e território da região do Alto Jacuí

Em relação à estrutura econômica regional, desde sua formação até o final do século XIX, a análise feita por Carrion Júnior (1979) refere-se a uma ocupação agrícola tardia e lenta no Rio Grande do Sul, caracterizando-se por uma economia baseada primeiramente na criação extensiva do gado e comercialização do couro, identificado pelo autor como um período de inexistência de uma estruturação econômica regional e sem articulação com a economia

nacional, somente quebrado através da venda de muares para a zona da mineração e pela atividade das charqueadas, a partir de 1850.

Portanto, é no século XIX que se formaram as origens das atuais estruturas agrícolas e agrárias do estado do Rio Grande do Sul e, especificamente da região, um espaço formado por grandes propriedades rurais dedicadas à pecuária – as estâncias, composto também de produtores e trabalhadores rurais, sem acesso às terras disponíveis.

A trajetória da região do Alto Jacuí não é diferente, e se inicia pela cidade de Cruz Alta, cujo nome derivou-se de uma alta cruz de madeira erguida pelos padres jesuítas no século XVIII e que serviu para guiar os viajantes que chegavam de outros lugares. A linha divisória, ou Campos Neutrais, que separava as terras da Espanha e de Portugal no estado, cortava o território gaúcho exatamente no município de Cruz Alta. O distrito foi fundado em 18 de agosto de 1821 e em 1834 passou a ser município, emancipando-se de Rio Pardo.

Segundo Cavalari (2001, p. 53):

Essa faixa denominada de campos neutrais constituía-se de um espaço aproximado de 1500 metros de largura entre os dois domínios passando exatamente por cima da Cruz Alta, erguida pelos jesuítas e também onde hoje está a cidade de Cruz Alta. Em virtude disto, houve inclusive um expressivo movimento migratório de paulistas que a cada ano aumentavam nesta região. O lugar em torno da grande cruz jesuítica começou a se transformar numa paragem obrigatória aos viajantes em transito pela rota dos Neutrais.

Por volta de 1808 existiam moradores fixos estabelecidos em terras na região. Os campos, ocupados gradativamente por posseiros e sesmeiros, aos poucos fechariam quase que por completo um enorme quebra-cabeças pelas léguas de coxilhas na imensa área do futuro município da Cruz Alta. Um grupo de moradores reuniu-se objetivando redigir uma petição com o propósito de receber autorização para oficializar a construção de uma capela e assim concretizar o passo inicial da fundação do povoado. (CAVALARI, 2001)

Segundo estudo da Prefeitura Municipal de Cruz Alta (2006), no início do processo da formação histórica da região, o antigo município de Cruz Alta abrangia uma quinta parte de território rio-grandense (aproximadamente 60.000 km² ou 20% do território) e onde atualmente estão localizados 219 municípios do estado. Com a emancipação de Cruz Alta toda a região missioneira e parte norte, compreendida no Alto Uruguai da província, passaram a pertencer ao município. Em 1857, Santa Maria desmembrou-se de Cruz Alta através de sua emancipação político-administrativa, anexando em suas terras boa parte da área da atual

região central do Estado. Outros municípios emanciparam-se ainda no século XIX: Passo Fundo (1857)¹, São Martinho (1876), Santo Ângelo (1873) e Palmeira das Missões (1874).

Para Aléssio (1981), a história da agropecuária da região inicia-se, primeiramente, com o índio Guarani que cultivava pequenas plantações de mandioca, milho, batata-doce e erva-mate, e com os jesuítas que introduziram a cultura do arroz, trigo, cevada, cana-de-açúcar, algodão e fumo. Segundo o autor, as secas, geadas ou as enxurradas, por vezes faziam diminuir a produção de alimentos e os índios fugiam para as matas. Para viabilizar seu projeto de colonização, os jesuítas sentiram a necessidade de introduzir o gado. O autor revela, ainda, que essa ideia não poderia ser mais apropriada, pois além de encontrar na região excelentes pastagens, a produção pecuária revelou-se ser a melhor alternativa para fixar definitivamente as tribos nômades nas reduções. Ainda segundo Aléssio:

Introduzindo e desenvolvendo técnicas mais aperfeiçoadas de cultivo, nas próprias reduções de acordo com as necessidades, e criando uma riqueza pecuária nas extensas pastagens nativas do sul, os padres jesuítas foram os primeiros agentes da organização de uma economia agropecuária na região, capaz de gerar excedentes. Nas condições econômicas da época, do ponto de vista dos agentes sociais interessados em se apoderar das riquezas dos territórios descobertos e transformá-las em produtos para o mercado europeu, merece destaque o desenvolvimento da pecuária com base nas reduções. Os rebanhos abriram uma nova perspectiva econômica que passam a interessar a portugueses e espanhóis. (1981, p. 22).

Para Furtado (2000, p. 12). “A ideia de utilizar a mão de obra indígena foi parte integrante dos primeiros projetos de colonização, desempenhando sempre um papel fundamental.” No entanto, um sistema de organização agrícola baseado em mão de obra indígena não era inteiramente adequado à expansão do mercado almejado pela colônia portuguesa. Em consequência esta forma de organização devia dar lugar a outro sistema de relações sociais de produção que, entre outros fatores, resultou na conquista das missões por Portugal em 1756.

Com a morte do Rei Dom José I de Portugal, subiu ao trono sua mãe Dona Maria I que sepultou também a política do Marques de Pombal, afastando-o do poder. A Rainha imediatamente procura delinear um acordo pondo fim às hostilidades entre Portugal e Espanha. Com o tratado, a Espanha assumiria a posse definitiva da Colônia de Sacramento e das Reduções Missioneiras no Rio Grande do Sul, na chamada Boca do Monte, para onde se deslocou a comitiva. Desse acampamento, que originou a cidade de Santa Maria, os técnicos portugueses subiram em direção as Missões para fazer as demarcações da linha divisória, enquanto que os espanhóis desceram ao Sul em direção a Santa Tecla e Chuí (CAVALARI, 2001. p 56).

¹ O município de Carazinho emancipou-se de Passo Fundo em 1931. Deste município emanciparam-se Não-Me-Toque (1954), Colorado (1962), Tapera (1954) e deste último, emanciparam-se Selbach (1965) e Lagoa dos Três Cantos (1992). Com exceção de Carazinho, todos os outros municípios pertencem atualmente à região do COREDE Alto Jacuí.

Para Aléssio (1981), após a tomada das reduções, aos índios só restaram duas alternativas: primeiramente a fuga pelas matas, onde um reduzido contingente sobreviveu em uma economia de subsistência, ou renunciar ao seu sistema de vida e integrar-se à nova organização econômica, atuando como peões de estância, aderindo assim a alguma forma de assalariamento. Separados dos seus meios de produção, de senhores de um território passaram a servir aos conquistadores, gerando excedentes, que serviram à constituição e expansão de uma classe de grandes proprietários e de integração da região ao sistema colonial português. Para Rahmeier (2006), como consequência da expulsão dos jesuítas em 1767, ocorre o abandono do rebanho bovino e em seu aproveitamento pelos luso-brasileiros que se instalavam na região, sendo que esta atividade viria a adquirir importância econômica por fazer parte, mais tarde, do tropeirismo na região.

Com a legitimação e posse portuguesa da região, Portugal envia famílias de açorianos para ocuparem o território, com isso inicia-se uma agricultura de subsistência que posteriormente será absorvida pelo latifúndio agropecuário. Trata-se da ocupação por meio de concessão de sesmarias, sendo determinante para formar as bases sociais e econômicas da região. Segundo Aléssio (1981), em 1732, com o início da distribuição das sesmarias, o governo português decide fixar pessoas na região Sul, doando em torno de 13.068 ha para quem já estivesse instalado com estabelecimento de lavouras ou criação de gado. Para Zamberlam (1989, p. 53), “a forma de distribuição de títulos de terra a esses imigrantes foi em torno de 900 hectares, no início. Após, com a vinda dos imigrantes europeus, não ultrapassa 80 hectares de terra”.

Para Roche (1969, p. 34):

A década de trinta do século XVIII marcou o começo do processo de distribuição de sesmarias. Tropeiros e militares passaram a receber terras da Coroa, dando início à caracterização da propriedade da terra e do gado, com o aparecimento das estâncias. O critério fundamental para que fossem concedidas as sesmarias foi a prestação de serviços militares. Uma análise do sistema de distribuição de terras no Rio Grande do Sul indica a origem da extrema concentração de terra e gado, no século XVIII e XIX, efetuada via processos extra-econômicos.

No estado do Rio Grande do Sul, as áreas de campo que tinham abundância de gado passaram a ser vistas sob nova ótica, principalmente a partir do ciclo do ouro, momento em que se rearticulam os propósitos da colônia, atraindo milhares de portugueses ao Brasil e de migrantes para a região de Minas Gerais. Neste momento, o mercado interno é constituído principalmente do açúcar e arroz do nordeste, do feijão, milho e mandioca de São Paulo, e do Rio Grande do Sul, tropas de muares. Assim, a economia extrativista do ouro, em Minas

Gerais (1690 a 1800), teve influência marcante na região, em especial com a vinda de uma população de origem paulista, objetivando o escoamento de tropas de muares para São Paulo. Segundo Zarth (1997), a produção pecuária na região do Alto Jacuí era assim distribuída nesse período: o gado bovino representava cerca de 37% do plantel de animais das estâncias, enquanto os cavaleiros chegavam próximo dos 50%, os muares ficavam em torno de 12% e as ovelhas com cerca de 3%, apenas.

Para Cavalari (2001, p. 55):

Foi com a corrida do ouro, na região das Minas Gerais e Goiás, que os animais de corte e tração, tornaram-se importantes elementos de procura para suprir a demanda da produção das zonas mineradoras. O Comércio de mulas para estas regiões, transformou-se num lucrativo negócio para destemidos aventureiros de várias partes do Brasil, que ao rumo do Sul, levavam mulas inicialmente contrabandeadas da região de Santa Fé na Argentina para os Estados Centrais.

Dessa forma, no início do século XVIII, os locais que possuíam bom pasto, vegetação rasteira, com os campos de mato e rios que facilitassem a passagem de homens e animais, tornaram-se pontos-chaves no traçado de um novo caminho do gado para região de Minas Gerais. Foi assim que a região do Alto Jacuí tornou-se, neste período, um ponto de intersecção e referência dos principais caminhos do gado no estado.

Os caminhos poderiam ser diferentes, mas sempre passavam pelo município de Cruz Alta, conforme demonstra Zamberlam (1989): O primeiro, partindo de São Borja, São Luiz Gonzaga, Cruz Alta, Vacaria, até o porto de Laguna (SC), indo após por mar, até o porto de Santos (SP) e daí de Sorocaba até Minas Gerais. O outro caminho, do Rio Pardo, São Borja, São Luiz Gonzaga, Cruz Alta, Vacaria, Lajes (SC), Curitiba, Rio Negro (SC), Palmeira (PR), Ponta Grossa (PR), Guaraciaba (PR), Itapetinga e Sorocaba (SP). E, por último, o caminho que saía de São Borja, São Luiz Gonzaga, Cruz Alta (RS), Chapecó (SC), Guarapava, Imbituva, Tigai (PR) e Sorocaba (SP).

Cavalari (2001) conta que por volta de 1850, auge do comércio de muares, cada besta valia de 40 a 50 mil réis. Em 1870 a besta era adquirida dos criadores do planalto por cerca de 14 mil réis, sendo que nas cercanias de Cruz Alta os lotes eram adquiridos por um valor 20% superior aos da fronteira e finalmente na Feira de Sorocaba valia 70 mil réis, preço que chegaria a 120 mil réis por cabeça em 1892. Esta foi a lida de centenas de tropeiros que constantemente desafiavam a própria vida nas longas e perigosas jornadas, conduzindo tropas para comercializá-las em São Paulo. Certamente esta também foi a rotina do tropeiro João José de Barros, a saber, o responsável pela fundação de Cruz Alta.

Para Pozzebon (2002, p. 95), a presença dos tropeiros na região do Alto Jacuí impulsionou a expansão territorial, pois os núcleos de povoamento desenvolveram-se dentro de uma lógica geográfica própria. Como por exemplo, o município de Santa Bárbara, denominado de Blau Nunes na época, servia de parada obrigatória das tropas e ficou conhecido com a “Terra de Desembarque dos Tropeiros”. Assim, os caminhos alternativos e as paradas foram decisivos na formação e consolidação das cidades ao longo do trajeto percorrido pelos tropeiros. Finalmente, a modernização dos campos regionais provocou a retirada sistemática de lendário tropeiro dos campos rio-grandenses e da região do Alto Jacuí. Para Zamberlam *et al* (1989, p. 33), passada a euforia da mineração, e ao contrário do que muitos pensavam, não houve retrocesso da economia gaúcha a uma atividade econômica de subsistência isolada. Pelo contrário, surge a “saladeril” introduzida por emigrantes cearenses, ainda no final do século XVIII.

A gradativa organização da atividade pastoril na região do Alto Jacuí, com a criação de muares, implicou numa maior utilização de mão de obra. Com a exportação de tropas, realizada não raro pelo próprio fazendeiro e seus peões, puderam estes perceber outras realidades, o que, presume-se, pôde implicar em novas alternativas de trabalho, segundo Aléssio (1981).

Essas relações de trabalho estão diretamente relacionadas com a formação da estrutura agrária da região, cujo núcleo social, cultural e econômico básico é a estância, onde poderiam existir algumas culturas de subsistência nesse período, mas ocupando-se principalmente da criação de gado.

Para Zarth (1997), é nessa região que a dicotomia campo-floresta ou pequena agricultura e pecuária aparece de forma mais evidente, revelando, assim, as contradições existentes entre estes dois grupos sociais e entre suas relações de trabalho, diferenciando-a das outras regiões do estado e do país. Segundo Pozzebon (2002), esta estrutura se diferencia das outras regiões do país, como nas regiões cafeeiras e açucareiras, onde ocorriam elevados gastos com a aquisição de mão de obra escrava. No Rio Grande do Sul, as atividades na estância eram realizadas pelos peões, com custos relativamente baixos para os pecuaristas.

Também para Caio Prado Júnior (1977) as relações na economia colonial estruturaram-se de forma a atender seus objetivos, com base em três elementos principais: grande propriedade, monocultura e trabalho escravo. No entanto, segundo o autor, no sul do país existiam atividades que escapam a esta caracterização. Pecuária e agricultura de subsistência, por exemplo, voltam-se ao mercado interno e utilizam o trabalho livre em maior medida que o escravo. No entanto, eram atividades de reduzida expressão, subsidiárias à

economia exportadora. Para Zarth (1997), a historiografia brasileira e regional ignora a função do escravo negro durante a formação social agrária do Rio Grande do Sul. O autor relata arbitrariedades, situadas além da própria escravidão. Em 1877 corriam processos contra estancieiros de Cruz Alta, como morte de criança por espancamento, impedimento de amamentar recém-nascido, com morte consequente. Além das atividades agropastoris e domésticas, os escravos da região eram utilizados para outras atividades: como atafonas para fabricar farinha de mandioca e olarias.

Uma importante atividade fez parte da economia da região neste período – a erva-mate, que ao lado da pecuária, foi um dos principais produtos da região durante o século XIX. Conforme dito anteriormente, este produto foi introduzido pelos índios que habitavam a região, e com o surgimento do povoado de Cruz Alta, esta atividade passa a constituir a principal renda de muitos de seus habitantes, e principal fonte de recursos das câmaras municipais, através do tributo que incidia sobre a exportação do produto. Concentrada principalmente na região de floresta e produzida por pequenos agricultores de subsistência, que mesmo não sendo proprietários das terras que ocupavam e nem dos ervais, avançavam sobre as áreas de florestas em busca da erva-mate.

Assim, devido a sua importância no período, o produto recebia muitas atenções da municipalidade. Segundo Zarth (1997, p. 57- 59):

Essa atenção aos ervais implicava manter rígido controle sobre o corte do produto e impedir a destruição das árvores que corriam sérios riscos caso não fossem respeitados os períodos ideais para a poda. Além da questão da poda em tempo certo, o fogo era um grande inimigo dos ervais, numa época em que queimar roçados era uma prática cotidiana. [...] De qualquer forma, tudo indica que a maior parte dos ervais eram públicos e, a julgar pelos reclames sobre a má qualidade da erva-mate produzida, a fiscalização de modo geral era ineficiente.

Segundo Zamberlam (1989), o produto além de atender o mercado interno era comercializado com países latinos. Nos primeiros orçamentos do município de Cruz Alta a erva mate correspondia a aproximadamente 50% da arrecadação total, em meados do século XIX. Essa representatividade ocorre até 1870. A partir desse período, aconteceu de forma menos expressiva, devido em parte aos desmembramentos de municípios (como Palmeira das Missões) em parte à concorrência de outros centros (como Paraguai). Essa atividade persistiu até 1950, atendendo às necessidades de consumo local.

No final do século XIX, novos elementos vieram interferir no desenvolvimento da agricultura na região. A partir de 1850, com a Lei das Terras, o título da propriedade da terra passa a ser comprado e os conflitos entre extrativistas-agricultores e latifundiários se

acentuam. Este marco coincide com o início da efetiva ocupação do meio norte do Rio Grande do Sul.

No que se refere à questão fundiária, por volta de 1860, os latifundiários pecuaristas não podendo mais incorporar novos campos devolutos, iniciam um processo de ocupação das áreas de mato, o que gerou um conflito com aqueles pequenos produtores coletores de ervamate que até então não tinham a posse jurídica de sua agricultura de subsistência e nem dos ervais. Segundo Zarth (1997), é nesse período que a exclusão dos camponeses tem início, obrigando-os a emigrarem para áreas inóspitas e ainda devolutas, ou tornaram-se peões de estância. O resultado, segundo o autor, é um maior controle político das elites locais, pois as terras devolutas e os ervais públicos perderam espaço para as privatizações. Formou-se, assim, uma legião de agricultores despossuídos em meio à imensidão de terras, numa região de baixíssima densidade demográfica.

Além da Lei das Terras, ocorre o processo de imigração de colonos europeus no estado. Na região do Alto Jacuí, a ocupação por estes imigrantes cria atividades paralelas e até complementares às dos estancieiros. Além disso, encontraram áreas que já tinham sido ocupadas com agricultura de subsistência por outros colonizadores, principalmente os açorianos. Para Aléssio (1981 p. 46-47):

Esta ocupação vinha diversificar a estrutura fundiária da região, introduzindo ao lado das grandes propriedades as pequenas glebas de colonos. Mas as terras de mato já haviam sido ocupadas para fins agrícolas de forma e intensidade crescente, em diferentes fases, pelo índio, pelo fazendeiro e pelo imigrante açoriano. Tanto os índios quanto os fazendeiros preocuparam-se em auto abastecer-se com produtos cultivados em pequenas lavouras de mato para o próprio consumo. Com isto, pretende-se ressaltar que não foram os colonos os únicos a trabalhar na agricultura em áreas de mato na região, embora sejam eles a atuarem de forma mais significativa.

É importante destacar que a política oficial deliberada, de propiciar a vinda de imigrantes europeus, estava diretamente relacionada ao desenvolvimento de pequenas propriedades agrícolas e principalmente para fomentar a comercialização de terras. Zarth (1997) relata que, na década de 1870, a câmara municipal de Cruz Alta solicitava a vinda de colonos para a região, como forma de incentivar a agricultura nos matos do município, oferecendo gratuitamente 115 (cento e quinze) lotes aos colonos que quisessem se estabelecer na região. No entanto, o Ministério da Agricultura recusou a oferta de lotes, argumentando que não havia condições de mercado para a criação da colônia na região. Para o autor, diferentemente do que ocorreu em outras regiões do país, a imigração e o fim da escravidão não têm, na região, uma ligação estreita.

Brum (1988) vê a ocupação do meio norte do estado em duas etapas: a primeira na região de Santa Maria, Caxias do Sul, Santa Cruz, entre outras, denominada de Colônias Velhas e a fase da ocupação das Colônias Novas, que tem início com a fundação da Colônia de Ijuí (1890) e Guarani das Missões (1899), todas na região do Alto Jacuí.

Cavalari (2004) identifica que o colono alemão adquiria um lote de 25 hectares assinando um contrato de compra e venda e recebia a escritura apenas após a quitação de sua dívida. A compra e venda das terras eram intermediadas por empresas colonizadoras. Os alemães que se fixaram neste território destacaram-se pelas habilidades nas áreas agrícola, artesanal, administrativa e comercial, praticando uma agricultura de subsistência e de corte-queimada. A introdução da religião protestante, pelo grande contingente de alemães, também auxiliou para inserir novos elementos constituintes da cultura da região. Já os imigrantes italianos chegaram por volta de 1878, constituindo os núcleos de Saldanha Marinho, Visconde do Rio Branco (Pejuçara) e 15 de Novembro.

Para Cunha (1996), no ano de 1898, uma grande quantidade de colonos, sobretudo alemães, deslocou-se para a sede da Colônia do Alto Jacuí, vindos da antiga Colônia de Santa Cruz do Sul. Estes, após visitarem o território, adquiriram os lotes de terra, construíram suas moradas encravadas em meio aos pinheirais. Aos poucos, iam organizando pequenos povoados ou linhas coloniais, batizando-os com denominações escolhidas pelos novos proprietários das terras. Alguns desses colonos instalaram-se na beira de uma picada, num elevado próximo a uma lagoa de forma triangular, que servia de ponto de referência aos primeiros viajantes que por ali passavam. A lagoa, ainda hoje existente, fazia parte da “Colônia Nova do Alto Jachuy”, que deu origem ao atual município de Lagoa dos Três Cantos.

Diferentemente dos agricultores caboclos que estavam estreitamente ligados ao estancieiro ou comerciante de erva-mate, os colonos estavam sujeitos a novas formas de relações sociais, submetidos ao controle econômico dos comerciantes de produtos agrícolas, que tinham interesses diferentes dos estancieiros.

Estes comerciantes tinham um papel importante na dinâmica da produção agrícola regional. Para Zarth (1997), é evidente a condição monopsonica da casa comercial, que nessa condição ditava os preços agrícolas. Ao colher a safra, o agricultor já estava comprometido com o comerciante e obrigado a entregar-lhe a produção nas condições impostas para pagar-lhe o adiantamento dado em forma de mercadorias. No caso de uma frustração de safra, o colono ficava sujeito, por vários anos, aos empréstimos da casa comercial.

A colonização e o desenvolvimento da economia agrícola da região expandem-se rapidamente devido à construção da estrada de ferro (1894) ligando Cruz Alta a Santa Maria e a outros mercados consumidores. Marco que, segundo Zamberlam (1989, p. 82), firmará Cruz Alta como polo regional. Para Zarth (1997), no período anterior à construção da ferrovia e da criação dos núcleos coloniais, os preços das terras de mato e floresta eram irrisórios. Estes dois eventos foram responsáveis por um aumento de mais de 1.000% do preço da terra nesse período.

Esse polo ao qual o autor se referia, além da atividade agrícola, foi a formação de pequenas indústrias que se mantêm dependentes da agricultura e que transformam os produtos agrícolas. Ou seja, em consequência da renda recebida pelo colono, e pela infraestrutura montada, dirigem-se, em grande parte, pequenos produtores e comerciantes de outros locais que, por sua vez, também gastam grande parte de sua renda na compra de mercadorias para seu consumo, fomentando a industrialização local. Estes gastos constituem renda de outros produtores e comerciantes, num fluxo que, no plano analítico de Furtado (2003), é caracterizado pelo conceito de "multiplicador da renda".

Para Aléssio (1981), se por um lado as condições gerais favorecem o crescimento e evolução das colônias, que atraíram maior contingente de pessoas em um período de fixação, expansão e prosperidade, estabelecendo um tipo de organização econômica que ao mesmo tempo os integrava na economia de mercado, também lhes permitia uma variada produção de subsistência. Por outro lado, o sistema técnico de produção adotado levou a um esgotamento progressivo da fertilidade natural do solo, portanto à queda da produção. Tal fato, aliado ao aumento demográfico dos colonos, provoca a busca constante de novas terras. Em seu desenvolvimento, portanto, a economia agrícola dos colonos tende a uma estagnação, e mesmo ao declínio.

O aumento da produção ocorrido com a integração ferroviária de Cruz Alta a outros centros continuou até 1920 incrementado pela primeira Grande Guerra. A partir daí há um declínio acentuado na produção agrícola. As terras estavam cansadas de produzir as mesmas culturas, as forças produtivas sem horizontes. Dá-se o fenômeno da mandioquização que bem demonstra o esgotamento da terra a qual por volta de 1950, chega à exaustão; Um exemplo na colônia próxima de Ijuí bem demonstra este esgotamento: em 1939 – 43% da produção era milho e 18,9% mandioca. Em 1950 – 11% da produção era milho e 65% mandioca. O milho embora mais rentável economicamente decresce em relação a produção da mandioca que se adapta também em solos mais fracos. (ALESSIO, 1981, p. 47-48)

A acentuada estagnação da colônia é atribuída a diversos fatores, sendo que o modo de integração dos colonos na estrutura socioeconômica mais ampla era o principal determinante.

Além disso, as dificuldades econômicas impossibilitavam o aperfeiçoamento dos tratamentos culturais, a correção do solo e o aumento da produção e produtividade.

Segundo Brum (1981, p. 32):

Além da exploração dos comerciantes, a agricultura colonial enfrenta vários outros problemas: pequeno tamanho da propriedade; contínuo fracionamento das terras em decorrência das partilhas, por herança entre os numerosos filhos, rápido esgotamento do solo em decorrência da exploração intensiva, com técnicas rudimentares de cultivo, em consequência diminuição progressiva da produtividade. Esses problemas, com o parcelamento excessivo da terra levado ao extremo, acabaram por fechar as perspectivas nas colônias de origem e, como saída, provocaram o processo de “enxameamento” que consiste na migração de descendentes para novas áreas de colonização, expandindo a fronteira agrícola gaúcha, sobretudo no norte do Estado, onde se implantam as chamadas “colônias novas”, e vai repetir agora em ritmo ainda mais rápido, o mesmo processo de fracionamento e exaustão do solo.

Para Battistella (1972, p. 79), os agricultores desconheciam a estrutura do solo, sua composição, os processos para conservá-lo e as causas do esgotamento. Segundo o autor, nem sequer acreditavam nisso. “O fogo era seu mal fadado cúmplice, deixando a terra devastada e empobrecida. Acabavam dizendo que a terra não dava mais nada. As macegas foram tomando conta das roças”. Frantz (1982, p. 24) argumenta que para os colonos além dos limites de ordem fitossanitária que provocava a destruição da fertilidade da terra, a baixa da produtividade e o empobrecimento do agricultor, o acesso limitado à propriedade da terra diante do latifúndio é outro motivo para a inviabilidade desse sistema colonial. Mesmo com o baixo preço da terra, nem todos tinham condições de comprar e muitos lotes foram divididos precocemente. “Em geral, o colono conseguia apenas manter-se e criar os filhos à custa da depreciação das terras”.

Assim, o minifúndio colonial se inviabiliza, ao mesmo tempo em que avança o processo de industrialização no centro do país, juntamente com a aceleração do processo de urbanização. Por outro lado, o sistema baseado na pecuária extensiva, mantém-se praticamente inalterado até aqui.

Para Zarth (1997), mesmo com a preocupação governamental em povoar essas áreas estratégicas, a região sofria um isolamento em relação aos mercados, pois as estradas eram precárias durante o século XIX. O gado sofria menos pelas características de seu transporte em tropas, no entanto, a erva-mate era transportada em carretas e enfrentava os problemas da ausência de estradas. Assim, a agricultura não podia ir além de mera subsistência, pois jamais poderia competir nessas condições, devido à localização e ao transporte. Além disso, ocorria a diminuição da população absoluta na região. O autor coloca algumas hipóteses que podem justificar este declínio: a guerra contra o Paraguai, na qual participaram ativamente os

estancieiros da região, com vários batalhões de soldados recrutados entre o povo; diminuição do número de escravos, exportados para outras regiões, e é possível também que muitos homens cativos tenham marchado para a guerra com seus proprietários, além disso, outros fatores de menor importância podem ter contribuído para isso, como mortes sem reposição (as crianças nascidas nessa época eram livres pela lei de 1.871), alforrias, fugas, ou uma distorção na estatística.

Além da questão de transporte que inviabilizava o mercado agrícola da região, o desenvolvimento agrícola estava limitado ao velho latifúndio pastoril, herdado da formação econômica regional, e de um contingente de colonos europeus dedicados à agricultura nas áreas de mato e floresta e, sobretudo, de caboclos e pequenos agricultores extrativistas da erva-mate (pioneiros da agricultura na região), pobres e sem terra, principalmente no final do século, quando se acentua o processo de imigração, ocorrendo o aumento do preço da terra e a dificuldade de acesso a ela.

2.2 O desenvolvimento agrícola e uma nova organização social no século XX

Até o início do século XX, eram os produtos de subsistência e a pecuária que moviam a economia da região. Porém, em meados do século XX, tanto as culturas de subsistência quanto a pecuária começam a apresentar instabilidade e um novo sistema produtivo passa a fazer parte do desenvolvimento agrícola regional.

Segundo Zamberlam (1989, p. 91), de acordo com a história de Cruz Alta e região, “até os anos 50, não houve mudanças expressivas na estrutura fundiária. Somente com a Revolução Verde há incentivo prático de ampliação no aproveitamento de áreas, o que provoca o desmembramento do latifúndio”.

Um estudo de Battistella (1972, p. 190-191) expressa seu ponto de vista sobre um novo cenário agrícola, e reflete também o pensamento de muitos agricultores e o “euforismo” da modernização que se inicia na região na metade do século XX.

A classe social do município de Ibirubá, antes sempre de braços com dificuldades de toda a ordem e que impossibilitada de realizar-se por falta de meios para instruir-se e modificar seus antiquados métodos de trabalho agropastoril, passou por verdadeira revolução a partir da década de 1950. O lavoureiro que antes vivia acabrunhado pelo insucesso de seu duro labor, abandonando a ação e às instáveis vicissitudes da agricultura, humilhado na sua ignorância involuntária, revoltado contra tudo e contra todos, por se julgar explorado e rebaixado, surge agora como homem dos novos tempos, prestigiado, procurado, acatado, elemento indispensável ao progresso da Nação, que coloca a sua disposição a segurança e o resultado do seu trabalho. A lavoura transfigurou-se em lugar dos velhos métodos da enxada, do arado de bois, da semeadura e colheita manual, colocou-se à análise da terra, o conhecimento e da

adubação, a seleção de sementes, o uso de vasta escala do tratores e de toda a moderna maquinaria agrícola, com assistência sempre solicita dos técnicos. E o sucesso é este panorama de beleza, de grandeza, de riqueza que cobre as terras do Alto Jacuí. Lavouras sem fim, cultivadas com ciência, dedicação e carinho. Com tais sobras, jamais sonhadas no passado, o agricultor constrói casa nova, elegante e bem feita, compra todo o conforto interno, energia elétrica, água encanada, móveis requintados, automóveis, mecaniza totalmente sua lavoura, adquire novas glebas de terras, discute os problemas rurais, fala com entendimento de causa e propriedade das idéias.

Segundo Aléssio (1981), a estrutura agrária da região apresenta-se sensivelmente alterada no início da segunda metade do século XX. A antiga polarização – minifúndios agrícolas e latifúndios pastoris - redefiniu-se, dando lugar a uma estrutura que tem nas empresas agrícolas mecanizadas, inteiramente especializadas na produção mercantil do binômio trigo-soja, o seu eixo articulador. Mudaram-se as formas de utilização da terra e de sua apropriação. Estabeleceram-se novas relações, como resultado do novo modo de integração-subordinação da população rural da região ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul e do Brasil.

Esse novo sistema produtivo fez surgir uma forma de organização social peculiar na região. Em seu processo evolutivo, a economia agrícola, na forma como absorvia os agentes sociais, já os diferenciava social e economicamente. Além do surgimento dos trabalhadores temporários, surge um novo produtor: o “granjeiro”. Segundo Benetti (1982, p. 43), “Os granjeiros são os produtores que investem em máquinas e equipamentos, utilizam trabalhadores assalariados e se dedicam ao cultivo especializado em grande escala e exclusivamente para o mercado”. Aléssio (1981) descreve o granjeiro como sendo aquele que atua em lavoura mecanizada e produz essencialmente para a comercialização. A disponibilidade de terra é superior à média da região, podendo ser própria ou arrendada, possui residência na cidade, mantém uma larga interação com fornecedores de produtos industrializados e com fontes de financiamentos. Por estas razões, as crises e frustrações de safras não o abalam na mesma intensidade que o colono.

No entanto, para Grzybowski (1977, p 23), os granjeiros eram os próprios colonos, além de outros profissionais liberais.

Os granjeiros eram antigos colonos ou descendentes de colonos que, ou pelas terras que já possuíam, ou por aliarem as lucrativas atividades de comércio rural aos seus empreendimentos, ou ainda por terem pequenos estabelecimentos industriais, puderam acumular recursos e experiência suficientes para aproveitarem as vantajosas possibilidades de obter lucros na produção de trigo em alta escala. Uma parcela dos granjeiros foi formada por profissionais liberais (médicos e advogados, sobretudo) dos antigos núcleos coloniais do Sul.

De qualquer modo, os granjeiros eram comerciantes e profissionais liberais, representando a classe mais “esclarecida”. E com o crescente incentivo do governo, os granjeiros passaram a arrendar terras de pecuaristas, adquirindo propriedades e reforçando o fenômeno da concentração de terra e o êxodo rural. Entende-se por pecuaristas os fazendeiros que atuavam em área de campo superior à média dos estabelecimentos da região, utilizando a área para pecuária, sendo esta sua principal fonte de renda.

Os colonos que não se tornaram granjeiros, ou serviam de mão de obra para estes, ou continuam produzindo uma agricultura de subsistência diversificada, utilizando mão de obra familiar. Também fazem parte desta organização os assalariados rurais (meeiros, agregados, empregados, peões).

Para Aléssio (1981, p. 103 e 104), os assalariados rurais eram um grupo bem mais diversificado e complexo do que os granjeiros. Alguns assalariados eram índios Pampeanos que se agregaram às estâncias portuguesas e mais tarde índios Guaranis que se aculturavam e se mestiçaram. Eram também escravos, ou seus descendentes, usados nas lavouras de trigo dos açorianos, nas charqueadas e estâncias portuguesas. Faziam parte deste grupo os colonos que não conseguiam se adequar às condições econômicas necessárias para adquirir novas áreas para os filhos, ou por frustrações de safras, maus negócios, foram ficando para trás. Este assalariado pode ser também um agregado que recebe uma área para o próprio cultivo e presta serviços ao patrão quando este necessita, sendo remunerado por dia trabalhado, assumindo o compromisso de cultivar alguma roça e recebendo em troca a terça parte ou a metade da colheita. O patrão fornece além da terra e semente, os instrumentos de trabalho. O agregado não possui vínculo empregatício, por isso é, com frequência, “despachado”. Os meeiros, também chamados de parceiros, possuem características semelhantes aos agregados, por isso foram atingidos semelhantemente pelas consequências da modernização. A maior diferença entre os dois é que recebiam uma área, geralmente mata virgem de mato, para cultivar à meia e não havia o compromisso de prestar serviços ao proprietário da terra. O operário rural ou peões empregados em granja vendiam seu trabalho em troca de um salário previamente estipulado.

Nesse novo processo de desenvolvimento agrícola, consolidado na expansão da acumulação capitalista com base na produção urbana industrial, os assalariados rurais foram os desbravadores ou agregadores de novas áreas para a agricultura, e também os mais atingidos pela modernização. Também os pequenos proprietários passaram a produzir com dificuldades para manterem-se na atividade agrícola.

2.2.1 Desenvolvimento agrícola baseado no binômio trigo e soja

A expansão da produção do trigo veio viabilizar um novo modelo de expansão da agricultura da região, através da implantação e desenvolvimento das lavouras mecanizadas, favorecidas principalmente pela liberação das importações de máquinas agrícolas e adubos e incentivos para o setor. Segundo Frantz (1982, p, 83), além do incentivo a partir de 1950, com volumosas somas em dinheiro destinadas à produção de trigo, e do Banco do Brasil, a partir de 1962, ter se estabelecido como único comprador de trigo do país, as condições internas à região como clima e a existência de um grupo de pessoas em condições de organizar empresas mecanizadas de produção, foram fundamentais para o desenvolvimento agrícola da produção de trigo. Condições essas que só podiam ser viabilizadas junto a terras relativamente grandes (mais de 100 hectares), encontradas junto aos pecuaristas que se dispusessem a vendê-las ou arrendá-las.

A política de fomento à triticultura se faz no Plano de Expansão da Triticultura Nacional (definida em 1957), pela criação das cooperativas tritícolas no estado, representadas pela Fecotrigo, e em 1957 pela criação da COTRICRUZ - Cooperativa Tritícola de Cruz Alta, que atendia toda região. Além disso, a Política de Preços Mínimos, através do Banco do Brasil, propiciava o financiamento às lavouras, garantindo preços e a comercialização. Este processo de modernização que se inicia na triticultura, deu-se de forma progressiva em toda a região, e veio viabilizar um novo modelo de desenvolvimento agrícola. O município de Cruz Alta passa a ser um centro irradiador do processo de modernização em toda a região, passando a ser conhecido como a “Capital Nacional do Trigo”.

Apesar da função estratégica das cooperativas tritícolas para o desenvolvimento do trigo, Aléssio (1981, p. 87) descreve problemas de gestão nas cooperativas. Segundo ele, na gestão da COTRICRUZ “os granjeiros e fazendeiros exerciam o poder, legislando não raro em seu proveito. Os colonos, embora sendo a maioria, sentem-se relegados no atendimento de seus interesses”. A assistência era prioritariamente direcionada para atender o granjeiro e o fazendeiro que tinham alta produção e influência. Não havia interesse, em nível de direção, em acatar certas sugestões que vinham a beneficiar diretamente o colono. Isto “desgosta” os pequenos produtores levando-o não raro a se afastar da cooperativa.

Também para o autor, esse novo contexto acarreta uma aproximação entre granjeiros e fazendeiros.

Os fazendeiros, em face da política de fomento agrícola que atuava no sentido de modernizar a lavoura para adequá-la ao projeto de industrialização do país, perderam paulatinamente a liderança para os granjeiros que eram fortalecidos com

políticas agrícolas. Os granjeiros necessitam das terras dos fazendeiros e estes tinham nos arrendamentos uma nova alternativa econômica tranqüila e rentável. O fazendeiro que não conseguia financiamento para melhorar sua propriedade a não ser via agricultura, no caso de não querer arrendar suas terras, era impelido a tornar-se fazendeiro-granjeiro. (ALÉSSIO, 1981, p. 90).

Em Cruz Alta, a criação do sindicato dos produtores rurais, em 1969, foi importante para o desenvolvimento agrícola. Representando os produtores rurais, passou a congrega os fazendeiros e granjeiros e organizou-se efetivamente no sentido de defender os seus interesses. Assim como as cooperativas passaram a se constituir num organismo de apoio ao sistema e de fortalecimento dos granjeiros, o sindicato dos produtores rurais, com o processo de modernização, também tinha o mesmo objetivo.

Conseqüentemente, com o crescente volume de produção tritícola, foram surgindo diferentes interesses. Ao lado das indústrias de máquinas agrícolas, insumos, implementos, peças de reposição e adubos, o comércio e os serviços buscavam atender à demanda do setor na região, o que possivelmente contribuiu para a emancipação de alguns municípios, como Ibirubá e Tapera em 1954, e Santa Bárbara do Sul em 1957, que passaram a receber agricultores de diferentes regiões do estado, interessados na atividade tritícola.

Em 1951 foi criado o distrito de Fortaleza dos Valos, justamente quando se inicia e se amplia o ritmo da modernização e mecanização, como no restante da região e no Rio Grande do Sul, voltada principalmente para a produção de trigo. Para Rossato (1988, p. 34) “O predomínio da mecanização acarreta notáveis progressos para a região, e Fortaleza dos Valos passa a ser o maior destaque econômico e político, graças ao trabalho dos colonos na agricultura na produção de trigo e à exploração da pecuária extensiva”.

É importante destacar que o desenvolvimento agrícola do município de Tapera, emancipado neste período, apresenta características bastante peculiares. Segundo Battistella (1972, p. 32), a primeira delas é que sua trajetória agrícola encontra-se intimamente ligada à história do Curtume Mombelli, criado em 1928. A segunda peculiaridade é que desde o início de sua história, a exploração de pinho foi a atividade econômica que predominou neste território, onde não havia exportação, nem indústrias regionais para absorver tanta madeira. Os colonos, não sabendo o que fazer com ela, derrubavam-na sem medida, sem cálculos, sem sonhar o que tudo aquilo representaria de fortuna no futuro, preocupados apenas em fazer roça para plantar. No chão, a madeira era quitanda ou acabava apodrecendo. Era tanta que não se tinha noção de seu valor. No entanto, a partir da década de 1930 a 1940, com o alto preço da madeira e as facilidades do transporte motorizado, via férrea, estimula-se a instalação de dezenas de importantes serrarias. A madeira tornou-se, então, a principal fonte de economia

para o município. A terceira particularidade é que por volta de 1907 a 1910 abateu-se sobre o município uma seca que se prolongou tragicamente por três anos, agravada pela invasão de nuvens de gafanhotos, vindos do Paraguai. Durante semanas e meses, os colonos enfrentavam os insetos utilizando ramas e cachos secos de coqueiros. Houve fome e falta de alimentos.

Com o desenvolvimento do trigo, o município de Cruz Alta torna-se um atrativo para empresas multinacionais. Assim, alguns estabelecimentos instalaram-se em Cruz Alta e passaram a representar 87,5% do valor da produção: a Anderson Clayton S.A. Indústria e Comércio, multinacional que se dedicava à produção e comércio de óleos vegetais, a White Martins, na produção de oxigênio, Química Industrial Cruzaltense Ltda, fabricante de anil S.A. Moinhos Rio Grandenses – SAMRIG, voltada para subprodutos da soja, IMAK – Indústria de Máquinas Agrícolas Kursawa Ltda. Diante da política que favorecia grandes indústrias, os pequenos estabelecimentos industriais praticamente desapareceram (ALÉSSIO, 1981).

O comércio rearticula-se e se organiza para atender basicamente a dois polos de interesses: o primeiro e mais abrangente, voltado às necessidades como alimentos, vestuário, moradia; o segundo, voltado para a modernização agrícola, visando oferecer máquinas, implementos e insumos necessários à agricultura, bem como outros produtos industrializados.

Em 1957, o aumento dos custos de produção e queda nos preços do trigo levou os granjeiros à primeira greve de sua história. Segundo Aléssio (1981), em toda a região, os granjeiros reuniram o maquinário agrícola e se deslocaram para Cruz Alta, estando dispostos a entregar tudo ao Banco do Brasil, como pagamento das dívidas contraídas. Como solução, surgiu a moratória, que protelava as dívidas com juros irrisórios e congelando os preços dos arrendamentos. Para o autor, os produtores atraídos pela facilidade de crédito aderiram à mecanização agrícola, prensados entre as dívidas, devido às frustrações de safras ou venderam suas propriedades, transferindo-se para a cidade e outras regiões ou, ainda, tentaram superar os impasses permanecendo no campo, de um modo geral, ocorrendo empobrecimento e endividamento.

Quanto à soja, pode-se dizer que foi o produto que mais se destacou no desenvolvimento agrícola regional, desde a segunda metade do século XX. Segundo Zamberlam (1989), “em 1950 Cruz Alta possuía uma produção inexpressiva de 117 toneladas em 1.851 hectares, no entanto de 1950 a 1960 teve uma acréscimo vertiginoso de 1.299% e na década seguinte este percentual aumentou para 2.507%, o que representava praticamente 70% da área de cultivo de verão, plantados em 151.724 hectares.

Segundo Marx (1997), particularmente no município de Ibirubá, primeiro ocorreu a expansão do trigo e a partir da década de 70, houve a exploração das lavouras de soja, abandonando-se outras culturas e, inclusive, o gado leiteiro. Praticamente houve a dedicação exclusiva à soja, não havendo a diversificação de culturas. Neste período, era intensamente incentivado o seu cultivo pelas multinacionais, pois o grão destinava-se à exportação; também incentivado pelas indústrias de implementos agrícolas.

O mesmo autor em estudo sobre o crescimento do meio rural, no município de Ibirubá, verifica que o número de pessoas nas propriedades, nesse período, era cada vez menor. Percebe ainda, que os agricultores não se dedicavam à outra atividade profissional, retirando o sustento apenas da agricultura e produção de leite. A grande maioria, que são os pequenos agricultores, não tinha controle dos seus gastos, nem acesso à assistência técnica. Praticamente toda a extensão da área era própria para o uso agrícola. No que tange às culturas de milho e trigo, a área plantada é inexpressiva, se comparada com a utilizada para o cultivo da soja. Os agricultores plantavam uma pequena área de trigo a fim de angariar recursos para sua manutenção entre as safras de soja, uma vez que estas constituem sua principal fonte de renda. (MARX, 1997).

Já na década de 70, essas propriedades sofreram uma redução, tanto em número quanto em área. Zamberlam (1989) relata que neste período a redução no número de estabelecimentos foi de 15%, e quanto à área, 14%. Neste mesmo período, o valor médio da terra por hectare teve um aumento, em virtude da euforia da soja, de 2.833%, muitos colonos não resistiram aos altos preços oferecidos e às sucessivas frustrações de safras ocorridas entre 1977 e 1980, e venderam suas terras, transferindo-se para outras regiões como Mato Grosso. A valorização das terras veio a fortalecer ainda mais a tendência à concentração das terras pelos granjeiros.

Assim, o significado dado à terra na região do Alto Jacuí, neste período, variou na medida em que a área sofreu mudanças políticas, sociais e econômicas. Segundo Rahmeier (2006), de bem inalienável, que conferia status e poder, a terra tornou-se um bem cujo valor de uso e de troca passou a ser auferido de acordo com as relações capitalistas que se consolidavam no campo.

2.2.2 Os agricultores atingidos por barragens e a emancipação de novos municípios

Na década de 80, dois fatores vêm interferir no desenvolvimento agrícola da região. As construções das barragens Maia Filho, no Salto do Jacuí e Ernestina em Passo Fundo,

marcam o destino de vários agricultores que moravam na região próxima ao Rio Jacuí. Também em 1982 emancipava-se o distrito de Salto do Jacuí, Fortaleza dos Valos e Quinze de Novembro em 1987, e Saldanha Marinho em 1988.

Mesmo com a oposição do município de Cruz Alta, o distrito de Fortaleza dos Valos, tentou emancipar-se na década de 60. A razão apresentada por Cruz Alta era de que o distrito não tinha o número de habitantes necessários para emancipação (8.000). No entanto, para Rossatto (1988), o mais provável é que não queria perder um espaço territorial agrícola que tinha um significativo crescimento da produção de trigo e soja. Assim, a emancipação aconteceu somente em 1982.

Segundo Rossatto (1988), com a construção da Usina Hidrelétrica do Passo Real, o distrito de Fortaleza dos Valos e grande parte da região do Alto Jacuí foram atingidos em seu aspecto econômico, social e geográfico. A barragem que atingiu os municípios de Ibirubá, Cruz Alta, Espumoso e Salto do Jacuí, recobrando grande extensão de terras, alagando 23 mil hectares, desalojou em torno de 2.200 famílias. Localidades como Sede Aurora, Sede Vitória e Rincão dos Valos, foram diretamente atingidas. Mundo Novo e Cabeçudo desapareceram sob as águas da represa. O sistema produtivo foi afetado e muitos moradores migraram de seus locais de origem.

Zamberlam (1998, p. 59) relata o depoimento de um agricultor:

Lágrimas e desespero tomaram conta de nossas famílias que perderam tudo o que construíram na vida inteira. Famílias separadas, sem saber se um dia teriam novo reencontro. Restos de entes queridos debaixo da terra ficariam cobertos pelas águas. Guardo no meu coração a imagem abatida do Padre Paulo Bortolini que tentava, no desespero das famílias, apoiá-las, mas ao mesmo tempo não sabia o que fazer. A tensão foi tanta que durante a retiradas das famílias, ele teve um derrame, falecendo em 17 de setembro de 1970.

Muitos desses agricultores formaram o município de Boa Vista do Incra. Este foi um dos mais novos municípios a desmembrar-se de Cruz Alta, e tem sua trajetória diferenciada dos demais municípios da região, principalmente na sua criação, originada de uma propriedade rural denominada de Fazenda Boa Vista.

Segundo Froncheti e Zamberlam (1998, p. 22):

A propriedade tinha 9.500 hectares. O plantel da fazenda era em média 1.250 vacas criadeiras; 600 a 700 bois de 2 anos, 400 bezerros e, 200 ovelhas, 50 cavalos. A fazenda tinha boa pastagem, campo fino, grama adequada para pastagem, pouca macega. Na primavera era feita a queimação, sempre a lua cheia para crescente, pois, assim, o pasto vinha parelho e rápido.

Com o avanço da cultura da soja na região, com os estímulos do crédito fácil e barato, e com a valorização da terra, os proprietários da Fazenda Boa Vista perceberam que teriam

melhores resultados financeiros arrendando toda a fazenda. Assim, a partir de 1964 a fazenda foi arrendada por completo, com direito a subarrendamento.

Porém, a formação do município de Boa Vista do Incra, propriamente dito, inicia-se em 1969, quando seus proprietários arrendadores venderam a Fazenda ao Governo Federal, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), hoje Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tomou posse, e a terra foi negociada em títulos da Dívida Agrária. Também neste mesmo período, foram assentadas famílias na Fazenda Colorado de Cruz Alta e Itaíba em Santa Bárbara do Sul.

Dessa forma, inicia-se outra fase dessa fazenda. Segundo Fronchetti e Zamberlam (1998), acolhendo 317 famílias novas, num total de 1.618 pessoas, algumas proprietárias, mas a maioria peões, meeiros e parceiros, que passavam a ser proprietários pela primeira vez em suas vidas. Essas pessoas assentadas são oriundas do “Projeto Reforma Agrária Passo Real”, sendo que 51,9% eram procedentes de Fortaleza dos Valos. Eram, na grande maioria, pequenos agricultores oriundos dos municípios de Espumoso, Cruz Alta, Ibirubá e Selbach, situados às margens dos Rios Jacuí, Jacuí Mirim, Ingaí. A emancipação do município de Boa Vista foi aprovada em 1995, e contestada na justiça pelo município de Cruz Alta, como ocorreu com Fortaleza dos Valos. Após vários processos, a Assembleia legislativa aprovou a criação do município em abril de 1996. Também no mesmo ano, emancipou-se o município de Boa Vista do Cadeado.

Outro assentamento realizado na região foi o Assentamento Seival, na Fazenda Seival, com uma área de 1.283,5 hectares, localizando-se a 20 km da sede do município de Cruz Alta. Esta área foi desapropriada pelo INCRA, em 1987. E em 1988, foi realizado o assentamento de 70 famílias, sendo 67 que estavam acampadas há três anos na Fazenda Anoni, e três já estavam na Fazenda Seival.

A década de 90 trouxe uma mudança na maneira de produzir, não somente nos municípios da região, como em todo o país. No início dos anos 90, foram introduzidas novas práticas de cultivo na palha, sem o revolvimento do solo, denominado Plantio Direto na Palha. Com isso, ocorre uma grande reestruturação no parque de máquinas e equipamentos, todos orientados para o cultivo de Plantio Direto.

2.2.3 A Evolução demográfica na Região

No que diz respeito à evolução demográfica, segundo o recenseamento do IBGE em 1920, a região do Alto Jacuí² possuía 42.047 habitantes, sendo 20.309 mulheres e 21.737 homens. Destes habitantes, 1.603 eram estrangeiros, oriundos principalmente da Itália (410), Alemanha (505) e Uruguai (249). Já na década de 40, o número de habitantes subiu para 57.515, e na década seguinte para 64.721; destes, 38,55% ou 39.777 eram considerados residentes no meio rural.

O município de Cruz Alta foi o que mais cresceu em número de habitantes nos últimos anos, segundo o IBGE (2000), um aumento de 21.813 habitantes, entre 1960 e 2000, o que representou um acréscimo de 44,11%. Um aumento na população de Cruz Alta, nos primeiros anos do século XX, está na explicação de Brum (1981), que enfatiza o aumento dos membros da família camponesa em razão da partilha da propriedade, gerando aumento da pequena propriedade. A região segue a mesma trajetória, um aumento no número de habitantes de 1960 até 2000, de 58.740 ou 53,90%, conforme a Tabela 3. Se comparados aos dados do Rio Grande do Sul, que cresce 52,87% neste período, segundo o IBGE (2000), pode-se dizer que a região seguiu a média do Estado.

Para Zamberlam (1998, p. 93), nos processos de emancipações que ocorreram nos últimos anos, o município de Cruz Alta perde território, mas herda população excedente de outros municípios, tendo sido no passado uma espécie de “polo regional de atração” devido principalmente ao forte processo de modernização da região, cuja fronteira agrícola esgotou-se e as cidades vizinhas não tinham uma economia urbana consolidada.

Tabela 3 – Evolução demográfica dos municípios da região do Alto Jacuí- 1960-2000

Municípios	1960	1970	1980	1991	2000
Boa Vista do Cadeado	-	-	-	-	-
Boa Vista do Incra	-	-	-	-	-
Colorado	-	5.558	4.484	4.395	4.072
Cruz Alta	49.441	57.930	66.171	68.793	71.254
Fortaleza dos Valos	-	-	-	4.660	5.079
Ibirubá	17.179	19.339	19.898	17.816	18.633
Lagoa dos Três Cantos	-	-	-	-	1.627
Não-Me-Toque	14.163	10.968	12.774	14.028	14.413
Quinze de Novembro	-	-	-	3.430	3.582
Saldanha Marinho	-	-	-	3.330	3.195
Salto do Jacuí	-	-	-	10.876	12.948
Santa Bárbara do Sul	10.003	9.191	12.371	9.941	10.003
Selbach	-	4.509	4.472	4.579	4.861
Tapera	13.328	-	10.365	10.937	10.564
Total	104.114	107.495	130.535	152.785	160.231

Fonte: IBGE (Censo Demográfico: 1960-2000).

² Neste período o município de Cruz Alta abrangia os demais municípios da região do Alto Jacuí.

A partir de 2001, mesmo não ocorrendo emancipações entre os municípios pertencentes à região, o número de habitantes diminuiu em ritmo lento até 2009, conforme a Tabela 4. No ano de 2008, há um aumento de 1,22% em relação ao anterior, voltando a decrescer no ano seguinte. Se comparados os anos de 2001 e 2009, pode-se dizer que os municípios de Boa Vista do Incra e Boa Vista do Cadeado, Ibirubá, Não-Me-Toque, Selbach, Salto do Jacuí e Lagoa dos Três Cantos não seguiram a tendência de queda da região e tiveram um aumento no número de habitantes. Os municípios de Quinze de Novembro e Tapera praticamente mantiveram o mesmo número de habitantes; Saldanha Marinho, Cruz Alta e Colorado diminuíram 4,98%, 4,80% e 4,81% respectivamente. Os municípios que mais diminuíram a população ao longo dos últimos anos foram Fortaleza dos Valos, 7,22% e Santa Bárbara do Sul, 8,80%.

Se comparados os dados da evolução demográfica da região do Alto Jacuí, que diminuiu 1,48% de 2001 a 2009, com a do estado do Rio Grande do Sul, que aumentou em 5,43% a sua população, segundo dados da FEE (2009), percebe-se que a região seguiu uma trajetória diferente daquela do estado.

Tabela 4 – Evolução demográfica dos municípios da região do Alto Jacuí- 2001-2009

Municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2008	2009
Boa Vista do Cadeado	2.475	2.478	2.477	2.472	2.463	2.457	2.517	2.509
Boa Vista do Incra	2.309	2.343	2.361	2.395	2.410	2.432	2.521	2.521
Colorado	4.027	3.993	3.935	3.895	3.847	3.794	3.809	3.833
Cruz Alta	67.037	66.635	66.153	65.591	64.955	64.234	64.836	63.819
Fortaleza dos Valos	4.941	4.908	4.855	4.804	4.735	4.668	4.706	4.584
Ibirubá	18.657	18.685	18.698	18.705	18.709	18.706	19.016	18.937
Lagoa dos Três Cantos	1.617	1.611	1.607	1.602	1.600	1.594	1.654	1.633
Não-Me-Toque	14.554	14.682	14.807	14.917	15.024	15.127	15.433	15.560
Quinze de Novembro	3.567	3.561	3.550	3.552	3.556	3.556	3.594	3.564
Saldanha Marinho	3.161	3.131	3.102	3.058	3.037	3.007	3.021	3.003
Salto do Jacuí	11.646	11.750	11.860	11.953	12.029	12.092	12.370	12.437
Santa Bárbara do Sul	9.893	9.777	9.659	9.529	9.396	9.266	9.269	9.022
Selbach	4.843	4.833	4.827	4.810	4.793	4.781	4.804	4.967
Tapera	10.550	10.535	10.525	10.495	10.483	10.470	10.540	10.530
Total	159.277	158.922	158.416	157.778	157.037	156.184	158.090	156.919

Fonte: FEE (Estimativa da população: 2001-2009).

2.2.4 Evolução do pessoal ocupado na agricultura

Sobre o pessoal ocupado na agricultura, o recenseamento do IBGE de 1940 demonstra que 12.365 pessoas trabalhavam na agricultura na região, destes, 1.278 eram colonos. Nos anos 50, este número cai para 11.302. A Tabela 5 mostra que o número de pessoas da família

ocupadas no meio rural é mais significativo em todos os municípios. Esse número teve uma diminuição de 7,43 % ao longo do período analisado. Os municípios de Tapera, Colorado e Não-Me-Toque foram os que contribuíram para esta queda. O número de pessoas com emprego temporário aumenta em todos os municípios, 35, 89%, mas em menor proporção que o aumento das pessoas com ocupação permanente, 148,33%.

Estes dados evidenciam uma contradição, pois mesmo ocorrendo a diminuição da população rural da região, corroborada pelos dados secundários e pela bibliografia específica sobre as consequências da modernização, o número de pessoas ocupadas no meio rural aumenta no período pós-modernização (1960 -80).

Tabela 5 - Evolução do pessoal familiar, temporário e permanente ocupado na agricultura nos municípios da região do Alto Jacuí- 1960 1980

Municípios	1960			1970			1980		
	Fam.	Perm.	Temp.	Fam.	Perm.	Temp.	Fam.	Perm.	Temp.
Colorado	-	-	-	2.304	65	139	1.800	118	88
Cruz Alta	4.864	707	973	3.910	711	859	5.163	1.611	1.031
Ibirubá	7.592	70	188	6.724	120	103	6.159	336	386
Não-Me-Toque	5.435	140	364	3.177	206	303	2.888	438	301
Santa Bárbara do Sul	2.551	216	305	2.097	182	462	2.472	792	539
Selbach	-	-	-	2.077	18	35	2.182	63	194
Tapera	4.396	305	301	1.932	65	143	2.328	213	357
Total	24.838	1.438	2.131	22.221	1.367	2.044	22.992	3.571	2.896

Fonte: IBGE (Censo Agrícola: 1960 -1980).

Com relação às pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários, com laços de parentesco com o produtor, e empregados contratados sem laços de parentesco, comparativo entre os censos agropecuários de 1996 e 2006, pode-se verificar que há uma diminuição de 10,94% no pessoal ocupado com laços de parentesco, na região, uma queda superior à média do estado, que foi de 9,19%, e a do país, 5,85%. (Tabela 5). Merecem destaque os municípios de Cruz Alta que, por motivos já mencionados, teve uma queda de 70,48%, Lagoa dos Três Cantos, 34,62%, Salto do Jacuí, 32,75% e Saldanha Marinho, que contrariando os dados da média dos outros municípios teve um acréscimo de 31,78% no número de pessoas ocupadas no meio rural, com laços de parentesco. Por outro lado, o número de pessoas ocupadas, sem laços de parentesco, diminuiu acentuadamente na região em 48,36%, bem acima da média do Rio Grande do Sul, que foi de - 24,88% e do Brasil -17,72%. Praticamente todos os municípios mantiveram esse percentual de queda, com exceção dos municípios de Santa Bárbara do Sul e de Cruz Alta, que tiveram queda mais acentuada, de 65,48% e 73,72%, respectivamente. O município de Colorado teve uma queda de 12, 06%, um percentual abaixo da média da região (Tabela 6).

Tabela 6 - Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários nos municípios da região do Alto Jacuí- 1996-2006

Municípios	Com laços de parentescos		Var. %	Sem laços de parentesco		Var. %
	1996	2006		1996	2006	
Boa Vista do Cadeado	-	1478	-	-	155	-
Boa Vista do Incra	-	1413	-	-	223	-
Colorado	1633	1323	-18,98	141	124	-12,06
Cruz Alta	5019	1481	-70,49	2291	602	-73,72
Fortaleza dos Valos	1218	1316	8,05	447	246	-44,96
Ibirubá	4634	4165	-10,12	533	290	-45,59
Lagoa dos Três Cantos	1089	712	-34,62	103	43	-58,25
Não-Me-Toque	2083	1496	-28,18	507	344	-32,14
Quinze de Novembro	1872	1942	3,74	271	118	-56,46
Saldanha Marinho	988	1302	31,78	180	87	-51,67
Salto do Jacuí	1729	1161	-32,85	665	484	-27,21
Santa Bárbara do Sul	1240	1156	-6,77	1124	388	-65,48
Selbach	1653	1632	-1,27	230	191	-16,96
Tapera	1321	1224	-7,34	193	157	-18,65
Total	24.479	21801	-10,94	6685	3452	-48,36
Rio Grande do Sul	1.180.221	1.071.709	-9,19	196.764	147.802	-24,88
Brasil	13.607.876	12.810.591	-5,85	4.322.977	3.557.042	-17,72

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário: 1996 e 2006).

A Tabela 7, que mostra a flutuação do emprego formal em períodos de forte utilização de mão de obra agrícola. Chama atenção o município de Cruz Alta onde a mobilidade de mão de obra é expressiva, pois contrata neste período além de trabalhadores locais também de municípios vizinhos. No entanto, segundo o Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados- CAGED (2011), 17% é o saldo positivo do município no que se refere às admissões e desligamentos no último decênio. Nos demais municípios, a flutuação no número de trabalhadores neste período não é expressiva.

Tabela 7 - Flutuação do emprego formal nos municípios da região do Alto Jacuí, de jan. 2010 a set. 2010 no setor agrícola

Municípios	Admissão	Desligamento	Saldo
Boa Vista do Cadeado	26	19	7
Boa Vista do Incra	25	25	0
Colorado	9	8	1
Cruz Alta	225	1.517	- 1.292
Fortaleza dos Valos	62	82	-20
Ibirubá	68	66	2
Lagoa dos Três Cantos	5	5	6
Não-Me-Toque	188	182	6
Quinze de Novembro	28	22	6
Saldanha Marinho	0	4	-4
Salto do Jacuí	116	24	92
Santa Bárbara do Sul	90	78	12
Selbach	29	30	-1
Tapera	39	40	-1
Total	910	2102	-1.192

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED.

Com relação a remuneração média dos empregos na atividade agrícola da região, pode-se dizer que há uma diferença significativa que chega a 50% a mais na remuneração nos municípios de Colorado, Não-Me-Toque, e Santa Bárbara do Sul, se comparado aos demais municípios, principalmente Boa Vista do Cadeado e Lagoa dos Três Cantos. As mulheres, além de representarem um número significativamente inferior de trabalhadoras em todos os municípios da região, também têm uma remuneração menor. Em alguns municípios essa diferença de remuneração chega a 60%, conforme a Tabela 8.

Tabela 8- Número de empregos formais e remuneração média na atividade agrícola dos municípios da região do Alto Jacuí em 31/12/2010

Municípios	Masculino	\$	Feminino	\$	Total	\$
Boa Vista do Cadeado	56	766,74	14	569,15	70	725,74
Boa Vista do Incra	42	927,18	8	589,83	50	872,11
Colorado	48	1.339,17	6	1.179,04	54	1.324,06
Cruz Alta	1.621	900,84	521	716,06	2.142	855,86
Fortaleza dos Valos	192	814,20	62	658,33	254	776,34
Ibirubá	168	806,98	32	714,19	200	792,06
Lagoa dos Três Cantos	12	746,96	4	785,11	16	755,14
Não-Me-Toque	408	1.459,51	83	1.177,29	491	1.412,57
Quinze de Novembro	59	1.004,69	20	912,40	79	982,21
Saldanha Marinho	17	868,37	3	564,42	20	822,78
Salto do Jacuí	66	1.000,58	20	625,72	86	912,38
Santa Bárbara do Sul	334	1.135,06	80	807,31	414	1.070,66
Selbach	95	858,04	14	682,62	109	836,30
Tapera	89	1.004,01	20	668,61	109	941,90

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED.

2.2.5 Evolução do número e área dos estabelecimentos rurais

Na região do Alto Jacuí, pode-se afirmar que na sua origem a estrutura fundiária caracteriza-se pela grande propriedade, principalmente nas primeiras décadas de sua formação. A Tabela 9 apresenta a área média dos estabelecimentos rurais, distribuídos por grupos de área no ano de 1920. O município de Cruz Alta, que representa a região neste período, possui a média geral mais alta, se comparado a outros municípios vizinhos e que não fazem parte da região do Alto Jacuí.

Tabela 9 - Área média dos estabelecimentos rurais nos municípios selecionados em 1920 - ha

Municípios	Menos de 41	41 a 100	101 a 200	201 a 400	401 a 1000	1001 a 2000	2001 a 5000	5001 a 10.000	10.001 a 25.000	Mais de 25.000	Média geral
Cruz Alta	20	64	145	289	757	1.465	2.966	6.762	14.467	26.174	244
Ijuí	23	60	150	268	660	2.000	3.921	-	-	-	41
Passo Fundo	23	62	147	275	638	1.396	2.368	6.719	13.253	-	169
Palmeira das Missões	23	63	143	273	629	1.353	3.429	8.058	15.660	-	161
Santa Maria	17	64	145	286	593	1.419	3.039	6.421	-	-	132
Santo Ângelo	22	61	143	289	605	1.458	3.080	7.559	-	-	114

Fonte: IBGE (Censo Agrícola: 1920).

Na década de 40, percebe-se uma concentração em áreas menores (20 a 50 hectares), da mesma forma que os outros municípios. Por outro lado, o município de Cruz Alta possui estabelecimentos em área de mais de 5.000 hectares, diferenciando-se dos outros municípios vizinhos, conforme a Tabela 10.

Tabela 10 -Número de estabelecimentos distribuídos por grupos de área nos municípios selecionados- 1940

Municípios	Até 10	De 10 a 20	20 a 50	50 a 100	100 a 200	200 a 500	500 a 1.000	1.000 a 2.500	2.500 a 5.000	5.000 a 10.000	10.000 a 100.000
Cruz Alta	364	778	1.794	567	233	154	81	45	31	12	2
Ijuí	400	1.067	2.178	601	112	43	15	3	-	1	-
Passo Fundo	697	994	2.141	707	278	180	70	38	2	1	1
Palmeira das Missões	1.671	2.580	4.489	741	237	152	55	32	21	8	-
Santa Maria	332	580	961	483	185	124	54	28	12	3	-
Santo Ângelo	1.868	1.879	2.293	603	262	206	101	75	18	-	2

Fonte: IBGE (Censo Agrícola: 1940).

No período posterior à modernização agrícola, percebe-se que todos os municípios da região têm na área de 10 a 100 hectares a maioria de seus estabelecimentos agropecuários, representando 69% em 1970 e em 1980 72,47% dos estabelecimentos. As áreas menores de 10 ha representam 22,70% em 1970, caindo para 16,70% na década seguinte. No município de Cruz Alta, percebe-se maior pulverização em outros estratos de área superior a 100 hectares. Já as propriedades que têm mais de 100 hectares aumentam em praticamente todos os grupos de área, conforme os dados do IBGE do Censo Agrícola de 1970 e 1980, demonstrados nas Tabelas 11 e 12.

Tabela 11-Número de estabelecimentos agropecuários distribuídos por grupos de área dos municípios da região do Alto Jacuí- 1970

Municípios	Até 10	De 10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 ou mais
Colorado	221	693	14	5	3	-
Cruz Alta	333	1.372	206	211	105	20
Ibirubá	798	2.047	13	1	-	2
Não-Me-Toque	471	1.054	33	11	4	-
Santa Bárbara do Sul	267	763	41	62	53	7
Selbach	134	551	5	-	-	-
Tapera	89	563	34	2	-	-
Total	2.313	7.043	346	291	165	29

Fonte: IBGE (Censo Agrícola: 1970).

Uma explicação para o aumento de estabelecimentos com áreas menores de 10 hectares, em alguns municípios da região, é descrita por Aléssio (1981, p. 76), “este aumento foi incrementado pela experiência de reforma agrária, realizada pelo INCRA em Cruz Alta, Ibirubá e Santa Bárbara do Sul, iniciada por volta de 1968”.

Tabela 12 -Número de estabelecimentos agropecuários da região do Alto Jacuí distribuídos por grupos de área- 1980

Municípios	Até 10	De 10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 ou mais	Sem declaração
Colorado	97	479	29	4	5	-	-
Cruz Alta	389	1.261	212	241	111	18	3
Ibirubá	470	1.690	57	19	2	2	-
Não-Me-Toque	190	736	47	17	8	-	-
Santa Bárbara do Sul	187	1.695	73	74	56	3	-
Selbach	137	518	8	-	-	-	-
Tapera	134	558	30	5	-	-	-
Total	1.604	6.917	456	360	182	23	3

Fonte: IBGE (Censo Agrícola: 1980).

No período de 1996 a 2006, esta realidade não se altera de forma significativa. Os estabelecimentos que possuem de 10 a 100 hectares continuam predominando na região, representando 63,24% dos estabelecimentos em 1996, diminuindo para 59,62% em 2006. A área menor que 10 hectares representa 23,48% em 1996, aumentando para 27,01% no período seguinte, o que representa um aumento de 14,59% . Destaca-se o aumento no número de estabelecimentos com mais de 2.500 hectares, passando de 18 para 106 em 2006, conforme as Tabelas 13 e 14.

Tabela 13 - Número de estabelecimentos agropecuários da região do Alto Jacuí distribuídos por grupos de área-1996

Municípios	Até 10	De 10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 ou mais	Sem declaração
Colorado	63	437	25	6	2	-	-
Cruz Alta	436	1 006	200	186	106	6	4
Ibirubá	426	1 090	48	25	9	-	-
Fortaleza dos Valos	123	319	49	51	17	3	-
Lagoa dos Três Cantos	74	290	8	-	-	-	-
Não-Me-Toque	168	529	44	21	4	-	-
Quinze de Novembro	177	482	13	1	1	-	-
Santa Bárbara do Sul	75	213	61	75	53	1	11
Selbach	200	515	6	-	-	-	-
Salto do Jacuí	205	343	35	50	29	1	-
Saldanha Marinho	89	306	28	11	3	-	3
Tapera	136	319	25	6	-	-	-
Total	2.172	5.849	542	432	224	11	18

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário: 1996).

Tabela 14 - Número de estabelecimentos agropecuários da região do Alto Jacuí distribuídos por grupos de área- 2006

Municípios	Até 10	De 10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2500 ou mais	Sem declaração
Boa Vista do Cadeado	156	311	41	42	27	1	6
Boa Vista do Incra	136	357	26	32	21	-	12
Colorado	81	373	31	10	3	-	7
Cruz Alta	148	218	63	111	75	1	17
Ibirubá	383	1.058	61	24	7	-	1
Fortaleza dos Valos	191	288	55	37	19	-	10
Lagoa dos Três Cantos	83	266	16	1	-	-	1
Não-Me-Toque	177	430	47	21	8	-	4
Quinze de Novembro	281	475	17	2	-	-	7
Saldanha Marinho	171	308	32	7	5	-	6
Salto do Jacuí	210	354	35	36	15	1	4
Santa Bárbara do Sul	135	266	41	53	40	3	26
Selbach	158	445	11	2	-	-	4
Tapera	179	345	20	9	-	-	1
Total	2.489	5.494	496	385	239	6	106

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário: 2006).

Com relação à superfície dos municípios e área dos estabelecimentos rurais, se comparados à evolução de 1920 até 1940, pelo recenseamento do IBGE, a superfície da região do Alto Jacuí em 1920 era de 619.962 hectares destinados para agropecuária. No ano de 1940 esta área diminuiu para 491.061. Este fato se deve, principalmente, a emancipações dos municípios de Ijuí em 1912 e de Tupanciretã em 1928.

Os dados da Tabela 15 mostram que nos anos 50-60 diminuiu a área agrícola no município de Cruz Alta, em razão da emancipação do município de Ibirubá, em 1954, e Santa Bárbara do Sul, em 1959. De 1960 a 1985 não ocorreram alterações significativas na área

agrícola dos municípios, com exceção de Cruz Alta, que diminui a área em razão das emancipações de Fortaleza dos Valos e Salto do Jacuí. De 1996 a 2006, alguns municípios da região apresentam queda no número de hectares destinados para agricultura, exceto os municípios de Colorado, Lagoa dos Três Cantos, Selbach, Saldanha Marinho e Tapera. Justifica-se a diminuição na área em alguns municípios devido às emancipações ocorridas no período. O município de Cruz Alta, em decorrência das emancipações de Boa Vista do Incra, Boa Vista do Cadeado e Quinze de Novembro. Santa Bárbara do Sul, devido à emancipação do distrito de Saldanha Marinho, e Salto do Jacuí, à emancipação de Jacuizinho, em 1996. O município de Cruz Alta é o maior em extensão de área e Lagoa dos Três Cantos é o que possui a menor área agrícola da região.

Tabela 15 – Evolução da área agrícola dos municípios da região do Alto Jacuí- 1950- 2006

Municípios	1950	1960	1970	1980	1985	1996	2006
Boa Vista do Cadeado	-	-	-	-	-	-	59.755
Boa Vista do Incra	-	-	-	-	-	-	47.345
Colorado	-	-	26.521	25.715	27.031	23.387	24.236
Cruz Alta	457.698	358.214	302.480	306.676	221.345	224.094	104.812
Ibirubá	-	72.556	74.141	74.629	72.451	56.148	54.720
Fortaleza dos Valos	-	-	-	-	52.829	56.242	45.588
Lagoa dos Três Cantos	-	-	-	-	-	10.780	11.495
Não-Me-Toque	-	56.217	41.065	42.042	40.960	33.066	31.892
Quinze de Novembro	-	-	-	-	-	17.780	16.999
Salto do Jacuí	-	-	-	-	68.903	61.220	43.702
Saldanha Marinho	-	-	-	-	-	19.608	19.869
Santa Bárbara do Sul	-	99.958	110.743	111.109	110.024	89.130	77.927
Selbach	-	-	16.701	16.553	16.651	15.788	15.901
Tapera	-	39.158	23.374	24.273	23.861	16.577	16.990
Total	457.698	626.103	595.025	600.997	634.055	623.820	571.231

Fonte: IBGE (Censo Agrícola e Agropecuário: 1950-2006).

Mais recentemente, os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2006 revelam que, em praticamente todos os municípios da região, predomina a área ocupada pela agricultura não familiar. Apenas nos municípios de Ibirubá, Lagoa dos Três Cantos, Quinze de Novembro e Tapera é que a área de agricultura familiar é maior. Nos municípios de Cruz Alta e Santa Bárbara do Sul, a área ocupada por agricultor não familiar é bastante significativa, 94,8% e 90,75%, respectivamente, o que demonstra maior concentração de área nestes municípios. Por outro lado, em todos os municípios da região predominam os estabelecimentos com agricultura familiar, conforme a Tabela 16.

Tabela 16 -Área total e percentual comparativo entre área e número de estabelecimentos dos agricultores familiares e não familiares nos municípios da região do Alto Jacuí-2006

Municípios	Agricultura Familiar			Agricultura Não familiar		
	Área	%	% estabelec.	Área	%	% estabelec.
Boa Vista do Cadeado	9.619	16,10	71,06	50.136	83,90	28,94
Boa Vista do Incra	8.769	18,52	74,46	38.576	81,48	25,51
Colorado	11.513	47,50	80,89	12.723	52,50	19,11
Cruz Alta	5.396	5,15	56,24	99.416	94,85	43,76
Fortaleza dos Valos	8.344	18,30	74,50	37.243	81,70	25,50
Ibirubá	30.342	55,45	87,74	24.377	44,55	12,26
Lagoa dos Três Cantos	7.941	69,08	87,46	3.554	30,92	12,54
Não-Me-Toque	12.354	38,74	82,24	19.538	61,26	17,76
Quinze de Novembro	12.935	76,10	82,86	4.063	23,90	17,14
Saldanha Marinho	8.760	44,09	82,99	11.109	55,91	17,01
Salto do Jacuí	7.468	17,09	73,13	36.234	82,91	26,87
Santa Bárbara do Sul	7.211	9,25	69,52	70.716	90,75	30,48
Selbach	2.572	16,17	93,87	13.329	8,83	6,13
Tapera	9.525	56,06	82,85	7.465	43,94	17,15
Total	142.749	30,55	78,55	428.479	69,45	21,44

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário -2006).

No que se refere ao número de estabelecimentos, segundo o recenseamento agrícola do IBGE comparativo entre as décadas de 1920 e 1940, no município de Cruz Alta há um aumento de 60%, passando de 2.538 estabelecimentos em 1920, para 4.061 em 1940. Conseqüentemente, aumentou o número de proprietários e arrendatários. O número de proprietários, que era de 2.322 em 1920, passa para 3.407 em 1940. Os arrendatários, que eram 110 em 1920, chegam a 285 em 1940.

A partir da década de 1950, praticamente todos os municípios pertencentes à região, individualmente, diminuíram o número de estabelecimentos. Os municípios de Quinze de Novembro, Santa Bárbara do Sul, Tapera, Saldanha Marinho e Fortaleza dos Valos, no entanto, tiveram oscilações positivas no número de estabelecimentos. Acredita-se que as emancipações, ocorridas no período analisado, justificam a diminuição no número de estabelecimentos agropecuários individualmente, pois o número de estabelecimentos de toda a região permanece estável nos últimos anos, conforme a tabela a seguir.

Tabela 17 – Evolução no número de estabelecimentos agropecuários nos municípios da região do Alto Jacuí- 1950-2006

Municípios	1950	1960	1970	1980	1985	1996	2006
Boa Vista do Cadeado	-	-	-	-	-	-	590
Boa Vista do Incra	-	-	-	-	-	-	585
Colorado	-	-	936	614	573	533	506
Cruz Alta	4.095	2.021	2.247	2.382	1.722	1.944	618
Ibirubá	-	2.293	2.861	2.240	2.337	1.598	1.533
Fortaleza dos Valos	-	-	-	-	542	562	600
Lagoa dos Três Cantos	-	-	-	-	-	372	362
Não-Me-Toque	-	2.018	1.563	998	1.117	766	691
Quinze de Novembro	-	-	-	-	-	674	784
Santa Bárbara do Sul	-	905	1.193	1.005	1.016	489	561
Selbach	-	-	690	663	702	721	620
Salto do Jacuí	-	-	-	-	774	663	655
Saldanha Marinho	-	-	-	-	-	440	529
Tapera	-	1.318	688	727	784	486	555
Total	4.095	8.555	10.178	8.629	9.567	9.248	9.189

Fonte: IBGE (Censo Agrícola e Agropecuário: 1950-2006).

Um aspecto que merece destaque é o número de estabelecimentos em que os produtores residiam fora de sua residência no meio rural. Na década de 70, em 35,49% dos estabelecimentos, os proprietários residiam fora. Este número cai para 29,92% em 1980, sendo que destes 14,64% residiam na zona urbana e 15,28% permaneciam na zona rural, porém em outro estabelecimento, conforme a Tabela 18.

Tabela 18 – Número de estabelecimentos rurais onde os proprietários residem dentro e fora de seu estabelecimento nos municípios da região do Alto Jacuí- 1970 e 1980

Municípios	1970		1980		
	No estabelecimento	Fora do estabelecimento	No estabelecimento	Fora do estabelecimento	
				Zona urbana	Zona Rural
Colorado	566	370	467	40	107
Cruz Alta	1.426	821	1.573	496	278
Ibirubá	1935	926	1.690	160	270
Não-Me-Toque	309	654	699	162	124
Santa Bárbara do Sul	791	402	669	193	128
Selbach	554	136	490	34	137
Tapera	597	91	519	51	142
Total	6.178	3.400	5.438	1.136	1.186

Fonte: IBGE (Censo Agrícola: 1970-1980).

Mais recentemente, os dados da Tabela 19 demonstram que o número de estabelecimentos em que os proprietários residiam no próprio estabelecimento aumentou 19,91% em relação à década de 80. Também aumentou em 12,79% o número de estabelecimentos onde o proprietário residia fora do estabelecimento.

Tabela 19 – Número de estabelecimentos rurais onde os proprietários residem dentro e fora de seu estabelecimento nos municípios da região do Alto Jacuí-2006

Municípios	No estabelecimento	Fora do estabelecimento no município		Fora do estabelecimento em outro município	
		Zona Rural	Zona Urbana	Zona Rural	Zona Urbana
Boa Vista do Cadeado	453	43	34	8	46
Boa Vista do Incra	422	16	47	16	44
Colorado	435	7	47	3	13
Cruz Alta	457	6	141	3	10
Ibirubá	1.052	235	180	43	24
Fortaleza dos Valos	377	41	135	21	26
Lagoa dos Três Cantos	262	28	37	17	23
Não-Me-Toque	500	55	113	7	12
Quinze de Novembro	528	87	104	33	30
Saldanha Marinho	308	49	99	41	32
Salto do Jacuí	511	27	71	24	22
Santa Bárbara do Sul	439	11	69	23	19
Selbach	409	93	83	22	13
Tapera	368	79	89	11	7
Total	6.521	777	1.249	272	321

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário: 2006).

Segundo dados do IBGE, conforme mostra a Tabela 21, a partir dos anos 1960, em média, em 80% dos estabelecimentos agropecuários as terras são próprias. O reduzido número de estabelecimentos que arrendam outras áreas pode ser justificado pelo alto preço da terra. Conforme Aléssio (1981) *apud* Guimarães (1975), o preço da terra aumenta e dos arrendamentos, da mesma forma. Entre 1966 a 1974 os arrendamentos encareceram 774% para as terras de lavouras, aumentando duas vezes mais que os preços dos produtos agrícolas. Só no ano de 1973 o preço médio das terras de lavouras elevou-se em 100%. As altas nesse ano variaram de 102% no Rio Grande do Sul a 132%, no Paraná.

2.2.6 A Utilização das terras nos estabelecimentos rurais

Em 1940, segundo dados do IBGE (1940), dos 4.061 estabelecimentos que existiam na região, 178 eram dedicados para a agricultura e 3.608 para agropecuária; destes, 266 produziam exclusivamente pecuária, o que justifica a utilização das terras predominantemente para pastagens. No período seguinte, a área de pastagens tem uma redução de 10,74%. Também a ocupação com lavoura permanente reduz 54% em relação ao período anterior, a área de matas naturais e reflorestadas reduziu 6,12% hectares e as áreas sem exploração diminuem 22,73%. Por outro lado, a utilização da área com lavouras temporárias aumenta 62%, conforme a Tabela 20.

Tabela 20 - Evolução na utilização das terras nos estabelecimentos rurais na região do Alto Jacuí- 1940-1950

Utilização das terras	1940 (ha)	1950 (ha)
Área explorada	491.061	492.396
Lavouras permanentes	3.039	1.385
Temporárias	28.218	43.946
Pastagens	410.950	366.789
Matas	48.854	45.861
Área não explorada	29.074	22.463

Fonte: IBGE (Censo Agrícola: 1940-1950).

A partir de 1960 (Tabela 22), a área destinada à produção de lavoura ocupava 29,53% da área em culturas temporárias e 0,36% em culturas permanentes, 58,20% com pastagens, principalmente naturais, 8,76% com matas e 3,12% eram terras que não estavam ocupadas. No período seguinte, a área para culturas temporárias representa 46,85% da área total, e um acréscimo de 58% sobre a produção do ano anterior. A área destinada para as culturas permanentes não se altera muito, representando 0,51% do total da área. A área destinada a pastagens tem um pequeno declínio, representando 43,96% do total da área, a área de mata diminuiu 6,86% e a área não utilizada, 1,82%.

Tabela 21 – Evolução no número de estabelecimentos com áreas próprias e arrendadas nos municípios da região do Alto Jacuí- 1960- 2006

Municípios	1960		1970		1980		1996		2006	
	Próprias	Arrendadas	Próprias	Arrendadas	Próprias	Arrendadas	Próprias	Arrendadas	Próprias	Arrendadas
Boa Vista do Cadeado	-	-	-	-	-	-	-	-	461	83
Boa Vista do Incra	-	-	-	-	-	-	-	-	483	77
Colorado	-	-	719	18	501	51	454	75	521	26
Cruz Alta	1.516	377	1.839	318	1.458	433	1.566	307	506	61
Fortaleza dos Valos	-	-	-	-	-	-	468	81	518	51
Ibirubá	1.912	354	1.863	245	1.320	585	1.287	227	1.323	158
Lagoa dos Três Cantos	-	-	-	-	-	-	292	51	329	34
Não-Me-Toque	1.532	446	1.030	455	732	102	612	140	566	72
Quinze de Novembro	-	-	-	-	-	-	545	90	650	82
Saldanha Marinho	-	-	-	-	-	-	359	73	415	78
Salto do Jacuí	-	-	-	-	-	-	526	58	511	45
Santa Bárbara do Sul	807	63	843	191	621	195	429	49	434	49
Selbach	-	-	679	7	451	94	570	104	526	79
Tapera	1.150	159	625	21	532	62	395	60	457	64
Total	6.917	1.399	7.598	1.255	5.615	1.522	7.503	1.315	7.700	959

Fonte: IBGE (Censo Agrícola e Agropecuário: 1960 - 2006).

Tabela 22 - Área dos estabelecimentos agropecuários, segundo a utilização das terras, nos municípios da região do Alto Jacuí- 1960 e 1970

Municípios	1960					1970				
	Lavoura		Pastagens	Matas	Terras incultas	Lavoura		Pastagens	Matas	Terras incultas
	Permanente	Temporária				Permanente	Temporária			
Colorado	-	-	-	-	-	175	18.359	-	-	-
Cruz Alta	573	65.998	-	-	-	587	96.167	182.667	14.284	587
Ibirubá	121	31.497	264.849	17.842	4.527	1136	41.079	16.837	9.953	1136
Não-Me-Toque	654	31.815	20.313	12.169	6.259	347	27.929	5.486	4.532	347
Santa Bárbara do Sul	128	30.202	11.775	9.843	4.313	323	56.883	41.882	5.213	323
Selbach	-	-	-	-	-	215	13.076	1.604	1.221	215
Tapera	787	23.162	56.895	8.366	2191	176	18.097	1.975	1.983	176
Total	2.263	182.674	6.156	6.022	2062	2.959	271.590	254.824	39.780	2.959

Fonte: IBGE (Censo Agrícola: 1960-1970).

Na década de 80, a área utilizada com lavouras temporárias representa 68,54%, com lavouras permanentes 0,29%, pastagens naturais 19,48% e pastagens plantadas 4,50%. As áreas ocupadas com matas naturais e plantadas representam 6,60% e áreas produtivas e não utilizadas, 0,57%, conforme a Tabela 23.

Tabela 23 - Área dos estabelecimentos agropecuários, segundo a utilização das terras, nos municípios da região do Alto Jacuí- 1980

Municípios	Lavouras		Pastagens		Matas	Áreas utilizadas
	Permanentes	Temporárias	Naturais	Plantadas		
Colorado	59	20.056	1.720	766	1.760	160
Cruz Alta	648	168.750	89.889	14.832	15.608	1.654
Ibirubá	452	52.851	8.643	2.431	7.843	593
Não-Me-Toque	108	32.414	56	744	3.975	281
Santa Bárbara do Sul	164	83.764	10.846	6.190	5.818	552
Selbach	90	13.832	158	359	1.098	4
Tapera	173	20.415	129	462	1.654	20
Total	1.694	392.082	111.441	25.784	37.756	3.264

Fonte: IBGE: (Censo Agrícola: 1980)

A partir de 1996, a área destinada para lavouras representa 69,97% da área produzida e a área de pastagens 20,28%, a área de matas 8,28% e 1,45% são áreas produtivas e não utilizadas. No entanto, no período seguinte, a área de lavouras temporárias representa 77,79%, destes 66,23% são da agricultura não familiar, as lavouras permanentes 0,72%, pastagens naturais 7,20% e plantadas 2,39%. A área de matas e florestas 9,64%, e as áreas degradadas e inaproveitáveis 2,01%, conforme as Tabelas 24 e 25.

Tabela 24 - Área dos estabelecimentos agropecuários, segundo a utilização das terras, nos municípios da região do Alto Jacuí-1996

Municípios	Lavouras perm. e temporárias	Pastagens naturais e artificiais	Matas	Áreas não utilizadas
Colorado	19. 015	1.847	1.644	109
Cruz Alta	142. 643	53. 613	13 894	4.412
Ibirubá	42. 290	5.874	5.732	928
Fortaleza dos Valos	31. 806	18.244	4. 165	1.088
Lagoa dos Três Cantos	8.626	829	1. 039	7
Não-Me-Toque	24. 594	3.054	3.807	370
Quinze de Novembro	13. 312	1.440	2.486	72
Saldanha Marinho	15. 706	1.684	1.620	31
Salto do Jacuí	31. 026	20 275	7.514	648
Santa Bárbara do Sul	66. 195	12. 988	5.771	1.037
Selbach	13. 063	1. 217	1.073	37
Tapera	13. 624	1. 243	1.215	26
Total	421.900	122.308	49.960	8.765

Fonte: IBGE: (Censo Agropecuário: 1996)

Tabela 25 - Área dos estabelecimentos agropecuários, segundo a utilização das terras, nos municípios da região do Alto Jacuí- 2006

Municípios	Lavouras Temporárias		Lavouras – permanentes		Matas e florestas		Pastagens naturais		Pastagens plantadas		Área degradadas e inaproveitável	
	Agricultor Familiar	Agricultor Não Familiar	Agricultor Familiar	Agricultor Não Familiar	Agricultor Familiar	Agricultor Não Familiar	Agricultor Familiar	Agricultor Não Familiar	Agricultor Familiar	Agricultor Não Familiar	Agricultor Familiar	Agricultor Não Familiar
Boa Vista do Cadeado	6.864	40.559	208	723	729	2.870	1.106	3.212	288	501	102	772
Boa Vista do Incra	7.158	29.797	62	18	427	3.325	436	2.790	410	619	73	1.453
Colorado	9.337	10.572	274	144	948	1.235	359	179	154	138	105	250
Cruz Alta	3.601	77.393	126	435	264	4.880	581	8.733	257	1.124	178	2.862
Fortaleza dos Valos	6.399	29.575	98	40	528	2.991	490	2.498	284	287	54	740
Ibirubá	23.254	19.679	217	49	3.737	2.774	1.298	863	780	372	60	112
Lagoa dos Três Cantos	6.388	2.892	16	4	849	390	318	171	19	109	43	-
Não-Me-Toque	9.369	15.032	285	58	1.404	2.858	590	878	294	94	54	221
Quinze de Novembro	8.948	3.013	120	6	1.811	686	713	137	658	93	62	30
Saldanha Marinho	6.846	9.388	114	5	1.145	754	444	231	204	247	62	30
Salto do Jacuí	4.848	25.165	52	47	924	4.026	978	2.977	321	2.532	169	1.397
Santa Bárbara do Sul	5.784	57.673	32	18	559	4.984	380	4.160	179	758	105	2.070
Selbach	10.492	2.042	213	16	1.107	252	576	93	636	114	45	-
Tapera	7.634	5.937	143	46	650	768	348	223	300	105	63	29
Total	57.381	328.717	1.960	1.614	15.082	32.793	8.617	27.145	4.784	7.093	1.175	9.966

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário: 2006).

Se comparados os dados da utilização das terras na região de 1940 até 2006, pode-se dizer que há uma inversão no uso das terras, a área destinada às pastagens diminuiu 762,64%, por outro lado, a área utilizada com lavouras temporárias aumentou 1.268,27%. As áreas de lavouras permanentes praticamente não se alteram ao longo de 66 anos. Para Aléssio (1981, p. 77), “quando o cultivo da soja e do trigo passou a ser consorciado, transformou-se a paisagem da região”. Com a valorização das terras em função do trigo e da soja, ocorreu a diminuição da área destinada a pastagens, as matas foram reduzidas e as terras consideradas não utilizadas foram, em grande parte, reaproveitadas.

2.2.7 Evolução da atividade pecuária

No Censo agrícola de 1920, o município de Cruz Alta registra a 16ª posição no país em população bovina, com 201.231 animais. O município de Alegrete era o 1º do país, com uma produção de 501.123 cabeças. Conforme a Tabela a seguir, se percebe que a produção de bovinos continua, até 1950, sendo a principal espécie produzida, mesmo tendo diminuído o número de animais; a produção de suínos aparece em segundo lugar, e a de equinos em terceiro, com queda acentuada. Conforme Zamberlam (1989), a bovinocultura de corte é uma das atividades econômicas de maior tradição na região do Alto Jacuí. Desde os primórdios, a ocupação e surgimento dos municípios da região encontram-se alicerçados na pecuária. Porém, com o advento da modernização da agricultura, a pecuária passa para um segundo plano.

Tabela 26 – Evolução no número de animais da pecuária, em espécie, no município de Cruz Alta- 1920 - 1950

Espécie/anos	1920	1940	1950
Bovinos	201.231	167.523	173.570
Equinos	32.609	16.466	6.839
Muare	4.091	1.528	393
Ovinos	28.846	24.316	34.839
Caprinos	1.039	176	382
Aves	-	-	170.488
Suínos	70.392	85.980	79.650

Fonte: IBGE (Censo Agrícola: 1920 e 1940).

No ano de 1960, a produção de bovinos continua sendo a mais representativa nos municípios de Cruz Alta e Santa Bárbara do Sul. Nos demais municípios da região, a produção de suínos representa uma maior participação na atividade pecuária. Conforme a

Tabela 27, a bovinocultura e suinocultura representam 19,19% e 18,34% no número de animais, respectivamente, em 1960; o município de Cruz Alta é o que possui o maior número de animais.

Tabela 27- Número de animais da pecuária, em espécie, nos municípios da região do Alto Jacuí- 1960

Municípios/espécie	Bovinos	Equinos	Muare	Suínos	Ovinos	Aves	Caprinos
Cruz Alta	116.869	7.110	203	30.210	24.075	117.166	93
Ibirubá	21.318	2.901	337	57.360	2.848	136.611	281
Não-Me-Toque	13.908	1.750	158	40.953	1.154	146.868	314
Santa Bárbara do Sul	27.575	2.514	120	21.675	4.061	48.400	141
Tapera	11.024	1.691	125	32.022	871	87.361	384
Total	190.694	15.966	943	182.220	33.009	569.415	1.213

Fonte: IBGE (Censo Agrícola: 1960).

Percebe-se que a suinocultura apresenta uma diminuição a partir de 1970, representando 11,32% no número de animais. Uma das explicações é o aumento da produção de soja na região, a outra é a redução no número de frigoríficos. A bovinocultura tem um pequeno acréscimo na representatividade em relação à década anterior, representando 21,94% do total de animais. A produção de ovinos e aves cresce em praticamente todos os municípios, conforme a Tabela abaixo.

Tabela 28- Número de animais da pecuária, em espécie, nos municípios da região do Alto Jacuí- 1970

Municípios	Bovinos	Eqüinos	Muare	Suínos	Ovinos	Aves	Caprinos
Colorado	5.831	400	18	11.017	1.046	55.292	38
Cruz Alta	155.401	4.239	225	13.565	45.582	111.816	296
Ibirubá	28.788	1.856	309	50.578	3.323	169.317	432
Não-Me-Toque	9.441	737	84	14.645	622	137.404	229
Santa Bárbara do Sul	28.069	1.512	64	13.166	4.837	61.119	91
Selbach	4.119	414	63	8.985	240	42.635	89
Tapera	4.689	143	34	10.034	134	74.096	100
Total	236.338	9.301	797	121.990	55.784	651.679	1.275

Fonte: IBGE (Censo Agrícola: 1970).

Na década de 1980, os dados apresentados pelo Censo Agrícola do IBGE não apresentam os números relativos à produção de aves, conseqüentemente, a Tabela 29 apresenta uma diminuição no número de animais na região. Esta queda é conseqüência também da diminuição da produção de bovinos, que mesmo representando o maior número de animais, 49,21%, cai 24,08% em relação à década anterior. A produção de equinos e muare também apresenta queda de 54,60% e 81,80%, respectivamente. As demais atividades não tiveram mudanças significativas.

Tabela 29 – Número de animais da pecuária, em espécie, nos municípios da região do Alto Jacuí-1980

Municípios	Bovinos	Equinos	Muares/	Suínos	Ovinos	Caprinos
Colorado	4.318	88	-	10.684	892	39
Cruz Alta	112.195	3.422	27	27.343	42.608	152
Ibirubá	22.325	435	52	34.442	2.271	99
Não-Me-Toque	7.877	191	31	16.259	519	405
Santa Bárbara do Sul	24.363	883	22	16.561	4.751	85
Selbach	3.849	33	7	10.122	133	22
Tapera	4.479	27	6	10.504	245	243
Total	179.406	5.079	145	125.915	51.419	1.045

Fonte: IBGE (Censo Agrícola: 1980).

Na última década do século XX, conforme a Tabela abaixo, a produção de animais volta a crescer na região. Contudo, apresenta um número menor do que o verificado no ano de 1970. A produção de bovinos aumenta 31,62% em relação à década anterior, representando cerca de 20,80% do total de animais. A produção de suínos diminui 12,15% em relação ao último período e representa 3,69% do total de animais.

Tabela 30 - Número de animais da pecuária, em espécie, nos municípios do Alto Jacuí- 1996

Municípios	Bovinos	Equinos	Muares/	Suínos	Ovinos	Aves	Caprinos
Colorado	8.593	63	-	3.229	513	17.388	16
Cruz Alta	80.478	2.960	21	31.127	21.176	82.965	136
Ibirubá	25.256	201	1	14.501	3.053	62.847	198
Fortaleza dos Valos	28.545	747	3	3.937	4.885	21.999	61
Lagoa dos Três Cantos	5.261	10	1	2.117	176	21.393	3
Não-Me-Toque	10.259	190	5	11.763	873	282.687	58
Quinze de Novembro	9.344	35	-	5.141	301	32.545	119
Saldanha Marinho	5.820	164	3	3.223	926	15.896	16
Salto do Jacuí	24.161	719	7	5.542	4.322	43.481	136
Santa Bárbara do Sul	23.924	979	5	9.560	4.960	23.390	7
Selbach	8.159	34	1	9.204	150	41.904	122
Tapera	6.351	35	-	11.269	582	92.753	216
Total	236.151	6.137	47	110.613	41.917	739.248	1.088

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário: 1996).

Percebe-se, pela Tabela a seguir, que o número de animais ligados à atividade pecuária teve um aumento de 5,80% em relação ao ano anterior. Este aumento se deve ao acréscimo no número de suínos, de 136,20% e caprinos 129%. Por outro lado, há uma queda no número de bovinos de 45,10%, de equinos de 55,32%, de ovinos, 34,55%. Não há registro da produção de muares.

Tabela 31- Número de animais da pecuária, em espécie, nos municípios da região do Alto Jacuí- 2006

Municípios	Bovinos	Equinos	Suínos	Ovinos	Aves	Caprinos
Boa Vista do Cadeado	11.224	376	2.620	3.585	18.664	-
Boa vista do Incra	6.848	196	6.098	1.866	15.877	14
Colorado	5.074	65	30.090	817	15.167	17
Cruz Alta	16.689	698	5.661	6.848	20.405	141
Ibirubá	18.127	315	42.225	3.377	35.701	301
Fortaleza dos Valos	10.500	291	4.240	3.091	15.487	71
Lagoa dos Três Cantos	3.691	23	6.471	303	41.786	147
Não-Me-Toque	6.096	113	29.185	700	222.645	182
Quinze de Novembro	8.849	32	50.424	501	24.225	418
Saldanha Marinho	5.241	44	1.877	517	10.086	-
Salto do Jacuí	8.358	144	3.997	1.876	19.957	510
Santa Bárbara do Sul	16.860	330	6.554	2.821	15.649	208
Selbach	7.755	67	38.575	486	40.960	103
Tapera	4.312	35	33.254	644	280.967	387
Total	129.624	2.729	261.271	27.432	777.576	2.499

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário: 2006).

Desde o início da formação da região, a pecuária foi a atividade de sustentação econômica. Observa-se que a bovinocultura de corte é uma das atividades econômicas de maior tradição no município de Cruz Alta e região. Porém, nas últimas décadas, com a modernização da agricultura, surge a sojicultura, passando a pecuária para um segundo plano. Dessa forma, a bovinocultura vem cedendo espaço para a lavoura. O percentual de queda acumulado nos últimos 86 anos é de 55,24%.

Com relação à suinocultura e avicultura, segundo Zamberlam (1989, p. 136), um dos principais problemas foi o avanço da produção agroexportadora e da concorrência de grandes agroindústrias (Sadia e Perdigão) que, embora atuando em regiões afastadas de Cruz Alta, têm uma elevada capacidade de capital de giro e tecnologia e pela própria integração da força de trabalho camponesa, fazendo com que a região sofra os reflexos com o fechamento de frigoríficos, diminuindo a produção local. Outro fator está ligado à tecnologia, com a introdução de matrizes importadas; estas passam a exigir altos investimentos de capital e tecnologia, o que inviabilizou essa atividade para a maioria dos pequenos produtores rurais.

2.2.8 Evolução na utilização de máquinas e instrumentos agrícolas

Em 1920, segundo o recenseamento do IBGE, dos 2.538 estabelecimentos rurais que existiam na região do Alto Jacuí, 125 possuíam máquinas para transformação de produtos agrícolas, 2 para beneficiamento de arroz, 1 para erva-mate, 10 para açúcar, 51 para manteiga e 75 para moer cereais. Neste mesmo período, 1.306 estabelecimentos rurais possuíam

instrumentos agrícolas. Destes, 1.551 eram arados, 84 106 grades, 130 semeadeiras, 23 cultivadores, 254 ceifadores e 3 tratores.

No período de 1940, existiam na região 30 alambiques, 683 moendas, 19 moinhos, 12 fábricas de farinha, 3.433 carros de boi e carroças, 21 caminhões, 57 autos e motocicletas, 343 troles e aranhas. Aparece, também, conforme o recenseamento do IBGE de 1940, 23 tratores, o número de arados sobe para 5.231, de grades para 1.196, 2.081 semeadeiras, 13 ceifadores e 33 pulverizadores.

Em 1950, o município de Cruz Alta possuía sete silos em três estabelecimentos rurais, com capacidade para 30 toneladas, 684 carros de boi, e 79 veículos a motor. No mesmo período, 29 tratores, 6.301 arados, 1.319 grades, 22 rolos, 162 semeadeiras, 140 pulverizadores e 22 ceifadeiras.

O número de máquinas e equipamentos agrícolas também cresce com o desenvolvimento da produção da soja, propiciado pelo financiamento facilitado na década de 60 e 70.

Segundo o censo agrícola do IBGE (1960-1980), de 711 tratores registrados na região em 1960 passa para 2.205 em 1970 e 7.591 tratores em 1980, o número de arados passa de 6.420 em 1960, 6.855 na década seguinte, para 12.048 em 1980. No ano de 1960 são registrados 2.340 grades, 462 semeadeiras, 272 pulverizadores e 267 cultivadores. O censo de 1970 registra 1.074 colheitadeiras, passando para 8.208 colheitadeiras no período seguinte, estas ajudam no aumento do lucro dos granjeiros, os quais, segundo Aléssio (1981), para colher as pequenas lavouras dos colonos cobram alta porcentagem sobre o produto colhido (10 a 15%). Ao lado de um incremento no uso de técnicas e insumos agrícolas, os custos de produção quase se igualavam ao preço dos produtos. Assim, segundo o autor, na cultura da soja em 1976, o preço médio por saca de 60 kg em maio era de Cr\$ 94,00 e os custos de produção atingiram Cr\$ 78,00 por saca.

A Tabela a seguir mostra o número de estabelecimentos que possuem máquinas e instrumentos agrícolas, em 1996. Percebe-se que o número de tratores praticamente manteve-se o mesmo em relação a 1980. O número de colheitadeiras aumentou 20,26% em relação ao período anterior.

Tabela 32 - Número de máquinas e veículos existentes nos municípios da região do Alto Jacuí- 1996

Municípios	Tratores	Máquinas para plantio	Máquinas para colheita	Arados	Utilitários
Colorado	550	476	197	884	82
Cruz Alta	1 836	1 308	784	1.578	571
Ibirubá	1 302	1 102	432	981	217
Fortaleza dos Valos	557	455	252	-	56
Lagoa dos Três Cantos	286	263	83	368	34
Não-Me-Toque	743	667	268	1.006	144
Quinze de Novembro	423	346	103	607	46
Saldanha Marinho	367	319	138	298	39
Salto do Jacuí	403	260	157	924	123
Santa Bárbara do Sul	821	618	395	617	208
Selbach	499	486	137	384	40
Tapera	477	460	165	372	99
Total	8.264	6.760	3.111	8.019	1.659

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário: 1996).

No último censo agropecuário, realizado em 2006, percebe-se que diminui o número de equipamentos agrícolas, quando comparado com aquele analisado em 1996. O número de tratores reduziu em 8,83%, de colheitadeiras em 10,80%, e o número de arados, devido à utilização do cultivo mínimo que não gradeia o solo, diminui em 47,47%. Os municípios de Ibirubá, Cruz Alta, Santa Bárbara do Sul e Boa Vista do Cadeado, destacam-se pelo elevado número de tratores utilizados, conforme a Tabela 33.

Tabela 33 – Número de máquinas e veículos agrícolas existentes nos municípios da região do Alto Jacuí- 2006

Municípios	Tratores	Arados	Grades e/ou enxadas rotativas	Semeadeira e/ou plantadeira	Colheitadeiras	Pulverizadores e/ou atomizadores
Boa Vista do Cadeado	662	160	249	425	277	264
Boa Vista do Incra	456	218	276	340	185	260
Colorado	511	321	319	376	176	302
Cruz Alta	812	241	335	550	351	319
Fortaleza dos Valos	476	310	302	352	191	233
Ibirubá	1.189	706	751	816	384	682
Lagoa dos Três Cantos	252	224	186	178	77	161
Não-Me-Toque	536	328	332	346	185	280
Quinze de Novembro	447	380	322	255	103	257
Saldanha Marinho	328	208	212	234	130	181
Salto do Jacuí	408	259	165	239	171	120
Santa Bárbara do Sul	609	184	250	412	260	259
Selbach	443	426	334	355	139	280
Tapera	400	247	256	326	146	242
Total	7.529	4.212	4.289	5.204	2.775	3.840

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário: 2006).

Com relação ao número de tratores, segundo a potência, pode-se dizer que houve substituição de tratores de menor capacidade (menos de 100 cv) para os de maior potência (100 cv e mais), passando de 1.500 para 2.217, representando um aumento de 47,80% nos

últimos levantamentos do Censo Agropecuário (1996 e 2006). Se, por um lado, diminui o número de tratores de potência inferior a 100 cv, representando queda de 21,81%, estes continuam sendo predominantes em todos os municípios, representando 81,86% e 70,56% no número total de tratores, respectivamente em 1996 e 2006.

2.2.9 *Uso de adubos e fertilizantes*

Com a estruturação do modelo econômico a partir da produção de soja, outras culturas passam também a consumir cada vez mais fertilizantes e defensivos químicos. O Censo agrícola de 1960 mostra que os estabelecimentos que utilizam adubo orgânico representam 92,57% do uso total de fertilizantes, destes, o esterco é o mais utilizado, conforme a Tabela 34.

Tabela 34 -Número de estabelecimentos segundo o uso de fertilizantes nos municípios da região do Alto Jacuí-1960

Municípios	Adubação química	Esterco	Verde	Orgânica		Calagem
				Farinha de ossos	Outros	
Cruz Alta	214	307	39	53	111	58
Ibirubá	4	1.561	367	6	140	13
Não-Me-Toque	185	1.012	269	20	119	14
Santa Bárbara do Sul	38	43	12	71	93	34
Tapera	69	885	61	130	38	79
Total	510	3.808	748	280	501	198

Fonte: IBGE (Censo Agrícola: 1960).

Pode-se observar na Tabela 35 que, a partir de 1970, há uma rápida ascensão no consumo de adubação química, de calcário, enquanto a adubação de origem orgânica diminui. A adubação estritamente química representa 51,89% do uso de fertilizantes e um aumento de 1.025% em relação à década anterior. A adubação exclusivamente orgânica diminui 77,53% em relação ao último período e representa apenas 10,83% do total de fertilizantes utilizado nos estabelecimentos rurais da região. Na década seguinte, a utilização de adubação química aumenta 36,17%. A adubação orgânica também aumentou 234% em relação ao período anterior, mas representa 33% dos estabelecimentos que utilizam adubação na região. O uso de calcário tem um aumento de 123,26%.

Tabela 35- Número de estabelecimentos segundo o uso de fertilizantes, nos municípios da região do Alto Jacuí- 1970 e 1980

Municípios	Adubação química		Adubação orgânica		Calcário	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Colorado	601	595	91	260	174	457
Cruz Alta	1.432	1.914	61	490	171	834
Ibirubá	1.224	2.079	448	1.184	540	988
Não-Me-Toque	969	975	176	790	277	605
Santa Bárbara do Sul	544	910	80	249	146	384
Selbach	425	647	250	511	273	429
Tapera	546	698	93	526	306	516
Total	5.741	7.818	1.199	4.010	1.887	4.213

Fonte: IBGE (Censo Agrícola: 1970-1980).

No censo agropecuário de 2006, a utilização de adubo químico representa 66,54% do total de adubos utilizados nos municípios e aumenta 21,39% em relação ao último período analisado. A utilização de adubação orgânica cresce 18,40% em relação a 1980.

Tabela 36- Número de estabelecimentos agropecuários por produtos utilizados na adubação nos municípios da região do Alto Jacuí- 2006

Municípios	Adubação química	Adubação orgânica	Não precisaram	Não usam
Boa Vista do Cadeado	467	21	6	116
Boa Vista do Incra	575	145	15	41
Colorado	679	504	3	18
Cruz Alta	518	266	10	123
Ibirubá	1.561	842	9	81
Fortaleza dos Valos	710	430	3	53
Lagoa dos Três Cantos	495	420	3	8
Não-Me-Toque	874	247	6	59
Quinze de Novembro	676	309	19	101
Saldanha Marinho	613	405	9	25
Salto do Jacuí	285	146	20	107
Santa Bárbara do Sul	492	95	12	118
Selbach	838	436	6	39
Tapera	708	482	14	29
Total	9.491	4.748	135	918

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário: 2006).

Com relação ao número de estabelecimentos que utilizam defensivos, conforme a Tabela 37, houve um aumento de 13,92% em 2006 com relação à década de 1980. Pode-se dizer, ainda, que nos períodos analisados, praticamente todos os estabelecimentos utilizavam defensivos agrícolas: 92,38% em 1980, 98,22% em 1996 e 99,89% em 2006.

Tabela 37- Número de estabelecimentos segundo o uso de defensivos agrícolas nos municípios da região do Alto Jacuí- 1980- 2006

Municípios	1980	1996	2006
Boa Vista do Cadeado	-	-	584
Boa Vista do Incra	-	-	584
Colorado	608	531	505
Cruz Alta	2.019	1907	617
Ibirubá	2.115	1.576	1.534
Fortaleza dos Valos	-	554	600
Lagoa dos Três Cantos	-	369	367
Não-Me-Toque	994	754	687
Quinze de Novembro	-	668	782
Saldanha Marinho	-	435	529
Salto do Jacuí	-	614	655
Santa Bárbara do Sul	937	473	561
Selbach	659	717	620
Tapera	725	486	554
Total	8.057	9.084	9.179

Fonte: IBGE (Censo Agrícola e Agropecuário: 1980-2006).

2.2.10 Evolução da produção agrícola

Percebe-se nas Tabelas a seguir, pela evolução nos municípios de Cruz Alta e região, que as culturas de subsistência aos poucos foram cedendo espaço para o binômio trigo e soja. No Recenseamento Agrícola de 1920, a produção de arroz na região era de 1.007 toneladas em 623 estabelecimentos rurais, 831 eram beneficiadas em 480 hectares. Os produtores de cana-de-açúcar nesse ano cultivavam em 11 estabelecimentos 11.862 hectares. Na década de 1940, diminui a produção de arroz em 29,39%, conforme a Tabela 38.

Tabela 38 - Quantidade produzida dos principais produtos de lavouras na região do Alto Jacuí- 1940

Produtos	1940
Arroz (toneladas)	711
Cana-de-açúcar (toneladas)	22.722
Feijão (toneladas)	1.327
Milho (toneladas)	20.749
Mandioca (toneladas)	14.773
Laranja (cento)	102.286
Trigo (toneladas)	775
Uva (toneladas)	480
Batata (kg)	2.118

Fonte: IBGE (Censo Agrícola: 1940).

No período de 1960, percebe-se que os produtos relacionados na Tabela abaixo formam a atividade agrícola de lavouras predominantes na região. Verifica-se que a produção de quase todos os produtos, que podem ser comparados ao último período, aumenta. A produção de laranja aumentou 131,05%, de uva 269,16%, mandioca 546,67%, arroz 670,74%

e principalmente a produção de trigo aumenta 4.695, 09%. Por outro lado, a produção do milho diminui 63,69%.

Tabela 39- Quantidade produzida ou colhida dos principais produtos de lavouras nos municípios da região do Alto Jacuí- 1960*

Municípios	Laranja	Uva	Erva- mate	Mandioca	Arroz	Feijão	Soja Colhida	Trigo Colhida	Milho colhido
Cruz Alta	83.072	273	5	22.631	1.231	308	1.637	13.596	13.032
Ibirubá	41.272	825	18	32.994	1.252	485	1.008	4.350	18.886
Não-Me-Toque	59.669	281	228	19.369	615	343	901	7.517	25.563
Santa Bárbara do Sul	6.398	60	15	8.062	539	163	796	8.008	7.267
Tapera	45.924	333	55	12.477	1.843	146	135	3.691	12.785
Total	236.335	1.772	321	95.533	5.480	1.445	4.477	37.162	7.533

Fonte: IBGE (Censo Agrícola: 1960).

*Laranjas estão quantificadas em centos e os demais produtos em toneladas

A partir de 1970, a diminuição dos produtos de subsistência fica evidente. A produção de erva-mate praticamente desaparece na região, com exceção do município de Santa Bárbara do Sul, que produziu 8 toneladas. A produção de mandioca diminuiu 59,74%, de arroz 63,90%, de feijão 84,22%. A produção de uva e laranja também diminui. Por outro lado, a produção colhida de soja aumenta 3.276,65%, de trigo 394% e de milho aumenta 576,97%, conforme a Tabela abaixo.

Tabela 40- Quantidade produzida ou colhida dos principais produtos de lavouras nos municípios da região do Alto Jacuí- 1970*

Municípios	Laranja	Uva	Erva- mate	Arroz	Mandioca	Feijão	Soja Colhida	Trigo Colhido	Milho colhido
Colorado	974	299	-	111	721	10	15.285	15.040	5.219
Cruz Alta	1.830	33	-	651	3.650	109	42.679	65.037	7.830
Ibirubá	3.885	277	-	622	19.873	64	16.257	19.290	17.206
Não-Me-Toque	2.344	507	-	147	4.843	7	22.371	21.833	6.429
Santa Bárbara do Sul	2.401	101	8	173	4.727	24	30.432	37.280	5.793
Selbach	1.193	79	-	225	3.059	2	9.254	9.949	4.050
Tapera	414	97	-	49	1.586	2	14.895	15.154	4.402
Total	13.041	1.393	8	1.978	38.459	228	151.173	183.583	50.929

Fonte: IBGE (Censo Agrícola: 1970).

*As laranjas estão quantificadas em (mil frutos) e os demais produtos em toneladas

Segundo Zamberlam (1989, p.79), dois “booms” dos preços de soja: 1962 a 1966 e 1972 em diante. De 1967 a 69 ela tem uma tendência de baixa, o que significa instabilidade do novo Modelo Agrícola Agroexportador. Por outro lado, a estrutura fundiária da região não sofre alterações significativas. Justamente quando a soja começa a cair, em 1967, o governo investe no sistema através de subsídios maiores que o valor da produção. No entanto, o

montante de capital que o governo investe na agricultura, no caso da região, nesse momento não é investido pelos agricultores na compra de novas terras, pois o número de estabelecimentos não sofreu significativas variações.

Em 1980, percebe-se a diminuição na quantidade colhida de trigo em 46,17%, de milho 29,37%, quando a quantidade colhida de soja aumenta 236,32%. As demais culturas continuam diminuindo.

Tabela 41- Quantidade produzida ou colhida dos principais produtos de lavouras nos municípios da região do Alto Jacuí- 1980*

Municípios	Laranja	Uva	Arroz	Mandioca	Feijão	Soja Colhida	Trigo Colhido	Milho colhido
Colorado	1.460	154	41	232	-	33.743	4.351	2.751
Cruz Alta	4.247	119	479	5.765	543	186.319	49.733	8.992
Ibirubá	3.236	184	207	4.950	56	68.029	12.491	7.424
Não-Me-Toque	1.144	91	183	2.685	-	59.187	6.702	5.157
Santa Bárbara do Sul	1.897	105	337	2.131	116	98.056	18.121	6.194
Selbach	956	51	120	1.647	-	23.339	2.778	2.518
Tapera	1.171	72	70	1.103	-	39.761	4.646	2.932
Total	14.100	657	1.437	18.513	715	508.434	98.822	35.968

Fonte: IBGE (Censo Agrícola: 1980).

*As laranjas estão quantificadas em (mil frutos) e os demais produtos em toneladas

A partir de 1996, além da produção de erva-mate, a produção de mandioca também não aparece nas estatísticas sobre a produção regional. A produção de soja diminui 37,34% e de milho aumenta 151%. A produção de trigo diminui 14,19%. A produção de feijão tem um acréscimo de 389,79%, os demais produtos praticamente não tiveram alteração.

Tabela 42- Quantidade produzida ou colhida dos principais produtos de lavouras nos municípios da região do Alto Jacuí- 1996*

Municípios	Laranja	Uva	Arroz	Feijão	Soja Colhida	Trigo Colhido	Milho colhido
Colorado	228	4	13	21	15.600	4.000	3.377
Cruz Alta	1.043	3	303	782	103.300	20.000	30.338
Ibirubá	636	34	84	207	31.113	9.000	9.000
Fortaleza dos Valos	403	7	201	418	23.156	9.000	6.861
Lagoa dos Três Cantos	140	5	15	8	6.000	1.000	2.300
Não-Me-Toque	114	3	54	48	16.700	6.000	6.800
Quinze de Novembro	222	3	59	13	9.500	900	3.000
Selbach	130		22	25	9.000	3.500	3.500
Saldanha Marinho	211	10	38	27	12.800	2.000	3.017
Salto do Jacuí	430	3	140	257	22.945	3.299	3.200
Santa Bárbara do Sul	628	6	487	270	50.000	11.000	11.833
Selbach	130	5	-	-	9.000	3.500	3.500
Tapera	200	8	8	2	9.500	3.500	3.555
Total	4.515	91	1.424	3.502	318.614	84.799	90.281

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário: 2006).

*As laranjas estão quantificadas em (mil frutos) e os demais produtos em toneladas

A produção de laranja, uva, arroz e feijão diminuem acentuadamente em 2006, 1.467,70%, 44,44%, 565,42% e 87,87% respectivamente. A produção de erva-mate e mandioca volta a aparecer na região. A produção de soja aumenta 197,41%, de trigo 25,11% e de milho 253,06%, conforme a Tabela abaixo.

Tabela 43 - Quantidade produzida dos principais produtos de lavouras nos municípios da região do Alto Jacuí, medidos em toneladas- 2006

Municípios	Laranja	Uva	Erva-mate	Arroz	Mandioca	Feijão	Soja	Trigo	Milho
Boa Vista do Cadeado	-	16	-	1	472	24	82.185	7.699	17.496
Boa Vista do Incra	-	-	-	10	234	42	79.608	6.428	17.654
Colorado	5	1	1	2	131	69	60.947	7.305	20.931
Cruz Alta	3	-	-	119	288	471	179.662	17.324	48.652
Ibirubá	66	9	-	37	1.248	429	80.207	10.498	23.716
Fortaleza dos Valos	-	5	-	1	250	45	72.975	8.158	23.029
Lagoa dos Três Cantos	-	-	-	3	113	15	21.114	1.833	8.656
Não-Me-Toque	29	12	15	-	364	18	52.503	5.370	32.471
Quinze de Novembro	76	-	-	1	263	45	21.631	1.393	5.667
Saldanha Marinho	-	1	-	6	77	18	34.384	3.500	11.962
Salto do Jacuí	102	-	-	1	431	554	59.024	11.776	11.793
Santa Bárbara do Sul	-	-	-	33	180	98	148.000	17.405	68.437
Selbach	7	1	-	-	433	27	25.870	3.563	14.043
Tapera	-	18	2	-	215	9	29.485	3.843	14.244
Total	288	63	18	214	4.699	1.864	947.595	106.095	318.751

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário: 2006).

2.2.11 Evolução da atividade leiteira

A atividade leiteira passa a ter importância socioeconômica para a região, a partir de 1980. Segundo Zamberlam (1989, p. 133), “a COTRICRUZ inicia, em 1978, o recebimento de leite através de seu posto de resfriamento com uma capacidade de 20 mil litros por dia”. No entanto, a partir de 1985, encerra suas atividades de comercialização do leite, passando para os Laticínios Satélite S.A., filial da CCGL (Cooperativa Central Gaúcha de Leite). É nessa época, também, que são importadas matrizes leiteiras de outras regiões e do Uruguai, com a paralela adequação de infraestrutura e preparo do produtor para o pleno exercício da atividade.

Conforme demonstrado na Tabela 44, a atividade leiteira na região vem aumentando seu volume de produção, crescendo 211,82% de 1990 até 2006, atingindo seu auge em 2001 e 2006. Neste período percebe-se uma queda nos anos de 2002 até 2004, voltando a crescer no ano seguinte, mas em volume inferior a 2001. Uma das causas pode ter sido a queda nos

preços ao produtor a nível regional, provocada pela retirada da Parmalat do mercado regional, gerando um excesso na oferta do produto.

Se comparados os dados do Censo Agropecuário do IBGE, dos 101.477 litros produzidos em 1996, para 135.762 em 2006, representa um acréscimo de 33,75% na produção da região. Este direcionamento vem sendo fortemente influenciado pelos diversos investimentos aplicados na instalação e ampliação de plantas industriais e laticínios na região.

Os municípios em que a produção de leite aumentou de forma mais expressiva na região são: Fortaleza dos Valos (409,34%), Quinze de Novembro (308,55%) e Ibirubá (252,64%). O município de Salto do Jacuí teve um acréscimo de 12,85% e o município de Cruz Alta diminuiu 17,48% a produção de leite de 1999 até 2006.

2.2.12 Sistema de financiamento

Após 1970, já com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (1965), o financiamento era destinado principalmente para custeio. O Censo Agropecuário de 2006 revela um aumento no número de estabelecimentos com financiamento para investimento, o financiamento para custeio praticamente não se altera e para comercialização tem uma pequena elevação em relação a 1980. Quando se considera o número de estabelecimentos, pode-se dizer que em 1970, dos 10.178 estabelecimentos agrícolas da região, apenas 25,04% tiveram acesso a financiamento agrícola, em 1980 este percentual sobre 56,33%, em 2006 este percentual se manteve. A Tabela 45 mostra que de 1970 até 2006, há um aumento de 84,55% no número de estabelecimentos que obtiveram financiamento agrícola.

Tabela 44 - Produção Anual de Leite (mil litros) nos municípios da região do Alto Jacuí- 1990- 2006

Municípios	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Boa Vista do Cadeado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.629	6.228	6.600	5.420	4.910	4.920
Boa Vista do Incra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.960	2.695	2.373	3.449	3.116	3.117
Colorado	3.252	3.571	4.349	4.657	5.135	5.502	7.134	7.197	8.842	9.004	9.550	7.135	6.165	5.882	5.575	6.827	7.026
Cruz Alta	8.301	8.690	8.849	8.977	8.998	12.500	15.895	15.935	16.877	16.870	15.500	7.200	7.130	6.716	5.990	6.830	6.850
Fortaleza dos Valos	1.551	1.675	3.071	3.189	3.751	3.868	5.527	5.600	5.915	6.205	7.665	7.638	7.424	6.393	8.000	7.833	7.900
Ibirubá	7.656	9.485	13.458	14.238	15.731	17.374	18.394	19.985	19.300	20.931	21.550	21.892	20.116	20.012	23.930	26.818	27.000
Lagoa dos Três Cantos	-	-	-	2.467	3.088	3.790	5.545	5.618	6.800	6.976	6.990	7.051	6.237	5.520	5.475	5.947	7.928
Não-Me-Toque	4.755	5.589	6.912	6.428	6.564	7.266	8.125	8.775	9.063	9.420	10.260	10.242	10.806	10.413	9.987	11.175	13.721
Quinze de Novembro	4.212	3.995	7.259	8.229	8.762	8.753	10.962	11.280	12.480	13.372	14.710	15.151	14.149	13.463	11.862	17.151	17.200
Saldanha Marinho	2.081	2.240	2.612	2.896	3.275	3.306	3.750	3.807	3.900	4.195	5.365	6.300	5.819	6.110	4.157	5.558	6.000
Salto do Jacuí	2.038	2.042	2.043	2.033	1.372	1.784	2.853	2.877	3.040	3.216	2.826	2.430	2.352	2.220	2.628	2.260	2.300
Santa Bárbara do Sul	1.895	1.910	2.290	2.785	2.856	5.410	5.589	5.665	5.849	6.434	6.500	6.650	5.875	5.441	2.435	2.922	3.200
Selbach	4.523	4.962	6.392	6.965	6.791	7.245	10.517	13.170	15.650	15.706	17.912	18.200	16.956	16.369	15.950	14.350	21.000
Tapera	3.275	4.077	4.956	2.950	3.140	4.116	7.186	7.230	6.800	7.107	9.450	9.616	8.432	7.784	6.917	7.417	7.600
Total	43.539	48.236	62.191	65.814	69.463	80.914	101.477	107.139	114.516	119.436	128.278	129.094	120.384	115.296	111.775	123.114	135.762

Fonte: IBGE (Produção Pecuária: 1990-2006).

Tabela 45 -Número de estabelecimentos que obtiveram financiamento agrícola nos municípios da região do Alto Jacuí- 1970-2006

Municípios	1970	1980	2006	Var. % (1970-2006)
Boa Vista do Cadeado	-	-	225	-
Boa Vista do Incra	-	-	294	-
Colorado	327	373	462	41,28
Cruz Alta	677	1253	308	- 54,50
Ibirubá	730	1307	366	- 49,86
Fortaleza dos Valos	-	-	1231	-
Lagoa dos Três Cantos	-	-	270	-
Não-Me-Toque	654	663	396	39,45
Quinze de Novembro	-	-	438	-
Saldanha Marinho	-	-	377	-
Salto do Jacuí	-	-	369	-
Santa Bárbara do Sul	350	539	343	-2
Selbach	226	461	448	98,23
Tapera	227	433	362	59,47
Total	3191	5029	5889	84,55

Fonte: IBGE (Censo Agrícola e Agropecuário: 1970- 2006).

2.2.13 Participação do setor agrícola nos indicadores socioeconômicos dos municípios da região do Alto Jacuí

A renda interna da do Alto Jacuí em 1939 tem uma composição similar à do Rio Grande do Sul e conservou-se assim até a década de 40. A agricultura era responsável por 43,58% e 47,28% da formação da renda em 1939 e 1949, respectivamente. Dentro do setor agrícola, a pecuária em 1939 representava 58,99% do espaço produtivo, diminuindo para 35,59% na década seguinte. Por outro lado, a participação da lavoura na renda interna agrícola aumenta sua participação para 62,49% em 1949, contra 39,52% em 1939. Quanto aos outros segmentos, o setor de serviços tinha uma participação de 47,28% da renda interna em 1939, e na década seguinte diminui para 41,37%. O setor industrial passa de 9,14% para 16,74% em 1949, segundo dados da FEE (1939-1949).

De 1959 até 1980, percebe-se que diminui a participação da indústria na maioria dos municípios. Por outro lado, o setor de serviços aumenta a participação na renda interna em todos os municípios. A participação do setor agrícola aumenta na década de 70, mas retrocede no período seguinte, conforme a Tabela 46.

Tabela 46 - Participação do setor agrícola na renda interna, em percentual, nos municípios da região do Alto Jacuí- 1959- 1980

Municípios	1959			1970			1980		
	Agric.	Ind.	Serv.	Agric.	Ind.	Serv.	Agric.	Ind.	Serv.
Colorado	-	-	-	77,04	1,21	22,65	54,80	0,81	44,38
Cruz Alta	25,49	8,03	66,47	26,88	12,01	61,10	25,19	3,48	71,32
Ibirubá	45,82	11,50	42,66	38,76	9,95	51,29	38,15	6,21	55,63
Santa Bárbara do Sul	57,23	3,41	39,35	66,00	1,97	32,02	53,18	1,95	44,87
Selbach	-	-	-	75,40	1,11	23,47	50,64	3,86	45,49
Tapera	55,02	11,33	33,65	46,46	10,55	42,99	30,15	8,53	61,31

Fonte: Fundação de Economia e Estatística - FEE (1959-1980).

A Tabela 47 explicita em números o Valor Adicionado Bruto por setor nos municípios. O setor de comércio/serviços foi o que teve maior crescimento em termos financeiros, 174,87% nos últimos anos, representando cerca de 60% do VAB total. Todos os municípios apresentaram crescimento neste setor, destacando-se Cruz Alta (182,07%), Ibirubá (178,73%) e Selbach, onde o crescimento foi menor (124,22%). O setor industrial apresentou um crescimento de 139,66% no mesmo período, destacando-se os municípios de Saldanha Marinho, que cresceu 446,27%, Tapera 371,95% e Santa Bárbara do Sul, 223,82%. O município que teve um percentual de crescimento menor foi Selbach (5,49%). O segmento agropecuário também apresenta um crescimento neste período de 176,99%, representando 23% do VAB total da região. Os municípios onde o crescimento da agropecuária foi maior foram Quinze de Novembro (193,07%) e Ibirubá (185,77%), o percentual de crescimento foi menor no município de Cruz Alta (77,54%).

Tabela 47 - Valor Adicionado Bruto por setores nos municípios da região do Alto Jacuí-2000 e 2007

Municípios	2000 (R\$ mil)			2007 (R\$ mil)		
	Serviços	Indústria	Agropecuária	Serviços	Indústria	Agropecuária
Boa Vista do Cadeado	-	-	-	23.878	1.362	48.052
Boa Vista do Incra	-	-	-	19.898	1.292	30.610
Colorado	16.762	1.388	12.358	40.762	2.524	34.684
Cruz Alta	285.837	59.649	62.895	806.266	96.049	111.667
Ibirubá	78.232	22.717	28.851	218.057	59.235	82.450
Fortaleza dos Valos	17.366	1.227	15.140	47.960	2.721	41.858
Lagoa dos Três Cantos	5.574	494	6.186	13.312	1.223	16.856
Não-Me-Toque	63.741	46.092	18.168	155.018	118.787	51.401
Quinze de Novembro	13.011	1.254	11.560	30.384	2.456	33.880
Saldanha Marinho	11.183	951	9.716	27.160	5.195	22.923
Salto do Jacuí	30.578	18.567	15.225	70.159	53.540	36.130
Santa Bárbara do Sul	42.837	4.202	35.352	114.052	13.607	90.490
Selbach	16.794	3.695	11.678	37.657	3.898	31.140
Tapera	38.782	9.527	10.655	101.565	44.967	26.531
Total	620.697	169.763	237.794	1.706.128	406.856	658.672

Fonte: Fundação de Economia e Estatística - FEE (2000-2007).

Especificamente sobre o município de Cruz Alta, pode-se dizer que nem mesmo os períodos de apogeu da soja e trigo foram capazes de reverter a tendência estacionária em termos de desenvolvimento industrial. Algumas empresas mantiveram-se nas atividades industriais até os meados da década de 70, quando as empresas multinacionais, que apresentavam menores custos, maior escala de produção e maior poder de barganha, desestruturaram a indústria local. Sem condições de enfrentamento concorrencial, sobraram duas alternativas às indústrias, de uma forma geral e em particular no município: integrar-se ao capital estrangeiro ou desaparecer. Dessa forma, o setor industrial no município sofreu consequências importantes e enfraqueceu frente ao modelo econômico da época. Um exemplo desse enfraquecimento foi a Fábrica de Fósforos Missões. Era a única indústria do gênero no estado, e a única concorrente da FIAT/LUX, empresa com maior produção e menores custos, que começou a forçar a queda dos preços no mercado até atingir um ponto em que a empresa cruzaltense não pôde mais acompanhar. A pequena indústria local foi vendida à grande empresa multinacional. Outro caso típico foi a indústria de implementos agrícolas. As empresas multinacionais passaram a montar no Brasil tratores e colheitadeiras e vendê-los atrelados aos implementos e acessórios produzidos por eles, confirmando assim os destinos das empresas: ou se associaram ao capital estrangeiro como, por exemplo, a Kepler Weber (Panambí), Imasa (Ijuí), Ideal (Santa Rosa) ou desapareceram, como a Hutsawa e a Sasil (Cruz Alta). Fato parecido, mas de forma indireta, ocorreu com a Cooperativa Sul Riograndense de Banha. A partir de 1919, os grandes frigoríficos internacionais começam a concentrar o mercado brasileiro com alto poder de capital de giro. As empresas nacionais ou se associaram ou desapareceram, o caso da Cooperativa de Banha de Cruz Alta. Da mesma forma, o município possuía privilegiada situação em relação aos municípios circunvizinhos, pois sediava uma agroindústria multinacional, a Anderson Clayton, que devido ao seu porte era um polo de atração e garantia de estabilidade da comercialização da soja e seus derivados (óleo de soja, farelo, óleo de linhaça, girassol), também encerrando suas atividades.

A renda *per capita*, que é a soma de todas as rendas divididas pela população, teve pouca evolução nos últimos anos, sendo que a maioria dos municípios ficam abaixo da média do Estado, com exceção de Selbach, Fortaleza dos Valos e Ibirubá. Com relação ao Índice de Theil, que mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda *per capita*, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre os indivíduos e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo, pode-se dizer que diminui em praticamente todos os municípios, com exceção de Ibirubá, Selbach e Tapera.

Tabela 48 – Renda *per capita* e desigualdade da distribuição de renda na região do Alto Jacuí– 1991-2000

Municípios	1991		2000	
	Renda <i>per capita</i>	Índice T	Renda <i>per capita</i>	Índice T
Boa Vista do Cadeado	-	-	-	-
Boa Vista da Incra	-	-	-	-
Colorado	353,20	0,776	258,82	0,460
Cruz alta	233,20	0,607	344,38	0,631
Fortaleza dos Valos	213,39	0,775	394,19	0,730
Ibirubá	240,27	0,548	385,06	0,626
Lagoa dos Três Cantos	215,89	0,583	351,80	0,473
Não-Me_toque	250,86	0,597	350,20	0,559
Quinze de Novembro	218,57	0,592	285,68	0,385
Saldanha Marinho	268,56	0,754	274,63	0,430
Salto do Jacuí	167,31	0,689	226,00	0,630
Santa Bárbara do Sul	212,05	0,725	264,81	0,568
Selbach	231,44	0,446	496,40	0,678
Tapera	223,46	0,556	318,75	0,580
Rio Grande do Sul	261,30	0,635	357,74	0,617

Fonte: IPEADATA (2010).

O percentual de pessoas consideradas indigentes, pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 37,75, equivalentes a 1/4 do salário mínimo vigente em agosto de 2000, evidencia que no período comparado na Tabela 49, o percentual de pessoas indigentes diminuiu em torno de 50%, com exceção do município de Colorado que aumenta o número de indigentes, contrariando os dados da tabela anterior, em que diminui a desigualdade da distribuição de renda. Os municípios onde o percentual de pessoas indigentes é maior são: Cruz Alta, Fortaleza dos Valos, Salto do Jacuí e Santa Bárbara do Sul, com índices superiores ao do Estado. Por outro lado, os municípios de Selbach, Saldanha Marinho, Quinze de Novembro e Lagoa dos Três Cantos possuem um percentual bem abaixo da média estadual.

Tabela 49– Percentual de pessoas indigentes nos municípios da região do Alto Jacuí-1991-2001

Municípios	1991	2001
Colorado	5,06	5,84
Cruz alta	9,85	8,18
Fortaleza dos Valos	15,50	8,86
Ibirubá	8,70	5,30
Lagoa dos Três Cantos	7,64	3,36
Não-Me-Toque	5,66	4,18
Quinze de Novembro	8,69	3,41
Saldanha Marinho	8,60	3,77
Salto do Jacuí	22,65	15,16
Santa Bárbara do Sul	14,50	8,36
Selbach	4,85	2,51
Tapera	6,89	6,32
Rio Grande do Sul	11,21	7,63

Fonte: IPEADATA (1991-2001).

A evolução do índice de Gini é um importante indicador de desigualdade social e concentração de terra e renda. Na região do Alto Jacuí, na maioria dos municípios, diminui a desigualdade na distribuição de renda, destacando-se Saldanha Marinho e Quinze de Novembro. Alguns municípios mantêm o índice acima da média do estado do Rio Grande do Sul, como os municípios de Cruz Alta, Fortaleza dos Valos, Salto do Jacuí, Ibirubá, Santa Bárbara do Sul, Selbach e Tapera.

Tabela 50- Índice de Gini para distribuição de renda dos municípios da região do Alto Jacuí-1991-2001

Municípios	1991	2001
Colorado	0,65	0,51
Cruz alta	0,59	0,60
Fortaleza dos Valos	0,64	0,63
Ibirubá	0,55	0,59
Lagoa dos Três Cantos	0,57	0,52
Não-Me_toque	0,58	0,57
Quinze de Novembro	0,58	0,46
Saldanha Marinho	0,64	0,49
Salto do Jacuí	0,62	0,60
Santa Bárbara do Sul	0,63	0,58
Selbach	0,50	0,61
Tapera	0,56	0,57
Rio Grande do Sul	0,59	0,54

Fonte: IPEADATA (1991-2001).

Na Tabela 51 estão dispostos os índices e ordem de colocação da do Alto Jacuí, comparada com os 22 COREDES do estado do Rio Grande do Sul, referentes ao Índice de Desenvolvimento Sócioeconômico (IDESE), que é composto por indicadores divididos em quatro blocos temáticos: Educação; Renda; Saneamento e Domicílios; e Saúde. O IDESE é o resultado da agregação dos índices desses blocos, gerando assim um novo índice. A renda da população faz com que o índice IDESE colocasse a região da 12ª posição no Estado em 2000, para 4ª em 2008.

Tabela 51- Desenvolvimento Socioeconômico da região do Alto Jacuí e ordem de classificação em relação às demais regiões do Rio Grande do Sul – 2000-2008

Municípios	Educação		Renda		Saneamento e Domicílios		Saúde		IDESE	
	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem
2000	0,844	6°	0,725	5°	0,471	15°	0,849	15°	0,722	12°
2001	0,844	8°	0,765	4°	0,470	15°	0,839	18°	0,730	11°
2002	0,854	7°	0,779	3°	0,472	15°	0,837	18	0,735	9°
2003	0,857	11°	0,836	1°	0,473	15°	0,833	18°	0,750	6°
2004	0,864	5°	0,836	2°	0,516	13°	0,858	7°	0,769	4°
2005	0,865	4°	0,785	5°	0,517	13°	0,852	14°	0,755	4°
2006	0,867	4°	0,826	3°	0,519	13°	0,868	6°	0,770	4°
2007	0,866	6°	0,869	1°	0,521	13°	0,857	7°	0,778	4°
2008	0,863	6°	0,887	1°	0,522	13°	0,844	18°	0,779	4°

Fonte: FEE (2000-2008).

Finalizando este capítulo, pode-se dizer que o desenvolvimento agrícola e agrário da região do Alto Jacuí, que se inicia com a produção de subsistência, através da população rural indígena, lusobrasileira e posteriormente de imigrantes europeus, muda de configuração com o desenvolvimento da produção mecanizada de trigo, a partir de 1950. A partir deste período, o desenvolvimento agrícola regional e, conseqüentemente, o agrário passa a ser retratado como um modelo que tem as suas variáveis centrais de reprodução determinadas por ações modernizadoras dos processos produtivos e alicerçadas no aumento de produtividade, sendo determinado por critérios econômicos ligados restritamente à questão agrícola.

Compreender a dinâmica do desenvolvimento agrícola e as transformações sociais e econômicas que este desenvolvimento acarreta na população rural e, principalmente, na sua migração, através do debate acadêmico, pode ajudar no entendimento da dinâmica do funcionamento da agricultura nesta região, conforme se vê no capítulo a seguir.

3 DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E O PROCESSO MIGRATÓRIO

Neste capítulo se realiza uma revisão teórica sobre os aspectos que envolvem a temática do desenvolvimento agrícola e o meio rural. Com esse propósito, delimitou-se a abordagem do tema em dois blocos analíticos que enfatizam, de um lado os aspectos teóricos e, de outro, os aspectos históricos, procurando focar principalmente o contexto brasileiro.

Um dos aspectos analisado será a questão demográfica que permeia a discussão sobre o desenvolvimento e, principalmente, a diminuição da população rural e o processo migratório. Da mesma forma, os conceitos que surgem a partir desta discussão, envolvem a temática meio rural e desenvolvimento. Na sequência, discute-se o aspecto demográfico neste contexto e o processo migratório, enfatizando os contextos brasileiro e do Rio Grande do Sul.

3.1 O desenvolvimento e as interfaces com o meio rural

Este subitem procura fazer uma discussão sobre o desenvolvimento, buscando compreender que o meio rural está envolvido, de todas as formas, nesse debate, não tendo como objetivo discutir as várias teorias sobre desenvolvimento. O desenvolvimento que será percebido aqui, e por grande parte da literatura sobre o tema, é o que proporciona melhoria nas condições de vida da população rural e urbana, condições que incluem, entre outros aspectos, os econômicos e sobretudo os aspectos sociais.

A percepção recente é de que o conceito de rural e de sua participação no desenvolvimento não é estático. Kageyama (2008), desconsiderando definições legais, administrativas ou estatísticas, afirma que os principais elementos que aparecem na literatura sobre o tema, caracterizando as áreas rurais, são: maior presença de superfícies verdes ou naturais, maiores distâncias entre unidades residenciais, entre estas e as unidades comerciais, maior dispersão ou menor densidade da população, maior presença de atividades econômicas ou de ocupação que dependem de recursos produtivos como terra e água, e enquanto território socialmente construído, com papéis específicos na reprodução e desenvolvimento das sociedades.

De qualquer modo, o meio rural sempre esteve presente nas discussões sobre o desenvolvimento, através da sua participação econômica ou da organização da sua matriz produtiva, ou ainda nos entraves que esta possa representar para o restante da economia. No Brasil, desde os anos 30, essas discussões estiveram estreitamente ligadas a um projeto de

desenvolvimento associado à ideia de crescimento e progresso econômico e vista como condição necessária e suficiente para melhorar o bem estar social e econômico da população; uma proposta que imitava o processo de industrialização e urbanização dos países desenvolvidos e suas teorias desenvolvimentistas, que através de suas experiências empíricas sugerem aplicação de seus modelos aos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Para Buarque (1994, p. 25), “ao longo de décadas, os governos deram subsídios às indústrias e às cidades, ao mesmo tempo que abandonavam o campo à própria sorte, salvo nos aspectos que visavam substituir importações ou ampliar exportações”.

É exatamente neste aspecto que a questão envolvendo o desenvolvimento (entendido como progresso) e o meio rural torna-se ponto de discussão acadêmica e política no Brasil, a partir do final da década de 1950, e tem como base de análise a economia brasileira desde a época colonial e sua dependência do bom desempenho das exportações agrícolas. Posteriormente, várias discussões acadêmicas procuram interpretar o Brasil tendo como pano de fundo essa discussão sobre os rumos do desenvolvimento, sendo a questão populacional (as causas da pobreza rural e o êxodo rural) o ponto central nesse debate.

Embora não tenha a preocupação central com as questões especificamente direcionadas ao desenvolvimento e ao meio rural, as obras do economista Celso Furtado, como *Formação Econômica do Brasil*, por exemplo, inspirada em Keynes, em uma mistura criativa eclética, dentro de um positivismo materialista leva à ideia de que a sociedade “era o que era”, mas que podia evoluir, ou que tinha um caminho a percorrer. A sociologia o ajudou a entender a racionalidade capitalista *versus* a irracionalidade do subdesenvolvimento. No marxismo, o que lhe chama atenção é que as relações econômicas são relações de poder, e que não se pode separar economia de economia política, percebendo que o desenvolvimento não é uma etapa como pressupunha Rostow (etapas do desenvolvimento).

O estruturalismo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) onde o desenvolvimento era visto sobretudo como econômico visava formar planejadores para o setor público da América Latina. O desemprego e a concentração de renda são explicados como resultantes de problemas específicos da estrutura econômica, e no caso do Brasil, da estrutura agrária. Celso Furtado (1988) distingue o conceito de desenvolvimento sob duas formas: uma que diz respeito à evolução de um sistema social de produção, que através da acumulação e de progresso tecnológico aumenta sua eficiência e produtividade; o outro conceito relaciona-se com o grau em que são satisfeitas as necessidades humanas (subdesenvolvimento).

Para o autor, uma estrutura agrária se configura no conjunto de relações entre a população rural, a terra que ela trabalha e o produto desse trabalho.

Controlar o acesso à terra é poder definir essas relações. Contudo, a pressão que um sistema de dominação social pode exercer sobre uma população rural, a fim de extrair um excedente, encontra limites que são definidos pelo contexto cultural e pelas situações históricas. O custo de reprodução da população é inicialmente a expressão desses limites. (FURTADO, 2000, p. 86).

A Interpretação Dualista de Ignácio Rangel, economista estruturalista com aceções e contribuições Keynesianas e Marxistas, traz em sua literatura a discussão que permeia os complexos rurais da economia brasileira, que em países subdesenvolvidos faz com que a agricultura cumpra as funções do setor primário, secundário e terciário da economia, ao mesmo tempo. Segundo Paim (1957), a dinâmica do complexo rural era muito simples, havia geralmente apenas um produto de valor comercial em toda a economia e destinado à exportação. Se o seu preço era favorável, os recursos da propriedade eram realocados de modo a incrementar a sua exportação, caso contrário, esses recursos eram deslocados para as atividades internas de subsistência. Com essa economia dependente quase que exclusivamente da dinâmica do mercado internacional, os complexos rurais apresentavam uma estrutura organizacional e de produção difícil de ser desfeita, pois as sinalizações de mercado não se internalizavam a ponto de modificar o modo de produção das propriedades rurais. Isto era considerado um entrave para o crescimento da economia.

Para Ignácio Rangel, era uma questão puramente econômica, porque os complexos rurais eram empecilhos para a dinamização da economia, possibilitando a formação de duas classes antagônicas, fundamentais no processo de transição para o capitalismo. É exatamente nessas duas classes antagônicas que a interpretação da dualidade da agricultura brasileira manifesta-se em Ignácio Rangel, pela coexistência de relações de produção arcaicas e modernas na agricultura do Brasil, o que é enfatizado em sua obra - *A questão Agrária Brasileira* (1962) - na qual ele chama essa estrutura de “bifronte”, apontando limites na visão estruturalista. Segundo ele, ao lado de um latifúndio, embora caracterizado por formas feudais e arcaicas de organização e produção, do ponto de vista interno, também existe um lado moderno em suas relações com o resto da economia (p.12). Corroborando com esta visão dualista, Alberto Passos Guimarães (1977) vê a existência de duas agriculturas, a agricultura de exportação baseada na propriedade latifundiária e a agricultura de subsistência, baseada na propriedade capitalista e na propriedade camponesa.

Em suas obras, Rangel destaca que o papel que a agricultura deve cumprir durante o processo de industrialização e urbanização é suprir, na quantidade e nas especificidades necessárias, os bens agrícolas de que necessita o sistema exportador, e liberar, reter ou mesmo reabsorver mão de obra, de acordo com as necessidades das próprias atividades agrícolas e as dos demais setores do sistema econômico. Quando não cumpre essa função, não libera mão de obra necessária aos demais setores ou libera em excesso, a quantidade de trabalho retida no meio rural estará na razão inversa do excedente levado ao mercado, ocasionando uma crise agrária.

A crise agrária brasileira exprime-se por um excedente concomitante de bens agrícolas supridos e mão-de-obra liberada pelo setor agrícola, com a peculiaridade de que o excedente agrícola produz-se essencialmente no Sul (áreas desenvolvidas de antiga colonização) enquanto o excedente de mão-de-obra manifesta-se essencialmente no Nordeste e Minas Gerais (áreas subdesenvolvidas de antiga colonização). A crise agrária, nas nossas condições, significa que a produtividade de trabalho na agricultura desenvolve-se em ritmo superior ao necessário, com o duplo resultado de aparecimento de excedente agrícola e demográfico, sendo que estes últimos, pelo êxodo rural, são convertidos em desemprego urbano. (1963, p. 28).

Dentro da questão agrária, estão classificados os problemas diretos e indiretos. Os indiretos são também classificados, por ele, de impróprios ou impropriamente agrários, exigindo mudanças apenas de fundo, sem ruptura de identidade e de estrutura agrária. Os problemas impróprios estão relacionados à estrutura da oferta: pela insuficiência da oferta de certos bens agrícolas e pela escassez sazonal de mão de obra em certas atividades agrícolas. Já os problemas próprios ou diretos são ocasionados pela oferta global da superpopulação rural e superprodução agrícola, ocasionados pelo desmantelamento dos complexos rurais.

A partir da década de 60, outra corrente também formula teses sobre a agricultura, o desenvolvimento e as mudanças sociais no Brasil, representada por Caio Prado Júnior que, juntamente com Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda, produziram importantes obras, provocando discussões na interpretação do Brasil, percebido por eles como uma economia colonial dependente, agrária e latifundiária.

A primeira obra de Caio Prado Júnior, *Evolução Política do Brasil* (1933), é também a primeira análise marxista e materialista da história nacional. Apresenta uma nova visão do passado em que afirma e prova a não existência do feudalismo no Brasil. O livro interpretativo da formação econômica nacional, *História Econômica do Brasil* (1945), demonstra a interpretação de uma permanência colonial, que muitos já consideravam extinta, serve para ilustrar e comprovar o papel decisivo que tiveram os rumos da colonização e a função econômica a que ela foi destinada, a saber, a de simples fornecedora de produtos primários ao comércio internacional, marcando a formação e evolução econômica do Brasil.

Defendia a tese de que as relações de produção tipicamente capitalistas já eram dominantes na agricultura brasileira desde o início da sua colonização. Juntamente com a tese Cepalina, acreditava que havia uma insuficiência de oferta de produtos devido a problemas estruturais da agricultura brasileira, sobretudo um elevado índice de concentração fundiária, que tornava a oferta desses produtos inelástica aos preços, além dos baixos padrões de vida da população trabalhadora rural, fruto de baixos salários e da precariedade da regulamentação trabalhista no campo. “Isso ocorre, sobretudo, nos momentos de alta de preços dos produtos da grande lavoura, quando as atividades e as atenções se voltam inteiramente para ela, e as culturas alimentares de subsistência ficam mais desleixadas” (1979, p. 65).

Essas interpretações seguem algumas correntes de pensamento econômico sobre o desenvolvimento e colocam o crescimento da agricultura como alavanca ou como empecilho de desenvolvimento econômico, principalmente os modelos de crescimento da corrente clássica e neoclássica, sobre as quais o debate sobre o desenvolvimento no Brasil se inicia. Para os economistas neoclássicos, a diminuição da população rural resulta naturalmente das oportunidades no meio urbano e ocasiona benefícios no meio rural. Segundo Romeiro (1991), a saída de trabalhadores do campo aumenta os salários do meio rural, o que estimula a modernização agrícola. Nos países desenvolvidos, o êxodo rural foi equilibrado, os fatores de atração para as cidades foram mais importantes do que os fatores de expulsão do campo. Em *Agricultura e Desenvolvimento Econômico* (2003): “Falhas e restrições nesse setor não permitem que esse processo se desenvolva com o ritmo desejado, para que se atinjam os objetivos do desenvolvimento na extensão e nos prazos almejados pela sociedade”. Sendo também responsável pela manutenção do desenvolvimento, através da oferta de produtos no mesmo ritmo da demanda e na mesma medida, o produtor precisa fazer frente, alterando seu modo e técnicas de produção.

Essa postura metodológica dos economistas neoclássicos os leva a cometer uma série de equívocos quando analisam o caso brasileiro sobre o desenvolvimento e a participação do meio rural. Na percepção de Prado (2006), é necessário pensar em outra forma de ver a microeconomia, diferente do reducionismo neoclássico, que se baseia em agentes clarividentes atômicos que se informam, mas não que se instruem e que representam as totalidades em geral, como meras somas de indivíduos. O autor propõe uma visão microeconômica sistêmica evolucionária e institucional, percebendo que os funcionamentos econômicos não são transparentes, capazes de serem vistos como processos de mudança e evolucionários, e que os agentes são mutáveis: aprendem, adquirem comportamentos, mudam as próprias expectativas como modos estruturados em organização social.

Os pressupostos metodológicos utilizados pela economia neoclássica também são contestados por Possas (1991, p. 02), quando faz críticas principalmente ao caráter estático e de equilíbrio intrínseco na economia neoclássica e quando introduz as variáveis “tempo” e “incerteza” nas decisões fundamentais dos agentes econômicos.

[...] em seu impulso de simplificar seu objeto para conseguir tratá-lo ou até intervir sobre ele, os economistas não só perdem de vista o movimento e os processos de mudança que estão no âmago deste sistema ao construir e operar seu aparato estático-equilibrista, como não conseguem, adiante, incorporá-los quando necessário, já que um corpo teórico estático não pode ser simplesmente “dinamizado” sem mudar todo o seu referencial e o seu método. [...] o que é mais grave em termos de análise: desconhece-se desta forma a natureza e a magnitude do erro que se comete na simplificação estática dos processos dinâmicos.

As discussões recentes estão embutidas de uma percepção de que não é possível alcançar o desenvolvimento alicerçando-se nesse modelo, e que a noção de crescimento e progresso foi insuficiente para dar conta das transformações estruturais na agricultura brasileira. As limitações dessa concepção sobre o desenvolvimento são questionadas por Buarque (1994, p.69), “o discurso acadêmico ficou imoral, porque legitima a desigualdade; incompetente, porque não descreve o real; e hipócrita, porque não assume essas duas características”.

Tendo em vista essa percepção e as malogradas associações entre desenvolvimento e o meio rural, a ciência econômica tem abordado o assunto como tema relevante e estudado sob diferentes aspectos. São abordagens que buscam entender as diversidades e especificidades do mundo rural, reconhecendo os conhecimentos locais, e que o fortalecimento das relações sociais é fundamental para sustentar e melhorar a qualidade de vida da população rural, sendo necessário interagir com a sociologia, geografia, ciência política, ciências agrárias, entre outras áreas, propondo um novo modo de analisar a relação entre o desenvolvimento e o meio rural. Essa discussão tem ocorrido nas diversas áreas do conhecimento, tornando multi e interdisciplinar a contribuição para discutir o tema, propondo também várias associações ao termo desenvolvimento e ao estudo do meio rural.

3.1.1 Multiplicidade de conceitos

O estudo teórico que trata do desenvolvimento e a sua interface com o meio rural vem sendo associado a expressões, dentre elas: desenvolvimento agrícola e desenvolvimento agrário, desenvolvimento rural e desenvolvimento rural sustentável, desenvolvimento territorial e regional. Segundo Navarro (2001), desenvolvimento agrícola refere-se às

condições da produção e suas características, no sentido estritamente produtivo, suas facetas e evolução. Já a expressão desenvolvimento agrário, engloba o desenvolvimento agrícola e condiciona interpretações acerca do mundo rural e suas relações com a sociedade em todas as suas dimensões. Sob tal expressão, centram-se as instituições, as políticas, as disputas de classe, as condições de acesso e uso da terra, as relações de trabalho, os conflitos sociais e o mercado. Para Mazoyer (1991), o desenvolvimento agrícola foi concebido como transferência do modelo de modernização utilizado pelos países centrais para a agricultura dos países em desenvolvimento, ocasionando ampliação das desigualdades, aumento da dependência tecnológica, desemprego e êxodo rural.

Alguns autores que tratam, explicita ou implicitamente, do tema do desenvolvimento e do desenvolvimento rural, como Van der Ploeg (2000), entre outros, enfocam a inexistência de uma teoria do desenvolvimento como havia no modelo ou paradigma de desenvolvimento do período da modernização. O desenvolvimento rural é visto como um processo multinível, de multiatores, multifacetado, de refundamentação e de reorientação. Veiga (2003) traz uma importante contribuição à discussão, segundo ele um dos maiores obstáculos à renovação das ideias sobre o desenvolvimento da sociedade é a força que adquiriu a urbanização como resultado desse processo de desenvolvimento, porém não existe o desenvolvimento rural separado do desenvolvimento urbano.

O termo desenvolvimento rural sustentável surgiu em meados dos anos noventa. A ideia de sustentabilidade nasceu da crescente percepção acerca dos impactos ambientais do pós-guerra. Segundo Almeida (1998), a noção de desenvolvimento rural sustentável tem como uma de suas premissas fundamentais o reconhecimento da inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas.

Os autores Basso, Delgado e Silva Neto (2003), apresentam duas abordagens que podem ser utilizadas para a análise de trajetórias de desenvolvimento rural: uma baseada nas considerações dos sistemas agrários e dos sistemas de produção, e a outra fundamentada na noção de acesso e de capacitação para o acesso a recursos por parte dos atores sociais existentes. A primeira tem como unidade básica de análise a unidade de produção, limita-se ao campo das atividades produtivas para diferentes tipos de produtores, com ênfase especial nas relações econômicas. A segunda tem como unidade básica de análise a família rural e as alternativas concebidas para sua reprodução social, e envolvem tanto atividades agrícolas como não agrícolas, e seu foco analítico atribui um destaque especial às relações sociais existentes. Os autores procuram evidenciar que, isoladamente, as duas abordagens podem ser alvo de críticas, e que deveriam ser utilizadas de modo complementar, especialmente quando

se trata de estudar regiões onde as atividades agrícolas têm peso importante na definição das condições de reprodução social.

Sobre a abordagem dos sistemas agrários, os autores argumentam:

O uso da abordagem sob a ótica dos sistemas agrários pressupõe o emprego de conceitos tais como: sistema agrário, sistema de produção, sistema de cultivo, sistema de criação, itinerário técnico, tipologia de sistemas de produção. [...] Ao caracterizar um sistema agrário, portanto, o que importa são as tendências históricas que regem as grandes mudanças das sociedades humanas. Segundo a disponibilidade dos meios de produção e de força de trabalho presentes numa unidade de produção agropecuária, e a maneira como estes elementos são combinados para a artificialização do ecossistema cultivado, podemos definir diferentes sistemas de produção (BASSO, DELGADO E SILVA NETO, 2003, p. 82).

Com relação à segunda abordagem, a análise dos autores centra-se em Anthony Bebbington (1999), que propõe olhar o local e investigar a questão da capacidade de reprodução das famílias rurais e de suas estratégias de sobrevivência. A análise defendida por esse autor é de que, quando as famílias rurais não são capazes de melhorar suas condições de reprodução, as razões principais derivam da falta ou incapacidade para defender seus ativos existentes, de identificar e assegurar oportunidades para transformar esses ativos em capacidades de reprodução, considerando que as pessoas podem ter diferentes percepções a respeito do que entendem por pobreza, capacidade de reprodução social e desenvolvimento, e que as estratégias de reprodução das famílias rurais não são fixas ao longo do tempo.

Por entender que não há uma disciplina específica que trate do desenvolvimento rural, Kageyana (2008) propõe que se recuperem as teorias sobre desenvolvimento econômico em geral, para analisar as questões do desenvolvimento nas áreas rurais. Busca, então, na Economia Regional e nas disciplinas que constituem os chamados Estudos Rurais (Sociologia Rural, Economia Agrícola, Demografia, Geografia, etc.), as contribuições teóricas para o estudo do desenvolvimento nas áreas rurais.

Para a autora, o meio rural precisa ser percebido sob diferentes aspectos e sob diferentes funções, não mais somente a função produtiva estritamente agrícola, mas de pluriatividade, a função ambiental e a função populacional, que nos períodos de industrialização acelerada consistia em fornecer mão de obra para as cidades, e que se inverteu, sendo necessário o desenvolvimento de infraestrutura, serviços e oferta de empregos que assegurem a retenção de população na área rural. “O desenvolvimento rural tem de específico o fato de referir-se a uma base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio”. (KAGEYAMA, 2008, p. 67).

Kageyama define em sua obra alguns condicionantes que podem ser indicadores do potencial de desenvolvimento rural: riqueza original dos estados, isolamento do território, presença de agricultura familiar, fatores demográficos e acesso à educação, estudando as características próprias de cada região, tais como características agrícolas, ambientais e de pluriatividade e contemplando “o desenvolvimento agrícola e o desenvolvimento da rede urbana local e regional, pois é nesse espaço que muitos membros das famílias agrícolas encontrarão fontes de renda complementares, vitais para a preservação da própria atividade agrícola”. (KAGEYAMA, 2008, p. 72).

O debate teórico e prático sobre o tema do desenvolvimento regional conduz a algumas discussões, novamente no campo da teoria econômica, mais particularmente da economia regional. Segundo Richardson (1975), alternativas para estabelecer critérios de regionalização do território envolvem desde a simples aceitação da divisão regional, a partir de critérios tipicamente governamentais, ou adotar, no outro extremo, o paradigma neoclássico do espaço regional, que enfatiza os fatores de produção e as inovações que são consideradas como induzidas pela relativa escassez destes fatores.

No entanto, a dimensão regional do desenvolvimento tem evoluído em outra direção, que ressalta a importância de aspectos de caráter endógeno, com base em estruturas internas da região. Para Navarro (2001), a expressão desenvolvimento regional recente deriva das multiplicações de organizações não governamentais, criando estratégias de ação local em oposição aos impactos globais, valorizando o espaço local e regional. Segundo Abramovay (1999), o espaço regional é o ponto de reencontro dos atores do desenvolvimento, o lugar onde se organizam formas de cooperação, o lugar de encontro entre as formas de mercado e as formas de regulação social. Representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico. De forma mais ampla, Boisier (2001) utiliza o termo “região inteligente” para designar a região que possui capacidade de aprender a partir de sua interação com o seu entorno, da melhoria da qualidade de vida da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo nela residente. Este autor define desenvolvimento regional como “um processo localizado de troca social sustentada, que tem como finalidade última o progresso permanente da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela” (1996, p. 10).

Construir socialmente uma região significa potencializar sua capacidade de auto-organização, transformando uma sociedade inanimada, segmentada por interesses setoriais, pouco perspectiva de sua identidade territorial e em definitivo, passiva, em outra, organizada, coesa, consciente da identidade social da região, capaz de mobilizar-se por projetos políticos coletivos, isto é, capaz de transformar-se em sujeito de seu próprio desenvolvimento. [...] o desenvolvimento regional torna-se um processo localizado de mudança social sustentada que tem como finalidade última o progresso permanente da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela. (BOISIER, 2001, p. 26- 33).

A análise territorial do desenvolvimento tem abordado questões relacionadas à sustentabilidade social e ambiental e à participação dos atores. Para Abramovay (1999), tornou-se corriqueiro na produção acadêmica afirmar que o desenvolvimento rural não se reduz ao crescimento agrícola. Destaca, nesta discussão, a dimensão territorial no desenvolvimento, e conceitua um território como uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico. Este desenvolvimento apoia-se, antes de tudo, na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos de certa região. Conclui afirmando que “o desafio consiste em dotar as populações vivendo nas áreas rurais das prerrogativas necessárias a que sejam elas protagonistas centrais da construção dos novos territórios” (p. 17).

Segundo Bassan e Siedenberg (2003), ao longo da história o conceito de região vem sendo utilizado não somente por geógrafos, mas por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento em suas pesquisas. Uma região é representada, primeiramente, por sua formação natural, em segundo lugar, pela sua formação histórico-cultural, em terceiro, pela formação econômico-social que a identifica e, por fim, pelos aspectos político e administrativo. São fatores que demonstram a identidade regional e são responsáveis pelo processo diferenciado de desenvolvimento de cada região, utilizando os recursos disponíveis e a participação dos atores que formam uma região. Além disso, também é preciso uma crescente capacidade regional para apropriar-se de parte do excedente econômico ali gerado. Para Dallabrida, Siedenberg e Fernández (2004), as diferentes abordagens contemporâneas que tangenciam o enfoque do desenvolvimento, a partir da perspectiva territorial, podem ser classificadas em duas vertentes do chamado novo regionalismo: a vertente globalista e a vertente regionalista. A primeira sustenta-se na tese da homogeneização do espaço local, com bases nos princípios liberais, em que se acredita ser possível uma situação de competição perfeita entre localidades. A segunda ressalta a perspectiva da territorialização do desenvolvimento, centra sua análise nas dinâmicas endógenas dos territórios e, particularmente, na especificidade dos seus modos de organização social.

A partir do entendimento de que o mundo rural compartilha e contribui de diversas formas com os interesses da sociedade, faz-se necessário uma nova leitura, procurando uma melhor compreensão das suas múltiplas funções. Segundo Neumann (2006, p. 103), “o papel da agricultura na gestão do território agrupa-se esquematicamente em torno de três eixos: o papel econômico, o papel ecológico e o papel social”.

Na discussão sobre o meio rural e as interfaces do desenvolvimento, parece transparecer de maneira mais precisa que uma das funções mais importantes da agricultura no território é a de manter ou proporcionar à população rural qualidade de vida. Também a produção agrícola pode ter um efeito sobre o desenvolvimento do território, por seu impacto econômico e também pelos reflexos que recaem sobre os outros setores da economia, dinamizando-os ou retraindo-os.

A manutenção da qualidade de vida nem sempre é possível no meio rural ou na atividade agrícola, o que faz com que muitos agricultores abandonem suas atividades ou o meio rural, na expectativa de melhores condições de vida, provocando mobilidade, migração e até mesmo êxodo. No próximo item, se discute o processo migratório, ou a mobilidade rural.

3.2 Aspecto demográfico, migração e desenvolvimento agrícola

Este subitem procura introduzir, sob o ponto de vista teórico, os processos migratórios e suas interfaces com o desenvolvimento agrícola em seus diversos aspectos. Inicia-se a discussão com a formação do contingente populacional.

3.2.1 Contingente populacional e as atividades agrícolas

O povoamento do planeta pela raça humana, que partiu da África em direção à Ásia, depois para o continente Europeu e norte dos Estados Unidos, acentuando-se para os demais continentes, em maior ou menor contingente, está relacionado principalmente a adaptações dos fatores climáticos e topográficos e à disponibilidade de água, o que proporciona maior possibilidade de desenvolvimento de atividades agrícolas. Johnson (1977, p. 60-61), afirma que: “Acima de 80% da população do mundo está concentrada até 600 metros acima do nível do mar. A concentração da população nestas regiões ocorre principalmente porque possui maior possibilidade de produzir alimentos”.

Mazoyer (1998) enfatiza que antes do desenvolvimento da atividade agrícola, a população humana havia atingido os limites da possibilidade de exploração de algumas

espécies, a ponto de fazê-las regredir ou mesmo desaparecer. Segundo ele, a população humana passou de cinco a 50 milhões de habitantes entre 10.000 e 5.000 anos, este aumento foi essencial ao desenvolvimento da agricultura neolítica. Posteriormente, entre o ano 1.000 a.C. e o ano 1.000 d.C., a população mundial mais que dobrou, devido ao desenvolvimento dos sistemas hidráulicos de rizicultura de várzea no continente asiático. A contribuição da agricultura europeia ao aumento da população mundial só se tornou marcante com a revolução agrícola da Idade Média.

Com o passar dos séculos, o contingente populacional no mundo aumenta, conforme afirma Rossetti (1978, p 438-439):

O crescimento populacional da Pré-História até a Era Cristã, foi muito lento, além do que teriam ocorrido, com certa frequência, grandes baixas populacionais devido sobretudo às guerras e às pestes. Estimativas realizadas da população revelam que durante os 600 mil anos transcorridos antes da Era Cristã, a taxa anual de crescimento da população mundial teria sido de 0,002%. Se permanecesse esta taxa a população mundial só dobraria a cada 300 séculos. Nos primórdios da Era Histórica, o avanço populacional já revelaria apreciável aceleração. O número de habitantes do mundo duplicaria em cada 30 séculos. [...] em 1650 a população mundial contava aproximadamente em 540 milhões de indivíduos, e a taxa de crescimento anual próxima a 0,3%. Ainda pode ser considerada uma taxa baixa. No século XVIII, todavia o quadro alterar-se-ia completamente. As populações começaram a crescer vertiginosamente, rompendo-se o equilíbrio entre as taxas de natalidade e mortalidade.[...] Atualmente o crescimento da população mundial processa-se a uma taxa de 2%, mil vezes maior do que na Pré-história. [...] no ano de 2070, será alcançado o vigésimo quinto bilhão de habitantes.

A relação entre o aumento do contingente populacional e a atividade agrícola está implícita e diretamente ligada ao espaço agrícola, que nada mais é do que o conjunto de relações entre a população rural, a terra que ela trabalha e o produto desse trabalho. O espaço agrícola é descrito por Pierre George como sendo um fato da geografia humana por resultar de uma ação voluntária diferencial do grupo humano em relação a um espaço já ocupado por uma vegetação natural. “Trata-se então da substituição de um meio biológico com pouco ou nenhum valor de utilização para o homem por um meio biológico útil. [...]uma mutação dos processos vitais que promovem a reprodução e a multiplicação das espécies”. (GEORGE, 1982, p. 19).

Segundo Albuquerque e Nicol (1987, p. 02), a atividade agrícola passou por vários estágios, contribuindo em maior ou menor proporção para o aumento da população e seu movimento migratório, principalmente o rural.

[...] alguma forma de agricultura errante deve ter sido adotada originalmente pelos agricultores pioneiros, na maioria das regiões do mundo, e desta forma este tipo de agricultura pode ser considerado simplesmente como uma expressão de um estágio de civilização-um estágio através do qual a maioria dos sistemas agrícolas passou num determinado período”. Segundo o autor, este tipo de agricultura apresenta uma série de vantagens com relação a outros tipos. Primeiramente requer pouquíssimo capital. Mas, talvez o aspecto mais importante, e que lhe confere inclusive sua razão de ser nas fases iniciais do “desenvolvimento”, é o fato de requerer um menor volume de mão de obra para produzir um determinado volume de produção, do que qualquer outro tipo de exploração agrícola. À medida que a densidade for aumentando, esse tipo de agricultura se constituirá num problema, requerendo a mudança para alguma outra forma de exploração da terra. Seria um segundo estágio, caracterizado pela utilização da maior parte de mão de obra no setor agrícola, com uma baixa utilização de bens de capital, mas a agricultura seria permanente. Em um terceiro estágio ocorreria com o aparecimento do setor industrial empregando técnicas capital-intensivas, poupadoras de mão-de-obra. O último estágio se caracteriza por uma agricultura extremamente sofisticada, pouco absorvedora de mão-de-obra.

Mesmo sendo o desenvolvimento da agricultura um dos fatores que interferem no aumento ou diminuição da população, essa variação dependerá de outras condições sociais e culturais.

Se, em todo caso, o volume da produção agrícola limita forçosamente o número de homens, acontece que um aumento da produção agrícola não é suficiente, por si só, para conduzir ao aumento da população. Para isso, é preciso ainda que muitas outras condições sociais e culturais que comandam a natalidade e a mortalidade sejam realizadas. Mas para que uma população possa aumentar, ou mesmo simplesmente se renovar, é preciso, sobretudo, que a produção de um trabalhador agrícola, isto é, a produtividade do trabalho agrícola, seja pelo menos igual à soma de suas próprias necessidades e das necessidades de todos aqueles que ele deve alimentar. De fato, não se pode esquecer que em uma sociedade qualquer que seja a maioria dos indivíduos (velhos, crianças, deficientes, pessoas que possuem outras atividades que a de agricultor etc.) não produz sua própria alimentação. (MAZOYER, 1998, p. 95).

Segundo George (1982, p.63), no século XX o mundo era essencialmente rural, e mais da metade da população retirava da atividade agrícola seu meio de vida, não havendo lugar nesse meio para quem não retirasse da terra seu sustento, principalmente nos países subdesenvolvidos. Na mesma obra, o autor define população rural como sendo aquela que compreende todos os indivíduos que compõem a população agrícola, comerciantes e os que não estão disponíveis para o trabalho pela idade ou por alguma outra limitação.

Devido à interferência do desenvolvimento agrícola no aumento e na distribuição da população mundial nos séculos XIX e XX, nos países mais desenvolvidos a expansão populacional foi acentuada, mas acompanhada de medidas econômicas e sociais que diminuindo as taxas de mortalidade, melhoraram as condições de vida da população, que cresce de forma moderada. Por outro lado, nos países subdesenvolvidos a população cresce de

forma desgovernada. Sobre o crescimento populacional nos países subdesenvolvidos, Rossetti (1976, p.443) afirma que a aceleração do crescimento demográfico no pós-guerra atinge sobretudo as áreas subdesenvolvidas como Ásia, África e América Latina. De 1950 até 1960, a população mundial cresce em 500 milhões de habitantes, passando de 2,5 bilhões para 3 bilhões; 80% desse crescimento ocorreu em países subdesenvolvidos, esse índice se repete nos anos subsequentes.

Vários fatores podem explicar a densidade demográfica: a descoberta do fogo, a invenção da roda e principalmente as inovações agrícolas. Algumas teorias têm procurado analisar o aspecto demográfico e suas consequências na sociedade, muitas influenciando políticas e programas, além de outras novas teorias. A teoria econômica tem importante contribuição para esta discussão.

3.3 As teorias econômicas sobre o contingente populacional e o processo migratório

Embora haja várias teorias sobre a população e o processo migratório e várias divergências entre elas sobre suas causas e consequências, Massey (1990, p. 4) afirma que “nosso conhecimento teórico sobre a migração é incompleto e incorreto, fornecendo bases fracas para pesquisa e políticas públicas”.

Os pensamentos e teorias sobre a população foram se modificando ao longo dos séculos. Uma contribuição para esse tema encontra-se, principalmente, na teoria econômica social e em seus precursores. A percepção dos escritores mercantilistas contribuiu para alterar o quadro de pessimismo sobre a taxa de crescimento da população, surgindo os primeiros estudos populacionais mais consistentes, defendendo que um elevado contingente populacional era necessário para desenvolver a Revolução Industrial, pois diminuiria o custo do trabalho humano para a indústria. Para esta doutrina econômica, que caracteriza os séculos XVI – XVIII, além de outros princípios, a riqueza da economia depende do aumento da população e do incremento de metais preciosos.

As ideias mercantilistas foram contrariadas por um grupo de economistas franceses do século XVIII, denominados de Fisiocratas. Esta doutrina condenava o privilégio a outras atividades que não fosse a agricultura, considerando o produtor rural a classe social mais importante, já que toda população vive, em última instância, do produto do trabalho agrícola. O excesso de produção agrícola, além das necessidades, é que permite o desenvolvimento do comércio e da indústria, sendo assim, a atividade agrícola tem mais capacidade de auferir

renda do que as outras atividades, conforme defendiam os mercantilistas. O caráter científico da teoria econômica surge na Escola Clássica, conforme análise nos próximos itens.

3.3.1 A Teoria da Escola Clássica

As teorias precursoras da Escola Clássica encontram-se principalmente nas obras de Adam Smith (*A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas* -1776) e David Ricardo (*Princípios da Economia Política e Tributação* -1817). Além destes, as teorias do economista inglês Thomas Robert Malthus, considerado um dos pensadores da escola clássica que mais se posicionou em relação à questão do aumento da população.

3.3.1.1 Teoria Malthusiana

Entre as teorias que envolvem o crescimento da população, ou teorias demográficas, destaca-se a do inglês Thomas Malthus, publicada em 1798, surgindo assim uma reformulação do pensamento econômico sobre a população, influenciando outras bases teóricas e políticas salariais por quase um século. Malthus analisou a relação entre a produção de subsistência e a evolução demográfica nos Estados Unidos e na Europa, e concluiu que o crescimento populacional excedia a capacidade da terra de produzir alimentos. A visão de Malthus era de que a população tenderia a crescer, a não ser que fosse refreada pela miséria e pelo vício. Segundo Fufeld (2001, p. 56):

Se a oferta de alimentos aumentasse, haveria um aumento equivalente da população até que a quantidade de alimento per capita tivesse voltado ao nível de subsistência, ponto em que o aumento populacional estagnaria. Os salários sempre tenderiam para o nível de subsistência. Qualquer aumento no salário que superasse tal nível apenas levaria a população trabalhadora a aumentar, o que faria com que os salários caíssem novamente para o nível de subsistência.

Em 1798 foi publicada, anonimamente, a primeira edição da obra *O Ensaio Sobre o Princípio da População*, na qual Malthus deixa transparecer seu posicionamento ideológico fatalista e seu pessimismo sobre o crescimento da população. Criticava as leis criadas pelo parlamento inglês, pelas quais os pobres seriam encaminhados para casas de trabalho ou albergues, recebendo o mínimo necessário para não morrer de fome, sendo atendidos estritamente na sua localidade, o que impediria que essas pessoas migrassem para outros locais em busca de trabalho. A Revolução Industrial e suas consequências serviram de inspiração para os ensaios de Malthus.

Segundo Celso Furtado (2000, p. 13), em face do dinamismo demográfico que seguiu-se à rápida urbanização pós Revolução Industrial, o “princípio de população” formulado por Malthus parecia adequado, e toda elevação do salário real provocaria crescimento demográfico e seria anulado por este crescimento. No entanto, na medida que a revolução industrial avança, possibilita o crescimento na produção de alimentos, refutando, em parte, as teorias malthusianas.

O conjunto de teorias denominadas neomalthusianas ampliou a análise econômica depois da II Guerra Mundial, preconizando obstáculos ao desenvolvimento econômico, devido ao aumento da população, e propondo políticas de controle de natalidade e planejamento familiar. Myrdal (1972) afirma que a teoria de Malthus tornou-se novamente relevante neste período, e que grande parte das populações de países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos vivem em nível de subsistência malthusiano, e qualquer melhoria potencial nos níveis de renda enfrenta o perigo de ser devorada pelo aumento populacional. No entanto, as estatísticas e as inovações tecnológicas, principalmente agrícolas, não confirmaram essas teorias.

3.3.1.2 Teoria de David Ricardo

Uma das teorias mais importante de Ricardo era a que analisava a renda da terra e a sua ligação com o aumento do contingente populacional, tendo como base empírica a Inglaterra da segunda metade do século XIX. Segundo Albuquerque e Nicol (1987, p. 04) o que preocupava Ricardo não era exatamente a relação entre a agricultura e o desenvolvimento, mas precisamente as interrelações entre o crescimento populacional, uma agricultura tecnologicamente estacionária e uma indústria em crescimento. A ausência de desenvolvimento tecnológico no setor agrícola iria provocar rendimentos marginais decrescentes, à medida que a população aumentasse, o que poderia frear a acumulação de capital, principal fonte de crescimento econômico, segundo Ricardo. Assim, haveria um limite na contribuição da atividade agrícola para o crescimento do resto da economia, pois além do desenvolvimento tecnológico ser incipiente na época, o setor agrícola não tinha condições de absorver a tecnologia da mesma forma que a indústria, por exemplo. Para Ricardo, com o crescimento econômico de uma nação aumentaria a população, o que exigiria maiores extensões de terras cultivadas, a fim de alimentar esse contingente. Surge desta análise o conceito de Renda da Terra e Renda Diferencial.

Sandroni (1999) destaca que os economistas clássicos desenvolveram a teoria da renda da terra de forma diferente da descrita pelos fisiocratas, que a consideravam uma consequência da generosidade da natureza. Adam Smith considerava que a renda da terra era o preço pago ao dono da terra pelo produtor que a utilizava. A teoria desenvolvida por Ricardo sobre a renda da terra relaciona a escassez de terras férteis com a necessidade de terras para cultivo, dando à teoria uma reformulação clássica, baseando-se na Lei dos Rendimentos Decrescentes. Ricardo imaginou que o crescimento populacional tenderia a elevar o preço dos produtos agrícolas, o que demandaria a produção em terras menos férteis e de difícil localização. Por outro lado, aqueles proprietários de terras mais férteis teriam um lucro e renda maior e custos menores, pois o preço de mercado dos produtos agrícolas é igual para ambos os produtores. A diferença na renda dos produtores foi denominada, por Ricardo, de Renda Diferencial.

O modelo baseado na teoria ricardiana inspira as teorias da dependência indústria e agricultura, defendidas por Johnston e Mellor (1961). Segundo estes autores, a agricultura teria um papel a desempenhar no processo de desenvolvimento econômico e, portanto, indiretamente no crescimento dos outros setores, principalmente o industrial. Essa contribuição viria na transferência de recursos produtivos, criação de mercado, geração de dívida externa, produção de matérias-primas e de alimentos, além de mão de obra. Isso seria possível através do aumento da produção e da produtividade. Dessa forma, o crescimento econômico depende do desenvolvimento agrícola, e a modernização e industrialização do setor agrícola era condição essencial. O que pressupunha a teoria da Escola Clássica é que, desenvolvendo-se a agricultura, ocorre o crescimento da economia urbana que, por sua vez, vai ampliar o mercado para os produtos agrícolas, crescendo renda, população e estimulando uma especialização e uma acumulação de capital ainda maior.

3.3.2 Teoria Marxista

O modo de produção capitalista explica o crescimento populacional na teoria marxista, que exige um excesso da população (exército de reserva). Da mesma forma, está na migração a origem do capitalismo, quando o empobrecimento da nobreza europeia resulta na fuga dos camponeses para a cidade. A partir do século XIII, estes passaram a enriquecer, criando manufaturas, bancos e se dedicando ao comércio em maior escala, além de contratação de mão de obra, substituindo o regime de servidão feudal pelo assalariado. Este processo de mudança é precedido de movimentos políticos e sociais ocorridos na Europa Ocidental,

transformando a antiga sociedade aristocrática em uma sociedade capitalista dominada pela produção mercantil e pela ideologia do liberalismo.

Marx e Engels, na obra *O Manifesto do Partido Comunista* (1988), afirmam que o capitalismo submeteu o campo ao domínio e dependência da cidade, aumentou a população das cidades em comparação com a do campo, suprimindo cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população, concentrando a propriedade em poucas mãos. Na percepção dos autores, o camponês, enquanto grupo social, fatalmente desaparecerá com o avanço do capitalismo.

A teoria marxista utiliza o meio rural e a atividade agrícola como parte integrante das suas análises sobre as relações sociais capitalistas. No entanto, para Abramovay (1999) não há escritos específicos de Marx sobre a questão agrária, o campesinato não encontra lugar no corpo das categorias que formam as leis básicas do capitalismo, pois se recebe lucro é capitalista, se recebe salário é operário, se recebe renda da terra é proprietário fundiário. Ou seja, Marx não considera possível a sobrevivência de qualquer forma diferente de organização social, sendo inevitável a diferenciação do campesinato (ou se assalaria ou se transforma em pequeno capitalista). Engels também previa ao campesinato apenas dois caminhos: ascensão à burguesia ou sua transformação em operário. Kautsky busca demonstrar a superioridade da grande exploração capitalista sobre o camponês, portanto relativizando qualquer movimento político nesse sentido. Além disso, o principal argumento era da superioridade da grande propriedade, em termos de eficiência, perante a pequena propriedade. Havia ainda a vontade de enxergar o meio rural como homogêneo, para facilitar a construção do socialismo.

3.3.3 Teoria neoclássica e os estudos da população e migração

A teoria neoclássica, microeconômica ou marginalista predominou no discurso acadêmico entre 1870 e a Primeira Guerra Mundial. A teoria neoclássica substituiu o valor-trabalho da Escola Clássica pelo valor subjetivo que cada indivíduo atribui a utilidade de cada bem e sua capacidade de satisfazer às necessidades humanas, com base na hipótese comportamental de que os indivíduos procuram maximizar seus benefícios. Ou seja, os indivíduos migram visando maximizar a utilidade de suas escolhas.

Alguns estudos sobre a população têm a clara contribuição da teoria neoclássica. Um deles é o estudo elaborado por Lewis (1954), também conhecido como modelo dual. No seu modelo teórico existem apenas dois setores: o capitalista, relacionado aos setores mais modernos e urbanos, e o não-capitalista, relacionado ao meio rural, nos países em

desenvolvimento. Em suas obras, o autor procurou estudar a migração do meio rural, afirmando que neste meio haveria uma oferta ilimitada de mão de obra, que seria absorvida pelo meio urbano, sem que a produção agrícola sofresse qualquer prejuízo, dado que esta estaria subutilizada na agricultura. Para Lewis, era possível iniciar a industrialização de um país sem alterar seu modo de produção agrícola.

Analisando o processo migratório e contrariando a teoria de Lewis de que este teria deixado de estudar o problema do desemprego urbano, Todaro (1979) afirma que a existência de pessoas desocupadas no meio urbano não tornava a migração para estas áreas uma opção racional, devido à diferença entre o salário urbano e rural. Para o autor, há dois fatores que explicam a migração no meio rural – fatores de expulsão e de estagnação. Com relação ao primeiro, podem ocorrer mudanças através da modernização e aumento da produtividade, que diminui a necessidade de mão de obra. O segundo fator – estagnação - ocorria devido a pouca área de terra para produção. Sem conseguir elevar a produtividade da terra, ocorre a migração. Alguns efeitos negativos também são verificados nas cidades que recebem a população migrante. O autor destaca o problema do desemprego e do subemprego urbanos diante da incapacidade da economia urbana de prover empregos permanentes para a mão de obra.

Myrdal (1972) contribui com a discussão sobre a população e a migração, em uma percepção mais macroeconômica, em que critica a teoria neoclássica na sua percepção de equilíbrio. Para ele, vários fatores devem ser levados em consideração para analisar o processo migratório: a distribuição de renda, de terras, a forma de como está organizada a atividade agrícola, a cultura migratória, a rotulação social de alguns tipos de trabalho e a distribuição regional de capital humano.

Pode-se dizer que os investimentos que o indivíduo faz na sua formação educacional e profissional, correspondendo à capacidade de trabalho que o tornará mais produtivo, vem sendo denominado de capital humano e tratado como teoria. As origens da teoria do capital humano estão alicerçadas principalmente em: Adam Smith (Riqueza das Nações) e Alfred Marshall (Principles of Economics). As atividades que constituem investimento em capital humano são: educação, treinamento, saúde e migração.

Para os teóricos do capital humano, a migração é uma das formas que o indivíduo tem para melhorar sua qualidade de vida. Nesse sentido, as teorias de Sjaastad (1980), baseadas no conceito microeconômico da racionalidade, afirmam que o indivíduo é racional e detém todas as informações completas necessárias ao processo de decisão, através do cálculo do custo/benefício no processo migratório, mesmo os indivíduos com aversão ao risco. Neste modelo teórico, as características regionais influenciam na tomada de decisão individual,

sendo estes indivíduos atraídos por lugares que possuem melhores condições no mercado de trabalho, educação, saúde e infraestrutura. Assim, as migrações de regiões mais ruralizadas para regiões mais urbanizadas sempre permaneceram relevantes em países em desenvolvimento.

Uma das limitações apontadas para esta teoria é descrita por Massey (1990), que além de considerar o mercado de trabalho imperfeito, e na ausência de diferenças salariais, as migrações não continuam ocorrendo; ao contrário do que preconizam os economistas neoclássicos e do capital humano, afirma que as decisões não são individuais, mas tomadas por um grupo maior do qual este faz parte, principalmente no contexto familiar. Esta teoria vem sendo considerada como nova economia da migração, e está alicerçada na macro e na microeconomia, estudando também as causas e consequências do processo de migração na região de origem.

A teoria neoclássica e a abordagem do capital humano, que pressupõem comportamentos racionais, informações completas e perfeitas do mercado e irrelevância dos fatores não econômicos, apresentam algumas limitações. Dessa forma, essa concepção de que as decisões são tomadas em grupo, ou no contexto familiar, são importantes na medida em que a análise abordará os ganhos e custos em conjunto; além dos fatores econômicos, os psíquicos também são relevantes.

3.4 Os movimentos migratórios

Inicia-se este item com uma citação de um dos autores que, durante muito tempo, tem se dedicado aos estudos sobre a população rural e o processo de migração no Brasil.

Mais do que trânsito de um lugar a outro, há a transição de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e viver - é viver em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições como duplicidade, é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas. É viver com o presente e sonhar com o ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo, sair quando está chegando, voltar quando está indo. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca. (MARTINS, 1986, p. 45).

A migração rural vem sendo interpretada por esse autor e por outros que estudam essa temática, como um processo natural, como a mortalidade e a natalidade, considerada como um importante traço diagnosticador do desenvolvimento, e que tem sido permanente na história da humanidade.

O processo de migração, segundo Sandroni (1999, p. 389), é um movimento populacional que se dirige de uma região (área de emigração) para outra (área de imigração). Este movimento é considerado base da dinâmica populacional, tanto quanto a natalidade e a mortalidade. O autor faz a distinção entre migração internacional (entre países) e migração interna (dentro das fronteiras de um mesmo país). A migração geralmente ocorre porque as pessoas não encontram oportunidades sociais e econômicas em seus locais de origem. Já o êxodo, seria uma aceleração da migração.

Segundo a Organização das Nações Unidas – ONU (1980, p.319), “a mobilidade da população no espaço, ou mobilidade geográfica, representada pela componente migração, é um tema diretamente relacionado à realidade humana”. Os movimentos migratórios estão relacionados com a própria existência do homem, e a procura por melhores condições de vida.

Ilha Neto (1999, p.18) denomina as primeiras migrações humanas de “primitivas”, sendo estas responsáveis pela redefinição de funções sociais da família agrária. Estas migrações foram resultado de expulsões ecológicas devido a inabilidade do homem em lutar contra as forças naturais e por não dispor de meios técnicos para isso. No entanto, a partir do momento em que estes meios se tornam disponíveis, o processo migratório ocorre, porém com migrações em massa. Segundo o autor, a pressão da modernidade agrícola interfere nas transformações e decisões individuais das famílias agrícolas europeias, principalmente nas jovens rurais solteiras que procuram libertar-se dos controles familiares, deixando o meio rural e procurando trabalho assalariado no meio urbano, dificultando a reprodução das famílias camponesas e contribuindo para a expansão da população urbana.

Havia um coro de lamentações sobre o fato das jovens camponesas não desejarem mais casar com agricultores, partindo rumo à cidade, revelando um fenômeno cada vez mais relevante em toda agricultura desenvolvida, e de forte expansão nas regiões agrícolas subdesenvolvidas. É que questão das liberdades individuais estão no âmago das transformações familiares da sociedade ocidental, demonstrando a crescente pressão da modernidade sobre o modo de vida agrícola. (ILHA NETO, 1999, p. 31).

Devido aos períodos de guerra no final do século XVIII e a Revolução Industrial que se inicia no continente europeu, parte da mão de obra do meio rural é substituída por equipamentos agrícolas, mesmo que rudimentares, como arados e semeadeiras, ocasionando êxodo rural e acentuando o processo migratório mundial. Fusveld (2001) afirma que com este processo de modernização agrícola incipiente, algumas regiões passam a receber parte dessa população procedente do meio rural.

As inovações na indústria foram precedidas pelo desenvolvimento de novos equipamentos e métodos agrícolas. No início do século XVIII, o fazendeiro Jethro Tull começou a semear por sulcos e introduziu a prática de plantar em fileiras. Antes, as sementes eram espalhadas à mão pelo campo. Charles Townshend, avô do benfeitor de Adam Smith e estadista de destaque, retirara-se da vida política em 1730 para dedicar-se ao desenvolvimento de novas colheitas, especialmente de forragem como nabo e trevo. [...] As novas técnicas agrícolas requeriam propriedades mais extensas, maior quantidade de capital. [...] O aumento do produto agrícola e os seus menores custos de produção tornavam possível que maiores quantidades de pessoas se juntassem à força de trabalho das crescentes cidades industriais. (FUSVELD, 2001, p. 39) .

O processo migratório que ocorre por expulsão e/ou por atração, acarreta mudanças significativas na composição da população. Na Ásia, mesmo antes do início da Revolução Industrial, a preocupação com a migração fez com que fossem criados mecanismos para prevenir a aceleração da migração rural-urbana e o êxodo rural. Segundo Varriére (1980, p.75):

Sem esperar a maturidade industrial, os chineses chegaram até a organizar o êxodo urbano, a partir de Pequim e Xangai, o resultado mais eficiente desta iniciativa foi prevenir o êxodo rural pela organização de Comunas Populares Rurais, que associam à agricultura, múltiplas atividades industriais, assim se evita a divisão das atividades que alimentam as emigrações rurais e favorecem ao dualismo rural-urbano.

Com o avanço do transporte, o desenvolvimento agrícola, as crises e guerras, desaparece grande parte da população rural, principalmente na Inglaterra. Mazoyer (1998, p. 384), também descreve este contexto:

[...] desapareceu a maior parte do pequeno campesinato inglês (os *yeomen*), reduzido ao regime de assalariamento agrícola, à mendicância, ao êxodo para as cidades, ao regime salarial industrial ou à emigração para as colônias de povoamento. Na metade do século XIX, devido a esse vasto movimento de apropriação e de concentração fundiária, uma grande parte da terra se encontrava nas mãos de um número reduzido de grandes proprietários (os *landlords*): 2.000 dentre eles possuíam vastas propriedades que iam de 100.000 ha a 400.000 ha, que no total equivaliam a um terço do país, e onde existiam cerca de 200.000 explorações do tipo de residências senhoriais.

O desenvolvimento dos meios de transporte encurtou as distâncias entre países, o que facilitou a migração, aumentando mundialmente as fronteiras agrícolas, conforme afirma Jonhson (1971, p. 62):

Com o advento do progresso dos transportes, no século XIX emigraram da Europa mais de 50 milhões de pessoas em direção à América do Norte. Muitos destes europeus se estabeleceram a leste da América do Norte, uma das regiões mais densamente populosas do mundo. Tal fato se deve às condições topográficas para implementar a agricultura, aumentando assim as fronteiras agrícolas do planeta.

Assim, o continente americano recebe um contingente significativo da população excedente do meio rural, principalmente europeia, expandindo a colonização inglesa na América do Norte, e espanhóis e portugueses para a América do Sul. Encontrando condições favoráveis para atividade agrícola, uma parte desses imigrantes continuou suas atividades, agora em outras áreas e sob outras condições, povoando essas terras. As populações primitivas deste continente foram dominadas, pois as formas de vida dos povos nativos não interessavam aos imigrantes europeus. Este é considerado o maior movimento migratório da história. Outros movimentos foram dos hindus para a África, de chineses para Malásia e de europeus para a Austrália e para a África. Para Furtado (2003, p. 11), a ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa, diferente do que ocorrera na Grécia, por exemplo, onde o processo migratório ocorre por pressão demográfica.

3.4.1 Movimentos migratórios no Brasil Colônia e Imperial

As quantificações demográficas no início da ocupação brasileira são de difícil mensuração. Antes da transferência da Corte portuguesa para o Brasil (1808), a imigração restringia-se a escravos (forçosamente trazidos), pois os portugueses não eram considerados imigrantes na sua colônia. Com relação à ocupação brasileira com este contingente populacional oriundo do continente europeu, juntamente com a Corte portuguesa, Furtado (2003) afirma que foi por fatores de atração e não de expulsão. O êxito da grande empresa agrícola açucareira constituiu, portanto, a razão de ser da continuidade da presença dos portugueses em uma grande extensão das terras brasileiras, e a introdução do modo de produção escravista, baseado na importação e escravização de africanos, que eram trazidos ao Brasil por portugueses e outros comerciantes que tivessem boas relações com Portugal, levando açúcar e trazendo negros para o Brasil. Segundo o autor, na região açucareira, os imigrantes regulares limitavam-se a artesãos e trabalhadores especializados que vinham diretamente para trabalhar nos engenhos. Se esta atividade resulta em migração de pessoas de outros lugares do país, também foi por causa deste produto, o açúcar, que a economia nordestina sofreu um lento processo de atrofamento, no sentido de que a renda real *per capita* de sua população declinou secularmente, pois quanto menos favoráveis fossem as condições da economia açucareira, maior seria a tendência imigratória para o interior. Essa população encontra guarida na atividade pecuária, levando o povoamento do litoral para o interior, tanto de imigrantes nordestinos como de escravos.

No início do século XVIII, a economia extrativa do ouro se constitui a atividade que mais atraiu imigrantes, mobilizando pessoas de outras regiões do país e principalmente de Portugal para a região de Minas Gerais. A influência do ciclo da mineração foi decisiva para o crescimento demográfico. A atividade exigia crescente utilização de mão de obra, e não teria sido possível sem os colonos e escravos africanos imigrantes. Para Furtado (2003), a economia mineira abriu um ciclo migratório europeu totalmente novo para a colônia, possibilitando acesso a pessoas de recursos limitados, pois não eram exploradas grandes minas, mas o metal de aluvião que se encontrava depositado no fundo dos rios. Segundo o autor, não se conhecem dados precisos sobre o volume da corrente emigratória que, das ilhas do Atlântico e do território português, se formou em direção ao Brasil, no correr do século XVIII. Mesmo com as medidas tomadas por Portugal para dificultar o fluxo migratório, tudo indica que a população colonial de origem portuguesa decuplicou no correr do século da mineração. Este processo migratório foi diferente do ocorrido no Nordeste, com a economia açucareira, pois na atividade mineradora os imigrantes financiavam sua transferência, e o papel do escravo também era diferenciado, conforme sugere o autor:

Cabe admitir, demais, que o financiamento dessa transferência de população em boa medida foi feito pelos próprios imigrantes, os quais eram pessoas de pequenas posses que liquidavam seus bens na ilusão de alcançar rapidamente uma fortuna no novo eldorado. Se bem que a base da economia mineira também seja o trabalho escravo, por sua organização geral ela se diferencia amplamente da economia açucareira. Os escravos em nenhum momento chegam a constituir a maioria da população. Por outro lado, a forma como se organiza o trabalho permite que o escravo tenha maior iniciativa e que circule num meio social mais complexo. Muitos escravos chegam mesmo a trabalhar por conta própria, comprometendo-se a pagar periodicamente uma quantia fixa a seu dono, o que lhes abre a possibilidade de comprar a própria liberdade. Esta simples possibilidade deveria constituir um fator altamente favorável ao seu desenvolvimento mental. (FURTADO, 2003, p.81).

Na segunda metade do século XVIII também renasce a agricultura de exportação no Nordeste, especialmente com o aumento na produção do algodão no Maranhão, em Pernambuco e na Bahia. O desenvolvimento da cultura algodoeira, nos primeiros decênios do século, havia permitido uma diversificação da atividade econômica, o que contribuía para intensificar o crescimento da população e sua manutenção na região. Em 1785, foi assinado pela Rainha Dona Maria um decreto que determinou a extinção de todos os teares do Brasil e multas severas para quem desafiasse as leis, encerrando-se assim, mais um ciclo da economia brasileira e um novo ciclo emigratório na região Nordeste do país.

Outro grande movimento migratório da população ocorreu no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX. A extração da borracha constitui uma importante atividade

exportadora (com a difusão do automóvel, aumenta o consumo de pneus). A expansão da atividade da borracha provoca um grande fluxo de pessoas do Nordeste para a Amazônia, projetando cidades como Belém e Manaus. Os governos dos estados amazônicos interessados organizaram serviços de propaganda e concederam subsídios para gastos de transporte, estadia e alimentação. Formou-se, assim, a grande corrente migratória, principal e novamente nordestina, que fez possível a expansão da produção de borracha na região amazônica.

O Brasil tornou-se dependente da migração, para viabilizar suas atividades econômicas, desde seu descobrimento. Não foi diferente com a atividade cafeeira que veio a constituir um novo ciclo e uma nova forma de interferência na corrente migratória. No último decênio do século XIX, criou-se uma situação excepcionalmente favorável à expansão da cultura do café no Brasil, devido a problemas na oferta de outros países, como a produção asiática, por exemplo. O contexto agora é diferente, pois esses imigrantes vieram ocupar um espaço que poderia ter sido pelo reservatório substancial de mão de obra nordestina, que seria então aproveitado na atividade da borracha.

Segundo Bacha, durante a segunda metade do século XIX, a atividade cafeeira foi uma grande absorvedora de mão de obra, parte significativa do processo de migração estrangeira em direção ao Brasil ocorreu devido ao crescimento dessa atividade. Por um lado, os emigrantes foram expulsos devido às crises políticas e excedente populacional em seu país de origem, por outro, os fatores de atração, as possibilidades de emprego na atividade cafeeira no Brasil. Alguns desses imigrantes vieram diretamente residir na cidade, outros que vieram residir no meio rural, quando venciam seus contratos de trabalho ou quando ocorria superprodução de café, migravam em direção à cidade. “Entre 1827 e 1929, entraram no Brasil 2,1 milhões de imigrantes, dos quais 90% no período de 1890 a 1914, ou seja, no período logo após a abolição da escravatura”. (BACHA, 2004 p.123).

Assim, a imigração estrangeira exerceu um impacto importante para a região Sudeste e para os estados do Sul, na segunda metade do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX. Segundo Baer (1996, p. 294), no caso de São Paulo, a imigração estava ligada à expansão do setor cafeeiro e no Sul, ao desbravamento de novas terras nas quais, após a exploração de produtos da floresta, desenvolveu-se uma agricultura comercial que atendia aos mercados urbanos em crescimento. Depois disso, a migração assumiu uma importância cada vez maior, especialmente quando a industrialização com vistas à substituição de importações se tornou a principal força dinâmica da economia, melhorando as comunicações entre as várias regiões do país e, localizada no Sudeste, atraiu um significativo número de migrantes. Ainda assim, é provável que essa imigração não houvesse alcançado níveis tão elevados não

fora um conjunto de condições favoráveis do lado da oferta. Furtado (2003) explica como ocorreu esta oferta de mão de obra imigrante italiana e as bases para a formação da grande corrente migratória que tornaria possível a expansão da produção cafeeira no estado de São Paulo. Segundo ele, durante a mesma época em que evoluía a necessidade de mão de obra para a atividade cafeeira no Brasil, a região sul da Itália, de menor grau de desenvolvimento e mais baixa produtividade agrícola, encontrou-se em difícil situação para enfrentar a concorrência das regiões mais desenvolvidas do norte, devido à unificação ocorrida no século XIX. A solução foi a migração “como verdadeira válvula de alívio”. “O número de imigrantes europeus que entram nesse estado sobe de 13 mil, nos anos 70, para 184 mil no decênio seguinte e 609 mil no último decênio do século. O total para o último quartel do século XIX foi 803 mil, sendo 577 mil provenientes da Itália”. (FURTADO, 2003, p.134).

Um comparativo no processo migratório entre os migrantes do café e os da borracha faz com que Furtado (2003) aponte evidentes particularidades e contrastes entre os dois movimentos migratórios, que resultaria do desenvolvimento subsequente diferenciado das duas regiões. A região onde predominava a economia cafeeira, em meio século de altos e baixos, demonstraria ser suficientemente sólida para prolongar-se num processo de industrialização, e seus imigrantes com nível de vida relativamente mais elevado de onde haviam migrado. A economia da borracha, ao contrário, entraria em brusca e permanente prostração, e a população imigrante com condições de vida ainda mais precárias do que as que haviam conhecido em sua região de origem.

O imigrante europeu, exigente e ajudado por seu governo, chegava à plantação de café com todos os gastos pagos, residência garantida, gastos de manutenção assegurados até a colheita. Ao final do ano estava buscando outra fazenda em que lhe oferecessem qualquer vantagem. Disponha sempre de terra para plantar o essencial ao alimento de sua família, o que o defendia contra a especulação dos comerciantes na parte mais importante de seus gastos. A situação do nordestino na Amazônia era bem diversa: começava sempre a trabalhar endividado, pois via de regra obrigavam-no a reembolsar os gastos com a totalidade ou parte da viagem, com os instrumentos de trabalho e outras despesas de instalação. Para alimentar-se dependia do suprimento que, em regime de estrito monopólio, realizava o mesmo empresário com o qual estava endividado e que lhe comprava o produto. As grandes distâncias e a precariedade de sua situação financeira reduziam-no a um regime de servidão. Entre as longas caminhadas na floresta e a solidão das cabanas rudimentares onde habitava, esgotava-se sua vida, num isolamento que talvez nenhum outro sistema econômico haja imposto ao homem. Demais, os perigos da floresta e a insalubridade do meio encurtavam sua vida de trabalho. [...] Sem meios para regressar e na ignorância do que realmente se passava na economia mundial do produto, lá foram ficando. Obrigados a completar seu orçamento com recursos locais de caça e pesca, foram regredindo à forma mais primitiva de economia de subsistência, que é a do homem que vive na floresta tropical, e que pode ser aferida por sua baixíssima taxa de reprodução. (FURTADO, 2003, p. 121).

Na sociedade brasileira, os movimentos populacionais ocorridos em diferentes momentos da sua história influenciaram na sua formação econômica e na sua estrutura social e na constituição da mão de obra. Durante os períodos colonial e imperial, a principal mão de obra utilizada na agricultura brasileira era a escrava, importada principalmente do continente africano, do qual eram trazidos à força, muitas vezes enganados por falsas promessas de terem uma vida mais digna. Inicialmente, tentou-se o uso do indígena como escravo, mas essa experiência não foi bem sucedida em todas as províncias do país devido à dificuldade em dominá-los. Esta população drasticamente diminuiu, através de enfrentamentos com colonizadores, doenças e muitas vezes pelo trabalho forçado. Posteriormente, a migração europeia vem preencher as necessidades de mão de obra. Assim, pode-se afirmar que a rápida expansão da população brasileira deveu-se, em grande parte, à imigração. Segundo IBGE, o censo geral de 1872, quando da contagem da população que vivia no Brasil, aponta para 9.930.478 pessoas; já em 1890 este número sobe para 14.333.195, ou seja, um aumento de 44%. Destes, 1.129.317 eram imigrantes.

Segundo Sandroni (1999, p. 389) “no final do século XIX, quando a imigração estrangeira se acentuou, grande parte foi encaminhada para as lavouras de café paulistas, então em grande expansão”. O deslocamento de mão de obra de um lugar para outro foi provocado pelos diversos ciclos econômicos. A fragilidade de alguns ciclos, como o da borracha e do ouro, por exemplo, impossibilitou a fixação na terra, muitas vezes em decorrência do isolamento dos centros econômicos. Dessa forma, as migrações internas são o resultado da procura por melhores condições de vida. Para Buescu e Tapajós (1958) os subciclos também tiveram importância nas migrações no Brasil, principalmente as internas, como, por exemplo, o subciclo do gado, que foi responsável pela movimentação de populações do Nordeste, tanto em direção ao Norte quanto para o Sul e Sudoeste.

3.4.2 Movimentos migratórios no Brasil República

Durante a República Velha, foi proibida a entrada de imigrantes considerados “indesejados”, o que se pode verificar também na Constituição de 1934 e nas Constituições seguintes, que estabelecem rigorosas normas para a entrada de imigrantes no território nacional, com o objetivo de proteger o emprego dos trabalhadores brasileiros. Da mesma forma, pode-se dizer que um marco temporal para o estudo da migração interna no Brasil foi o ano de 1930, devido, principalmente, à seca do Nordeste, à urbanização, à crise da atividade cafeeira e à industrialização. O modelo urbano-industrial adotado a partir da falência do

modelo agrário-exportador, explica o desenvolvimento urbano ocorrido em quase todo o país, em detrimento do setor rural, considerado tradicional e desorganizado. Martins (1975) chama a atenção que o processo de imigração interna provocou a “ideologia urbana” que se contrapõe à vida rural. O propósito desta ideologia era transformar o caipira “ingênuo, preguiçoso, desnutrido, doente” em cidadão urbano.

A urbanização tem suas raízes na crise de 1929 e na grande depressão mundial, ao mudar a dinâmica da economia brasileira que passa a repensar a sua economia interna e o desenvolvimento da incipiente industrialização iniciada pela cafeicultura. Para Graziano da Silva (SILVA, 1998), a agricultura, no entanto, permanecia atrelada àquelas velhas formas latifundiárias como o Norte e o Nordeste do país. De forma diferente, a agricultura paulista transforma-se em elemento dinâmico e dá um salto de diversificação na década de 30, sobretudo no algodão e açúcar, saindo renovada da crise.

A crise da economia cafeeira causada pela expansão desordenada e acelerada do café, pela queda na demanda e nos preços, devido à crise da economia mundial, ocasionou um crescimento na oferta muito superior ao crescimento de sua demanda. Os imigrantes, que eram na maioria italianos, portugueses, espanhóis e alemães, terminados os contratos que os prendiam à terra, estabeleciam-se nos grandes centros urbanos, criando um fluxo migratório rural-urbano. Assim, com a crise da atividade cafeeira, a absorção de mão de obra pela agricultura declina acentuadamente. Para Albuquerque e Nicol (1987, p. 202), “A partir daí começa a absorver proporcionalmente menos mão de obra, permitindo influxo de imigrantes para as cidades, aumentando a oferta de mão de obra para os novos setores”. De acordo com Bacha (2004, p. 140-141):

O período de 1930 até 1945 é marcado pela crise da cafeicultura e pela diversificação da pauta agrícola e incipiente industrialização. A partir da década de 1930/1939 a imigração estrangeira diminuiu em direção ao Brasil e iniciou-se um processo de migração rural-urbana. Esse processo acelerou-se na década em consideração devido a crise da cafeicultura, a qual liberou parte dos colonos empregados nesse setor. Essa mão de obra veio a constituir força de trabalho para os setores industriais e urbanos que então se desenvolviam.

Dessa forma, o país passou de uma economia centrada no setor rural para uma economia diversificada e direcionada mais diretamente para a atividade industrial, com a construção de um parque industrial próprio, através do processo de substituição de importações. O processo de industrialização no Brasil ocorre principalmente a partir da I Guerra Mundial e a Revolução de 1930. Conseqüentemente, as dificuldades de importar produtos industrializados, o mercado interno criado pela atividade cafeeira e o capital

oriundo da crise deste setor, fazem com que o número de indústrias cresça significativamente nesse período. Esse parque industrial instala-se principalmente no estado de São Paulo, devido ao mercado consumidor construído pela atividade cafeeira, pela mão de obra livre, e pela existência de capacidade instalada durante a década de vinte. Se até este período a migração era da área rural para outra área rural para suprir a demanda de mão de obra durante os ciclos econômicos, a partir do processo de industrialização as migrações se intensificam de áreas rurais para urbanas, principalmente quando o trabalhador urbano passa a ter salário mínimo, estabilidade e seguridade social, e a adoção de uma política salarial diferenciada entre as regiões do país, de acordo com o seu grau de desenvolvimento.

A partir da década de 50, intensifica-se a produção de bens duráveis, como automóveis e eletrodomésticos, no país. Neste período intensificam-se, também, os conflitos políticos no Brasil e fora dele, da mesma forma aumenta a discussão de que o desenvolvimento econômico deve ser liderado pela industrialização e não pela agricultura, com base nas ideias cepalinas. Segundo Bacha (2004 p. 151), o setor agropecuário cresce apesar da discriminação, pois o fornecimento da mão de obra para a expansão industrial foi possível graças à migração campo-cidade. “Constata-se que no período de 1950 a 1960, por exemplo, cerca de 11 milhões de pessoas migraram das áreas rurais para as cidades, o que representou 32,6% da população rural existente em 1950”. Dessa forma, o setor agropecuário contribuiu com o processo de industrialização fornecendo mão de obra, sem modificar seu processo de crescimento, que continua aumentando devido à utilização de novas terras dedicadas ao cultivo, em vez de um aumento da produtividade em áreas agrícolas mais antigas.

O período seguinte, até a década de 60, foi marcado pela aceleração do processo de modernização da agricultura brasileira, impulsionado por políticas direcionadas para o setor, importação de tecnologia de plantio e insumos agrícolas e remodelação do sistema cooperativista. À medida que a produção e a produtividade iam aumentando, da mesma forma aumentava o fluxo de pessoas que deixaram o meio rural em direção à cidade. Segundo Bacha (2004, p.169). “No período de 1960/1970 houve migração anual média de 1,15 milhão de pessoas. No período de 1970/1980 essa migração foi de 1,44 milhão de pessoas por ano e no período de 1980/1990 ela foi de 1,21 milhão de pessoas por ano”.

Dentre outros fatores, a criação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214, de 1963) foi, em parte, responsável pelo processo migratório. Este instrumento, que objetivava equiparar os direitos dos trabalhadores rurais e urbanos, na tentativa de melhorar o regime de trabalho no campo desestimulou o vínculo empregatício e criou incentivos adicionais para que a mecanização, já apoiada por outras medidas de política agrícola, se tornasse ainda mais

intensa. Era mais viável mecanizar as lavouras do que aumentar os custos com mão de obra e ter complicações trabalhistas decorrentes da contratação de trabalhadores, cuja utilização normalmente é sazonal e, sobretudo, enfraquecendo formas de relacionamento proprietários-trabalhadores rurais.

Assim, o processo de modernização foi um dos fenômenos que mais alterou a fisionomia do meio rural e urbano no que diz respeito ao número da população e às relações de produção e trabalho, assumindo cada vez mais características de relações capitalistas. Delgado (1985, p. 12) salienta que “a modernização conservadora avançou como um caudal, erodindo barreiras, destruindo estruturas produtivas primitivas, concentrando os frutos do processo técnico, num movimento de profunda e historicamente acelerada rejeição do contingente primitivo de população rural”. A modernização se intensificou pela distribuição desigual da terra e de outros bens, com a manutenção e reforço da estrutura agrária concentrada, ou seja, foi justamente isso e o favorecimento das propriedades patronais que deram origem à expressão “modernização conservadora” para dar origem a este processo. Este termo foi cunhado devido à manutenção da estrutura agrária vigente e o favorecimento às propriedades patronais, que deram origem ao apelido utilizado pelos opositores deste processo.

Para Graziano da Silva, essa é uma característica fundamental da modernização da agricultura no Brasil, que tem características excludentes, tanto no tamanho das propriedades agrícolas, no tipo de produto, quanto na região, privilegiando os grandes e médios produtores de produtos voltados à exportação, geralmente integrados aos complexos agroindustriais, localizados predominantemente nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país.

Em nossa opinião, as forças que controlam essa corrida-ou seja, a adoção das inovações tecnológicas tenderão a acelerar a sua velocidade de transformação nos próximos anos. Com isso, eliminarão parte significativa desses produtores hoje ditos tecnificados, marginalizando-os dos complexos agroindustriais. O movimento compensatório de crescimento dos CAIS em outras atividades e outras regiões do país nada mais significará do que uma postergação dessa tendência. Com a difusão da modernização, ocorre a especialização da agricultura em escala nacional. Em algumas regiões desenvolveu-se e modernizou-se a produção de culturas que, embora presentes em economias familiares, são consideradas típicas de uma agricultura comercial. A estrutura fundiária evoluiu em um sentido concentrador e excludente, dificultando, qualquer tipo de acesso à terra, aos trabalhadores rurais brasileiros. (SILVA, 1982, p.168).

Segundo Ehlers (1999, p. 39-40):

Essa “modernização” exclui grande parte dos produtores familiares, que não eram contemplados pelos benefícios governamentais. As monoculturas de grãos, altamente motomecanizadas, exigem uma escala de produção mínima que os menores não conseguiam atingir. Além disso, muitos produtores não podiam arcar com os altos custos dos insumos modernos necessários à produção competitiva, do mercado e foram obrigados a vender suas propriedades. Com isso a concentração da posse da terra foi ampliada, bem como o tamanho das propriedades. Ao vender suas terras, muitos produtores migraram para as fronteiras agrícolas do centro-oeste ou para os centros urbanos que propiciavam mais ofertas de emprego. [...] A motomecnaização contribui para o aumento do desemprego e do subemprego sazonal em várias regiões do Brasil. “o rápido processo de motomecanização e o aumento da concentração fundiária da agricultura contribuíram para o intenso processo do êxodo rural e, conseqüentemente, para a concentração populacional nos centros urbanos mais industrializados”. [...] a intensa tranferência do campo para a cidade, associada a um processo de industrialização poupador de mão de obra, fez crescer a subocupação, o desemprego e a marginalidade na periferia das cidades.

Para Accarini (1987, p. 109), a modernização agrícola pode tomar duas direções principais: o aumento da produtividade da mão de obra, obtido, fundamentalmente, com o uso de tecnologias mecânicas como tratores, colheitadeiras, semeadeiras e muitos outros equipamentos e implementos mais aperfeiçoados, e o aumento da produtividade da terra, principalmente através de emprego de inovações biológico-químicas e métodos de produção mais aprimorados, como sementes e mudas mais produtivas, fertilizantes, defensivos e corretivos, além de novos métodos de preparo do solo, plantio e cultivo.

Porém, a modernização da agricultura brasileira adotada na década de 1960-1970 era voltada ao consumo de capital e tecnologia externa, facilitada pelo acesso ao crédito rural, determinantes para o endividamento e a dependência dos agricultores. Graziano (SILVA, 1982, p. 45) afirma que ao provocar desigualdade entre as regiões do país, entre as atividades agrícolas e entre os produtores rurais, provoca também o aumento da concentração da terra, que em muitos casos se dá pela sua utilização como reserva de valor ou especulação imobiliária, não necessariamente associado à sua utilização como meio de produção. Assim, a propriedade privada da terra contitui-se uma condição necessária, mas não suficiente, para a existência da renda. Delgado (1985) ressalta, ainda, que o processo intenso de urbanização por que passa a economia brasileira no período da pós modernização agrícola, enseja ainda uma valorização das terras agrícolas e do solo urbano também em ritmo acelerado, movimento que, em seu conjunto, propicia ganhos substanciais aos detentores de patrimônios imobiliários.

Os custos do ajustamento à modernização agrícola recaem, sobretudo, nos trabalhadores e produtores rurais menos capitalizados e qualificados, ficando à margem da

transformação que está ocorrendo na atividade agrícola ou se endividando para ajustarem-se a ela. Acrescentando-se a essas forças de expulsão, existe ainda a atração que as cidades exercem sobre o homem em termos de expectativas de emprego, oportunidades de acesso à saúde, educação, lazer e infraestrutura. Não raramente, esse conjunto de aspectos força um significativo número de pessoas a sair da atividade rural, ocasionando êxodo rural. Na afirmação de Graziano da Silva (SILVA, 1982, p. 182):

As cidades se tornaram uma esperança de acesso a saneamento, água encanada, luz elétrica, hospital, creche e escolas, de que o meio rural não dispõe. O fracasso da tentativa de levar alguns desses benefícios ao campo, por exemplo, os custosos e ineficientes programas de eletrificação rural, ensino agrícola-reforçou ainda mais essa percepção. [...] Ou seja, esse pequeno produtor saiu do campo e veio para a cidade em busca de escola para os filhos e dos “confortos” da cidade. Na cidade, a família diversificou a origem de sua renda. Mas, ao contrário do que se esperava, os anos 80 não revelaram consolidação dessa tendência dos trabalhadores rurais de virem residir nas cidades.

Esse quadro de consequências da modernização resulta na concentração da propriedade da terra, na medida em que há uma inviabilização econômica das pequenas propriedades, provocada principalmente pela falta de escala produtiva ou por endividamento, suas áreas de produção são adquiridas por outros agricultores que assim aumentam seu patrimônio.

Na década de 80, depois de quase vinte anos de controle político e uma sociedade marcada por problemas macroeconômicos, o setor agrário não ficou alheio a essas transformações, as políticas econômicas e setoriais específicas diminuem os estímulos à atividade agrícola. O processo de migração campo-cidade continuou após 1980, apesar da mão de obra rural já não ser fundamental para o processo de industrialização, como fora nos períodos anteriores. Assim, o contexto macroeconômico não favorece a esses imigrantes, e o jovem rural deixa de ser desempregado rural para tornar-se desempregado urbano.

No início dos anos 90, novamente as discussões acerca do papel a ser desempenhado pela agricultura, e no contexto do desenvolvimento do meio rural e da economia brasileira, adquirem outra dimensão, ao discutir não somente a agricultura *lato sensu*, mas a agricultura familiar. Faz parte deste contexto e discussão, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF, em 1996.

No início do século XXI, o grau de urbanização da população brasileira aponta para uma redução absoluta e relativa do fluxo migratório rural-urbano, em comparação com o verificado nos anos 60 e 70. Uma das explicações estaria no fato de já ter ocorrido redução

absoluta do estoque da população rural em outros períodos, além da forte queda na taxa de fecundidade registrada nos últimos anos.

3.5 A mobilização da população contribuindo para alavancar os estágios de crescimento econômico

Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil deveria cumprir certas etapas para se desenvolver. A Revolução de 1930 tem a premissa de encerrar a “etapa arcaica” da economia brasileira. Assim, para avançar nas próximas etapas do desenvolvimento, a força de trabalho agrícola seria deslocada do setor primário para o secundário e deste para o terciário. Da mesma forma, o país deveria seguir um caminho a ser percorrido rumo à industrialização e urbanização, conforme já ocorrido em outros países, um modelo de crescimento baseado na teoria dos estágios de crescimento de Rostow (1971). Segundo este autor, sempre seria possível decompor a história e o processo de desenvolvimento econômico em etapas sucessivas e nelas enquadrar diferentes países de acordo com suas respectivas características estruturais. Essas fases seriam: sociedade tradicional, condições para a decolagem (desenvolvimento autossustentado), a decolagem propriamente dita, a marcha para a maturidade e era do consumo em massa.

Na dinâmica de Rostow, sociedade tradicional é aquela cuja estrutura se expande dentro de funções de produção limitadas. As condições para o arranco ocorrem com a industrialização, e da mesma forma a migração de trabalhadores do setor agrícola para o setor industrial, com o crescimento concentrando-se em um número reduzido de regiões do país e em poucas indústrias. No período do arranco difundem-se novas técnicas agrícolas e industriais, à medida que a agricultura vai sendo industrializada, aumenta a produtividade agrícola. A maturidade é percebida como a etapa em que a economia demonstra capacidade de avançar para além das indústrias que inicialmente lhe impeliram o arranco. Dentro desse processo dinâmico de alterações estruturais, caberia à agricultura desempenhar diferentes papéis, passando de um setor predominantemente tradicional para um segmento de dimensões cada vez menores, com o emprego de tecnologias cada vez mais modernas, à medida que novas etapas fossem sendo conquistadas.

Os modelos de Yujiro Hayami e Vernon Wesley Ruttan (1988) contribuem para a compreensão da direção e dinâmica do processo de modernização agrícola e para explicar o padrão tecnológico seguido por distintos países e em diferentes épocas no estágio de desenvolvimento, através de estudos empíricos nos Estados Unidos e Japão. O modelo de

inovação induzida, proposto pelos autores, pode representar quais as possíveis direções do desenvolvimento agrícola. A teoria considera a tecnologia como variável poupadora no uso de fatores escassos e intensifica o uso dos fatores abundantes na atividade agrícola. Hayami e Ruttan (1988, p. 47-48) entendem que o principal objetivo do desenvolvimento agrícola é o de acelerar “[...] a taxa de crescimento da produção e produtividade agrícolas, compatíveis com o crescimento de outros setores de uma economia em vias de modernização”. O modelo serviu de base teórica para a modernização da atividade agrícola no Brasil.

Em virtude desse modelo adotado no Brasil, Pastore, Dias e Castro (1976) apontam desigualdades regionais e a concentração geográfica da produção e a presença de mercados consumidores mais exigentes – o que ocorre com as matérias-primas processadas pelas indústrias e com os produtos de exportação. Schultz (1964) explica as diferenças regionais no grau de desenvolvimento da agricultura. Sua hipótese principal era de que os segmentos rurais localizados mais favoravelmente em relação aos centros urbanos reuniam melhores condições para se desenvolverem através da comercialização e aquisição de insumos, enfatizando a importância da agricultura exportadora para o desenvolvimento regional. Os estudos de Schultz afirmam que para viabilizar a proposta de transformar a agricultura e promover o desenvolvimento rural, seria necessário investir em pesquisa e gerar conhecimentos tecnológicos que propiciassem expressivos retornos econômicos, conhecimentos estes que deveriam ser transformados em insumos modernos e desenvolvidos pelo setor industrial.

Assim, é consenso entre os autores que no processo de desenvolvimento econômico e agrícola uma das tendências é a redução da população rural em relação à urbana. Para Accarini (1987, p. 41), “o que é possível através do emprego de tecnologias que direta ou indiretamente aumentam a produtividade da força de trabalho que permanece no campo”. As consequências desta diminuição de pessoas de áreas rurais são analisadas também por Singer (1983, p. 231). No entanto, segundo o autor, não necessariamente este processo de redução se traduz em desenvolvimento econômico. Um dos motivos é que nem sempre os migrantes conseguem emprego no meio urbano, e os que conseguem se inserir no mercado de trabalho remetem parte dos seus ganhos para os familiares que permaneceram nas áreas de economia de subsistência ou em outras áreas. E esses recursos serão utilizados para a compra de produtos da economia local, reduzindo o volume da demanda efetiva da cidade. Da mesma forma, Martins (1986) enfatiza que o desenvolvimento positivo de uma sociedade está diretamente ligado à urbanização, até porque as pessoas que residem no meio rural são mais condescendentes com a saída de seus membros da comunidade do que com a entrada de pessoas vindas das cidades e de outras ocupações.

Se o processo de urbanização continuar e a tendência atual para a minimização das diferenças entre a cidade e o campo prosseguir, então a diferença em mobilidade, assim como todas as outras diferenças, também estará condenada a desaparecer. Mas quando isto acontecer, se acontecer, significará tão somente que a própria divisão das comunidades em rurais e urbanas está acabada, e não que o traço estudado tenha sido erroneamente interpretado como um traço entre a cidade e o campo. Este fenômeno indica que a migração populacional é unidirecional. Significa que normalmente as comunidades rurais e a agricultura são mais condescendentes com a saída de seus membros da comunidade e da ocupação do que com a entrada de pessoas vindas das cidades e de outras ocupações. Neste sentido, o desenvolvimento positivo de uma sociedade está associado ao aumento da urbanização e à prevalência sobre a direção oposta da migração para as cidades; os períodos de catástrofes sociais estão correlacionados com a ruralização e com a prevalência da corrente migratória em direção ao campo. (MARTINS, 1986, p. 218).

Na prática, contudo, nessa evolução “desejável” e “natural” do rural para o urbano no processo de desenvolvimento, a mecanização agrícola muito intensa libera número excessivo de trabalhadores, ou porque os próprios trabalhadores despreparados para esta nova realidade deixam o meio rural à procura de outras atividades, ou porque suas atribuições não são mais necessárias. Em ambos os casos, que podem ocorrer juntos, o resultado é, normalmente, a transferência de mão de obra pouco qualificada e em razão do baixo nível educacional, além de outros problemas sociais que provavelmente ocorrerão nesse novo contexto.

Para Tambara (1985, p.75), quanto à urbanização, frequentemente utilizada como indicador de desenvolvimento, a priori não se pode dizer que é um fato bom ou ruim. Tomando-se por base as sociedades mais desenvolvidas, como as europeias e norte-americanas, a urbanização seria positiva para o desenvolvimento, desde que essas tenham condições de acolher a população migrante, pois por um lado, nos fatores de expulsão do indivíduo de seu local de trabalho estão presentes a estagnação das áreas agrícolas e as mudanças tecnológicas, nos fatores de atração os elementos fundamentais estão ligados à melhoria do nível de vida e ao lado funcional vinculado ao aspecto profissional. Entretanto, ressalta-se que esta divisão é utilizada mais com finalidade acadêmico-didática e não encontra muito respaldo na realidade, na qual os fatores na verdade se interrelacionam.

Com a contribuição do desenvolvimento da agricultura, da industrialização e conseqüentemente da liberação da mão de obra, a população urbana no Brasil nos últimos 50 anos, inverte-se quanto à ocupação e residência da sua população. Até os anos 50, é predominantemente rural (63,84%). Na década seguinte, essa diferença diminui e dos anos 70 em diante, a posição se inverte, conforme demonstrado na Tabela a seguir.

Tabela 52– Evolução do percentual da população rural e urbana no Brasil em dados relativos, de 1950 a 2010

Abrangência	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Urbana	36.16	45.08	55.98	67.7	75.47	81.23	84,35
Rural	63.84	54.92	44.02	32.3	24.53	18.77	15,65

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1950 – 2010).

3.6 O desenvolvimento da atividade agrícola e processo imigratório na formação econômica e social do Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul o processo de urbanização foi semelhante ao do Brasil. A partir de 1970, a população urbana passa a ser predominante em relação à rural. Assim, o aumento da população da década de 50 até a década atual foi de 156,76%. Por outro lado, o decréscimo da população rural é de 77,37% neste mesmo período, conforme a Tabela 53, o que significa que a migração da população rural para a cidade contribuiu, mas não foi decisiva para o aumento da população neste período. As emancipações de municípios e distritos caracterizadamente rurais, contribuíram para este aumento, pois passam a ser considerados áreas urbanas. Assim, o Rio Grande do Sul chega ao século XX com um número significativo de pessoas residindo na cidade, além da migração rural-urbano.

Tabela 53- Evolução da população total, urbana e rural e percentuais de participação no estado do Rio Grande do Sul- 1950-2010

Abrangência	População total	População Urbana	Urbana (%)	População Rural	Rural (%)
1950	4.164.821	2.742.951,11	34,14	1.421.869,89	65,86
1960	5.448.823	2.445.976,64	44,89	3.002.846,36	55,11
1970	6.755.458	3.620.925,49	53,60	3.134.532,51	46,40
1980	7.942.722	5.385.959,79	67,81	2.556.762,21	32,19
1991	9.135.479	6.994.122,72	76,56	2.141.356,28	23,44
2000	10.181.749	8.313.398,06	81,65	1.868.350,94	18,35
2010	10.693.929	9.100.533,58	85,10	1.593.395,42	14,90

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 1950-2010).

A condição do Rio Grande do Sul, de zona fronteira e distante do centro do país, vai contribuir para sua formação social, política e econômica. O seu povoamento irá se intensificar no século XVIII com os açorianos e os lagunistas, de origem paulista, originando duas formas distintas de sociedade, uma patriarcal, formada pelos imigrantes paulistas, e outra formada de pequenas famílias. Os imigrantes, que localizavam-se no campo, dedicavam-se à criação de gado e darão origem à estância, e os que se fixaram no litoral dedicam-se à agricultura. Porém, o processo emigratório de mão de obra no Rio Grande do Sul está presente desde a sua formação, e se inicia com a busca e aprisionamento de índios no estado, por parte de bandeirantes paulistas, ainda sob o domínio espanhol, que seriam vendidos como

escravos para a economia açucareira no Nordeste brasileiro. A partir do fim do domínio espanhol, cessa a busca por mão de obra no estado, sendo esta substituída pelo escravo africano.

No final do século XVII, com a decadência da economia açucareira e o início da atividade de mineração em Minas Gerais, o Rio Grande do Sul passa a fornecer rebanhos bovinos e muares para a economia mineira. No mesmo período, inicia-se o seu povoamento por açorianos, representando um ponto de apoio estratégico para a Coroa Portuguesa. Somente no século XVIII teve o início de doação de terras (sesmarias), principalmente a militares, por serviços prestados. Nestas terras, iam se constituindo estâncias de gado, onde a mão de obra predominante era constituída, principalmente, por peões que faziam parte de antigos bandos armados ou de tropas ou, ainda, por índios egressos das missões. Lando *et al.*, (1996, p. 37), afirmam:

A doação de sesmarias propiciou a formação de “vazios” de terras que além de não serem explorados por seus proprietários, eram inacessíveis à exploração feita por outros elementos. A situação torna-se insuportável no momento em que contingentes da população rural – “posseiros ou intrusos”- começam a ocupar as terras não cultivadas ou devolutas.

Mesmo com o declínio da atividade de mineração em Minas Gerais, nos primeiros anos de formação econômica e social do Rio Grande do Sul, a atividade agrícola é predominante. A partir de meados do século XVIII, implantou-se uma agricultura fundamentada, em termos de estrutura produtiva, na intensidade do uso do fator trabalho, que muitas vezes era recrutado pela Coroa Portuguesa para serviços militares. Ao mesmo tempo em que se desenvolvia a produção de trigo, teve início a mercantilização da pecuária através do charque, utilizando também mão de obra escrava. Com a extinção do tráfico negreiro e com a ascensão da economia cafeeira no Sudeste do Brasil, os escravos agora libertos eram, então, assalariados. Segundo Pesavento (2002, p. 45) isto significa “extinguir a escravidão sem extinguir os escravos. Limitava-se, com isso, a própria generalização das relações assalariadas de produção nas charqueadas sulinas, comprometendo o desenvolvimento do capitalismo na região”.

A chegada dos imigrantes europeus no século XIX iria transformar a realidade econômica e social do estado. Esse sistema de ocupação já havia iniciado com a migração de açorianos, com o objetivo de ocupação territorial, desencadeando um processo produtivo baseado essencialmente na agricultura. Prado Junior (1945) afirma que a vinda destes imigrantes ao Brasil visava cumprir dois objetivos, o primeiro era a obtenção de mão de obra

livre para a grande lavoura, em substituição ao braço escravo, o segundo objetivo era ocupar e povoar zonas até então desocupadas e distantes, na sua grande maioria latifúndios. A este processo, o autor denominou colonização.

Para Tambara (1985, p. 32), a partir do final do século XIX até meados do século XX, ocorreu no estado um intenso processo migratório interno, oriundo sobretudo das colônias velhas que ocuparam os poucos espaços ainda não ocupados de forma efetivamente produtiva. Foi com a chegada de imigrantes alemães, instalados pelo governo imperial em 1824 em São Leopoldo, que efetivamente se implantou no Rio Grande do Sul um processo de produção alternativo à produção pastoril. Em condições de vida precárias e não havendo excedentes de produção, o sistema de divisão do trabalho não evoluía e a colônia regredia a um sistema econômico rudimentar de subsistência. Aos imigrantes italianos que, a partir de 1875, começaram a entrar na província, restaram as regiões de beira de planalto, montanhosas e cobertas de matos, pois as melhores terras já estavam ocupadas. Essas terras não lhes foram dadas, e ao tornarem-se proprietários, endividavam-se. Furtado (2003, p. 131) afirma que viajantes europeus que passavam por essas regiões surpreendiam-se com a forma primitiva de vida dos colonos. “A consequência prática de tudo isso foi, entretanto, que se formou na Europa um movimento de opinião contra a emigração para o império escravista da América e já em 1859 se proibiu a emigração alemã para o Brasil”.

Estes imigrantes, ao chegarem no estado, foram instalados em áreas de matas de valor insignificante na época, pois não haviam sido ocupadas pela atividade pecuária, distribuição demográfica esta que irá se refletir e ter consequências econômicas e sociais profundas para o estado do Rio Grande do Sul. Segundo Pesavento (1983, p. 157), crescia a necessidade de ocupação dessas terras de mata, visto que as áreas de campo do Rio Grande do Sul já estavam totalmente ocupadas, sendo ainda o gado o elemento propulsor da economia gaúcha, embasada no binômio criação/charqueada. As terras destinadas aos imigrantes eram distribuídas em pequenos lotes que variavam de 77 ha em 1851 até 25 ha (1 colônia de terra) a partir de 1889. Para Lando “a imigração tornou-se necessária para a revitalização da agricultura, especialmente a cultura do trigo, abandonada desde 1820. (LANDO, 1996, p. 65).

Sobre a história da colonização e imigração no Rio Grande do Sul, e as adversidades às quais foram submetidos, Kliemann (1986) observa que as narrativas da época são ricas na ilustração do quanto sofreram os imigrantes, seja pelo recebimento de terras de má qualidade, seja pelos problemas de saúde e alimentação que os acompanhavam desde a terra natal até o dia de sua morte. Deparando-se com estas adversidades, e ainda com a escassez cada vez maior de terras agricultáveis e com a explosão demográfica das colônias antigas, os

imigrantes saem à procura de novas terras, invadindo as áreas que acreditavam desocupadas. Da mesma forma, estas áreas por estarem inexploradas serviram de refúgio para indivíduos que, durante o movimento revolucionário de 1893-95, precisavam se esconder. Porém, muitos deles passado o conflito, ali permaneciam, dando origem a novos núcleos e pressionando o deslocamento dos índios para outras áreas.

Este processo migratório, engendrado por decisão governamental, provoca a formação de pequenas propriedades de base familiar, pois esta forma de agricultura esteve praticamente ausente da primeira organização no estado, mesmo com os imigrantes açorianos, que contribuíram para o fortalecimento do latifúndio, principalmente após a extinção da doação de sesmarias no Brasil, intensificando-se a posse desordenada e a concentração de terras. Para Kliemann (1986, p. 18), mesmo que tenha existido por parte de Portugal, a partir do século XVIII, o objetivo de instaurar núcleos de pequena e média propriedade rural no Sul, com o patrocínio da imigração açoriana, evidencia-se, pela anexação de datas e apropriação de terras devolutas, que tal meta não foi atingida, uma vez que, na realidade, esses colonos acabaram por contribuir para o fortalecimento do latifúndio com a criação da fazenda de produção tritícola e as charqueadas.

A partir da década de 40 do século XIX, esses imigrantes já conseguem promover uma agricultura comercial de gêneros de subsistência (banha, trigo, milho, feijão, batata, mandioca) para a capital da província, enriquecendo principalmente os comerciantes. Segundo Pesavento (1983), a partir do final do século XIX, a produção da banha, uva, trigo, fumo e mandioca no estado configurou-se como uma atividade típica da área de produção colonial, tanto na produção quanto na industrialização e exportação destes produtos, com exceção do trigo. Por outro lado, esse processo de acumulação que enriqueceu industriais e exportadores, assumindo moldes capitalistas, inviabilizava a fabricação caseira e artesanal do produto, o resultado é que muitos produtores abandonam suas atividades, migrando para outras regiões do estado.

Essa agricultura tradicional praticada pelos imigrantes no início do século XX não estava conseguindo corresponder às necessidades dos agricultores, acarretando, no ano de 1910, uma crise decorrente da competição com outras regiões do país, favorecidas pela localização próxima ao centro do país e da atuação de comerciantes que monopolizavam os lucros. Além disso, há a extrema divisão da propriedade e a diminuição da fertilidade do solo. A consequência é que muitos desses produtores desestimulados, empobrecidos, migraram para outras regiões, como o Paraná e Oeste de Santa Catarina, explorando novas áreas de mata, ocorrendo o êxodo de colonos gaúchos. Pesavento (2002, p. 72) descreve: “O

fracionamento do minifúndio era levado até o momento em que se tornava impraticável nova divisão, com o que se verificava o processo de “enxamagem”, ou a migração dos descendentes para novas áreas, dilatando a fronteira agrícola gaúcha”.

Com a Primeira Guerra Mundial, diminui a oferta de alimentos em países concorrentes, o que proporciona a recuperação da agricultura no Estado, favorecida pelo aumento da demanda e, conseqüentemente, nos preços dos alimentos. O feijão e o arroz foram os principais produtos destinados à exportação neste período. Inicia-se a expansão do arroz e a crise da atividade pecuária, devido principalmente à pouca rentabilidade do latifúndio agropecuarista.

Segundo Brum (1988), após a Segunda Guerra Mundial, nas décadas de 1940-50, o Rio Grande do Sul torna-se um grande “exportador de gaúchos” para o Oeste catarinense e Sul/Sudoeste do Paraná, onde havia extensas áreas de terras férteis cobertas por florestas sem uma apropriação privada, ou seja, o povoamento rarefeito centrado em valores não mercantis e especulativos facilitou a instalação sistemática dos migrantes. Segundo o autor, “intensificase a partir da década de 40 o processo migratório gaúcho, em dois sentidos: êxodo rural rumo às cidades e migração para outros estados ou federação”. O Rio Grande do Sul torna-se importante “exportador de gente”. Segundo Pesavento (1984, p. 124): Já “nos anos 50, apresenta-se como o estado que mais população emigrante fornecia para os outros estados, enquanto que também unidade de federação que menos brasileiros recebia”. Parte dos produtores rurais e trabalhadores de grandes propriedades rurais chegavam na cidade em busca de emprego. Tornavam-se proletariados e ao mesmo tempo aumentavam a tensão social e o anseio pela reforma agrária.

A partir da década de 50, com a modernização da agricultura, floresce a orizicultura e a triticultura e, posteriormente, a produção de soja. O resultado é aumento de produção, produtividade, ocasionando profundas transformações no sistema produtivo gaúcho, como o aumento no preço da terra e dos arrendamentos, ocasionando concentração de terra e desenraizamento econômico social. Riedl (1981) enfatiza que o setor agrário da economia rio-grandense produziu populações economicamente excedentes neste período, principalmente em regiões onde convivem latifúndios e minifúndios num mesmo município, e na empresa agrícola fundada na alta densidade tecnológica e, portanto, na alta composição orgânica do capital, que substitui a força de trabalho, em virtude das condições instáveis de trabalho que oferece.

Dessa forma, nesse período, os granjeiros consolidaram ainda mais seus investimentos, comprando médias e pequenas propriedades dos agricultores que se

encontravam endividados, transformando-se, portanto, em proprietários fundiários. Essa situação levou a que muitos agricultores migrassem para as cidades. No entender de Arandia (1976), são as pequenas unidades familiares de baixo nível tecnológico que estão sendo expulsas pela grande produção mecanizada e empresarial. Na realidade, não está acontecendo apenas a substituição por produtos modernos em detrimento dos tradicionais devido ao progresso técnico, o que está sendo substituído são os próprios produtores, aqueles que estão incapacitados, por problemas de escala, de usar intensivamente os insumos e máquinas adquiríveis fora do setor agrícola.

4 CONTEXTO QUE ENVOLVE A SAÍDA E ENTRADA DE PRODUTORES RURAIS NA REGIÃO DO ALTO JACUÍ/RS

Ao longo deste estudo, as discussões apontaram para a diminuição da população rural. Neste capítulo é caracterizado o contexto que envolve essa temática, fundamentada na pesquisa realizada com 82 (oitenta e dois) produtores rurais que saíram do meio rural na região do Alto Jacuí nos últimos anos, e com 32 (trinta e dois) produtores rurais que adquiriram áreas de terras na região. Primeiramente, procura-se fazer uma caracterização dos produtores que saíram do meio rural, e das condições sociais e econômicas antes e depois do processo de migração. Posteriormente, as características e as condições sociais e econômicas do produtor e sua família depois da compra ou arrendamento de novas terras. Para os dados quantitativos, foram utilizadas ilustrações para ilustrar algumas questões, e os dados qualitativos foram descritos pela análise de conteúdo, através de trechos retirados das entrevistas realizadas.

4.1 Caracterização dos produtores rurais que saíram do meio rural na região do Alto Jacuí

Inicia-se a descrição dos dados do roteiro da pesquisa de campo com os produtores rurais que venderam ou arrendaram terras na região, que não continuam na atividade agropecuária no seu município e, ainda, os que saíram do meio rural, porém continuam sendo produtores. As indicações dos entrevistados foram principalmente dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, das Prefeituras Municipais, através dos Secretários da Agricultura, das EMATER's e de outros produtores rurais, a partir do momento em que as entrevistas iam ocorrendo, conforme mostra o Ilustração 2. Dos 82 entrevistados, 61,73% venderam suas terras e migraram para cidade, 38,27% arrendaram e também migraram para cidade. Os compradores e arrendatários, em 93,42% dos casos, procedem do município onde residem os entrevistados que saíram da atividade rural.

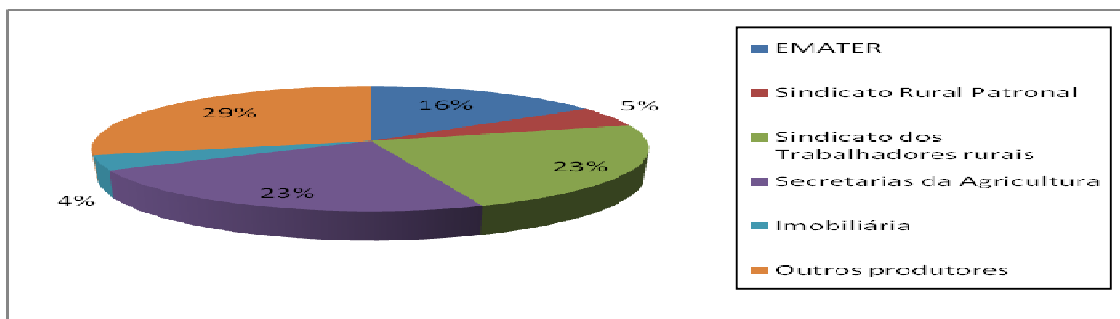


Ilustração 2- Instituições que indicaram nomes e contatos de entrevistados para pesquisa de campo

Fonte: elaborado pela autora, 2011.

Quanto ao gênero, a maior parte dos entrevistados, 78,05%, é do sexo masculino. Com relação à idade, 47% dos entrevistados têm entre 40 e 60 anos e 42% mais de 60 anos. Além da propriedade rural em que residiam, 70,11% dos entrevistados tinham casa ou apartamento no município onde moravam, mesmo antes de sair do meio rural, 16,09% dos entrevistados não tinham outra propriedade, e 10,34% tinham somente um terreno na cidade, além da propriedade em que residiam.

Procurou-se realizar as entrevistas com o responsável pela família, assim, 87,65% foram eles que responderam à entrevista, e na ausência destes, os filhos responderam, representando 12,35% do total de entrevistados. Foi questionado se o entrevistado foi o responsável pela decisão de venda ou arrendamento. Em 79,01% coube ao próprio entrevistado esta decisão, em 20,99% foi a família em conjunto, e quando era o filho quem estava respondendo a entrevista, este respondeu que seu pai fora o responsável pela decisão.

Quanto à atividade produtiva principal que respondia pela renda da família no período anterior à venda ou arrendamento, na safra de verão, a soja respondia por 88,88% da área destinada para este período, seguida da produção de milho, pecuária de leite e de corte. Para a produção de soja, destinava-se 80% da área para 40,98% dos entrevistados, e 25,35% dos entrevistados produziam em 100% da área. A cultura do milho era produzida em menos de 30% da área. Na atividade leiteira, 30% dos produtores utilizavam 100% da área predominantemente na produção de leite, e 60% afirmaram que a produção ocorria em menos de 20% da área. Quanto às safras de inverno, conforme relato dos entrevistados, percebe-se que a produção de trigo e pastagens representa as atividades produtivas principais, com 62,02% e 50,63%, respectivamente.

Com relação ao tamanho da área dos estabelecimentos rurais, a ampla maioria dos entrevistados, ou seja, 72% possuíam área de terras com menos de 50 hectares antes de sair do meio rural, sendo que destes, 34% dos entrevistados possuíam área entre 10 e 30 hectares, e 20% menos de 10 hectares (Ilustração 3).

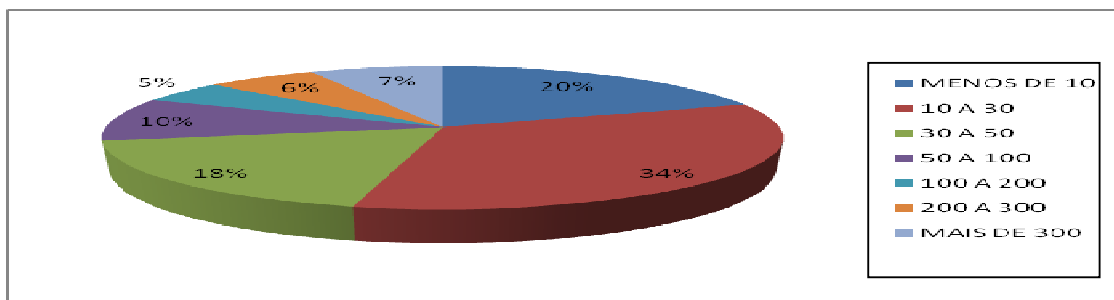


Ilustração 3 - Tamanho das áreas dos estabelecimentos rurais (em hectares) antes do arrendamento ou venda da propriedade

Fonte: elaborado pela autora, 2011.

Foi perguntado aos entrevistados há quanto tempo estavam nas propriedades na atividade agropecuária quando saíram do meio rural. Os dados do Ilustração 4 indicam que 79% dos produtores estava há mais de 20 anos no meio rural. As propriedades em que residiam foram adquiridas através de herança em 34% das entrevistas, 28% por compra e 26% das duas formas. Dos que adquiriram através de compras, 78,26% foram de outros produtores e 21,73% de outros familiares, quanto à herança, 51% foram da família da esposa e 49% dos pais. As outras opções foram posse e arrendamento.

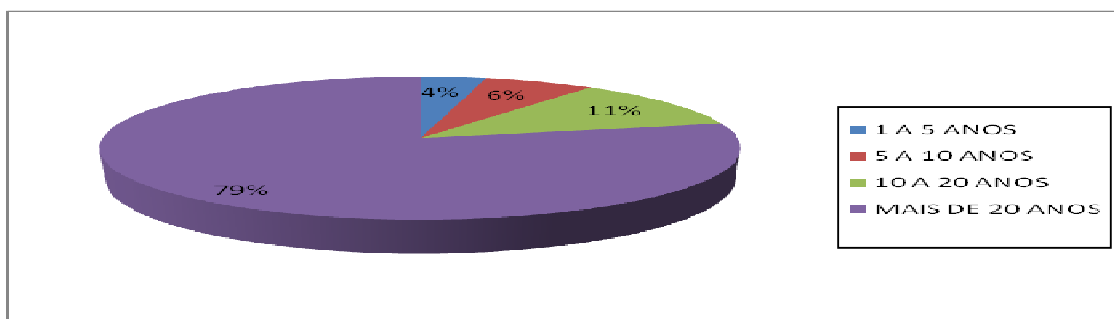


Ilustração 4 – Tempo em que o produtor rural estava na atividade agropecuária antes da venda ou arrendamento da propriedade

Fonte: elaborado pela autora, 2011.

Quanto à produtividade média dos principais produtos que eram cultivados nas propriedades que foram vendidas ou arrendadas, pode-se dizer que segue a média de produtividade regional. A produtividade da soja e trigo era em torno de 45 a 40 sacas por hectare, do milho 90 sacas e a produção de leite em torno de 1.200 litros por mês, por propriedade.

Durante as entrevistas, foi questionado se fora a primeira vez que ocorrera a venda ou arrendamento das terras, 87,50% disseram que sim e 12,5% que não, que parte das terras já fora arrendada ou vendida anteriormente. O principal motivo apontado é o endividamento e as

despesas com estudos dos filhos. Um dos entrevistados retrata o que foi dito pelos demais. “[...] Em 2006 ocorreu a venda de 40 hectares, porque tive uns anos difíceis, eu estava com endividamento de financiamento e com estudos da minha filha. Em 2007 vendi mais 10 hectares”. (Entrevista 32A- Saldanha Marinho).

4.2 Condições sociais e econômicas do produtor e sua família antes da saída do meio rural

Foi perguntado qual motivo levou o entrevistado a sair do meio rural. A oportunidade em outros locais teve 28% das respostas, e 92% destes locais são no próprio município onde residiam. Os outros locais onde os entrevistados fixaram residência são os municípios de: Porto Alegre, Herval, Jaguarão, Guarapava, Tupanciretã e São Gabriel, além dos estados de Goiás, Mato Grosso. A falta de sucessão, o inventário da área, as brigas familiares e o falecimento do proprietário, foram os outros principais motivos apontados para a saída do meio rural. O preço dos insumos representa o terceiro motivo apontado pelos entrevistados, conforme o Ilustração 5.

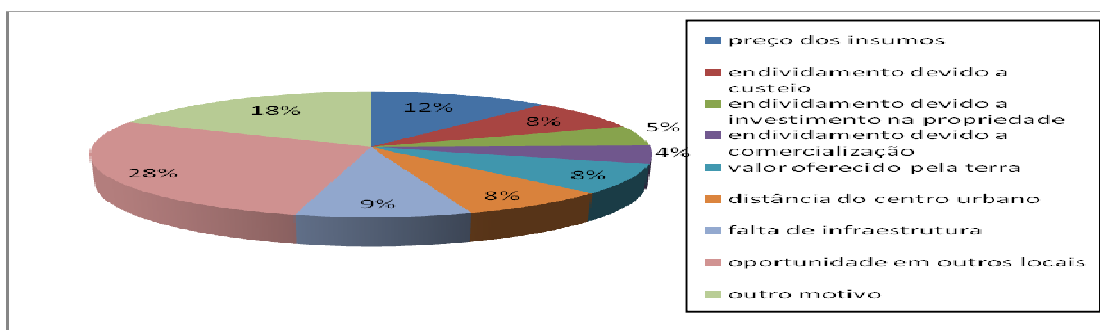


Ilustração 5- Motivos apontados pelos entrevistados para saída do meio rural
Fonte: elaborado pela autora, 2011.

Os agricultores que procuraram oportunidades em outros locais deveu-se ao fato de que no meio rural o acesso aos serviços de saúde era considerado insuficiente. Assim, a procura por melhores condições de saúde foi considerada o motivo mais importante por 44% dos entrevistados, conforme o Ilustração 6. A idade avançada para trabalhar na atividade agrícola, é outro motivo apontado pelos entrevistados para procurar oportunidade em outros locais, considerada por eles como uma questão de saúde.

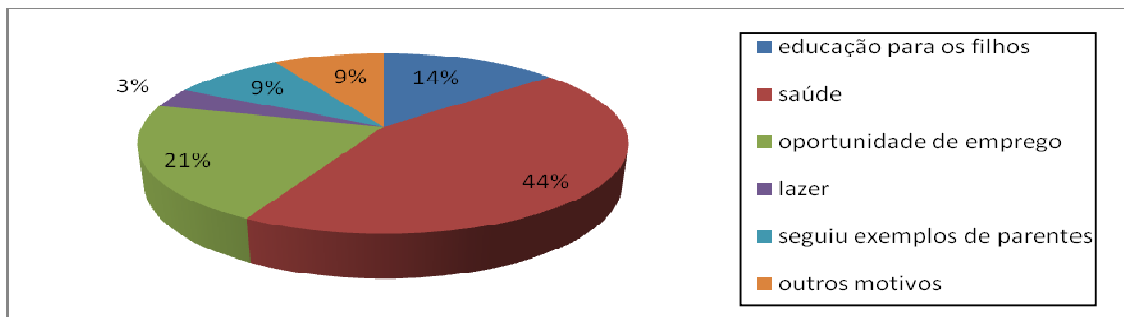


Ilustração 6 – Motivos apontados pelos entrevistados para procurar oportunidades em outros locais
Fonte: elaborado pela autora, 2011.

Alguns entrevistados retratam o que foi dito pelos demais: “Devido ao falecimento do meu marido, o meu filho já casado morava em outro município, aí ficou só eu e minha filha lá a 14 km da cidade, então resolvemos vender e ir morar na cidade para facilitar a nossa vida sem ele”. (Entrevista 47A - Colorado).

O grande responsável foi à saúde da minha mulher que estava com mal de Alzheimer, eu não queria vir embora, mas fui convencido pelo médico, pois ela já estava ficando com depressão lá fora. Lá não tinha médico especialista e precisava vir correndo, quando precisava de ajuda. Ela se adaptou bem aqui na cidade. (Entrevista 42A - Boa Vista do Incra).

Meu marido ficou doente devido ao derrame e não podia trabalhar e eu com idade avançada não podia trabalhar também. Eu agora tenho problema de coração e não posso trabalhar na lavoura. Assim, a idade avançada não permitiu uma boa condição de vida no meio rural, assim vim pra cidade, pela minha saúde debilitada a procura de recursos e melhores condições de vida. (Entrevista 32A- Saldanha Marinho).

A coisa começou a ficar complicada, devido a problemas de saúde da minha esposa, ocorridos por motivo de falecimento do nosso filho. Ficamos sozinhos. Os outros dois filhos saíram de casa, um casou o outro foi estudar, aí ficou sem ter quem me ajudasse com a lavoura. (Entrevista 21A- Quinze de Novembro).

Meu marido morreu (enforcado), meus filhos vieram para cidade e eu me vi sozinha para criar 6 (seis) filhos. [...] Chorei muito. Tinha a bicharada pra cuidar e tinha medo de deixar sozinho, pois podia voltar e não encontrar nada. Não tinha outra alternativa. [...] Além disso, estava ficando velha e doente. [...] Por estar sozinha depois de viúva e estar aposentada, não poderia mais ficar no interior, vim cuidar da saúde em local mais próximo. (Entrevista 72A- Cruz Alta).

Foi devido ao falecimento do meu esposo (suicídio), mais ainda fiquei um pouco lá no interior com as minhas filhas, elas foram crescendo e fui para cidade cuidar dos meus pais que tinham problemas de saúde e porque nossa casa ficava longe de tudo, precisávamos de alguém que nos ajudasse. (Entrevista 17A- Lagoa dos Três Cantos).

Além da doença na família, a idade avançada e a procura por recursos de saúde, percebe-se que a inviabilidade produtiva, principalmente pela pequena escala de produção, falta de maquinário, custos de produção elevados e endividamento, justificam a saída da atividade agropecuária e do meio rural.

Em primeiro lugar é que a gente pagava muito juro, e às vezes o próprio tempo não ajudava e quando tu tinha produção, tu não tinha preço, eu achava muito difícil ser agricultor, porque tu depende da natureza. Eu pra mim a agricultura é pra louco, isso que nós vendemos - alimentos, eu acho ótimo que as pessoas gostem disso, gostem da terra, mas eu é que cansei disso aí na lavoura. [...] Desgostei mesmo, porque tu colhia bem e não recebia nada, e nos éramos muito certo, pagava direitinho o banco, vendia pra quem ajudava nós, então tu vendia pra assumir teus compromissos, pra não ficar pra trás e então virava e mexia, você já estava devendo pro ano seguinte, então isso aí desanima muito, porque eu que fiz a cabeça do meu esposo pra parar de plantar. (Entrevista 59A- Selbach).

Eu plantava e depois vendia e não conseguia pagar as contas, em vez de tu lucrar, tu fica devendo, o agricultor desacorçoa e pra não perder tudo, ele sai antes. Um lote de terra é muito pouco para um agricultor plantar tudo o que precisa, e na época de plantar falta terra. Acho que arrendamento dá mais do que plantar, hoje eu ganho mais do que antes, porque agora faça chuva ou faça sol eu tenho o meu e consigo dividir com os filhos. Não é fácil de se levantar, depois de um agricultor botar o pé no barro, não é fácil de se levantar. (Entrevista 70A- Salto do Jacuí).

Com os grandes latifundiários na nossa região, as terras são supervalorizadas e como eu tinha uma história de endividamentos, não quis mais ficar no interior. Isso gera a falta de oportunidade para os pequenos proprietários, a gente não tem implementos agrícolas, aí precisa pagar para plantar e colher e daí não sobrava nada, e como estamos velhos e aposentados, resolvemos vender. Com o dinheiro da venda, paguei as dívidas e com o dinheiro que sobrou, tive que investir onde o hectare não é tão alto. (Entrevista 41A- Boa Vista do Inera).

Os custos de produção são elevados, o que defasa com o pequeno produtor que não consegue produzir suficientemente para manter a pequena propriedade. Ainda falta de oportunidade, a gente não tinha muito conhecimento, não tinha muito lucro, apenas o sustento da família, as dificuldades que enfrentávamos eram muitas. Não conseguimos mais nos manter na lavoura, não tínhamos lucros, era só trabalho. A renda era cada vez menor, não conseguíamos dar a volta por cima Na época os ganhos não satisfiziam os interesses pessoais, por isso, fui em busca de uma atividade que me desse retorno maior. A terra era pouca, os filhos tinham que estudar e trabalhar. A minha mulher tinha que costurar pra fora para aumentar a renda da família. (Entrevista 25A- Fortaleza dos Valos).

Comecei a me endividar na safra de 1993, quando a soja era 12 e 13 e com o Plano Real veio para 9 e 8 reais. O milho vendia 7 e 8 reais e com o plano 3,50 reais. Colhendo mais de 40 por ha de soja e 80 de milho, tinha feito investimento e não consegui pagar o banco. Fui me endividando ao longo dos anos, fiz investimentos que não deram certo. O gasto era superior à renda. Com a saída da propriedade, investi na cidade com renda líquida garantida. (Entrevista 73A- Cruz Alta).

Para mim, a maior responsável era o contexto de insegurança de preços agrícolas, a saída foi estratégica pois utilizei o volume de recursos financeiros para investir em pecuária em outro lugar. O valor pelas áreas aqui na cidade de Santa Bárbara são bem valorizadas e o baixo valor na região da fronteira, embora tenha sido mais arriscado o plantio lá, valeu a pena. (Entrevista 3A- Santa Bárbara do Sul).

Após o falecimento do meu marido, já tinha uma filha casada e duas ainda criança e com muitas dívidas. Sozinha, longe de minha família resolvi vender, pagar o que devia e investir o resto em imóveis e emprestei aos meus irmãos de onde ganhei juros. (Entrevista 43A- Ibirubá).

Outra alternativa para os que abandonaram a agricultura foi a busca de emprego na cidade, encontrada no comércio, principalmente em cooperativas e lojas de eletrodomésticos.

Além disso, foram procurar empregos nas áreas de enfermagem, corretor de imóveis, prestação de serviços, como caminhoneiro e como funcionário público nas prefeituras dos municípios onde residiam.

Melhorar as condições de vida, por causa das enchentes do Rio Colorado, que inundaram a propriedade, especificamente no município de Colorado, foi apontado como outros motivos para procurar oportunidades em outros locais. “As várias enchentes do Rio Colorado que atingiu a propriedade, e deu muitos prejuízos. No último ano ocorreu uma perda de toda a produção” (Entrevista 46A- Colorado). Com relação à mão de obra na propriedade, quando saiu do meio rural, 69% dos entrevistados não tinham empregados. 27% tinham de um a cinco empregados, e em média eram 3 (três) empregados considerados permanentes na propriedade, conforme o Ilustração 7.

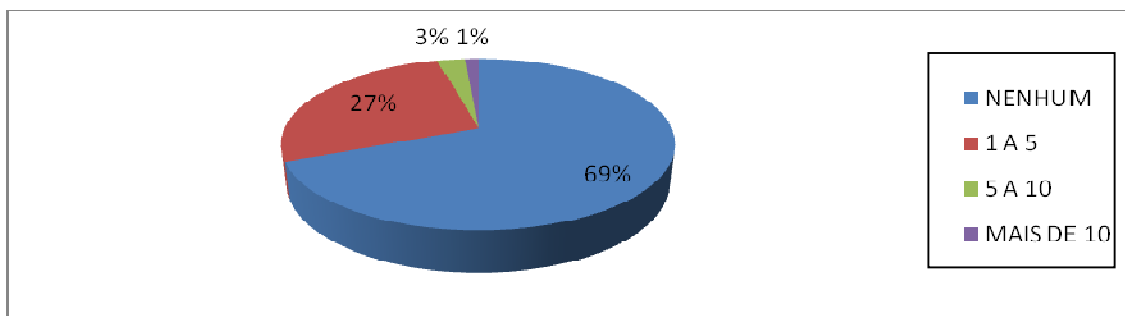


Ilustração 7 – Número de empregados na propriedade antes da saída do meio rural
Fonte: elaborado pela autora, 2011.

Foi questionado se os entrevistados tinham conhecimento de quantas pessoas ficaram trabalhando na atividade depois do arrendamento ou da venda da propriedade, 54,43% responderam que sim, e que não foram contratados empregados, mas a família que adquiriu ou arrendou as terras foi morar no local. “Nossa família foi para a cidade e a família que arrendou continua no campo, trabalham o casal que arrendou, nenhuma pessoa foi contratada”. (Entrevista 15A - Não-Me-Toque).

Quanto à utilização de políticas agrícolas, procurou-se fazer o questionamento separando o crédito agrícola das demais políticas direcionadas ao setor. Os recursos de financiamentos do crédito rural eram utilizados por 74,07% dos entrevistados, destes, 94% para custeio, através do Banco do Brasil e Sicredi. Os que não utilizavam financiamento justificavam que era inviável.

Tinha pouca terra, e se fizesse financiamento não sobraria muita coisa, assim não valeria pena. O dinheiro que possuía era durante algum período quando vendia um lote de gado então passava controlando o gasto com aquele dinheiro e não tinha financiamento em bancos, entendia que os bancos ficavam com muito dinheiro com os juros cobrados. (Entrevista 62A- Salto do Jacuí).

Quanto às demais políticas públicas direcionadas ao setor, 59,26% responderam que tinham acesso. A manutenção e construção de estradas e a eletrificação rural foram as principais políticas lembradas pelos entrevistados, conforme o Ilustração 8. Quanto à garantia de renda, através de preços mínimos e seguro agrícola, nenhum dos entrevistados respondeu ter acessado enquanto residente no meio rural. 40,74% dos entrevistados afirmaram que não tiveram acesso às políticas públicas porque não lhes eram oferecidas.

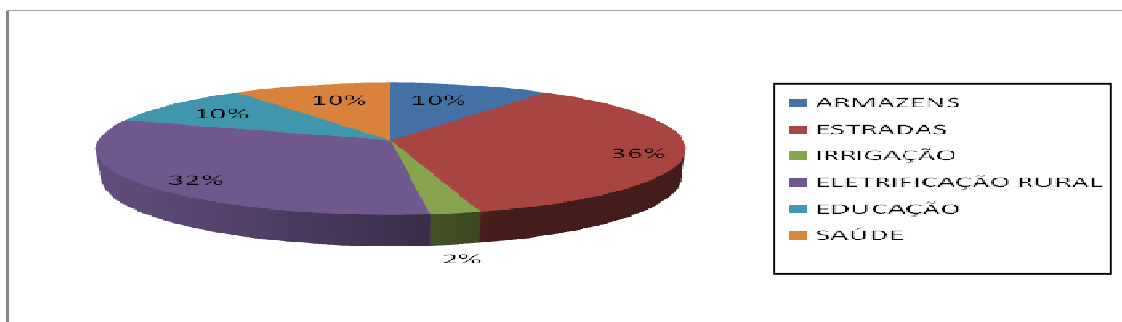


Ilustração 8 – Políticas agrícolas utilizadas na propriedade rural, exceto crédito rural
Fonte: elaborado pela autora, 2011.

Além da produção de grãos e leite, a produção de hortigranjeiros era realizada em 64,10% das propriedades, principalmente saladas e verduras. “Tínhamos uma horta que tinha alface, cenoura, repolho, tomate, mas tudo artesanal. Muitas vezes fazíamos muita compota de cenoura, repolho. É o jeito que conservávamos mais tempo”. (Entrevista 23A-Saldanha Marinho).

Esta produção atendia 82,33% do consumo e das necessidades das famílias. Menos de 20% destes produtos eram comercializados. O que sobrava era doado a vizinhos e parentes. Os que não produziam, afirmaram que não tinham interesse, devido ao espaço que era destinado à produção de grãos, pela falta de mão de obra, por falta de comercialização e por achar mais vantajoso comprar na cidade. O foco era a soja.

Quanto aos produtos de origem animal, 78,26% dos entrevistados responderam que produziam queijo, ovos, carne, lã, leite e mel, atendendo 78,46% das necessidades da família. 71,42% desta produção era comercializada, principalmente nas cooperativas da região e nas residências na cidade. Leite, carne e ovos eram os produtos mais comercializados. Para os que

não produziam, o tempo de dedicação a estas atividades e a falta de comercialização não tornava vantajoso esse tipo de atividade.

Quanto às benfeitorias e instalações disponíveis no estabelecimento antes da venda ou arrendamento da propriedade, pode-se dizer que os entrevistados afirmaram ter apenas um galpão e uma casa de madeira em média de 200 m², praticamente todos foram construídos na década de 80.

As máquinas e equipamentos disponíveis no estabelecimento antes da venda ou arrendamento da propriedade eram: trator, colheitadeira, reboque, carreta, pulverizador, semeadeira, arado de boi, arado de virar. 19% disseram que não tinham nenhum equipamento agrícola.

Com relação aos gastos da família, foi questionado qual era o mais representativo. As despesas com alimentação e com saúde foram consideradas mais significativas, conforme o Ilustração 9.

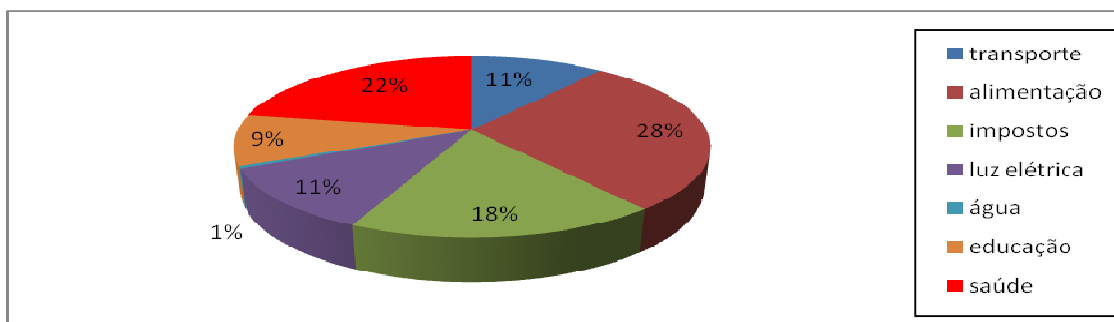


Ilustração 9 – Gastos familiares mais representativos, enquanto residiam no meio rural
Fonte: elaborado pela autora, 2011.

Já os custos considerados mais relevantes pelos produtores entrevistados eram os da aquisição de insumos para produção e o pagamento de financiamentos contraídos tanto para custeio como para investimento na propriedade, os outros custos representam participação semelhante, conforme o Ilustração 10.

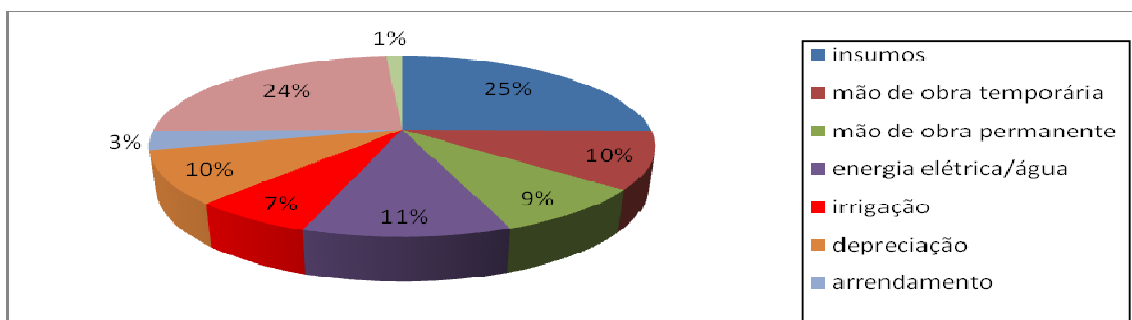


Ilustração 10 - Custos de produção mais representativos, enquanto residiam no meio rural
Fonte: elaborado pela autora, 2011.

A comercialização da produção agrícola era realizada com as cooperativas da região por 72% dos entrevistados, tanto para venda dos produtos quanto na compra dos insumos, conforme o Ilustração 11; sendo que 35,41% comercializado com a COTRIJAL, 29,16% com a a COTRIBÁ, com sede no município de Ibirubá, 20,83% dos produtos eram comercializados com a Cooperativa Triticola Taperense Ltda- COTRISOJA e 15,60% com as demais cooperativas da região. A comercialização com empresas privadas era realizada, principalmente, pelas empresas Marasca, Três Tentos e Mepal/Cofal. A forma de comercialização da produção e de insumos predominante era através de contratos a termo. A assistência técnica também era realizada pelas mesmas cooperativas em 58% das entrevistas. A EMATER prestava assistência nas propriedades em 10% dos casos e as empresas privadas em 9%. Em outros casos, menos representativos, a assistência era oferecida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e assistência técnica particular.

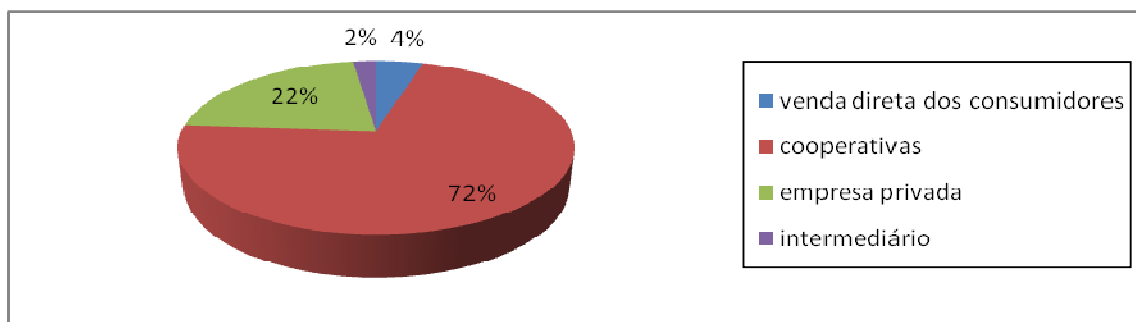


Ilustração 11 - Comercialização Agrícola
Fonte: elaborado pela autora, 2011.

As informações técnicas e econômicas sobre a atividade agrícola eram acessadas por 98,76% dos entrevistados. As mais relevantes eram: televisão, rádio, palestras e dias de campo, conforme mostra o Ilustração 12.

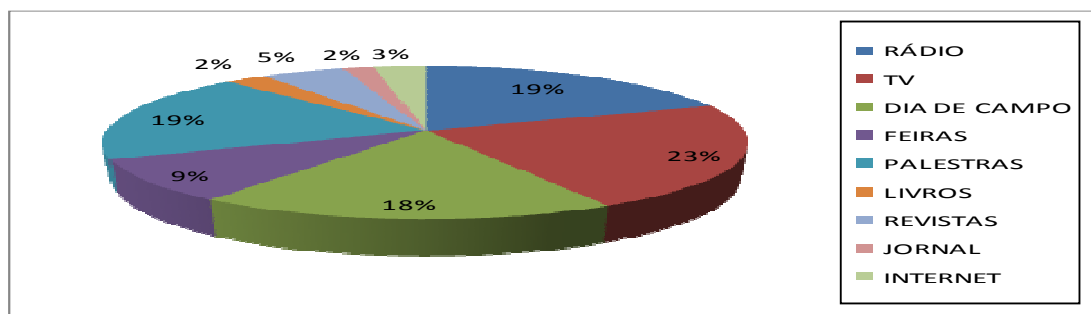


Ilustração 12 - Acesso a informações técnicas
Fonte: elaborado pela autora, 2011.

Não foram introduzidas inovações ou novas atividades produtivas nos últimos dez anos, para 71,25% dos entrevistados. As novidades apresentadas são o plantio direto, o uso de sementes transgênicas, o melhoramento genético do gado, com melhoramento de pastagens e limpeza dos campos naturais, aquisição de trator pelo programa Mais Alimentos (para os produtores rurais que saíram do meio rural nos últimos dois anos), além de equipamentos para ordenha de leite. Segundo um dos entrevistados: “Trouxe a novidade do plantio direto de um curso que fiz em São Paulo, inclusive o agrônomo que trabalhava com a gente, nos chamava de relaxado. Fui o primeiro agricultor que realizou o plantio direto na região. O resultado foi o diminuir custos e aumento da produtividade”. (Entrevista 74A-Cruz Alta).

Foi questionado como era a relação social e de trabalho com os vizinhos, enquanto moravam no meio rural. Os entrevistados afirmaram que tinham uma relação harmoniosa. Trabalhavam juntos e ajudavam na comunidade onde moravam, como em festas na igreja, por exemplo. Com relação à participação em organizações sociais, os sindicatos e cooperativas eram lugares mais frequentados pelos entrevistados, enquanto residiam no meio rural.

Tinha uma relação de muita amizade e parceria, lembro que fazíamos mutirões com os bois e arados para trabalho da terra, levantamos no escuro para vencer tudo o serviço da lavoura de toda a comunidade. Olha, fazíamos parcerias com os vizinhos, uns ajudavam os outros, tanto na lavoura quanto no abatimento dos animais para o consumo da família. Era o melhor tempo, a gente era muito organizado para o trabalho, convocava os vizinhos todos da família apareciam para realizar diversas tarefas naquela propriedade. (Entrevista 39A- Boa Vista do Inera).

A relação era boa, o lugar onde morava era o centro da comunidade da colônia nova, também chamada de Vila Limberger, nós nos ajudávamos muito e todos eram pequenos agricultores. [...] Era boa, sempre que precisavam os vizinhos ajudavam, mas cada um tinha seu maquinário. Um ou outro que faltava, eles emprestavam. Todos se ajudavam e trocavam experiências. (Entrevista 70A- Salto do Jacuí).

Era muito boa, troca de informações proporcionando uma melhor manutenção da lavoura, mesmo não havendo muita tecnologia, tínhamos uma boa relação de trabalho quando era preciso nos ajudávamos, ou fazíamos a troca de mão de obra [...]. No início tínhamos parceria de troca de mão de obra e empréstimo de máquinas. Mas atualmente não acontece mais essa relação. (Entrevista 7A- Santa Bárbara do Sul).

Normalmente no nosso nível de grande produtor quase não há parcerias. No entanto, em 1990 foi criado um condomínio de leite mas acabou não dando certo, foi pego muito financiamento e não foi pago os investimentos. Nunca deu certo como prevíamos, nunca tivemos lucro. Algum tempo depois compramos uma máquina de silagem e trabalhamos em grupo. Teve um período que fizemos o seguinte, durante quatro anos e depois fomos proibidos pelo sistema financeiro, nós pagamos 200 a 300 homens para fazer a capina manual da soja, entendíamos que era mais barato, aí depois de 4 anos de capina manual, fomos proibidos pelo próprio Banco do Brasil. (Entrevista 80A- Cruz Alta).

Com relação à gestão da propriedade, 70% afirmaram que costumavam fazer algum tipo de planejamento de suas atividades. Fica evidente que, mesmo para os produtores que tinham um acompanhamento de profissional especializado nas suas atividades agrícolas, o planejamento referido era realizado mentalmente. Segundo eles, era “pensando” nas atividades antes de executar, levavam em consideração a época do plantio, a necessidades da terra, ou através de pesquisas nas cooperativas a respeito de quem oferecia melhor preço. Um dos entrevistados resume o que foi relatado pelos demais:

Só planejava mentalmente e em conversa com a minha esposa. Analisávamos os recursos disponíveis e o clima propício para o plantio. Terminava o plantio de verão, estava planejando a safra de inverno junto a agrônomos, colhia somente com boas condições de mercado. Acompanhava pelo computador a bolsa de Chicago e mercado financeiro. [...] Mas eu planejava mentalmente, levava em consideração a época do plantio, necessidades da terra, sempre investi na adubação e produtos para fortalecer a terra. (Entrevista 77A- Cruz Alta).

Com relação ao controle da propriedade e das atividades produtivas, 68,35% costumavam fazer o controle referente aos gastos, entradas ou saídas de dinheiro, e dos custos de produção. Este controle era feito de forma empírica, conforme relatado por um dos entrevistados:

Anotávamos tudo em um caderninho e controle no banco e cooperativas pelos contratos de financiamentos, planejando como e com o que iria gastar, além de tentar obter mais lucros. [...] Fazia a um grosso modo, procurando não gastar além daquilo que podia, através do controle sistemático no papel. [...] O estudo não ajudava, pois temos pouco estudo. Quando colhíamos a safra anual pegamos o financiamento. Se tínhamos dinheiro gastávamos se não, não. (Entrevista 13A-Tapera).

Foi perguntado aos entrevistados se a população rural na sua localidade aumentou ou diminuiu nos últimos anos, e 98,70% acreditam que sim, que diminuiu, pois os jovens não têm mais os mesmos interesses de antigamente, e alguns idosos, por causa da saúde ou por falta de mão de obra na propriedade, vieram residir na cidade. Além disso, a pequena escala produtiva, o endividamento e o preço da terra inviabilizam a permanência do pequeno produtor na atividade agrícola e no meio rural. Também é relatado nas entrevistas que a figura do arrendatário que não é proprietário de terra para agricultura diminuiu ou, segundo os relatos, desapareceu. Quem arrenda, são os produtores que já possuem área própria e arrendam uma outra parte, para aumentar a escala produtiva.

Diminuiu em função dos endividamentos por parte dos pequenos agricultores que vendem suas terras para pagar dívidas. Só diminuiu, principalmente onde eu morava, porque eram todos de poucas posses e sem recursos para tocar para frente as propriedades. É difícil a vida na agricultura só quem tem um pouco mais consegue sobreviver e multiplicar a lavoura. (Entrevista 65A- Selbach).

Diminuiu. Lá onde eu morava o que eu tinha de vizinhos, e sobrou pouco, alguns vizinhos vieram porque estavam doentes, outros venderam e foram para outra região. Tem um granjeiro mais forte e o pequenininho. [...] Hoje 60% da população rural esta já residindo na cidade por esses motivos que já citei e fora que as terras aqui valem bem, ai os pequenos vendem e reinvestem em propriedades na cidade, tem mais vindo para cidade para procurar emprego. Os jovens não estão mais ficando no interior, estão saindo para trabalhar fora, e acaba ficando apenas o casal de velho, e chega uma hora que eles também saem. Você pega ali onde nos tinha lavoura, tinha umas quantas famílias, agora tem um ainda, saíram todos, o pequeno vende pros grande, pro maior. O pequeno agricultor no meio rural não tem mais vez, uma porque as terrinhas são poucas e ele não tem condições de financiar alguma coisa, então o que acontece, o pequeno está vindo para cidade. Tenho um agricultor que eu conheço que está lidando com chiqueirão de porco, e se continua dando prejuízo, vai ter que parar e vir morar na cidade também. O pai dele morando na cidade, agora vem o genro também, e trabalhar pra ter tufo não adianta. Muita gente vem fugindo do interior por causa dos roubos, pois um casal como nós se entrasse um ladrão, te fecha dentro de um banheiro e fazem o que bem entende. [...] Se você olhar este lado da cidade, são tudo agricultor que saiu do meio rural e veio pra cá, a coisa está encolhendo cada vez mais. Quem veio vendeu a terra, pegou aquele dinheiro na hora e comprou uma casinha, pois ele disse que quanto mais ele esperava, pior ia ficar. Se você for pro interior, você vê muita casa abandonada. Aqui é uma cidade que não tem firma, não tem nenhuma fábrica pra nós. Aqui se pegar os três Antonio que saíram, o Mosca, o Irmo, o Hélio, o Franciscão, Valente, Pires o Sheter, são 10 famílias que eu conheço que saiu ali numa vilazinha. (Entrevista 21A- Saldanha Marinho).

Diminuiu porque a terra é muito cara e as pessoas não conseguem se manter, e as pessoas de idade precisam ir para cidade pois não podem trabalhar. Também as famílias têm diminuído o número de filhos e com o preço a terra e dos insumos, os pequenos agricultores não conseguem se manter. Hoje em dia se você não tiver maquinário, trator pra trabalhar, o pessoal arrenda a terrinha vai pra cidade, porque não tem mais condições de plantar, estão vendendo pro vizinho. (Entrevista 48A- Colorado).

Diminuiu porque os grandes estão terminando com os pequenos, comprando as terras. Diminuiu, devido ao latifúndio, os pequenos produtores não querem continuar com o pouco que possuem. Não é o meu caso, pois foi para investir na cidade. Conheço casos que saíram do meio rural por endividamento.[...] Eu acho que nesta região onde produzia diminuiu muito, as pessoas, uma parte deixou a localidade devido ao sufocamento dos grandes produtores e das exigências de qualidade das empresas, onde o pequeno não pode acompanhar. (Entrevista 4A- Santa Bárbara do Sul).

Lá fora diminui, a gente fala com um, fala com outro e vê que só fica o casal, porque os filhos vêm morar na cidade e não voltam mais. Eu vejo pelos meus, se estivessem lá fora plantando, eles não tinham o que têm agora aqui na cidade. [...] a maior parte do pessoal que residia nesta região eram pequenos agricultores e a maioria saiu do ramo. Pra ti ter uma ideia, no lugar onde morei tinha uns 10 moradores, hoje não tem mais nada, só lavoura em grande quantidade. Estão vindo pra cidade, eu acho que hoje a pequena propriedade não está conseguindo sobreviver. (Entrevista 20A- Quinze de Novembro).

Diminuiu é claro que diminui, não levando em consideração os sem terras. Quantos arrendatários existem hoje? O arrendatário foi excluído do contexto rural, hoje você tem um pedaço de terra e arrenda mais um pra ser produtor, ou então tu não é. Arrendatários específicos que eram uma grande gama de arrendatários, não existem mais. Só ficaram os arrendatários que possuem terra. Aquele que tem 200, 300 ha vão lá e arrendam mais 200 ou 300 pois estão vendo que só 200 ou 300 não dá pra ele, então eles tem que buscar uma área de terra a mais pra arrendar, estes estão

sobrevivendo. Aqueles que só tinham arrendamento como eu que arrendavam 5.000 ha, esses não existem mais. Vieram tudo pra cidade e os que não quebraram. (Entrevista 49A- Cruz Alta).

Assim, uma das variáveis que interfere na venda ou arrendamento da propriedade rural é o preço oferecido pela terra. Foi questionado como o entrevistado percebe o “valor” pago pela terra na sua localidade e região, 86,25% acreditam que o valor é alto, principalmente devido à procura pelos grandes proprietários de terras para o aumento da escala produtiva e principalmente pelo aumento do preço da soja, sendo a terra utilizada como exploração imobiliária.

Olha, posso te dizer que é bem alto, só compra quem realmente tem muito dinheiro, os granjeiros fortes. É muito bem pago as terras aqui porque são muito produtivas, sei de terras que produzem até 80 sacos de soja, aí valem uma fortuna. Nesta região pagam muito olha dependendo do lugar até 900 sacas o hectare, é muito valorizada. (Entrevista 53A- Selbach).

Exorbitante, em nossa região há uma grande quantidade de agricultores com pequenas áreas de terra, aí para poder mudar de atividade colocam preços altíssimos na terra, podendo somente grandes agricultores comprá-las. [...] Nos dias atuais a terra está muito cara, não tem como os pequenos produtores comprarem, e quando compram, não conseguem investir. (Entrevista 52A -Colorado).

Eu acho bem caro, porque a terra não deveria ser fruto de exploração imobiliária, hoje ela está sendo fruto desta exploração, porém se for comparar com os imóveis urbanos, cresceu menos. O preço da terra está atrelado ao preço da soja, enquanto que o sistema urbano não. [...] eu lembro que quando a terra valia 100 sacos de soja, valia 100 metros cubos o urbano, hoje o metro quadrado vale 1.100, 1.000 reais, e a terra vale 900 sacas. Quando eu compro uma área eu paguei 250 sacas quando o soja estava 30, hoje está 48, ou seja, como ela pode valorizar tanto em 5 meses, não é isso, mas ela flutua conforme o preço do soja. Se você pegar hoje 1 hectare de terra, no ITR 5.000,00 para fins de Imposto de Renda é 10.000, ou 12.000, no comércio ela chega a 20.000, 30.000,00. Se tu pegar uma área de 1.000 ha e venderes a 35, terá 35.000.000, com este valor pode construir 4 edifícios com 70 apartamentos mobiliados, e aí tu vai alugar a 500,00 cada você terá 240 apartamentos a 500,00 reais cada. Eu tinha 22 apartamentos e vendi pra comprar terra, perdi dinheiro. Essa é uma experiência que eu tenho. O que dá dinheiro na área de terra é o brique, eu nunca consegui dinheiro produzindo, mas briqueando. (Entrevista 75A- Cruz Alta).

Foi questionado aos entrevistados se estavam na atividade agropecuária por opção, e 75,64% responderam que sim. Percebe-se uma contradição, pois mesmo afirmando que optaram por esta atividade, deixaram claro que estavam porque herdaram a atividade de seus pais e desde crianças, trabalhando ao lado destes na lavoura, ou seja, não se prepararam para outra atividade. Só podiam trabalhar na atividade agricultura.

Por opção, nasci e me criei no interior, era o que sabia e gostava, apesar de tudo, e fiz desde criança. [...] Eu nasci no interior em uma família tradicional da região onde tínhamos muitas terras, cresci encima de arado de bois, é isso que sabia fazer. Gostava muito da agricultura, realizava as atividades de campo, mas infelizmente hoje não mais porque não tive mais condições de plantar. Só sai de lá pois a vida passou e fiquei velho, se não estaria ainda lá trabalhando. (Entrevista 56A- Selbach).

Os que estavam na atividade agropecuária por falta de opção, afirmaram não terem estudo, por isso esta atividade era a única opção possível.

Por falta de opção, pois quando eu e minha esposa planejamos nossa migração para a cidade em busca de novas oportunidades, e ao receber uma outra proposta, arrendei minhas terras. Hoje construímos nossa casa, temos dois carros, nos especializamos em outra área (mecânico) que hoje geram nosso sustento. (Entrevista 25A- Saldanha Marinho).

Foi perguntado qual era o principal problema enfrentado anteriormente para produzir e obter renda. O preço dos insumos e a pouca terra foi o problema levantado por todos os entrevistados.

Olha, tudo! Os pequenos proprietários tem muitas despesas por causa que não é só os custos de sementes, a gente tem que pagar para plantar, colher e puxar, acaba que não sobra quase nada pra gente viver. Não tinha equipamentos e ai precisa terceirizar o que prejudicava o plantio, pois era plantado muito tarde. [...] As dificuldades financeiras e de acesso à cidade pra saber como as coisas estavam funcionando. (Entrevista 19A- Lagoa dos Três Cantos).

No princípio era a falta de mecanização e a terra fraca, depois quando veio a mecanização, faltava dinheiro para investir na terra. Com o preço elevado da terra e o baixo preço da produtividade, o produto desvalorizou demais, a tecnologia é muito cara em relação ao produto. Quando o preço estava alto eu não tinha o grão porque eu ia colhendo e vendendo para pagar financiamento. (Entrevista 34A- Fortaleza dos Valos).

Além da atividade agropecuária, 61,03% dos entrevistados contavam com outras fontes de renda na família nos últimos anos, 60% era aposentadoria. O aluguel de imóveis urbanos, a profissão de professora das filhas e esposas constituíam as outras fontes de renda.

4.3 Condições sociais e econômicas do produtor e sua família depois da saída do meio rural

Perguntou-se o destino do entrevistado logo após a saída da atividade rural, e conforme referido no início deste capítulo, 92% migraram para cidade do município onde residiam. Os outros migraram para Porto Alegre, Herval, Guarapava, Ijuí, Jaguarão, , São Gabriel, Tupanciretã, além de Tocantins, Mato Grosso e Goiás. Dos entrevistados, 90,14% compraram casa, 6% alugaram casa, os outros vieram residir na casa de parentes.

Quanto à situação atual do entrevistado, 53% estão aposentados e recebendo renda referente ao arrendamento das terras e do aluguel de imóveis urbanos. Os filhos dos agricultores que migraram para a cidade, 49% estão trabalhando no comércio do município, principalmente nas lojas de eletrodomésticos e cooperativas, 21,35% responderam que

trabalham como mão de obra permanente ou temporária nas propriedades da região, 13,67% trabalham nas indústrias da região, principalmente nos municípios de Lagoa dos Três Cantos, Não-Me-Toque e Ibirubá. Os demais prestaram concurso público e trabalham nas prefeituras de seus respectivos municípios.

Questionados se estavam preparados para mudar de atividade, 65,75% responderam que sim, alegando estarem cansados da vida no meio rural e que a melhor alternativa era residir na cidade. Segundo um dos produtores: “Já estávamos preparados, pois víamos que no meio rural não iríamos nos manter, e compramos casa na cidade. [...] havia decidido e planejado com a família, analisado os prós e contras desta mudança, hoje só nos trouxe benefícios”. (Entrevista 28A- Saldanha Marinho)

Tínhamos consciência de nossa situação e com a esposa e filha trabalhando em serviços públicos não havia mais porque ficar lá, visto que era muito longe da cidade e só tínhamos gastos. [...] era muito essencial a mudança para nós, não queríamos mais ficar no interior. Há, os outros filhos foram casando e saindo para outros lugares como na cidade, então precisei também ir para a cidade. Quando não se tem outra opção a gente se prepara pra tudo. (Entrevista 58A- Selbach).

Por outro lado, os que afirmaram não estarem preparados relatam:

Demorou para se adaptar, vim porque me obriguei devido à doença do meu marido, se tivesse filho homem, isso não aconteceria. E foi difícil nos primeiros dias, minha nossa, engordei bastante. Não estava preparada, chorei nos primeiros tempos, não conseguia me acostumar, taquei calmante, faixa preta até me acostumar. Morávamos no interior e gostávamos da vida que levamos, no interior é bem mais qualidade de vida. (Entrevista 33A- Saldanha Marinho).

Não, por que lá fora a gente tinha tudo, luz elétrica, telefone, mas não tinha saúde, então eu não estava preparado para vir pra cidade, tivemos que vender nossos móveis quando viemos pra cidade e ficar na casa da filha. Está difícil, apertado aqui, tivemos que vender parte de nossas coisas, porque não cabia. Pra mim foi o maior baque do mundo, tenho reflexo até hoje. Mas quem sabe um dia eu volte. (Entrevista 82A- Cruz Alta).

Foi perguntado se o entrevistado teria perspectiva de volta ao meio rural e 80,95% responderam que não. E se tivesse que começar de novo, seria novamente agricultor? As respostas foram divididas, 56,60% disseram que voltariam e 43,39% que não voltariam.

Jamais voltaria para a atividade agrícola, nunca. Você acha justo um agricultor investir 5 milhões e ficar esperando seu pivô, se vai chover ou não, acha justo produzir e saber que não tem uma política agrícola, não tem nem estoque regulador no Brasil, política de garantia de preços, você não sabe nem qual é o juro que você vai pagar no financiamento. Pergunto: existe uma lei agrícola no Brasil? Não pretendo voltar e para começar de novo teria que ser diferente as políticas de incentivo a agricultura, pois com o preço alto dos insumos nem adianta colher bem, pois não tem lucro igual e não sabemos o que vamos receber. Os grandes agricultores compraram terras ou arrendaram de pequenos produtores, os preços aumentaram e com isso o preço dos insumos também. (Entrevista 79A- Cruz alta).

Com relação à situação atual do entrevistado, 95% afirmaram não existir problema para produzir e obter renda, pois contam com a aposentadoria e renda de aluguéis e arrendamento. Assim, os entrevistados afirmam que esperam um futuro promissor para si e sua família.

Com minhas filhas todas formadas e bem empregadas trabalhando no comércio e eu e minha esposa aposentados, descansando. Assim, vejo nosso futuro. [...] espero ver meus filhos e netos felizes e realizados em suas vidas e eu e minha esposa vivendo bem e com saúde. Continuar morando na cidade e melhorar a saúde. Nos divertir, pescar e descansar. [...] Nossos filhos já estão formados e encaminhados na vida e nós, só vamos descansar. (Entrevista 36A- Fortaleza dos Valos).

E quanto à sucessão, acredito que um dos meus vá voltar na lavoura. Os demais não voltaram na lavoura pois tiveram que procurar outras alternativas, já que a propriedade era pequena, e não tinha como todos permanecerem na propriedade. Vão ter que ir pra outro lugar, porque as terras são poucas para 3 filhos e depois vem os netos. [...] Acredito que apenas um dos filhos continuará na lavoura, eu e minha esposa ficaremos na cidade aproveitando os últimos dias de nossa vida. (Entrevista 30A- Saldanha Marinho).

Não vejo minha família de volta para a agricultura, meus filhos estão empregados, e eu quero me aposentar. [...] Vejo todos fora da agricultura, meus filhos já escolheram outras profissões e nem pensam em ser agricultores. Eles teriam um futuro apenas de reserva de capital. Como trabalhador na área rural não. Talvez como investidores em imóveis urbanos e rurais. (Entrevista 14A- Tapera).

Foi solicitado ao entrevistado que fizesse um histórico das transformações porque passou a agricultura nos últimos anos no seu município. Segundo um dos entrevistados: “Foram tantas que poderia escrever um livro, houve falência de firmas que acabou com a soja e trigo que os agricultores tinham depositado, foi um choque para a agricultura regional”. (Entrevista 81A- Cruz Alta).

Porém, a diminuição da população rural é a transformação mais lembrada pelos entrevistados. “Aqui no nosso município houve uma grande migração dos pequenos agricultores que vieram da zona rural para a cidade visando realizar outras atividades, que lhes deram mais lucros”. (Entrevista 70A- Salto do Jacuí).

Mudou do dia para noite, o número de famílias diminuiu, cooperativas aumentaram a infraestrutura, preços dos insumos mais elevados empresas como a Grandespe se instalou e compra soja, a gente que pegou na enxada e foi pra lavoura já não tem mais ninguém lá. Muita gente vendeu, porque faleceu os pais, o alimento era puro, o gado era puro, hoje precisa de vacina. O que mudou também foi o plantio direto, pois a gente passava o tempo todo gradiando e regradingando, queimava palha, que besteira né. Favoreceu muito os agricultores que hoje trabalha com até menos empregados. E o transgênico, pois antes a gente lidava com adrinho e andrex. No Banco do Brasil antes eu chagava de chinelo e bombacha velha, e hoje só dão financiamento se não tiver no Serasa. (Entrevista 51A- Colorado).

Aqui na região a única inovação que houve foi o sistema de plantio direto e uma ampliação da sojicultura. O sistema cooperativista regrediu, pois não tem mais cooperativa forte no município de Cruz Alta. Não desenvolveu o sistema de produção rural. Por exemplo, produz milho mas não produz suínos ou aves, mas vende o grão. Deixa a região e o próprio produtor descapitalizado. (Entrevista 72A-Cruz Alta).

Antigamente trabalhávamos toda a família e morávamos na mesma casa, o carro chefe era o trigo e o milho que produzíamos para farinha, arroz e utilizava o descascador, nós produzíamos para vender o subproduto até 1964, depois dali com a entrada da soja, começou a expansão das áreas agrícolas e a gente começou ir pra 1.000, 1.200 ha, 2.000 ha, foi indo, muitas vezes com seguro, outras vezes sem seguro, até anos 60 nós financiávamos todas as áreas. A partir daí com recursos próprios, pois os juros eram muito alto. Até mais ou menos 1968, os juros eram de 1,5% a.a. depois com a inflação galopante chegavam a pagar 45% a.m e a tua produção não acompanhava. Até os anos 60, você tinha políticas governamentais, eles diziam, olha aqui, pra ti plantar o milho ou o soja, você tem que plantar tantos de arroz, de feijão, porcos, uma vaquinha de leite, você tem que ter 40 ou 50 galinhas, eles financiavam e faziam a vistoria. Eles custeavam o custeio da família, e mais o financiamento para custear o empregado, você era obrigado a cada tantos hectares, ter um empregado registrado, e que iam pessoalmente no Banco do Brasil levavam a carteira de trabalho para pegar o dinheiro dele. Isso acabou, o que era bom, gerava emprego, tu imagina isso hoje a cada 100 ou 200 ha, quantos milhões de empregos geraria no campo e naquela época deu certo, quando é que terminou este sistema, quando começou a se usar nota em preto e branco, quando se comprava o adubo e ele não vinha, se comprava o calcário e ele não vinha, só vinha nota e o governo pagava, aí que se acabou com isso. Depois precisava arrumar uma grade ou um arado o fiscal ia lá e dizia: realmente precisa, e ele autorizava e o financiamento saía, tu pegava o dinheiro e com o teu dinheiro ia lá barganhar nas lojas, com o tempo o que ocorreu o banco passou a não te dar dinheiro e pagar direto nas empresas, e aí começou esta bagunça que ficou. Eu vejo o caos da agricultura no futuro, que nós não temos uma visão que podemos nos estruturar para mantermos esta tecnologia, quem diz que os dias do soja transgênica não estão contados, nos temos que ter a coragem de dizer onde estão as variáveis residentes. Por que nós precisamos sustentar o ICM e as grandes indústrias? (Entrevista 78A- Cruz Alta).

Passou por diversas transformações, foram grandes dificuldades entre elas o surgimento da ferrugem da soja. O comércio só piorou, o agricultor é muito explorado. Mas tivemos coisas boas, como o plantio direto, que por outro lado, prejudicou o emprego na lavoura. A maior transformação foi o plantio direto que veio facilitar para o agricultor e auxiliar até o meio ambiente, só que isso diminuiu a população rural. (Entrevista 1A- Santa Bárbara do Sul).

As mudanças que a gente vê é hoje é o jovem saindo do interior, a cooperativa enfraqueceu bastante devido à entrada das outras empresas com infraestrutura, preços diferenciados e apoio técnico, então quem está prestando mais atenção ao produtor, também está levando o grão. As indústrias aumentam e levam o filho do agricultor pra cidade. (Entrevista 15A- Não-Me-Toque).

4.4 Produtores rurais que adquiriram ou arrendaram terras de produtores que saíram do meio rural

Dos 38 entrevistados que adquiriram áreas de terras de produtores que saíram do meio rural, 66% são compradores e os outros 34% arrendatários. 45% destes entrevistados foram indicados por outros produtores e 26% pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de seus municípios, conforme o Ilustração 13.

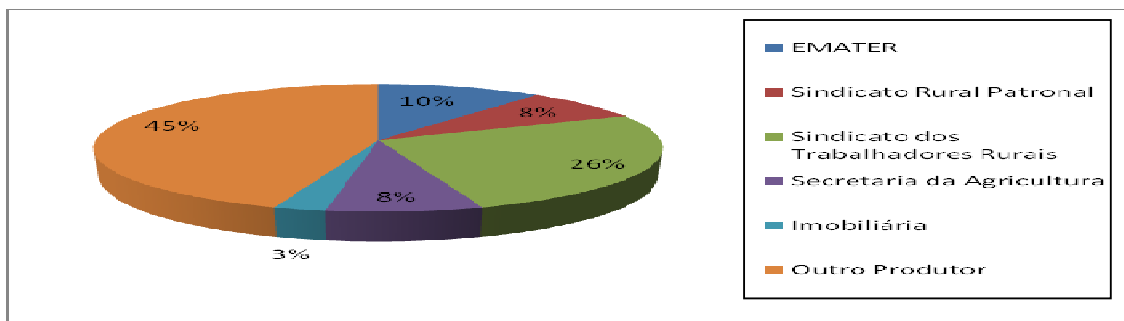


Ilustração 13 –Indicação dos produtores que adquiriram ou arrendaram terras
Fonte: elaborado pela autora, 2011.

Procurou-se entrevistar os proprietários das terras arrendadas ou adquiridas, assim, em 81% dos casos estes responderam à pesquisa; 63% deles tinham entre 40 e 60 anos, sendo 81,58% do sexo masculino. Assim, em 86,84% das entrevistas o entrevistado foi o responsável pela decisão de compra ou arrendamento, nos outros casos, a decisão coube à família.

Foi perguntado se ocorreu em outros anos a compra de terras ou arrendamento, e 67,89% responderam que sim. Conforme relata um dos entrevistados: “Fui comprando ao longo dos anos, a 1ª terra adquirida foi na Bahia, depois vendi e adquiri em Selbach, depois fui aumentando a propriedade. [...] com a necessidade de expansão fui comprando ao longo dos anos, conforme fui pagando, comprava mais”. (Entrevista 26B- Selbach).

Quanto à atividade produtiva principal da safra de verão, segundo a área ocupada, a soja representa a atividade principal para 42% dos entrevistados, seguida da produção de milho (24%), pecuária de leite (20%), conforme o Ilustração 14. Para a produção de soja, 25% dos entrevistados destinam 80% da área para esta atividade, 19% dos entrevistados produzem em 100% da área e os demais produtores destinam entre 50 e 70% da área para o cultivo da soja. A cultura do milho é produzida, em média, em menos de 30% da área. A produção de leite é produzida em menos de 20% da área para 70% dos entrevistados.

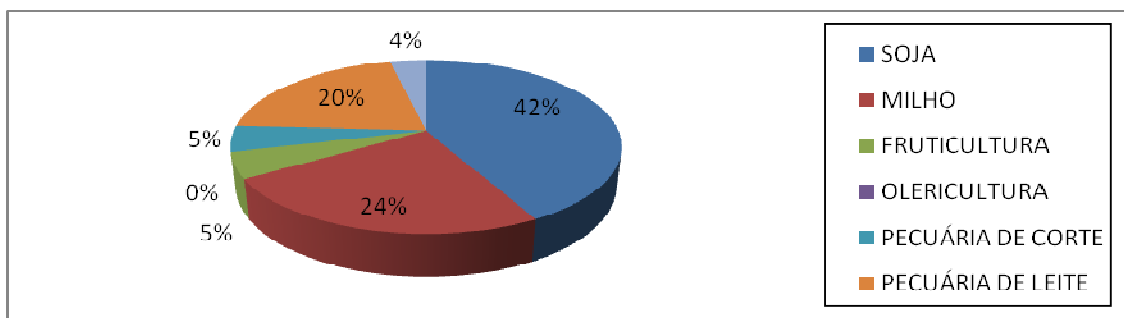


Ilustração 14 – Principais atividades produtivas, segundo a área ocupada, na safra de verão para os produtores que adquiriram áreas de terras na região
Fonte: elaborado pela autora, 2011.

Com relação à safra de inverno, para 34% dos entrevistados a atividade principal é o trigo, para 22% é pastagens, para 18% a pecuária de leite e 12% dos entrevistados afirmaram que a pecuária de corte representa a atividade principal no inverno, conforme o Ilustração 15. A maioria dos produtores entrevistados (70%) produz trigo e pastagens em menos de 50% da área destinada para as culturas de inverno.

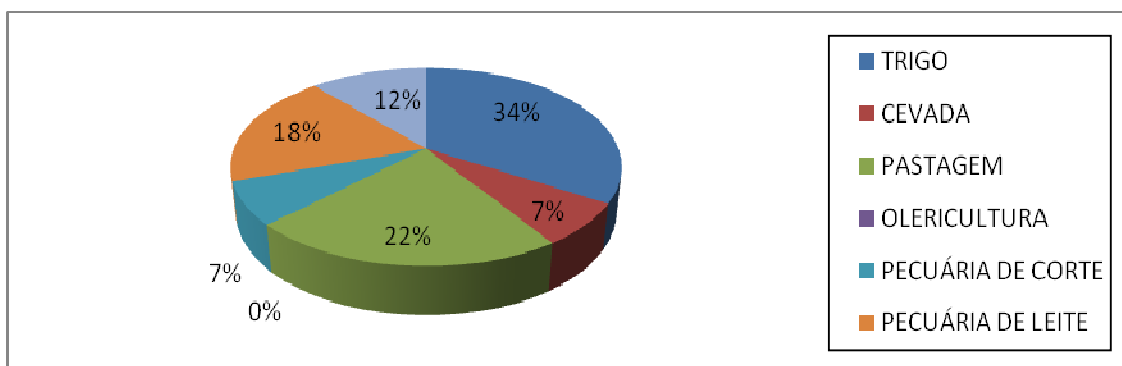


Ilustração 15 – Principais atividades produtivas, segundo a área ocupada, para os produtores que adquiriram ou arrendaram terras na safra de inverno
Fonte: elaborado pela autora, 2011.

Quanto à produtividade média dos últimos anos, dos principais produtos, a soja produz em média 50 sacas por hectare, o milho 130, o trigo 40 sacas e quanto ao leite, são produzidos em média 8.000 litros por mês em cada propriedade.

Com relação ao tempo em que está na atividade agropecuária, 55% dos entrevistados está há mais de 20 anos, conforme mostra o Ilustração 16. 63,16% destes produtores residem no meio rural, em 13,16% algumas pessoas da família residem e em 23,68% dos casos, todos residem na cidade. Além da propriedade agropecuária em que residem, 59% têm ainda casa, apartamento ou terreno na cidade, 34,14% têm apenas a propriedade em que está residindo e 6,86% têm outra propriedade.

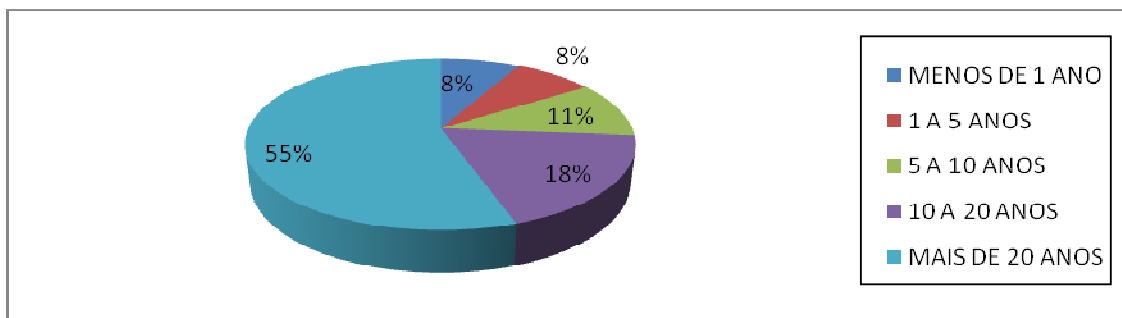


Ilustração 16 - Tempo em que o entrevistado está na atividade agropecuária
Fonte: elaborado pela autora, 2011.

Foi questionado se o produtor arrenda alguma parte de suas terras para outros, e 98% responderam que não. Com relação ao número de hectares das propriedades adquiridas por estes produtores, 30% adquiriram propriedades que tinham menos de 10 hectares, 22% de 10 a 30 hectares, 19% adquiriram ou arrendaram propriedades que tinham entre 30 e 50 hectares, conforme o Ilustração 17. 65,80% não tiveram acesso a crédito para viabilizar a compra ou arrendamento.

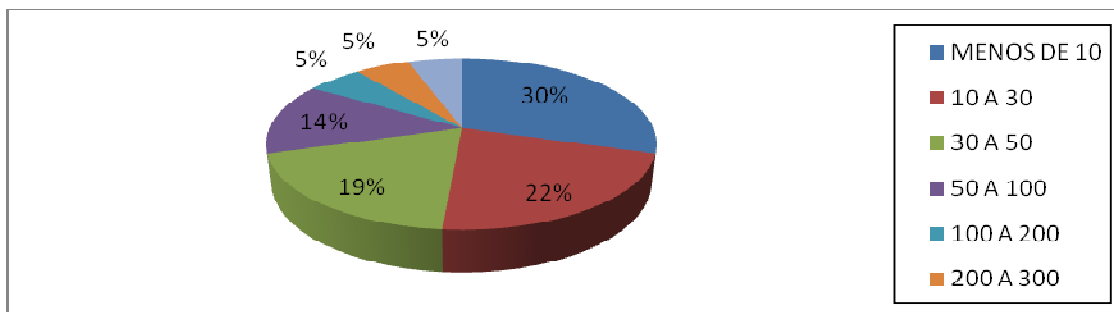


Ilustração 17 - Número de hectares das propriedades que foram adquiridas nos últimos anos
Fonte: elaborado pela autora, 2011.

Conforme mostra o Ilustração 18, foi perguntado qual motivo levou o produtor a adquirir ou arrendar terras, e 40% dos entrevistados afirmaram que foi por investimento, 20% porque as terras eram próximas a sua propriedade e a oferta se tornava atrativa.

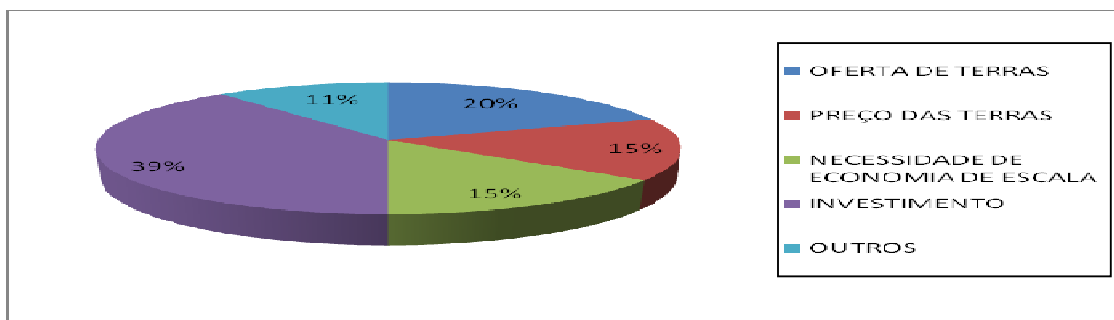


Ilustração 18 - Motivo da aquisição ou arrendamento de terras
Fonte: elaborado pela autora, 2011.

Para 15% dos entrevistados que afirmou ser o motivo principal a necessidade de economia de escala, a justificativa foi que necessitavam aumentar a produção para que a escala fosse compatível com suas necessidades, diluindo os custos de produção. Segundo um dos entrevistados: “Nos últimos anos a margem de lucro da atividade agrícola diminuiu bastante. A saga dos agricultores é aumentar a produção. Quanto maior a propriedade é a diluição dos custos fixos por hectare”. (Entrevista 9B- Santa Bárbara do Sul).

Para aqueles que o motivo principal foi a oferta por parte do vendedor, o endividamento foi o motivo principal para que ocorresse a venda ou o arrendamento das terras e a saída do meio rural. Também o valor oferecido pela terra e as oportunidades em outros locais motivaram os produtores a oferecer a propriedade para vender ou arrendar, conforme o Ilustração 19.

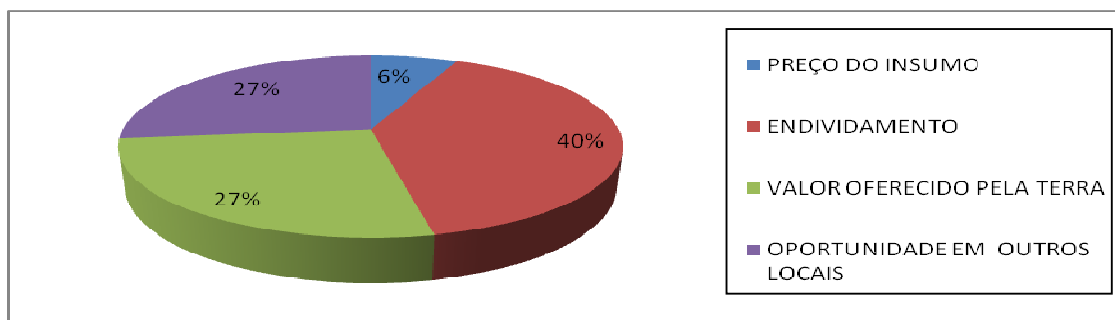


Ilustração 19 - Motivo que levou os produtores a ofertarem suas terras, segundo a percepção dos entrevistados que adquiriram área de terras na região
Fonte: elaborado pela autora, 2011.

4.5 Condições sociais e econômicas do produtor e sua família depois da compra ou arrendamento de novas terras

Foi questionado se o entrevistado tivesse dinheiro sobrando hoje, no que investiria. 47% afirmaram que iriam investir na compra de mais terras, 24% comprariam equipamentos e máquinas agrícolas, 17% na melhoria das condições de moradia, conforme o Ilustração 20. 7% dos entrevistados afirmaram que investiriam em estufas para produção de flores e em viagens para descansar.

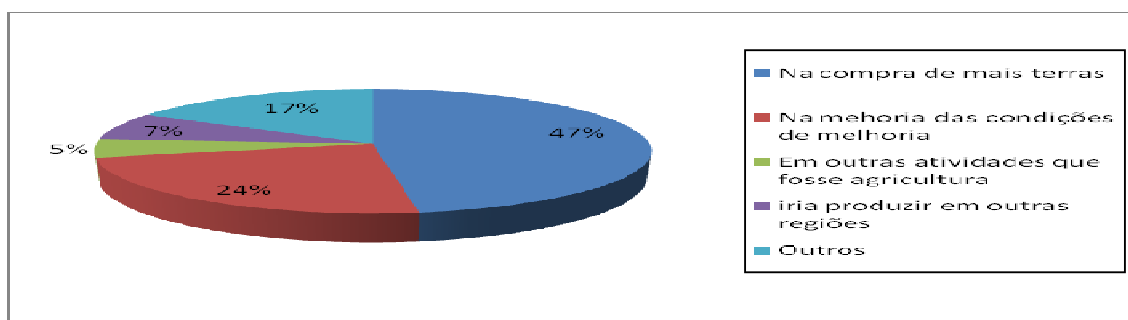


Ilustração 20 - Investimentos que o produtor faria se tivesse dinheiro sobrando
Fonte: elaborado pela autora, 2011.

Da mesma forma, foi perguntado se o entrevistado pretende adquirir ou arrendar mais terras, e 65,80% responderam que sim, que se tivessem mais renda e oferta de terras,

comprariam e arrendariam, mesmo sendo o valor pago pela terra nesta região considerado extremamente elevado para 100% dos entrevistados. Conforme relato:

[...] Sei tiver mais renda e tiver oferta, sim. Para aumentar o patrimônio e o lucro, investir o máximo em melhorias tanto em moradia quanto em maquinários para produzir mais e melhor. [...] É preciso arrendar para aumentar a renda e utilizar melhor meu maquinário, tornar a atividade mais lucrativa. Por ser um negócio de retorno rápido, além de as terras nunca desvalorizarem. Elas sempre valem mais do que por hora da compra. (Entrevista 38B- Cruz Alta).

Um absurdo! Completamente fora da realidade, os valores são muito altos. Uma situação que as terras são muito bem caras, mas dependendo se o vendedor está com péssimas condições é pago um baixo valor. [...] Aqui só consegue adquirir quem tiver muito dinheiro. O pequeno produtor nunca consegue comprar. (Entrevista 23B- Boa Vista do Cadeado).

Foi perguntado se ocorreram mudanças na mão de obra e nas atividades produtivas depois da aquisição de novas terras, e 63,18% afirmaram que não. Os outros entrevistados (36,82%) que afirmaram terem ocorrido mudanças, foi principalmente através da terceirização da mão de obra com pagamentos de safristas para ajudar no plantio e na colheita. Quanto às mudanças nos equipamentos e instalações depois da aquisição de novas terras, 75,68% afirmaram que ocorreram através de confecções de mangueiras, galpões e maquinários para facilitar a produção. Um dos produtores entrevistados resume o que foi relatado pelos demais:

Tivemos que melhorar e aumentar meus equipamentos para realizar a tempo minhas atividades (plantio e colheita), investimos na produção leiteira, fizemos estrebéria, adquirimos ordenhadeira aquisição de um resfriador de 2,5 mil litros, melhoria da sala de ordenha e da área de suinocultura e demais equipamentos necessários temos que aderir a tecnologia se quisermos produzir bem. (Entrevista 19B- Fortaleza dos Valos).

Quanto à gestão da propriedade, 92,10% dos entrevistados costumam fazer algum tipo de planejamento de suas atividades.

Sim, pois é necessário produzir produtos de boa qualidade e que tenham fácil aceitação no comércio e bons preços. Planejo a quantidade de recursos necessários para produzir através do planejamento, as coisas se saem mais certas e organizadas fazer o planejamento é tentar evitar desperdícios e perdas na hora de plantar e é levado em consideração o mercado e as condições climáticas, previsão do tempo, e também minhas considerações financeiras, ou seja, a disponibilidade de capital para investir. (Entrevista 27B- Selbach).

Com relação ao controle referente aos gastos, entradas ou saídas de dinheiro do estabelecimento e dos custos de produção, 89,47% dos entrevistados afirmaram que contratam os serviços de um profissional encarregado para esta função, ou um escritório de contabilidade.

Da mesma forma, foi perguntado se na opinião do entrevistado a população rural na sua localidade aumentou ou diminuiu, e 91,18% afirmaram ter diminuído. Entre os motivos relatados pelos entrevistados está a inviabilidade da pequena produção e, conseqüentemente, seu endividamento. Segundo um dos entrevistados: “diminuiu, devido que essas pessoas não conseguem maior renda na propriedade, vão para cidade. Também não tem sucessão, e não há um planejamento, organização da propriedade. Algumas propriedades acabam falindo e precisam ser vendidas”. (Entrevista 27B- Selbach). Além disso, a falta de sucessão e a idade avançada dos produtores que ficam no meio rural inviabilizam continuar a atividade. Estes motivos associados resultam na diminuição do número de famílias e no aumento das áreas de outras propriedades. “Diminuiu, pois os jovens escolhem outras profissões e as pessoas de idade precisam parar de trabalhar, pois já estava cansada, e a vida na agricultura é difícil. Acho que menos produtores se tornaram donos de maiores áreas”. (Entrevista 17B- Quinze de Novembro).

Diminuiu quase em massa, todos os pequenos agricultores que não conseguem tirar grandes quantidades de grãos, abandonam a agricultura e vão para cidade, buscar outros trabalhos. [...] Diminuiu devido ao endividamento de muitos agricultores. [...] Está diminuindo o número de famílias e aumentando a área. (Entrevista 21B- Boa Vista do Incra).

Também foi questionado se estes agricultores estão na atividade agrícola por opção ou por falta de opção, e 92,10% afirmaram que optaram por esta atividade. Da mesma forma que os produtores que saíram da atividade agrícola e do meio rural, tanto nos relatos de opção ou falta de opção, a justificativa foi a mesma, por ser uma herança de família. “Falta de opção, é o que sei fazer e faço muito bem feito, não sei se atuaria em outra atividade com tamanha competência, já que não tive oportunidade de estudar mais”. (Entrevista 15B- Colorado). Por outro lado, relata outro entrevistado: “Por opção, já é essa atividade de geração a geração e por ser um negócio próprio. Trabalhei toda a vida com agricultura, meus pais e meus avós também, é o que gosto de fazer. Desde pequeno ajudava meu pai e depois que cresci, optei continuar na atividade”. (Entrevista 7B- Santa Bárbara do Sul).

Perguntou-se se existe algum problema enfrentado atualmente para produzir e obter renda, e 78,95% responderam que os preços baixos dos produtos para comercialização e custo alto da produção são os principais problemas. Os outros entrevistados destacaram a falta de incentivo e mão de obra desqualificada como obstáculos para o aumento da produção. Também 64,87% dos produtores entrevistados contam com outras fontes de renda, além da atividade agrícola, sendo a aposentadoria e aluguéis de imóveis urbanos as principais fontes de renda complementares.

Com relação ao futuro para sua família na agricultura, é otimista a expectativa dos entrevistados, 83,19% acreditam que continuarão investindo na propriedade, pois haverá sucessão para a atividade. “Vejo fazendo mais investimentos em infraestrutura para incentivar a continuar no campo. Há sucessão, meus filhos trabalham comigo e irão assumir a propriedade quando eu resolver parar de trabalhar (aposentar) por enquanto eles me ajudam”. (Entrevista 10B- Tapera).

Ainda segundo outro entrevistado:

Existe sim sucessão, pretendo que os filhos toquem a atividade. [...] possuo 4 filhos que pretendem seguir no campo, pois já possuem uma boa base e bem estruturados. Espero que minhas filhas também continuem trabalhando aqui na lavoura, o que conquistei foi para eles. Quero melhorar a aumentar a área para meus filhos continuarem trabalhando comigo. (Entrevista 34B- Cruz Alta).

Por outro lado, outros produtores não possuem expectativas de futuro na atividade agrícola, devido principalmente à pequena área disponível e por não haver interesse dos sucessores.

Acredito que não tenho futuro na agricultura, nem sucessão, talvez pelo fato de não possuir grande quantidade de terra própria. [...] Vejo de forma trágica, pois dificilmente serei sucedido por algum filho, devido ao êxodo rural que o país vem enfrentando. Acredito que não haverá sucessão na minha propriedade, então será vendida ou arrendada. Não vejo futuro pois não houve interesse dos filhos. Acredito que até possam manter a terra, mas jamais virão morar na lavoura. (Entrevista 24B- Ibirubá).

Se houver uma piora na agricultura, de modo geral, nos próximos anos, os produtores pretendem adaptar-se para um novo contexto que possa surgir, e planejar o futuro para possíveis crises no setor agrícola. Um dos entrevistados resume o que foi dito pelos demais:

É complicado, mas vai dar pra se manter, é só saber que já passamos por anos assim, e quem tiver sempre guardado um dinheiro extra conseguirá se manter. Temos que se adaptar ao sistema produtivo, buscar alternativas. Mesmo assim ficarei na agricultura, posso até diminuir a lavoura, mas nunca pararei, mesmo que fique com pouca terra. Sempre irei persistir e ir à luta. O povo precisa de agricultura, posso até mudar de produção, mas nunca sairei do interior A agricultura sempre existirá, pois ela é a base da economia brasileira, então alguma solução sempre terá, mas deixar a agricultura, nunca deixarei. (Entrevista 32B- Cruz Alta).

Por outro lado, alguns produtores pretendem sair da atividade e investir na cidade, se houver uma piora na atividade agrícola, porém não venderiam a propriedade.

Venderia o maquinário, devolveria o arrendamento e compraria imóveis na praia ou em cidades universitárias, mas em últimos casos, pois tenho casa na cidade e o filho é formado em agronomia. Posso me aposentar e ir residir na cidade e quanto a terra, vou arrendar, mas nunca venderei. (Entrevista 1B-Santa Bárbara do Sul).

Outros produtores não sabem que atitude tomar se houver uma piora na atividade agrícola.

Não comentamos nada a respeito do assunto nem penso nisso, porque se a agricultura for mal, não teremos onde trabalhar. Não sei fazer outra coisa. No momento não tenho idéia do que fazer. [...] É difícil responder, pois não tenho nenhuma outra atividade. (Entrevista 5B-Santa Bárbara do Sul).

Solicitados a fazer um breve histórico das transformações pelas quais passou a agricultura nos últimos anos no seu município, a modernização agrícola, o plantio direto, o uso de sementes transgênicas, o fechamento da Cooperativa Triticola de Cruz Alta-COTRICRUZ e a diminuição da participação de outras cooperativas, cedendo espaço para empresas multinacionais, e a diminuição das famílias no meio rural, foram as principais transformações da agricultura na região, conforme os relatos dos entrevistados:

Sou do tempo que trabalhava com meu pai com arado de boi, hoje estamos no plantio direto e já unificado a agricultura de precisão. Do arado até o plantio direto e chegando com a agricultura de precisão, muitas mudanças, só permanece quem adere à tecnologia, investe. Quando começamos a nos dedicar a agricultura, o trigo era o carro chefe, a partir de 1972/73, o que impulsionou aqui foi a soja, que veio a fazer lavouras em termos de mercado, além de produtiva tinha facilidade de comércio. Mas a principal mudança foi o plantio direto, onde estava destruindo nossa terra, vem para solidificar a agricultura de maneira clara. O trigo se tornou a última das culturas. A grande perda da região, e principalmente do município de Cruz Alta é a COTRICRUZ. A segunda grande revolução foi a soja transgênica, que veio para mudar os parâmetros de produção e simplificação do nosso trabalho. (Entrevista 36B- Cruz Alta).

Antigamente o número de famílias era bem maior no interior. Com a evolução do mundo tecnológico, surgem novidades a cada dia, mas são poucos que se adaptam ou conseguem aderir. Houve melhor preço dos produtos, mas faltam incentivos por parte do governo. Ao passar dos anos, as pequenas propriedades tem dificuldades devido às baixas lucratividades por unidade de área (ha) e as cooperativas não trabalham de forma cooperativista. Houve vizinhos que abandonaram a agricultura por falta de retorno financeiro e os custos cada vez mais elevados. (Entrevista 11B-Lagoa dos Três Cantos).

A produtividade está cada vez mais alta, mas as famílias estão diminuindo no meio rural, a mão de obra está escassa, e o comércio muito centralizado em grandes grupos. Houve a redução da atuação das cooperativas e a entrada de empresas privadas e multinacionais. Percebe-se uma transformação do sistema produtivo para uma agricultura empresarial, e do êxodo rural. (Entrevista 28B- Selbach).

A grande transformação foi a redução da atuação das cooperativas, e a entrada de empresas privadas e multinacionais, tanto no comércio quanto no recebimento de grãos. Também o número de famílias diminuiu muito, a maioria das famílias tem poucos filhos e esses não ficam na lavoura, já o comércio da produção diminuiu muito, hoje é mais difícil ficar na terra. (Entrevista 16B- Quinze de Novembro).

As famílias diminuíram e os produtos mudaram, se plantavam mais trigo e se planta mais soja, com os preços que se recebia pela produção sobrava mais e o comércio se tornou mais forte. Na agricultura muitos fatos ocorreram, o principal é a oscilação de preços dos insumos e dos produtos, quebra de empresas e cooperativas e endividamento de produtores, fazendo com que os mesmos tenham que deixar a área e migrar para cidade. (Entrevista 2B- Santa Bárbara do Sul).

Pode-se dizer que a migração para a cidade pelos produtores que venderam ou arrendaram suas áreas rurais não acarreta a saída de empregados, pois aqueles, na sua maioria, não tinham mão de obra contratada. Por outro lado, os produtores que adquiriram áreas de terras na região não contribuem para o aumento da população rural, pois adquiriram áreas próximas ao seu estabelecimento, e após a aquisição de novas áreas contratam apenas mão de obra temporária.

Durante as entrevistas, a temática da população rural foi abordada sob vários ângulos, havendo um consenso entre os entrevistados de que esta população diminuiu no seu município e região. A procura por melhores oportunidades na cidade, bem como o acesso aos serviços de saúde, especialmente para os aposentados, a procura de empregos, a inviabilidade produtiva provocada pela pequena escala de produção e endividamento, são os principais fatores que justificam a saída do meio rural e a diminuição da população.

Os produtores estavam preparados para sair do meio rural, alegando estarem cansados da vida que tinham lá, e que a melhor alternativa era residir na cidade, onde já possuíam ou adquiriram casa, terreno ou apartamento, com a venda das terras. Afirmam que, atualmente, não há problemas para obter renda, pois já contavam com outras fontes de renda enquanto residiam no meio rural, o que leva a uma segurança para sair do meio rural e, em alguns casos, trocar de atividade.

O investimento em áreas produtivas é o motivo principal para aquisição de novas áreas na região, porque as terras eram próximas a sua propriedade e a oferta se tornava atrativa, além da necessidade de economia de escala. Os produtores que adquiriram áreas são otimistas com o futuro na atividade agrícola, acreditam que continuarão investindo na propriedade, pois haverá sucessão. Afirmam que pretendem adquirir ou arrendar mais terras, mesmo sendo o valor pago pela terra nesta região considerado extremamente elevado. No próximo capítulo, esse tema da diminuição rural na região do Alto Jacuí é abordado sob a perspectiva dos segmentos ligados ao meio rural da região.

5 DIMINUIÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NA REGIÃO DO ALTO JACUÍ/RS: ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DOS SEGMENTOS RURAIS

Neste capítulo se analisa a temática da diminuição da população rural da região do Alto Jacuí/RS, no que se refere às transformações que ocorreram na agricultura nos últimos anos: a diminuição da população na região e os fatores responsáveis por essa realidade, quem são os produtores que contribuem para essa diminuição, as condições sociais e econômicas do produtor e sua família depois da saída do meio rural e a percepção sobre o futuro para as famílias na agricultura com relação à sucessão. Essa caracterização é feita a partir da “visão” dos entrevistados, com a descrição pautada nos resultados que foram apresentados nas entrevistas, possibilitando, desta forma, uma visão mais clara da temática em estudo.

Foram realizadas 51 (cinquenta e uma) entrevistas com instituições rurais que fazem parte da região do Alto Jacuí/RS. A apresentação dos resultados dos roteiros de entrevistas foi operacionalizada procurando preservar cada palavra originalmente dita pelo entrevistado durante seu relato. Para operacionalizar a descrição e a análise dos dados, são apresentadas partes de algumas entrevistas.

5.1 Transformações na agricultura da região nos últimos anos

Perguntou-se aos entrevistados se eles poderiam fazer um breve histórico das transformações que ocorreram na agricultura, nos últimos anos, no município. O período de tempo não foi estipulado propositalmente, com o objetivo de verificar a amplitude dos conhecimentos e quais fatos realmente eram perceptíveis para os entrevistados. Percebe-se que as transformações ocorridas na agricultura nos municípios da região do Alto Jacuí acompanharam as evoluções do setor primário nas demais regiões do estado e país. De modo geral, as transformações históricas citadas pelos entrevistados deram-se pelas alterações conjunturais ocorridas no setor agrícola nos últimos anos. Alguns fatos marcaram essa conjuntura, no parecer dos entrevistados, os quais são elencados a seguir:

5.1.1 Modernização agrícola, plantio direto e transgenia

Como marco inicial, pode-se dizer que o plantio direto, a modernização e a biotecnologia foram transformações lembradas por todos os 51 (cinquenta e um) entrevistados como mais impactantes, em um passado recente.

Esta descrição de um dos entrevistados resume o pensamento dos demais:

Inicialmente a agricultura deu-se através de ciclos: madeira, mandioca e trigo com aproveitamento da mão de obra familiar e sistema de mutirão, com a produção visando o mercado, destacando-se a produção de subsistência. A partir de 1970, a mecanização e modernização tornou-se presente, visando a produção de grãos, principalmente soja e trigo. Também o uso de agrotóxicos tornou-se inerente a essas atividades. Na década de 80, o desafio foi solucionar os problemas de erosão do solo, sendo que a partir da década de 90, expandiu-se o sistema de plantio direto, o sistema revolucionou o modo de plantio, assim com a chegada dos transgênicos na década de 2000. Hoje, o setor agropecuário está baseado nas produções: soja, milho, trigo, aveia, canola, linhaça, produção leiteira, suínos-integração e bovinos de corte em menor escala. Destaca-se o uso de alta tecnologia na condução dessas atividades, há também em menor escala, a produção de subsistência, mas em uma escala bem menor. (EMATER de Colorado).

O sistema de semeadura direta consolidou-se a partir dos anos 90. Os entrevistados consideram esse novo modo de produzir mais econômico, mais otimizador dos recursos naturais, mais produtivo, menos trabalhoso, mais limpo, sustentável econômica, social e ambientalmente. A percepção da EMATER do município de Quinze de Novembro corrobora a percepção dos demais entrevistados.

A agricultura da região sofreu duas grandes transformações: 1º a mecanização praticamente em 100% das propriedades - tudo é mecanizado. 2º o plantio direto, também em quase 100% das propriedades praticam o plantio direto, melhorando consideravelmente a produtividade de nossas culturas.

Fica evidente que o plantio direto, a modernização agrícola e a biotecnologia, através do uso de sementes transgênicas, foram as grandes transformações lembradas por todos os entrevistados e de forma conjunta. No entanto, esses mesmos entrevistados divergem opiniões no que diz respeito às consequências dessas transformações. Para alguns, essas transformações são percebidas como favoráveis ao desenvolvimento da agricultura, conforme destaca um dos entrevistados.

[...] mais recentemente, a agricultura passou por duas importantes evoluções. A primeira foi o plantio direto, que diminui o custo da produção e melhorou a conservação do solo. A outra foi a soja transgênica, que podemos dizer que a lavoura agrícola dividiu-se entre o plantio convencional e os transgênicos trazendo aumento da produção diminuindo agrotóxico no solo e melhorando muito o meio ambiente em relação à quantidade de animais silvestres. (Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho).

Houve grandes mudanças, principalmente no que diz respeito à tecnificação do setor, o que também mudou bastante o perfil do produtor rural, somente permanecendo na produção quem evoluiu com as novas tecnologias e principalmente no gerenciamento da propriedade. Aqueles que não aderiram a essas tecnologias acabaram por abandonar o setor, venderam ou arrendaram. (Secretaria da Agricultura e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Vista do Cadeado).

Segundo outro entrevistado:

De acordo com o IBGE, Santa Bárbara do Sul é hoje o 4º município do estado na produção de soja, o 5º na produção de milho, e o 28º na produção de trigo. Portanto, acreditamos que as alianças das tecnologias do plantio direto e transgênicos hoje existentes foram fundamentais para o processo de desenvolvimento da agricultura. Surgimento da soja RR impactando na competitividade da nossa principal cultura, a soja e induzindo mudanças em toda cadeia de produção, da pesquisa do balcão do consumidor. (Sindicato Rural de Santa Bárbara do Sul).

Ainda:

Com certeza a transformação da região divide-se em três momentos, a Revolução Verde com a abertura de lavouras e plantio. A segunda é o plantio direto com a conservação do solo. A terceira são os transgênicos com a diminuição dos venenos, e agora se aproxima a quarta, que é a agricultura de precisão como um novo conceito na agricultura, onde várias ferramentas e tecnologia podem ser usadas para auxiliar e qualificar os tomadores de decisão, na busca de minimizar as diferenças de produtividade entre as áreas e otimizar a locação dos recursos: certos, de forma certa no local certo. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tapera).

No município de Tapera, como em toda a região do Alto Jacuí, os principais avanços se deram no campo tecnológico, com a disponibilização de maquinário mais moderno e eficiente, assim como, cultivares mais produtivas e resistentes a doenças. Isso refletiu em grande aumento de produtividade nas lavouras comerciais de soja e milho principalmente, mas também nas lavouras de trigo, cevada. Houve um crescimento em níveis de produtividade. (Secretaria da Agricultura de Tapera).

Enfatiza outro entrevistado: “A agricultura na região passou por transformações importantes, do plantio convencional para o plantio direto, uso de sementes geneticamente modificadas, informatização, geoprocessamento, agricultura de precisão”. (EMATER de Santa Bárbara do Sul).

Para alguns entrevistados, essas transformações ocorreram não somente no modo de produzir da região, mas também interferiram na sua estrutura agrária.

Nos últimos anos a agricultura passou por um processo de transformação através da modernização das estruturas produtivas, bem como, o desenvolvimento das técnicas aplicadas na agricultura. Mecanização da agricultura, transgênicos, e em decorrência, concentração de terras, produtores vendendo propriedades no município e se deslocando para outras regiões explorar área. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Bárbara do Sul).

Sobre a transgenia, um dos entrevistados considera:

Veio a transgenia e migraram todo mundo para isso aí, lavraram seus poteiros e se atracaram a plantar, terminaram com suas vacas, venderam ou carnearam, aí depois

o valor do grão se foi lá para cima e todo mundo ficou sem os seus animais, ficou sem as suas pastagens. Aí depois o grão baixa de novo, aí o pessoal quer voltar porque o leite tem um preço bom, e acaba fazendo um investimento grande na propriedade, comprando vaca e ordenha e refazendo toda uma estrutura porque o leite estava num preço bom, depois o leite baixa para R\$ 0,20 o litro, aí o pessoal vende tudo de novo. Compra a vaca por R\$ 800 e vende por R\$ 300. (Sindicato dos Trabalhadores de Cruz Alta)

Sobre o plantio direto, grande parte dos entrevistados considera que este sistema acarretou diminuição da necessidade de mão de obra no meio rural, conforme destaca o representante de um dos segmentos rurais:

Acredito que o que deu início a transformação no meio rural, foi o plantio direto. Com ele houve necessidade de novas máquinas e principalmente de herbicidas para o manejo das invasoras e manutenção da palha. Antes as lavouras empregavam um grande número de pessoas, para as várias atividades que envolviam o plantio convencional. As famílias da agricultura familiar trabalhavam juntas, tinham mais oportunidades para conversarem, planejar os trabalhos, etc. As médias e as grandes propriedades demandavam bastante mão de obra. Com a adoção do plantio direto, começaram a liberar mão de obra, muitas famílias vieram para a cidade ou passaram a buscar outros locais que lhes pudessem oportunizar trabalho. (EMATER de Fortaleza dos Valos).

A percepção dos entrevistados deixa evidente que a modernização agrícola acarreta uma mudança de ordem cultural e simbólica, sendo percebível quanto à conceituação e aceitação de ser agricultor familiar/agricultor granjeiro, especialmente os produtores com mais recursos, no tocante à disponibilidade de terra e maquinário. Um dos entrevistados sintetiza as demais opiniões: “[...] eles não se sentem agricultores familiares e até rejeitam esta nomenclatura, situando-se na condição de granjeiro/ produtor rural. Observa-se claramente em relação à filiação sindical – Sindicato dos Trabalhadores Rurais/Sindicato Rural”. (EMATER de Tapera).

5.1.2 Redução no número de pessoas no meio rural

A segunda variável que mais apareceu no relato das entrevistas é a redução no número de pessoas que residem no meio rural. Segundo um dos entrevistados: “O número de famílias do meio rural reduziu nos últimos anos, mas mesmo residindo no meio urbano, muitas mantêm a propriedade produtiva. Outras venderam suas propriedades e migraram para centros urbanos ou para outras regiões do Brasil”. (EMATER de Não-Me-Toque).

Assim, a diminuição da população é uma preocupação demonstrada pelos entrevistados, como se pode observar, ainda, nestes relatos:

Se for pegar os últimos anos, as mudanças já não são tantas, pois a mudança maior aconteceu há uns 15 ou 20 anos atrás, quando os agricultores venderam suas propriedades e foram para a cidade, no período mais recente o que tem acontecido é a saída dos jovens do meio rural, o que alias nos preocupa muito sendo inclusive uma das nossas bandeiras de luta a chamada sucessão rural. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Não-Me-Toque).

A agricultura era tradicional a maioria com famílias numerosas até os anos 60. Nos últimos anos o município de Não-Me-Toque vem sofrendo uma situação de diminuição da quantidade de propriedades rurais, onde as pessoas estão se transferindo para a cidade, ocasionando êxodo rural, fazendo com que se aumente o tamanho das propriedades rurais. Outro fenômeno que ocorre é a mudança da matriz tributária do município, onde a agricultura deixou de ser o maior percentual na composição, perdendo para a indústria e respondendo hoje por aproximadamente 20% do valor agregado do município. (Secretaria da Agricultura de Não-Me-Toque).

O fim dos jogos rurais foi destacado em algumas entrevistas como um fenômeno que retrata a diminuição da população:

Se tu pegar a comunidade em que eu moro, antes todos os finais de semana, tu via lá na igreja, lá no campo de futebol, cheio de gente, hoje não tem mais. Não forma mais nem um time de futebol, esse é o sinal idêntico do que está acontecendo. Então hoje se tu quiseres fazer uma reunião lá no interior, tu encontra uma dificuldade para juntar pessoas, pois quem está lá são os mais idosos, que dizem bom eu já estou aposentado e não preciso mais ficar me envolvendo, minha idade já está avançada, já me aposentei, agora não tenho interesse mais nisso. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz Alta).

Em relação aos eventos que ocorriam no interior realmente foi o que sofreu maior impacto nos últimos anos, as festas e campeonatos de futebol que eram realizados periodicamente, hoje já não ocorrem mais pela falta de público no meio rural. No município eram realizados grandes eventos como ECEJUR (encontro cultural e esportivos de jovens rurais) e o (Sol a Sol) encontros esses que não se realizam mais por falta de público. (EMATER de Salto do Jacuí).

5.1.3 O retorno da atividade leiteira como significativa na região

A terceira variável ou tema que mais aparece nos relatos sobre as transformações da agricultura na região é o retorno da atividade leiteira como uma importante atividade econômica em praticamente todos os municípios, impulsionada pela instalação de matriz de novas empresas beneficiadoras de leite na região.

De um modo geral, percebeu-se nos relatos que, até meados da década de 90, a produção leiteira era uma importante atividade econômica na maioria dos municípios da região do Alto Jacuí, havendo, a partir de então, uma alteração significativa na matriz produtiva de alguns municípios, que passou para a monocultura da soja, milho, trigo etc. A partir de 2005, por consecutivas quebras nas lavouras e pela instalação de plantas industriais na região, a atividade leiteira volta a ser significativa. [...] “Os principais produtos agrícolas

em exploração continuam sendo os grãos, mas tem hoje a participação de importante bacia leiteira. Reduziu-se a produção de alimentação de subsistência”. (EMATER de Não-Me-Toque).

Ainda segundo outro entrevistado:

Os municípios sofreram duas etapas, a primeira, relacionada ao plantio direto que chegou na região, proporcionando maior desenvolvimento da agricultura, com maior produção de grãos, renda e menor degradação, assoreamento das lavouras e também grande produção de soja, o que fez com que cerca de 15% dos produtores rurais envolvidos na atividade leite, deixassem da mesma para trabalhar com a soja, ocorrendo venda em grande escala de animais e transformação de “hortas” em lavoura de soja. Segunda etapa, foi a volta desses produtores e de outros tantos entre 2005 e 2007 à atividade leite, por quebras consecutivas na safra de soja, que tornou o plantio da mesma inviável ao pequeno produtor, grande endividamento desse produtor e falta de pagamento dos custeios. (Secretaria da Agricultura de Fortaleza dos Valos).

Para alguns entrevistados, a atividade leiteira está sendo capaz de contribuir para a diminuição da migração da população no meio rural.

De todos os aspectos, o que certamente contribuiu com a redução da migração do homem rural foi à introdução da bacia leiteira e seu incremento nos últimos anos, pois, como a produção de grãos é quase totalmente mecanizada, não oportuniza trabalho para muitas pessoas, especialmente filhos de agricultores que se viam obrigados a sair do campo em busca de oportunidade de trabalho na cidade, hoje, podem ter seu ganho ficando no meio rural. [...]o município de Selbach, que até poucos anos atrás, tinha na sua economia rural quase que exclusivamente na produção de grãos, especialmente soja, trigo e milho, vêm nos últimos anos caracterizando-se pelo incremento muito forte na bacia leiteira, respondendo por aproximadamente 16% da arrecadação municipal, com uma produção de 77.000 litros/dia. Num universo de 621 propriedades temos 366 produtores de leite, envolvendo diretamente 915 pessoas. Resumidamente, a história do Município de Selbach, caracteriza-se através de 5 ciclos bem definidos desde a sua ocupação: o ciclo da madeira, o ciclo da suinocultura, o ciclo do trigo, o ciclo da soja e o ciclo da diversidade da produção primária, através da bacia leiteira. (Secretária da Agricultura de Selbach).

Ainda segundo outro entrevistado:

O município de Salto do Jacuí que na emancipação era formado praticamente por grandes produtores e praticava uma monocultura soja e trigo. A partir de 1985 iniciou uma transformação na agricultura com a desapropriação de duas áreas para reassentamento e outra para assentar famílias do MST aumentando com isso a agricultura familiar. Foi por volta de 1996 iniciou no município a implantação da bacia leiteira e 2001 houve a desapropriação de mais 2 áreas para reforma agrária aumentando mais ainda as pequenas propriedades que no decorrer dos anos deram um novo enfoque para matriz produtiva do município, hoje tendo na produção de leite a segunda maior renda agrícola do município.(EMATER de Salto do Jacuí).

5.1.4 A consolidação e falência do sistema cooperativista na região

Outro tema relatado nas entrevistas, sendo este recorrente na região, é a interferência das mudanças do sistema cooperativo agropecuário na transformação da agricultura da região, através da consolidação das cooperativas como empresas de revenda de insumos e financiamentos, intercalação de momentos de afirmação/negação do sistema cooperativista, proveniente das inúmeras situações de descrédito diante de gestões não transparentes, inclusive com o fechamento de cooperativas. Foi observado, também, que as cooperativas potencializaram a especialização e a monocultura.

Do mesmo modo, as entrevistas relatam a falência de algumas cooperativas na região, como a COTRICRUZ, que tinha sede em Cruz Alta e a Cooperativa Triticola Santa Bárbara do Sul Ltda. (COTRISABAL) em Santa Bárbara do Sul. “[...] Se pegar Cruz Alta o cooperativismo não tem mais. Se pegar Quinze, Selbach, a COTRISOJA tem avançado. Lagoa e Não-Me-Toque onde existe cooperativa forte, pode ter certeza que tem uma agricultura boa por trás.” (Secretaria da Agricultura Ibirubá).

Os motivos que “eu” considero que foram fundamentais para a transformação da agricultura na região foi a extinção/falência da COTRISABAL e COTRICRUZ que recebiam e incentivavam a produção de leite, o plantio direto, os transgênicos e a tecnologia”. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Bárbara do Sul) .

A COTRIBÁ poderia vender hortifrutigranjeiros dos produtores associados, mas elas não fazem isso, elas preferem trazer de fora da CEASA, não é só uma questão econômica, eles podem dar um milhão de desculpas, que não tem qualidade, mas o principal é que eles pensam que não é vantagem, pois este cara não tem tantos insumos para produzir, e a assistência técnica é toda voltada para grãos. (Agência do IBGE de Cruz Alta).

Por outro lado, foi destacada por alguns entrevistados a participação da Cooperativa Triticola de Não-Me-toque – COTRIJAL na transformação agrícola, principalmente dos municípios de Lagoa dos Três Cantos, Colorado e Não-Me-Toque. Segundo um dos entrevistados: “Há em nossa região, uma cooperativa importante e que mantém, já de longa data, o mercado de insumos agrícolas e de commodities, assim como a prestação de assistência técnica aos associados – a COTRIJAL”. (EMATER de Não-Me-Toque)

5.1.5 Agricultura diversificada no meio urbano

Uma importante transformação na agricultura, lembrada pelos produtores, é que devido à ocupação de áreas destinadas à produção de grãos, alguns produtos praticamente não

estão sendo produzidos no meio rural, como milho verde, milho pipoca, feijão, hortigranjeiros, entre outros. No entanto, esses produtos estão sendo cultivados por agricultores que deixaram o meio rural e adquiriram propriedades na cidade. Em alguns municípios, esse evento está sendo considerado como uma nova realidade, e esses produtos estão sendo utilizados no programa de alimentação escolar. Essa realidade pode ser observada em uma das entrevistas:

Outra mudança, é que hoje no urbano tem mais agricultura diversificada do que no meio rural, no meio rural tem soja, milho, leite, mas tu quer comprar feijão ou milho verde, você compra na cidade. São idosos que vem do interior e como tem bastante terreno ocioso na cidade, o cara diz , tu empresta pra mim e o cara planta, tanto que a maioria dos alimentos da merenda escolar, vem de agricultores que utilizam área urbana. Primeiro porque não é um volume de recursos muito grande, as escolas são pequenas e a gente optou por valorizar os agricultores aqui ao redor da parte urbana. Feijão, tu quase não vê no interior, é muito pouco. (EMATER de Saldanha Marinho).

De um modo geral, observou-se nos relatos que a periodicidade descrita pelos entrevistados refere-se aos últimos 30 anos. As variáveis que apareceram de forma mais significativa nos relatos das entrevistas, e por ordem de frequência, são: modernização agrícola, plantio direto e transgenia, redução do número de pessoas no meio rural, o retorno da atividade leiteira como significativa na região, a consolidação e falência do sistema cooperativista e a agricultura diversificada no meio urbano. Outras transformações que fazem parte do cenário da agricultura na região foram relatadas de forma menos significativa, são elas:

- a) intensa concentração da propriedade, com definição de uma estrutura agrária de propriedades com tendência para as de áreas maiores;
- b) especialização na produção de grãos, fundamentalmente na cultura da soja;
- c) o preço histórico do saco de soja, R\$ 54,00 (cinquenta e quatro reais), ocorrido na safra 2003/04, que desnor-teou o mercado e a cabeça dos agricultores; as condições climáticas excepcionalmente favoráveis ocorridas nessa mesma safra, redundando em produtividades médias acima de 50 (cinquenta) sacos por ha;
- d) a rápida e crescente vulnerabilidade da soja a pragas e doenças, algumas conhecidas e outras recentes.

5.2 Fatores responsáveis pela diminuição da população rural na região

Há um consenso entre todos os entrevistados que a população rural na região diminuiu e, conforme descrito no item anterior, é tema lembrado como importante fator na

transformação da agricultura da região. O evento da modernização agrícola, acentuada nas décadas de 70 e 80, explica a diminuição da população rural neste período. No entanto, questionam-se os motivos pelos quais essa população continua diminuindo no período atual. A descrição a seguir, de um dos segmentos entrevistados, resume a percepção dos demais.

A população rural tem reduzido significativamente, a migração concentrou-se na década de 80 e 90, em menor escala a partir de 2000, especialmente a migração com destino ao centro-oeste (Goiás e Mato Grosso). O motivo foi adquirir terras para que as famílias pudessem nelas trabalhar, eram famílias com muitos filhos e na divisão caberia pequena área a todos. Hoje, o êxodo rural ocorre de forma mais acentuada entre os jovens, muitas famílias incentivam os filhos fazer curso universitário, na maioria não migram mais para o meio rural. Todavia, após formados alguns jovens permanecem junto às propriedades. Observa-se também que a mão de obra está ficando escassa. Muitos pais dizem aos filhos, vai estudar “não quero que tu sofras como nós”. Outros jovens não migram por não terem qualificação. Os aposentados também não ficam. (EMATER de Colorado).

A falta de discussão sobre essa temática é apontada pelos entrevistados como uma questão importante. A discussão de qual modelo de desenvolvimento agrícola é o mais adequado para a população rural, ou quais poderiam compor uma gama maior de opções, simplesmente não acontece na sociedade. Tanto os agricultores envolvidos ou mesmo os excluídos do processo, quanto universidades, imprensa, assistentes técnicos, extensão rural, etc., não conseguem estabelecer momentos de reflexão a respeito do caminho trilhado. “Por consequência, os poderes públicos, comodamente, também a ele não se referem”. (EMATER de Cruz Alta).

Apenas dois entrevistados afirmaram não perceber se houve diminuição do número de pessoas no meio rural em seus municípios. “Em nosso município a realidade é diferente, na última década talvez tenha aumentado o número de habitantes. Podem ter colaborado para isso programas municipais com saúde e federais com crédito fundiário”. (EMATER de Boa Vista do Cadeado).

Também segundo a EMATER de Boa Vista do Incra, a diminuição não é percebida de forma expressiva, mas na falta de alternativas de trabalho local, os filhos de produtores estão buscando mercado de trabalho em cidades maiores, como Cruz Alta, por exemplo.

No município de Cruz Alta, especificamente, segundo entrevista com o responsável pelo escritório da agência do IBGE, houve um pequeno aumento, em 2010, da população rural, devido à mudança da legislação em relação ao perímetro urbano, que diminuiu, portanto várias propriedades que estavam dentro da área urbana passam a ser consideradas rurais. No entanto, os dados do censo de 2010 mostram que tem aumentado o número de domicílios vagos na área rural.

No censo agropecuário se levantou que há um número muito grande de residências abandonadas no meio rural. Se continuar assim, nos próximos 20 ou 40 anos não teremos mais o proprietário da terra na terra, os herdeiros não permanecem, serão cooperativas e empresas que vão administrar várias áreas de terras que vão passar parte do dinheiro para herdeiros que estão na cidade. (Agência do IBGE de Cruz Alta).

Um dos segmentos resume o que foi descrito individualmente pelos demais entrevistados, que são os fatores responsáveis pela diminuição da população rural nos municípios que compõem a região do Alto Jacuí, e que serão analisados nos próximos itens, por ordem de frequência com que foram lembrados durante as entrevistas.

A falta de renda da família rural, a alta tecnologia que é importante, porém cara para o agricultor, famílias com número reduzido de filhos, insatisfação do jovem no meio rural e população do meio rural com um grande índice de pessoas idosas, acredito que são os principais fatores responsáveis pela diminuição da população rural. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quinze de Novembro).

5.2.1 Inviabilização econômica dos pequenos produtores

Entre os motivos pelos quais os agricultores deixam o meio rural está, principalmente, a inviabilização econômica dos pequenos produtores, notoriamente aqueles que se dedicam exclusivamente à produção de soja em pequenas áreas, ocasionando ociosidade da mão de obra. “A falta de planejamento das pequenas propriedades, as quais se inviabilizam, pois a mentalidade é baseada na monocultura de grãos”. (EMATER de Lagoa dos Três Cantos).

Nós ainda temos produtores pequenos que ainda insistem na produção de soja. Não que a soja não dá, mas ele deve ser um complemento. Se dá uma seca, o cara precisa de um ano para ter renda novamente, e ele vai viver de que? E o leite também é prejudicado, mas na primeira chuva que dá em 15 dias ele recupera. E o agricultor hoje é especializado e ele sabe produzir, o que ele poderia fazer é conhecer um pouco mais sobre industrialização, se envolver mais nesta questão, tentar aprender sobre esta questão de comercialização. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibirubá).

Quanto às famílias com menores possibilidades em termos de área, observa-se a migração, ou para cidade ou outras regiões agrícolas, com o intuito de obter novas possibilidades de geração de renda. Caso a propriedade esteja estruturada para produção de grãos, as pequenas áreas possuem mão de obra ociosa. (EMATER de Tapera).

Saem principalmente os pequenos agricultores que tem dificuldades de gerir recursos em pouca terra, e quando não bem planejados acabam inviabilizando a atividade, tendo que vender ou mandar os filhos trabalhar e estudar na cidade. Nestes casos geralmente as propriedades são vendidas a grandes produtores (EMATER de Lagoa dos Três Cantos).

Em consequência da dedicação exclusiva à produção de soja, ocorre o aumento dos custos de produção e há a diminuição da renda no campo, devido às baixas margens de lucro.

“[...] O problema está na falta de conhecimento e informação do produtor em busca de novas atividades diversificadas, que se adaptem a propriedades e que não precisam se valer do ganho de escala para sobreviver”. (Secretaria da Agricultura de Tapera).

Na concepção dos entrevistados, a inviabilidade dos pequenos produtores rurais pode ser corrigida pela diversificação, tanto na produção de leite, como no beneficiamento de seus produtos. Porém, o que se percebe ao longo das entrevistas, é que a lógica do mercado está prevalecendo e inviabilizando também essas alternativas. Essa questão é retratada na atividade leiteira, que é considerada por alguns segmentos como uma alternativa de renda para o pequeno produtor, no entanto tem-se mostrado concentradora e excludente, como ocorre na avicultura e suinocultura. Além disso, na percepção dos entrevistados, a aquisição de terras por grupos de fora do país é muito forte e rápida, e isso está acontecendo também no Rio Grande do Sul e região, na questão do leite, e não é para colocar indústrias, mas para comprar terras para o leite ou colocar terceiros para comprar terra.

[...] é recente o advento das fábricas de laticínios na região, Cruz Alta, Palmeira, Carazinho, Passo Fundo. Tínhamos uma perspectiva de permanência mais forte do agricultor no campo com o leite. [...] Gostaria, rezo, torço para que os produtores se mantivessem na propriedade com qualidade de vida, mas na minha concepção de avaliação, a lei de mercado e o mercado não trabalha com pequena propriedade. Na teoria econômica pode-se dizer que 60% da população é custo para o mercado, o mercado mostra claramente que precisa de mais área, mais tecnologia, com menos custos, e menos custo é excluir pessoas. Então está colocado, em qualquer atividade agropecuária o menor lucro é do produtor, e ele é apenas uma peça do mercado, vai ter que produzir cada vez mais, e terá um lucro cada vez menor. [...] Para mim é claro que a aquisição de terras por grupos de fora do País é muito forte e muito rápida e isto está acontecendo também no Rio Grande do Sul na questão do leite, e não é nem para colocar indústrias, é para comprar terras pro leite, ou colocar terceiros para comprar terra, por que a Europa precisa de leite. O leite avança, mas não em pequena área. [...] É possível em pequenas áreas com pequeno plantel de leite, aumentar rapidamente a produção, mas com tecnologia, com tratamentos culturais. O mercado exige quantidade e produção cada vez mais rápida e cada vez maior, e a tua área é pequena e tem filhos para alimentar, e estamos pagando pouco ao produtor de leite. São Paulo paga muito mais. (Agência do IBGE de Cruz Alta).

[...] Acho que o leite é uma opção de renda para os médios e pequenos produtores, mas por si só ele não resolve o problema, ele pode ser uma alternativa à soja, que está cada vez mais diminuindo seu lucro, até porque o que eu estou vendo no leite, é o que aconteceu com a cadeia do frango e dos suínos, é a concentração. Há dez anos atrás dificilmente você achava um agricultor com cinquenta vacas, hoje isso é tranquilo, você vê uma concentração na produção de leite também. O leite é uma solução paliativa, pois com o tempo vai ocorrer a concentração, a diferença da soja é que ela tem uma limitação de área, por mais que cresça a tecnologia, tu não vai produzir 300 ha por área. E no leite é possível um agricultor com 30 hectares ser um médio produtor de leite, pois geralmente grandes produtores de leite tem 50 hectares. Existe um paradoxo, pois ao mesmo tempo que pode ser uma alternativa para o produtor, pode excluir outros. Em economia globalizada e capitalista, o capital corre atrás de capital. [...] Esse modelo é concentrador (antes, dentro e fora da porteira) quem não acompanha e/ou consegue renda, ou seja, não atende essa lógica do mercado, desaparece do negócio. (EMATER de Saldanha Marinho).

Outro obstáculo apontado para que a atividade leiteira possa ser uma alternativa rentável ao pequeno produtor, mantendo-o no meio rural, está na falta de assistência técnica especializada para esta atividade, já que as cooperativas e empresas agrícolas em alguns municípios da região estão voltadas e especializadas à produção de grãos. Percebe-se, no relato de um dos entrevistados, que além da assistência técnica o manejo inadequado das pastagens é também um obstáculo ao desenvolvimento da atividade leiteira na pequena propriedade.

Nos municípios de Quinze de Novembro, Ibirubá e Selbach há um trabalho de assistência técnica de cooperativas voltadas para o leite, e também já tiveram a experiência de trabalhar somente com soja. Aqui em Cruz Alta e alguns municípios vizinhos, não temos a nossa cooperativa, a Cotrimaio tem três técnicos para 17 municípios e a EMATER só tem um técnico para responder toda a complexidade dos municípios, e a parte de assistência técnica de escritório é voltada para agricultura. Nós não temos pessoas especializadas voltadas para a atividade do leite e o pequeno não tem como contratar uma assistência técnica particular. [...] Eu ponho hoje o bovino de leite com pastagem insuficiente com solo pobre e às vezes com restrição hídrica. Termina o ciclo da soja ele vai ter que fazer a pastagem e não tem um projeto, é aveia e azevem e pronto, aí não consegue se estabelecer, salvo uma meia dúzia. [...] Tem mais um agravamento, que está enraizado no produtor da região que criou um hábito de culturas anuais, ele acredita em fazer uma lavoura de soja e depois entra em uma cultura anual de inverno de pastagem. [...] O que acontece é que ele não consegue administrar uma lavoura forrageira, pois são assuntos bem distintos um é planejamento forrageiro o outro é planejamento de lavoura, quando se planta pastagens precisa todos os anos refazer a cultura e o custo operacional não é direcionado, então o que acontece ele acaba não tendo lucro, esse é o problema. (Secretaria da Agricultura de Cruz Alta).

Também há a diferença de preço pago pelas empresas na aquisição do litro de leite, “quanto mais produtos mais preço, quando menos produto menos preço”, o preço é pago por qualidade e quantidade de volume produzido, o que inviabiliza a produção em alguns estabelecimentos rurais, na percepção dos entrevistados, principalmente os pequenos produtores que necessitam fazer investimentos em modernização e tecnologia na propriedade. “A produção de leite é para os pequenos, mas a remuneração é por volume, quanto maior a produção, maior a bonificação. A questão da qualidade também é importante, o que torna inviável para alguns”. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibirubá).

Não existe na produção de leite uma estruturação forrageira, então o produtor não está estruturado. Infelizmente a realidade é essa, e pelo que se observa assim, através de uma amostragem que fizemos com a EMATER, então o pequeno não tem renda. [...]no Estado de 1996 a 2006 há um incremento de produção de 50% e há uma saída de produtores na faixa de 33%, então os pequenos estão saindo e os grandes estão ficando cada vez mais grandes, mesmo com a produção de leite. [...] a indústria paga mais para quem tem mais qualidade, coleta o leite de alta qualidade pagando mais pelo leite e misturam o leite de baixa qualidade com o leite de alta qualidade, alguma coisa errada tá acontecendo e alguém tem que esclarecer, então a indústria vai receber um leite teoricamente médio, daí a indústria logicamente vai dizer nós pagamos mais para incentivar o produtor, o problema todo é que o pequeno produtor quando ele investe em qualidade ele não tem aumento de

produção e ele tem que pagar o investimento. [...] Eu, por exemplo, conheço aí um produtor que fez toda a instalação e aí ele desistiu e transformou a sala de ordenha em uma casa, pois a casa ele era de madeira e a ordenhadeira era de alvenaria. (Secretaria da Agricultura de Cruz Alta).

De um modo geral, observou-se nos relatos a percepção de que conforme se obtém mais renda em alguma atividade econômica, mais ocorre uma tendência de concentração; é um paradoxo que está ocorrendo na atividade leiteira, pois ao mesmo tempo em que pode ser uma alternativa para o produtor, ela pode excluir outros, conforme descreve um entrevistado:

O município de Salto do Jacuí, possui diversas etapas. Por ter no município 5 assentamentos agrários, [...] grandes propriedades agrícolas com mais de 400 ha de terras, o município vem se transformando muito mesmo, plantando 18 mil hectares de soja, e nos assentamentos há uma mudança significativa nisso, alguns ainda estão plantando fumo. O que se destaca é o aumento de produção de leite, com o incentivo da inspetoria em cursos do SENAR, há grandes investimentos neste setor, e uma renda mensal, mesmo assim há muitas propriedades arrendadas para vizinhos, pais e filhos estão saindo do interior, na maioria das vezes devido à falta de lucro. (Inspeção Veterinária de Salto do Jacuí).

Também é percebida a concentração na suinocultura. “Com o desenvolvimento do trigo, milho e soja e diminuição da agricultura de subsistência, principalmente a suinocultura que hoje é produzido somente em grande escala”. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibirubá).

Segundo outro entrevistado:

Teve uma evolução no sistema de criação, sendo que em 2007 tínhamos 23 suinocultores integrados para 156 estabelecimentos na atividade. Embora o nº de estabelecimentos com suínos diminuiu, os que ficaram, principalmente os integrados, ampliaram e se qualificaram na atividade. Em 2007 eram 6400 suínos, hoje esse nº passa de 10.000, segundo levantamentos preliminares. (EMATER de Lagoa dos Três Cantos).

Outro motivo citado pelos entrevistados para a inviabilidade do pequeno produtor na sua atividade é a falta de recursos para partilha, quando ocorre o falecimento dos pais. Normalmente, a propriedade é pequena para a divisão e, além disso, o alto preço da terra inviabiliza a partilha. Segundo o relato dos entrevistados, o que normalmente ocorre, neste caso, é que a propriedade vai para inventário, alguns decidem vender a área de terra e os outros, sem condição de compra, acabam vendendo também.

Quando o pai e mãe vêm a falecer e se divide a terra, devido ao alto custo da terra, sendo atrativo os valores, 25 mil à vista por hectare, é claro para uma pequena propriedade de seis hectares, 150 mil reais a vista é atrativo. Mas isso acontece mais onde se trabalha só com soja, os herdeiros vendem suas partes e migram para cidade. (Secretaria da Agricultura de Ibirubá).

Os pequenos agricultores familiares quando na divisão da propriedade, ou da morte dos pais, fica insuficiente para a manutenção de uma família, os médios e grandes proprietários que oferecem valores tentadores para compra de pequenas

propriedades e saem em busca de renda nos centros urbanos. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Bárbara do Sul).

[...] os produtores que contribuem para diminuição da população, acontece quando produtores com pequena área de terras decidem vender sua propriedade com a ilusão de ir para outras regiões ou até mesmo para cidade. Em nosso município o valor pago por hectare é consideravelmente elevado. Também acontece quando acontece o falecimento de alguém da família e a propriedade vai para inventário, alguns decidem vender a área de terra e os outros sem condição de compra acabam vendendo também. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Saldanha Marinho).

Nos relatos foi observado que os fatores que inviabilizam o pequeno produtor a permanecer na atividade, contribuindo para a diminuição da população rural, estão intrínsecos no próprio modelo de desenvolvimento agrícola da região.

[...] um dos principais fatores é o próprio modelo de desenvolvimento agrícola, embora seja um setor importante na balança comercial brasileira do jeito que está posto, provoca exclusão. Conforme o agricultor vai se capitalizando se, as terras vão se valorizando e um acaba comprando a terra do outro, acho que esse fator talvez seja o principal, além de outros, como algum problema na gestão, na sucessão da propriedade familiar, acaba os filhos indo estudar e outras profissões, ficando só os pais, que ficam velhos e acabam vendendo[...].(EMATER de Saldanha Marinho).

[...] a contribuição não se dá só pela via da opressão econômica. Esta, via de regra, é apenas a consequência da consolidação do modelo. A contribuição se dá, fundamentalmente, pela aderência a um conceito de agricultura e/ou desenvolvimento. (EMATER de Cruz Alta).

Na minha opinião nenhum agricultor contribui para o êxodo rural, ele vem acontecendo automaticamente, portanto é preciso que tenhamos a consciência que é o próprio modelo implantado hoje que é excludente e por isso acontece o êxodo rural. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colorado).

Tanto a agroindustrialização como o Programa de Aquisição de Alimentos foram citados como alternativas para viabilizar a produção na pequena propriedade. No entanto, existem dificuldades para inserção do produtor, primeiro porque este não está adaptado às exigências que o Programa de Aquisição de Alimentos impõe, e também não está conseguindo se adaptar às exigências da legislação vigente do sistema de agroindustrialização.

[...] o programa de aquisição de alimentos pode ser uma alternativa para o pequeno produtor, se este se adequar. Nós temos dificuldade aqui para inserir este produtor, pois ele quer produzir o que ele quer. Mas ele tem que produzir o que o mercado quer. Ele quer produzir alface e quer que todo mundo compre alface, pois ele está acostumado a produzir. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz Alta).

Os pequenos produtores poderiam agroindustrializar, porém tem um problema muito sério com a agroindústria, nós não conseguimos desenvolver a agroindústria, pois temos toda uma legislação a cumprir, é muito complicado, então o produto não consegue fazer uma indústria legalizada, no máximo ele vai conseguir o nicho local, então isso é um entrave, e ele acaba vendendo o leite e não conseguir industrializar e o custo da qualidade é muito alto, e ele depende de recursos financeiros, então ele

vai investir em benfeitorias e deixa de investir em produção e nunca mais sai desta situação. (Secretaria da Agricultura de Cruz Alta).

Outra questão levantada nas entrevistas diz respeito às famílias assentadas pelo programa de reforma agrária na região. Foi relatado que, após a conquista da terra, os produtores abandonam ou vendem barato o lote, pois não conseguem visualizar um futuro, ocasionando a saída, principalmente do jovem rural, e um dos motivos apontados é a falta de infraestrutura nos assentamentos.

Nos assentados é um problema complicado o que está acontecendo, eles ganharam e arrendaram e não prestam este tipo de informação. A gente sabe, só que você chega no lote só se está plantado soja, teoricamente deveriam morar lá. No momento em que você vai entrevistar a pessoa ele não vai dizer, ele deveria morar no lote, mais não mora mais, tem um negócinho não sei de que, em outro lugar e arrenda a terra para a produção de soja. (Secretaria de Agricultura de Cruz Alta).

[...] Só gostaria de comentar em relação aos assentamentos: As famílias assentadas após a conquista da terra abandonaram ou venderam barato o lote pois não conseguem visualizar um futuro em cima desse lote. Através do último Censo, verificamos que aqueles que foram assentados nos últimos anos, na maioria não estão lá. [...] Para colocar seu leite no mercado precisam de estradas, e nós temos a mesma estrutura de estradas do interior de 20 anos atrás. São de péssima qualidade. Então nós não estamos fixando população no meio rural, mesmo nas áreas de assentamento é observado que os jovens de assentados depois de formarem no segundo grau e alguns poucos que se formam em nível superior, não estão ficando nas propriedades, eles estão migrando e em grande parte, para regiões industriais buscando emprego. (Agência do IBGE de Cruz Alta).

Na entrevista com o líder do Assentamento Seival, do município de Cruz Alta, a respeito da diminuição da população rural na sua localidade, foi possível confirmar o que foi descrito pelas demais instituições - a saída do jovem da atividade em busca de estudos, devido à falta de incentivos para diversificação na sua atividade, como a atividade leiteira, por exemplo.

A realidade que mudou é que a juventude está indo toda para o urbano. A intenção do jovem é se formar e ir para a cidade. Diminui o número de pessoas, algumas famílias vão para cidade por causa da saúde, e outros venderam. [...] acontece isso aí, nos pequenos produtores se obrigam a sair do meio rural porque não conseguem sobreviver porque nós na pequena agricultura se não conseguirmos diversificar, nós acabamos quebrando. [...] Acho que teria que incentivar que o jovem estude e trabalhe na propriedade, pois na cidade vai ganhar 700 reais por mês, tem que pagar luz, água, tem horário certo, e assim, ele estando aqui na roça, se ele tivesse umas vaquinhas para produzir leite, não precisa muitas vacas para fazer isso, tu acorda cedo, tira o leite, larga as vacas no pasto, planta o pasto, e tem o dia inteiro livre para fazer o que quiser, não fica escravo do relógio, tu cuida tuas vaquinhas, de tarde tira o leite. Beleza! quase não tem serviço aqui no interior. (Líder do Assentamento Seival).

Foi indicado pelo líder do assentamento outro agricultor que, segundo ele, demonstra a intenção de ir para cidade. O entrevistado relata que a falta de estudos o obriga a permanecer na atividade, que arrendar parte das terras para a produção de soja a terceiros, é a única alternativa viável no momento, pois não tem ninguém para ajudá-lo nas suas atividades, já

está com idade avançada e os quatro filhos moram em outras cidades. Além disso, não tem estrutura para escoamento de sua produção de aves e suínos, tanto no que se refere às estradas precárias quanto às dificuldades de comercialização. Outra questão levantada por ele é a falta de maquinário agrícola e o difícil acesso a ele, já que os filhos foram embora e a idade avançada não lhe permite fazer o trabalho manual, problema que poderia ser minimizado com o uso do maquinário.

Os mais velhos vão perdendo as forças de trabalhar, e os filhos não se interessam. Hoje a maioria já tudo mecanizado, os que são mais fracos dão para os que são mais forte. Eram 70 famílias assentadas, legítimos assentados, com terra boa e clima. Hoje acho que nos estamos em 40, então veja bem que 30 já foi. Por causa que pensam assim, eu vender e vou para cidade [...]Na minha opinião é que o estudo em épocas atrás era muito dificultoso, só foram me botar na aula quando eu tinha onze anos, aí existia naquele tempo um limite de tempo para estudar, então a pessoa do interior quando chegava até quatorze anos ele já estava concluída a idade de frequentar aula, os pais já tiravam para trabalhar na lavoura, foi o meu caso que estudei só até o segundo livro. Então o estudo era muito dificultoso, e assim, existia bastante gente na lavoura e a profissão era ser agricultor, e a dificuldade de tocar uma lavoura era muito grande, boi, arado e enxada, tudo era braço e hoje já existe maquinário. Talvez eu continue na agricultura, porque quem não tem estudo é assim. [...] se eu tivesse quatro, cinco filhos aqui comigo eles diriam, não, eu vou estudar, um estuda e o outro também quer, ou outro também, quando chaga num certo ponto, não tem ninguém aqui na lavoura para ficar trabalhando no meu lugar. O que eles pensam, quando o pai e a mãe morre, vamos vender, vamos repartir, se nós estamos na cidade, o que é que queremos com terra e aí vai indo desse jeito assim.[...] O problema também é transporte, pois eu tenho porco, tenho galinha e não tenho para quem vender, ninguém me compra e eu para levar lá na cidade, como? Como eu fazer uma silagem, vou pagar um encilhador para corta, puxa e socar, e do jeito que tá o preço do leite, não dá. Se eu tivesse um trator. O pessoal da cidade diz como aquele pessoal está vendendo a terra, que eles queriam ter um pedaço de terra para produzir leite. [...] O que falta é que eu não posso comprar um trator, esse programa criado pelo governo (Programa Mais Alimentos), não é feito para o pequeno produtor, ou eu não sou considerado pequeno produtor? Porque eu não tenho direito a um trator daquele, eu não posso tirar um trator daquele porque eu tenho que ter uma renda de 70.000 reais. (Produtor assentado indicado pelo líder do Assentamento Seival).

5.2.2 Aumento no número de idosos aposentados no meio rural

Os resultados da pesquisa mostram que a segunda variável, mais citada pelos segmentos entrevistados, que interfere na diminuição da população rural, é que após a aposentadoria dos produtores rurais estes preferem residir na cidade, pela facilitação de acesso a serviços básicos como a saúde, por exemplo, e seguindo os filhos que migraram para a cidade em busca de estudos ou emprego, ou porque estão sozinhos e com a idade avançada, não conseguindo dar conta das rotinas diárias que a atividade rural exige, como se pode verificar neste relato:

[...] Produtor mais envelhecido e com pouca renda, não serve de estímulo para que os filhos fiquem conduzindo as atividades, principalmente em modelos de culturas

comoditizadas e com módulos menores de área. [...] O Brasil já deixou de ser de jovens em 2000. Então caminhamos rapidamente para o envelhecimento, o meio rural que envelhece rapidamente nos trará certamente alguns paradigmas para as próximas décadas quando esta população rural morrer, quem ficará na atividade agropecuária? (Representante da COTRIJAL).

Os pais que estavam na propriedade acabavam deixando um filho lá, se aposentaram e vão atrás do filho que está estudando. Existem vários agricultores que residem no meio urbano, abandonam a suinocultura, o leite, mas mantêm arrendado. Agora estou aposentado e não dependo mais trabalhar tanto, na mentalidade dele. Eles mentalizam, no momento em que me aposento eu vou morar na cidade. Diversos fatores fazem com que o produtor saia do campo e migre para a cidade em nosso município. Entre eles o principal é certamente a aposentadoria. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibirubá).

Quem está ficando na agricultura são os mais velhos, os que estão aposentados, e os filhos que estudam, não estudam para ficar lá. Não estão conscientizados de que têm que ficar lá, estão indo para a cidade e estão ficando lá, só o casal de velhos. Às vezes fica o filho junto, às vezes fica o filho que mora mais próximo, na verdade com o tempo estes velhinhos acabam se sentindo sozinhos no interior e vendendo a propriedade e indo para cidade também, porque ficaram mais perto dos recursos e com isso a grande propriedade vai aumentando e as pequenas vão terminando. (Secretaria da Agricultura de Selbach).

A evolução da tecnologia, o pequeno agricultor não consegue acompanhar, comprar equipamentos e com condições precárias para trabalhar, os filhos dos agricultores vêm para a cidade, em consequência disso, os pais se sentem sós na agricultura, vendem sua propriedade e vêm para cidade atrás deles. (Secretaria da Agricultura de Ibirubá).

Através das entrevistas, percebe-se que diversos fatores fazem com que o produtor saia do meio rural e migre para a cidade, um dos principais é a aposentadoria. Como a atividade de produção de grãos, bem como a de pecuária, é hoje totalmente mecanizada, exigindo pouca mão de obra, o produtor que já trabalhou durante 60 ou 70 anos deixa seu sucessor na propriedade e migra para a cidade, em busca de um melhor padrão de vida com o salário de aposentadoria, geralmente dos dois cônjuges. O filho que ficou no campo melhora o padrão de vida dos pais, contribuindo com tudo o que é produzido, como carnes, ovos, hortaliças, frutas, leite e seus derivados, mandioca, farinha de trigo, etc. Assim, parte da população com idade acima de 60 anos, que está no campo e algumas pessoas que estavam na cidade e voltaram ao campo onde têm propriedade rural, estão apenas aguardando sua aposentadoria para vir para a cidade.

Outro fator que faz a migração do campo para a cidade é o problema de doenças ou outro mal que limita as atividades rurais, pois estas devem ser feitas com sol ou chuva. A qualidade de vida encontrada na cidade é importante, como o acesso a hospitais, farmácias e atendimento médico, além da participação em inúmeras atividades de terceira idade, tais como bailes durante o dia, atividades de ginástica, bingos, reuniões de grupos, etc.

[...] Acredito que os aposentados que saem das propriedades e vão para as sedes das comunidades ou para a sede do município. Existem vários programas hoje para a 3ª idade: grupos de hipertensos, diabéticos, ginástica, lazer (bailes). Outros programas que têm atraído pessoas para as cidades foi a centralização dos estudantes que antes estudavam em escolas do interior, programas sociais como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, proximidade de hospital, posto de saúde, remédios, dentistas, PSF, tudo de graça. (EMATER de Fortaleza dos Valos).

Essa qualidade de vida também é oferecida no interior, mas muitos aposentados já não conseguem mais dirigir veículos para se deslocarem até a comunidade, ficando na dependência dos filhos que, muitas vezes, precisam ficar na propriedade trabalhando, impossibilitando a participação do homem rural nas atividades comunitárias.

5. 2.3 Saída do jovem do meio rural

Depois da inviabilização da pequena propriedade e da aposentadoria rural, pode-se dizer, pelos relatos das entrevistas, que a saída do jovem do meio rural é um fator que contribui de forma significativa para a diminuição da população rural. Questiona-se por que os jovens estão buscando o mercado de trabalho na cidade, não permanecendo para auxiliar na mão de obra rural. Segundo um dos entrevistados: “porque as universidades preparam o jovem para ser empregado ao invés de ser empreendedor”. (Secretaria da Agricultura de Lagoa dos Três Cantos).

O presidente de uma cooperativa da região responde a esse questionamento da seguinte forma: “A falta de alternativa e de trabalho aos jovens, bem como a falta incentivo para a sucessão para permanecer nas atividades dos pais, havendo a necessidade de imigrar para fora do município”. (Representante da COTRIBÁ).

Há vários fatores em relação ao êxodo rural, muitos filhos de agricultores estão saindo para estudar e não retornam mais para o campo e aquele filho que fica com o aumento do preço da área de terra não tem condições financeiras para comprar dos irmãos indo também para a cidade, porém com menos estudos e maior dificuldade para sobreviver. (Secretaria da Agricultura de Saldanha Marinho).

Em nosso município quem sai do meio rural são os jovens e também os aposentados, compram ou constroem uma casa na cidade, pois a mentalidade destes é de que não sobra dinheiro, tem muito serviço, não dá mais. É muito difícil se escutar alguém dizendo o meio rural é um bom lugar de se viver. [...]é que se não sobra dinheiro no final do mês, mas fome não teve que passar, mas sobra o capital, que muitas vezes na cidade não se tem. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quinze de Novembro).

A busca de um salário fixo, para que não necessite pedir aos pais, é uma questão cultural que favorece a saída do jovem do meio rural. Muitas vezes a busca por outras oportunidades é incentivada pela própria família. Outra questão que chama a atenção, durante

as entrevistas, é que são as jovens quem mais deixam o meio rural. Tais preocupações são temas de diferentes relatos. Alguns serão apresentados a seguir:

Os jovens buscam novas alternativas de renda, pois os próprios pais não forneceram condições aos filhos em continuar, no sentido de incentivo “moeda”, salário, participação dos lucros. A velha praxe de se dizer “está trabalhando para você, para o que é seu” na concepção do jovem não basta. Além disso, o endividamento do meio rural torna a estada muito penosa, e faz com o produtor vender a terra, entregar por dívidas ao banco ou outros credores, ocorrendo o êxodo rural. (Secretaria da Agricultura de Fortaleza dos Valos).

Todo esse processo que vem ocorrendo na agricultura leva para um envelhecimento do meio rural, pois as famílias além de terem poucos filhos, esses acabam indo para a cidade em busca de ganhos sem muito trabalho. Outro fator que nos chama atenção é a masculinização do interior, pois as meninas são as que mais abandonam o interior ficando na agricultura apenas os homens. (EMATER de Salto do Jacuí).

Eu acho assim, no meu ver e talvez eu esteja enganado, nos últimos anos vem diminuindo o número de produtores que saíram do meio rural por que a própria produção do leite está melhorando. Quando sai acho que é por uma questão cultural, por exemplo, um filho de agricultor que ir a um baile, pega 50 reais e vai, por isso é importante cada um ter a sua renda, e não precisar ficar pedindo dinheiro para o pai. E isso a cidade oferece. Eles vão buscar na cidade um salário fixo, mas teria que ter um salário fixo no meio rural. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibirubá).

A falta de renda e de oportunidades para o nosso jovem, falta de incentivo muitas vezes pelos próprios pais, que ao invés de apoiar os filhos a permanecer no meio rural, ainda dizem para eles: vocês têm que estudar, procurar emprego, pois eu não quero que você sofra o que eu sofri, mas muitas vezes estes pais não tem noção do que é viver também na cidade com um salário não muito alto, que em muitos casos, estes filhos no final de semana se não vão fazer o rancho em casa, passam necessidade. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Selbach).

O grande número de aposentados que ficaram na propriedade rural e o jovem, filhos e netos, saindo para a cidade em busca de estudo, e trabalho em outras áreas. A dificuldade dos jovens em permanecer na atividade rural por falta de comprometimento e também poucas expectativas de renda, ele não recebe salário dos pais, na maioria das vezes, o que torna muito difícil se identificar com o ramo agropecuário, já que se ele trabalhar na cidade, 8 horas por dia, terá seu salário garantido sem precisar trabalhar fora do horário, finais de semana e ainda ter lazer. (Secretaria da Agricultura de Fortaleza dos Valos).

Um aspecto fundamental é a percepção que a população jovem tem quanto à dicotomia meio rural/urbano. No tocante à juventude proveniente da agricultura familiar, percebe-se que existe a noção de que no meio rural, caso a propriedade tenha diversificação, a renda econômica é maior. No entanto, a inexistência de vida social tem um peso significativo na tomada da decisão em morar no meio urbano, mesmo com ganhos mensais menores, pelo fato de poder estar inserido onde existe opção de vida social ativa. Assim, as atrações que a cidade oferece, frente às limitações no meio rural, também são apontadas como variáveis importantes para que o jovem deixe o meio rural. “Atualmente a população jovem no meio rural vem diminuindo, o que reflete que eles venham em busca de maior planejamento: conforto na

cidade (internet, diversão), bem como a necessidade da infraestrutura disponível, como abastecimento de água, saneamento, destinação do lixo e de uma renda mensal”. (EMATER de Ibirubá).

Eu vejo que o meio urbano apresenta várias atrações: Questão de saúde, a pessoa fica doente no meio rural e não tem como ser atendido. A questão da vida social é uma atração forte, é uma coisa bem simples, que se houve corriqueiramente, um produtor rural dizer: eu não quero que meu filho tenha a vida que eu tive e passe pelo que eu passei, ele diz isso com muita seriedade, que isso para ele é a realidade e realmente ele não quer, embora a academia e o pesquisador veja isso com outros olhos, que ele deveria ficar lá, e ele não pensa assim, ele diz, olha eu aqui não fico mais porque eu fiquei fora de oportunidades, como TV a cabo, farmácia, mercado. o meio urbano exerce uma atração muito forte. Então só fato dele dizer que não quero que meu filho tenha a vida que eu tive, é um sinal que a vida que ele teve deve ser investigada, principalmente a academia que acha que ele deve ficar lá. (Secretaria da Agricultura de Cruz Alta).

Nos relatos, foi observado que está mudando o perfil do jovem no meio rural, e que este está, cada vez mais, perdendo as características de agricultor e o vínculo com a natureza.

[...] até o perfil dos jovens no meio rural mudou, tu via antes as pessoas de pele escura que eram de pele clara, hoje o perfil é pele clara, obesa e de moto. E ninguém pegando na enxada. A pesquisa do Orçamento Familiar - POF, demonstra que o jovem urbano é mais alto que o jovem rural, até por falta de atividades físicas. Na área rural as pessoas têm tudo nas mãos. (Agência do IBGE de Cruz Alta).

Muitos jovens também migram para a cidade para viabilizar o acesso ao estudo, não retornando ao meio rural depois de formados. “Consideramos como uma das principais causas a falta de sucessão da terra, os filhos que vão estudar na cidade e acabam não voltando para as comunidades forçando os pais a venderem ou deixar a terra e se mudar para o meio urbano”. (EMATER de Salto do Jacuí).

Muitos também migram para as cidades em busca de informações (estudos), pois precisam se deslocar para outros centros maiores como Passo Fundo ou Cruz Alta para fazer uma faculdade, dificultando a vinda todo o dia do interior. Após fazer uma faculdade também não retornam mais ao interior, preferindo ser assalariado a ser proprietário (lei do menor esforço). (EMATER de Ibirubá).

[...] A juventude é quem mais sai do interior, pois a mesma está se evadindo do meio rural para centros urbanos, muitas vezes na busca de estudos até a conclusão de ensino superior, e depois não retornam mais para o meio rural; além de jovens que buscam emprego, nos centros urbanos onde possam ter renda mensal regular própria e mensal, sem depender dos pais. (EMATER de Santa Bárbara do Sul).

Em alguns municípios, especificamente como Ibirubá, Lagoa dos Três Cantos e Não-Me-Toque, acredita-se que a oportunidade de emprego gerado, principalmente pela indústria, transferiu cada vez mais jovens filhos de agricultores para os centros urbanos, o que dificulta cada vez mais a sucessão rural. “Nos últimos anos com a economia e a produção em alta, os

jovens se deslocaram do interior para a cidade em busca de emprego. A oferta de emprego está maior que material humano disponível. (Sindicato Rural de Não-Me-Toque).

O número de famílias está diminuindo consideravelmente. Os filhos estudam, se formam e não voltam mais para a propriedade. Existe uma cultura de que é bom ter salário fixo no final do mês, principalmente oportunidade de emprego gerado principalmente pela indústria a tecnologia substitui a mão de obra, o filho se torna ocioso na propriedade. (Secretaria da Agricultura de Lagoa dos Três Cantos).

Há uma percepção geral dos entrevistados de que o fechamento de escolas no meio rural, o modelo de ensino das que ficaram, o transporte escolar que tirou a criança de lá, e o ensino médio voltado para assuntos que não estão relacionados ao meio rural, são responsáveis pela não permanência do jovem nas suas atividades rurais.

Nas famílias, especialmente da agricultura familiar, envidam todos os esforços para proporcionar estudo a seus filhos para que busquem outras alternativas de trabalho e renda, fora das propriedades. As famílias e as escolas do meio rural ou da cidade pouco ou nada utilizam os elementos do meio para dizerem aos filhos, as vantagens e a qualidade de vida que se tem no meio rural, mal sabem que tem inúmeras profissões do meio urbano que exercem o trabalho bem mais penoso que os agricultores, sem se falar no compromisso, responsabilidades, horário a cumprir. Não avaliam o custo de vida de morar numa cidade onde tudo deve ser comprado, se iludem apenas com o valor dos salários. Outro aspecto importante é que as escolas em geral preparam para o vestibular. Além disso tem o PEIS³, aquisição de bolsas de estudo por parte do governo, financiamentos altamente subsidiados para quem estuda em Universidades particulares, etc. (EMATER de Fortaleza dos Valos).

[...] Em relação à educação é notório que os professores são todos da cidade, o material utilizado os exemplos do dia a dia são urbanos, não se usa os exemplos de cálculos e ciências e outros, baseados na realidade dos alunos tudo é urbanizado, em muitos casos até a escola é fechada no interior e os alunos levados pelo transporte escolar para estudar na cidade. (EMATER de Salto do Jacuí).

Na maioria dos casos são os jovens que saem do meio rural para estudar, e com isso acontecem duas coisas, uma a educação que recebem é totalmente voltada aos grandes centros urbanos, não tendo nada de motivação ou formação para o meio rural, e a outra é a absoluta falta de renda na agricultura principalmente a agricultura familiar. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Não-Me-Toque).

Hoje a televisão está educando nossos filhos e aí quando vem para cidade, na verdade a saída das escolas do meio rural, e aquilo que sobre e fica no interior é muito ruim, os que vão é por causa de alguns avanços de fim de carreira, a professora está prestes a se aposentar e fica mais dois ou três anos, e acabam se acomodando. Em alguns municípios do interior a educação é muito ruim, o aluno está lá na terceira série e não sabe ler nada. O que vai acontecer com este aluno ele vai vir para cidade e vai ter uma diferença muito grande. As estradas são precárias, e os alunos têm que faltar três dias por falta de condução. É difícil, nem o professor quer ficar lá e o aluno perde o animo de ir para aula. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz Alta).

O pensamento de um dos entrevistados resume os demais: “Acredito que em função do crescimento das famílias, a divisão das heranças, falta de rentabilidade no campo, da

³ Programa de Ingresso ao Ensino Superior

necessidade dos filhos destes produtores saírem de suas cidades para cursar uma faculdade este filho não regressa mais para a propriedade rural”. (Sindicato Rural de Tapera e Selbach).

5.2.4 Modernização tecnológica induzindo à concentração fundiária

Os resultados da pesquisa também evidenciam que há fatores que impactaram, a partir de 1970 e 1980, como o incremento da modernização do campo e lavoura. Havendo necessidade de menos pessoas no meio rural, um grande contingente migrou para a cidade, concentrando-se, em grande parte, na periferia das cidades. Este processo leva ao seguinte questionamento: até que ponto o padrão de vida de periferia está ligado ao perfil das pessoas que saíram do meio rural? Até porque ainda hoje a utilização da modernização agrícola continua inviabilizando o pequeno produtor, processo que resulta em concentração de terra, através de arrendamento ou compra por parte dos grandes agricultores.

[...] a realidade está estampada no rosto da cada agricultor e agricultora do Alto Jacuí e demais regiões, é a falta de opção hoje, não tem renda fixa e com isso o agricultor sofre com essa situação e também a agricultura de alta tecnologia levou embora muitas propriedades. Este é o motivo do esvaziamento do campo em nossa grande região. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colorado).

A agricultura hoje, não é dependente de mão de obra, visto que a tecnificação, diminuiu drasticamente a ocupação de mão de obra, como consequência, diminuição de número de produtores rurais, mas mantendo duas separações bem distintas, o pequeno produtor e o médio/grande produtor, poucos, mas já adaptados a esta realidade. Tudo isso, considerando as questões de informação e de planejamento de propriedade, este é um sistema fortemente excludente e cruel, porque concentra as terras e a renda na mão de poucos. (Secretaria da Agricultura de Tapera).

Uma questão colocada nas entrevistas é que esse processo de modernização e mecanização, ou modelo econômico, exige áreas maiores, tendo que plantar mais, colhendo mais para ter lucro semelhante ao que se tinha antes, diminuindo a necessidade de mão de obra, principalmente quando a matriz produtiva predominante é a de grãos.

[...] A mecanização é responsável pela diminuição da população rural, pois mesmo aumentando o tamanho das propriedades, a máquina tem conseguido compensar a falta de mão de obra e efetuando eficientemente as tarefas que demandam numa propriedade rural. (EMATER de Quinze de Novembro).

[...] A menor necessidade de mão de obra para os afazeres agrícolas, a diminuição dos postos de trabalho, a tecnologia preconizada e adotada, a falta de discussão sobre todo este processo e a inação dos poderes públicos da região. [...]. É decrescente a necessidade de mão de obra no campo a partir do momento que temos como predominante, e cada vez mais, a matriz produtiva grãos e a crescente mecanização do setor, a inviabilização econômica dos pequenos e médios agricultores, acaba por proporcionar a concentração de terras e renda através do arrendamento ou venda à agricultores com maior capacidade econômica. (EMATER de Ibirubá).

[...] A transformação que aconteceu em nosso município é por causa da modernização. Modernização que exclui e escraviza o pequeno produtor rural. Estamos muito preocupados com o esvaziamento do meio rural, o pequeno produtor não tem mais opção de diversificação rentável em sua propriedade. Nas entidades ainda temos o compromisso de buscar alternativa que viabilizar as propriedades, é preciso que façamos alguma coisa que convença o pequeno produtor para que fique no meio rural com alternativa rentável. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colorado).

Também a mudança tecnológica, através do plantio direto e do uso de sementes transgênicas, foi considerada como um fator de redução da necessidade de mão de obra rural, pois, segundo os entrevistados, trouxe consigo produtividade e a necessidade de máquinas e equipamentos maiores.

O sistema de plantio direto, no sistema convencional de produção, baseado na transgenia/dessecação veio a facilitar sobremaneira o processo de produção. Esta “facilitação”, sem sombra de dúvidas, tornou obsoleto um grande número de postos de trabalho e possibilitou a consolidação da tecnologia, mesmo com seu maior custo. (EMATER de Cruz Alta).

Percebe-se que, de um modo geral, os segmentos entrevistados acreditam que os agricultores que produzem acima da média apropriam-se de ganhos por algum tempo, os que produzem abaixo da média acabam saindo da atividade, elevando a média de produtividade, dessa forma exigindo novo incremento de produtividade através da incorporação tecnológica do sistema produtivo.

A percepção de algumas instituições é que toda essa modernização pela qual passou o meio rural transformou o agricultor em empresário rural, o que o leva a buscar conhecimentos para sua capacitação na busca de uma visão administrativa, a fim de gerir sua propriedade e atingir seus objetivos. “[...] os produtores que não estiverem atentos pela busca da informação, futuramente terão grandes dificuldades em administrar suas propriedades”. (Sindicato Rural de Santa Bárbara do Sul).

5.2.5 A contribuição dos grandes produtores para a diminuição da população no meio rural

Os produtores que possuem grandes áreas, considerados pelos segmentos entrevistados como “grandes produtores”, contribuem para a diminuição da população rural de várias formas: buscando áreas para produzir em outras regiões do estado e do país e dessa forma transferindo-se para a região, ele ou parte da família, comprando ou arrendando áreas de outros produtores que deixaram o meio rural, estimulando assim a concentração de terra e conseqüentemente a necessidade de mão de obra, fato considerado pelos entrevistados como “especulação imobiliária”. Além disso, a mão de obra contratada por esses produtores, na

maioria das vezes, é temporária e reside no meio urbano ou, ainda, a maioria desses produtores está residindo na cidade, caracterizando migração interna nos municípios. “São os grandes produtores profissionalizados que têm condições de absorver as propriedades que se tornaram inviáveis ou que tenham se transferido para a cidade ou para outra região produtora”. (Sindicato Rural de Colorado).

O aumento de renda dos grandes proprietários, estimula a aquisição de mais áreas, praticando muitas vezes valores absurdos por imóveis rurais. Exercem uma pressão econômica e social aos pequenos, que sem estrutura e sucessão dentro da propriedade, as vendem. (EMATER de Quinze de Novembro).

Um dos entrevistados retrata o que foi descrito pelos demais:

É necessário distinguir duas situações. Os produtores capitalizados têm comprado áreas em outras regiões e os filhos têm migrado para estas áreas e continuado as atividades. Existem informações de que as áreas de produtores de Tapera fora do município atingem em torno de 70.000 – 80.000 ha. Portanto, a diminuição da população rural nos estabelecimentos com áreas maiores deve-se ao fato de tocar o negócio em outros locais. Também deve-se considerar que os produtores proprietários de estabelecimentos médios a grandes residem na cidade (família toda), caracterizando desta forma uma migração interna. Por outro lado a concentração fundiária leva a uma diminuição da necessidade de mão de obra, sendo que a mão de obra disponível fica ociosa uma parte considerável de tempo. (EMATER de Tapera).

Além da migração, é considerado pelos segmentos rurais entrevistados também como fator de diminuição da população rural o planejamento familiar. A população rural diminuiu porque diminuiu, principalmente, o número de pessoas por família. “Enquanto nas décadas passadas o número de filhos por família ultrapassava a dez, hoje o máximo são três filhos por família”. (Secretaria da Agricultura de Selbach).

[...] Tivemos no decorrer do período de 1970 pra cá um envelhecimento da população rural, juntamente com isso, reduziu o número de filhos tanto na área urbana quanto rural, as mulheres diminuíram a fecundidade, diminui a natalidade. O que ocorreu também neste sentido, nestas últimas décadas, a disseminação do planejamento familiar, controle de natalidade, e estabilização de conscientes nas periferias dos municípios, onde os governos estaduais incentivaram, através da sua secretaria da saúde, gabinete das primeiras damas, políticas fortes na área social, voltadas para que a população de periferia tivesse menos filhos que repercutiu também para não termos um crescimento demográfico forte, como era há três, quatro décadas atrás. (Agência do IBGE de Cruz Alta).

A falta de uma política agrícola, que garanta renda para os produtores, foi destacada por apenas dois representantes dos segmentos rurais. “A falta de renda do produtor causada por uma política agrícola ineficiente, pois não existe um seguro agrícola que realmente cubra os custos de produção, falta de preços mínimos que realmente sejam cumpridos.” (Sindicato Rural de Cruz Alta).

A falta de incentivo para agricultura tem um impacto direto para o êxodo rural em nossa região. A agricultura tem uma forte influência sobre o PIB brasileiro, sendo que por esse motivo, necessita de políticas agrícolas específicas e concretas, que não existem na prática. (Sindicato Rural de Santa Bárbara do Sul).

[..] é difícil entender porque as pessoas vêm para a cidade, alguns não têm conhecimento para poder trabalhar no comércio da cidade, eu acho que a falta de investimento em diversos setores, como saúde, dificuldade em financiamentos em bancos, principalmente pelos efeitos do clima, muita seca e dificuldade deles aprenderem a diversificar a propriedade rural, alguns só plantam as mesmas coisas, não têm renda de exemplo de fruticultura, olericultura a falta de transformarem seus produtos, em produtos artesanais para vender em feiras então a população vem diminuindo significativamente. (Inspeção Veterinária de Salto do Jacuí).

5.3 Condições sociais e econômicas do produtor e sua família depois da saída do meio rural

Foi relatado pelos segmentos entrevistados que as condições sociais e econômicas das famílias que deixaram o meio rural nos anos 80 e 90 são mais desfavoráveis do que as das famílias que saíram na última década, devido ao endividamento que inviabilizou a continuação na atividade rural e, sobretudo, por ser um período de forte instabilidade econômica. Diferentemente do período anterior, percebe-se que ocorre nos últimos anos uma saída de famílias do meio rural, e que isso não significa necessariamente sair da atividade agrícola. O que se constata, na prática, é que o vínculo com a atividade agrícola continua, ou seja, os produtores com maiores recursos moram no meio urbano, mas continuam ligados à atividade rural, mesmo que seja apenas pelo recebimento do valor relativo ao arrendamento da terra.

Verifica-se, também, que entre os que saíram do meio rural, de um lado está o produtor que se preparou para a saída e de outro o produtor que, por algum motivo, teve que abandonar a atividade. Alguns entrevistados resumem o que foi descrito pelos demais:

A diversidade de situações ou condições em que se encontram os produtores após a saída do meio rural é enorme. Existem exemplos de famílias que obtiveram empregos estáveis e os filhos também tem boa colocação no mercado formal. No município para quem teve que abandonar o campo, verifica-se que a situação não seja das melhores, por que estes foram disputar espaço e trabalho nas cidades vizinhas. (Sindicato Rural de Colorado).

A nível de pequenos produtores, muitas dessas famílias que abandonaram a atividade estão em precárias condições de vida, pois tem gastos que antes não computavam no seu orçamento, como água, aluguel, hortifrutigranjeiros, carne, ovos, galinha, enfim, produção de subsistência. A nível de grande produtor rural, percebe-se que esse normalmente continua na atividade, não reside na propriedade, mas mantém funcionários, está na atividade e vive dela. (Secretaria da Agricultura de Fortaleza dos Valos).

Na maioria das vezes nessas famílias oriundas do interior, as condições sociais melhoram, ficam perto dos filhos, da saúde, da educação, do lazer, etc.

Economicamente nem sempre melhora, na maioria das vezes se deparam com o alto custo de vida da cidade e a falta de um melhor planejamento dos gastos. Os grandes produtores geralmente melhoram em tudo, pois eles continuam com a terra e constroem casas boas na cidade para morar. (EMATER do Salto do Jacuí).

Os que faliram e perderam seus bens normalmente enfrentam dificuldades financeiras. Os que conseguiram salvar o patrimônio especialmente a terra, vivem até em melhores condições sociais e econômicas de quando eram agricultores, recebendo arrendamento. (Sindicato Rural de Cruz Alta).

Como grande parte dos que saem do meio rural são produtores aposentados, para estes a situação econômica se mantém estável, pois além do salário fixo, muitos contam ainda com a contribuição de produtos agrícolas dos sucessores que ficaram na atividade agrícola, dessa forma conseguem levar uma vida semelhante a anterior. Existem muitos casos em que os sucessores ainda pagam um arrendamento da propriedade para os pais, contribuindo para a melhoria financeira. No entanto, em relação à condição social, na maioria das vezes, demoram a se adaptar à nova realidade na cidade.

[...] A condição econômica é favorável, já a condição social, num primeiro momento é inferior, pois, o círculo de amizades fica no meio rural e, na cidade leva-se algum tempo para entrar em outro grupo, relacionamento com vizinhos, preocupação com o trânsito, barulho e segurança da propriedade. (Secretaria da Agricultura de Selbach).

Mesmo os aposentados que deixaram a atividade rural, vendendo sua propriedade, possuem condições econômicas e sociais satisfatórias, devido ao capital construído ao longo dos anos, e muitos ainda conseguem se inserir no mercado de trabalho. “[...] quem geralmente possui uma aposentadoria rural, e quase todos conseguem, arrendam ou vendem suas terras, vão para cidade em busca de solução no curto prazo melhor. Isso muda completamente as relações e dinâmicas locais, regionais e nacionais”. (Representante da COTRIJAL).

A grande maioria é aposentada e tem uma vida tranquila. Os que são ativos procuram emprego, tanto homens como mulheres, e conseguem se sustentar, vendem a propriedade no interior, compram terreno com casa na cidade investem no estudo e futuro dos filhos, além de terem uma vida mais fácil como empregados: recebem mensalmente sem ter que se preocupar com condições climáticas, têm férias, e folga no fim de semana, além de não precisar comprar nenhum maquinário para o trabalho, apenas entram com a mão de obra. (Secretaria da Agricultura de Lagoa dos Três Cantos).

Os entrevistados acreditam que para os produtores que não são aposentados e que vendem a propriedade para terceiros, vindo para a cidade, tanto a situação econômica como a social são infinitamente inferiores, pois para quem precisa sustentar uma família sem a qualificação necessária para o trabalho no comércio ou indústria, ficando no subemprego, muitas vezes enfrenta problemas psíquicos, sociais, familiares e comportamentais. “Aqueles famílias que não possuem qualificação, há casos, principalmente quando migram para cidades

maiores, estão enfrentando dificuldades de emprego e moradia” (EMATER de Colorado). Ainda, segundo outro entrevistado: “aqueles com baixo nível de escolaridade não obtiveram boas ocupações, assim residem nas periferias e em condições sociais precárias. Há os que voltam a reivindicar terras pela reforma agrária”. (EMATER de Não-Me-Toque).

Os agricultores que saem do meio rural deparam-se com uma realidade diferente, onde o alimento que antes era produzido agora é comprado, tornando o custo de vida mais caro. Nas condições da cidade estão mais isolados, não formam sociedades ou comunidades que antes davam estruturação aos seus anseios. (EMATER de Lagoa dos Três Cantos).

Percebo que geralmente ele sai porque teve grandes frustrações e lá no meio urbano ele não terá sucesso nenhum porque está decepcionado com a situação que levou a sua propriedade a falência e por isso há poucas opções para que esta família resista na cidade. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colorado).

Na verdade, é uma ilusão pensar que será mais fácil a vinda para área urbana, pois o custo de vida na cidade é muito alto! Se antes podiam criar e cultivar o que os sustentavam, hoje tudo provém verbas, supermercado, açougue, enfim. Fica ainda mais difícil para quem era empregado e tinha tudo lá. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza dos Valos).

A maioria com certeza pela baixa qualificação profissional não encontram trabalho de boa remuneração no meio urbano, sendo jogados para periferias de cidades e ocupados em empregos de baixos salários ou até mesmo subempregos, sujeitos a intempéries sociais, sendo o seu grau de instrução e idade sua pior condição de galgar empregos de melhor remuneração. (Secretaria Agricultura de Tapera).

[...] As pessoas que já têm certa idade elas realmente não conseguem colocação em lugar nenhum e ficam marginalizadas e não têm a oportunidade de voltar, por questões financeiras. Tu imagina uma pessoa de 50 anos daqui a 10 anos ela percebe que o dinheiro dela acabou, ela gostaria de voltar, mas está com 60 e acaba ficando na periferia. (Secretaria da Agricultura de Cruz Alta).

Na percepção dos entrevistados, alguns produtores que saíram do meio rural necessitam de ajuda para sua sobrevivência. “[...] Trabalho assalariado, com horários fixos, recebendo ajuda do governo federal e municipal, bolsa família, secretaria da assistência social, LIGA, etc. Vivem com o salário de pessoas aposentadas na família”. (EMATER de Ibirubá).

Como eu fiz referência anteriormente, existem vários atrativos para virem para as cidades. Por exemplo: a família trabalha como empregado(s) do meio rural (caseiros, biscateiros, etc), muitas vezes não são donos de nada, moram em casas precárias. Se inscrevem nestes programas e de repente podem se tornar proprietários de uma casa, algumas vezes, gratuitamente. O problema que vão enfrentar é a falta de oportunidades de emprego e de que precisam comprar quase tudo. (EMATER de Fortaleza dos Valos).

Percebe-se, nas entrevistas, que os empregados que trabalhavam juntamente com sua família no meio rural são os que encontram maiores dificuldades para se manterem na cidade. “[...] os empregados normalmente se encontram em condições piores do que estavam no meio

rural, geralmente morando nas periferias dos centros urbanos, quando não, com o passar do tempo, aumentado as favelas”. (EMATER de Santa Bárbara do Sul).

[...] a grande maioria que sai do meio rural se dá muito mal, por exemplo eu que saí e venho para cidade e eu tenho junto comigo os meus filhos, eles vem prá cá, a princípio tenho dinheiro porque eu vendi a terra e vou comprar uma casa na cidade, arrumo um bico aqui e outro ali, daqui e aos poucos meus filhos caem na marginalidade. Eles acabam saindo da vida tranquila que tinham lá fora e vêm para cidade conviver com outro tipo de gente, com outro tipo de ambiente, e percebem que estão desqualificados para trabalhar na cidade. Eu tenho de 2010, centenas de rescisões desse ano, eram trabalhadores que tinham emprego rural e o patrão que tinha 5 ou 6 ou 10 e diminuiu para cinco seus empregados, e quem tinha dois ficou com um só. São essas pessoas têm que achar um lugar para ir. Por que está acontecendo crime e marginalização na cidade, e este cidadão que vem do interior, bate de porta em porta e parte para marginalização. Eu estou muito preocupado com isso, até a própria sobrevivência dos sindicatos. (Sindicato dos Trabalhadores).

A situação é mais precária para as famílias que eram empregadas no meio rural, pois normalmente essas pessoas possuem baixo grau de instrução e passam a viver em condições de subemprego, ficando na dependência da aposentadoria dos mais velhos e de atividades temporárias, de biscate. (Sindicato Rural do Salto do Jacuí).

Quanto aos jovens que saem do meio rural para estudar ou trabalhar, os entrevistados acreditam que continuam necessitando do auxílio dos pais, que continuam na atividade rural. O jovem que trabalha no meio urbano, residindo na cidade, continua com sua ligação no meio rural, já que a família continua morando na propriedade. “[...] É que os jovens que saem vão na maioria das vezes precisam pegar o dinheiro para fazer o rancho, pegar o dinheiro para luz, para o telefone na casa do pai que ainda mora no interior”. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quinze de Novembro).

Outra questão emblemática apontada é que a maioria sai em busca do mercado de trabalho e grande parte sem estar qualificado para este mercado. Por outro lado, parte das pessoas, em menor número, já vai para a cidade com emprego arrumado, pois em alguns municípios, percebe-se pelos relatos das entrevistas, nos quais existe oferta de emprego da indústria, principalmente os jovens saem da atividade rural com emprego fixo arrumado.

Para os jovens normalmente melhora, pois em Ibirubá tem indústrias e os absorve no serviço industrial e ficam com salário previsível e planejável. Na agricultura sofre a interferência do clima, governo e política agrícola. Muitas vezes acabavam pagando para produzir. (Sindicato Rural de Ibirubá).

No caso do município de Não-Me-Toque acredito que a maioria destas famílias que saíram do meio rural para o urbano melhoraram suas condições de vida, principalmente pela oferta de emprego por parte das indústrias, tanto para o casal quanto para os seus filhos. Outra questão que pode ser analisada, é o valor pago por ha de área em nossa região, o que muitas vezes faz que com a venda destas propriedades, a pessoa consegue adquirir um imóvel na cidade e ainda sobre um valor para investimento ou guarda para uso futuro. (Secretaria da Agricultura de Não-Me-Toque).

O preço da terra elevado é considerado um importante fator para melhorar as condições de vida após a saída da atividade rural. “[...] estão melhorando o padrão de vida, porque tem conseguido ótimos valores no momento da venda de seus imóveis e com isso investido em outras atividades mais bem remuneradas.” (EMATER de Quinze de Novembro).

Alguns entrevistados disseram não ter conhecimento das condições econômicas e sociais em que se encontram os agricultores que saíram do meio rural. “Não tenho informações, mas imagino que dependa muito de qual situação ele abandona. Precisamos saber que história de vida aquela família tem e que “nova” história pretende escrever”. (EMATER de Cruz Alta).

5.4 Percepção sobre o futuro para as famílias na agricultura com relação à sucessão

Como em qualquer ramo de atividade econômica, muitos jovens optam por seguir carreiras diferentes das desenvolvidas pelos pais. A sucessão familiar no meio rural é um tema complexo, que precisa ser discutido desde cedo com os filhos, para diminuir a possibilidade de ocorrerem atritos no futuro⁴

Neste subitem, descreve-se como os segmentos rurais da região percebem a sucessão na atividade rural. De um modo geral, observa-se pelos relatos que nas propriedades que possuem atividades exigindo mão de obra mais intensiva, os filhos que ainda residem na propriedade são os solteiros ou casados com meia-idade, e que irão continuar desenvolvendo as atividades; nas propriedades onde inexistente mão de obra, ocorre o arrendamento das terras para o cultivo de grãos, ou se paga para terceiros a operacionalização dos serviços.

Com a concentração das propriedades e com o envelhecimento da população rural, inevitavelmente a população jovem tem deixado o meio rural. Observa-se que neste processo, algumas atividades que exigem mão de obra intensiva como criações frangos de corte, suínos e bovinos de leite, não se mantêm nestas propriedades. (Secretaria da Agricultura de Saldanha Marinho).

Um dos segmentos entrevistados resume a percepção dos demais sobre o tema sucessão na atividade rural.

[...] em um total de 100 propriedades, apenas 34 chegam à terceira geração, as outras se extinguem antes disso. Para revertermos esse quadro, precisamos orientar o produtor e mostrar aos nossos jovens que é bom trabalhar na agricultura. É claro que não dá para obrigar ninguém a ficar no interior. Tem que ser uma opção de vida.

⁴ “Sucessão enquanto um processo envolvendo as condições que permitem aos filhos permanecer ou sair e as dimensões da transmissão do patrimônio quando os agricultores contam com sucessores e quando não podem contar com essa possibilidade”. (SPANVELLO, 2008, p. 23)

Mas se algum dos filhos mostrar interesse é preciso estimulá-lo e desde cedo estabelecer regras para a sua participação no negócio. E estabelecer regras também para os que saíram na propriedade. (Representante da COTRIJAL).

Grande parte dos entrevistados acredita que a sucessão vai depender das condições econômicas e perspectivas de renda na atividade rural. Existe sucessão quando a família está estruturada e passa para seus filhos o gosto pelo trabalho rural e quando esses filhos podem opinar e crescer juntos na atividade, sendo respeitados com a nova geração de conhecimentos e, principalmente, tenham renda mensal. “[...] sucessão sempre vai existir, mesmo com menor número de pessoas no campo, mas com um padrão de vida muito mais elevado para os que ficarem”. (EMATER de Quinze de Novembro).

[...] com uma agricultura forte acredito que muitos jovens irão continuar a desenvolver suas atividades no meio rural, assim percebem perspectivas de futuro na atividade, buscam se qualificar em ensino superior para administrar a propriedade rural de seus pais. (Sindicato Rural de Santa Bárbara do Sul).

Acredito que exista sucessão sim, quando a família é organizada de forma criativa, que explora a propriedade como um todo, valorizando o trabalho da família, com salário justo, aproveitamento, participação dos lucros. O jovem tem que participar da atividade como um todo, tanto de idéias quanto de despesas, lucros. Não se pode alienar a família das dívidas, da situação que se encontra a propriedade, pois, tem-se que buscar alternativas de crescimento, para o viver e conviver em harmonia. (Secretaria da Agricultura de Fortaleza dos Valos).

Existe ainda a esperança de continuidade... [...] vejo o futuro para as famílias na agricultura com bons olhos, somos produtores de alimento, sendo assim temos que ser profissionais para que nossos filhos tenham condições de seguir o nosso caminho. (Sindicato Rural de Colorado).

Sim, existe sucessão, mais exclusivamente dependente da tecnificação dos jovens e de sua aptidão para a atividade rural, hoje muitos jovens já vêm como uma boa oportunidade de negócios e por isso já investem em qualificação profissional no setor. Outro fator são os estímulos financeiros e subsídios no setor. (Secretaria da Agricultura de Boa Vista do Cadeado).

Eu tenho muita esperança, se continuar hoje sem grandes mudanças, já está acontecendo dos filhos voltarem para a atividade rural, pois o custo de vida na cidade é maior, desde a verdura, carne, o custo de vida da cidade, faz muito filho repensar. Eu acho que nós temos bastante futuro na agricultura se continuarmos trabalhando com esta visão de diversificação, falta apoio do governo principalmente na questão do seguro. Eu tenho palpite que a agricultura tem bastante futuro sim. (Secretaria da Agricultura de Quinze de Novembro).

Apenas um entrevistado acredita ser imprevisível o processo de sucessão na atividade rural:

Os pais das famílias rurais de hoje, no entanto, compreende uma geração ainda com muitos anos de condições de produzir, o que leva a crer que ainda terão energia para modificar e aperfeiçoar formas de produção. Mas o fato dos filhos buscarem a formação em outras áreas acarretará certamente a se firmarem profissionalmente em grandes centros, e, logo, a previsão futura, digamos, daqui a 30 anos, é totalmente imprevisível quanto à forma do processo da atividade agropecuária de nosso município e na região. (Secretaria de Agricultura de Selbach).

No entanto, a grande maioria dos entrevistados retrata um cenário preocupante, muitos jovens não pretendem permanecer junto ao meio rural, não considerando a propriedade como uma oportunidade de geração de renda para estabelecerem suas famílias, criarem seus filhos com melhor qualidade de vida. Conforme descrito nos itens anteriores, e corroborado novamente pelos entrevistados, o jovem opta por estudar ou trabalhar em atividades consideradas por ele e pela sua família como “menos sofridas” e não retornam para o meio rural. Além disso, aliam-se as incertezas da atividade agrícola à falta de políticas públicas que garantam renda, a não diversificação na pequena propriedade e os altos custos de produção. A consequência é a concentração de área em um número menor de produtores que irá se dispor a permanecer na atividade.

Pensando bem é complicado, algumas famílias pode até estar aumentando a renda e a família vai continuar na atividade, mas em relação à sucessão é ainda mais difícil, os filhos na maioria estão estudando não querem mais voltar a trabalhar na agricultura com essas enormes dificuldades com clima, falta de investimento e recurso em bancos, a maioria vai trabalhar na cidade então a sucessão na maioria vai ser vender a pequena propriedade para as grandes propriedades. (Inspetoria Veterinária de Salto do Jacuí).

Percebo que a maioria não tem sucessores. Estes irão para outras atividades pois viram seus pais sofrerem na atividade por falta de políticas agrícolas adequadas e pelo constante risco que a atividade agrícola traz no seu contexto, como o clima. Vejo que cada dia mais haverá concentração de área num número menor de produtores que se disporão a permanecer na atividade. (Sindicato Rural de Cruz Alta).

Por mais que o poder público invista em infraestrutura como água potável e eletrificação rural, habitação, praticamente urbanizando o interior, muitos poucos querem permanecer no interior, preferem outras profissões menos sofridas com o trabalho da agricultura e pecuária. (Secretaria da Agricultura de Saldanha Marinho).

[...] os jovens de hoje têm a mentalidade de que procurar um emprego é melhor do que assumir a propriedade dos pais, isto se os pais dão esta oportunidade de escolha, sucessão muito pouco, pois em nosso município a maioria dos agricultores são agricultores familiares, pequenas propriedades, que não suportam mais um na propriedade, pois ainda se tem muito a questão da cultura de soja e milho, onde ainda ta muito difícil a conscientização de que a pequena propriedade precisa de diversificação. Mas nem tudo está perdido estamos como entidade tentando fazer um trabalho com os jovens, encontro de jovens rurais com palestras, reuniões, documentários sobre o assunto. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quinze de Novembro).

É uma preocupação como sindicato quem serão os agricultores que produzirão alimentos na região. Como pai de família, também existe a preocupação. No momento que faltar os pais, às vezes um fica na família, os outros vão embora. Difícil para o jovem produzir muito, pois a renda ainda é insuficiente. Tem energia, acesso, infraestrutura, clima. Porém o custo da máquina, do combustível mesmo da taxa de juros, pois com a inflação baixa o juro continua alto. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibirubá).

Atualmente as perspectivas de sucessão são baixas, os jovens não querem mais ficar na atividade, preferem estudar e ir trabalhar de empregado na cidade. E as propriedades estão cada vez mais sendo habitadas por pessoas idosas e quando estas pessoas falecem, ou se aposentam, os filhos vendem a propriedade, causando assim uma maior concentração. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Saldanha Marinho).

Infelizmente a sucessão familiar na agricultura vem diminuindo, os jovens, estão saindo para estudar e não retornam mais para o meio rural, com isso a agricultura está ficando com uma população de pessoas com idade cada vez mais avançada, já causando uma certa preocupação principalmente na agricultura familiar, que está diminuindo a cada ano que passa. (EMATER de Saldanha Marinho).

Outro problema relatado nas entrevistas é a inviabilidade em dividir a área com todos os filhos. Assim, a preocupação com a sucessão é maior em propriedades em que as áreas de terras são menores. “[...] áreas entre 15 e 20 hectares terão problemas às famílias com mais de um filho, pois não haverá lugar para todos na propriedade”. (Secretaria da Agricultura de Selbach).

Outro relato:

Nós não estamos preparados para sucessão. Quem vai me suceder, todos os meus filhos vão me suceder, vão todos os seis vir para minha pequena área, Não, não tem como. O quem pode me suceder é um. Agora todos ficarem na mesma terra, no mesmo lugar não tem como. A sucessão não tem que se dar desta forma. A sucessão no meio rural é distribuição de área. É distribuir terra no meio rural. Sucessão é distribuição de terras e tu tiver todo o apoio no sentido de que fique lá produzindo, de forma sustentável, primeiro para o produtor e garantindo comercialização. A sucessão acentua a questão do êxodo, pois veja bem uma família geralmente o produtor que não consegue adquirir mais terras. Exemplo, um produtor com 100 ha que tenha cinco filhos, na sucessão cada um fica com vinte, ele pode até sobreviver, mas como ele não tem uma cultura de diversificação, no mínimo quatro vem para cidade e um vai ficar lá. Outra questão a terra no Brasil é muito cara. Acontece que o grande como ganha por unidade de área está sempre agregando. Normalmente há um acerto entre eles, uns vem para a cidade e um ou dois ficam lá fora e eles tentam se ajudar mutuamente e vira aquela economia familiar que é um rolo, nem eles conseguem entender, chega um momento que se perdem, não sabem onde está o dinheiro, e cria praticamente uma empresa informal familiar. O irmão ou a irmã trabalha no supermercado, quanto precisa vem uma carinhinha, um ovo, e eles vêm tocando a vida, mas isso não leva ao desenvolvimento, eles estão apenas sobrevivendo, e então fazer o que com isso, realmente amanhã ou depois vêm os filhos e o problema fica pior. Hoje tem propriedades com trinta hectares em que se dividir com os herdeiros dá dois ha para cada um, e geralmente não se faz inventário. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz Alta).

Além disso, os entrevistados acreditam que o problema da sucessão irá agravar-se cada vez mais, pois as famílias limitaram o número de filhos e, além disso, há uma educação totalmente voltada para os centros urbanos, fazendo com que os filhos percam o interesse em lidar com a terra. “[...] por esses motivos e outros podemos afirmar o futuro da agricultura, principalmente a agricultura familiar é incerto e essa agricultura maior produtora dos alimentos que nós necessitamos para viver”. (EMATER de Salto do Jacuí).

Os entrevistados percebem na atividade pecuária de corte e leite, na política de seguro agrícola, na agroindustrialização e nos programas de crédito fundiário, alternativas para resolver o problema da concentração fundiária que vem ocorrendo na região e, conseqüentemente, da sucessão rural. “Para muitas famílias não haverá sucessão, principalmente as pequenas propriedades, por falta de renda e sem incentivo com políticas públicas para manter os jovens na propriedade rural”. (Sindicato Rural de Não-Me-Toque).

O futuro será o aumento da atividade pecuária leiteira, pecuária de corte para melhorar a viabilidade. Também a concentração da propriedade, os médios e grandes produtores absorverão as pequenas propriedades, aumentando ainda mais a migração do interior para a cidade. Precisamos com urgência uma política de renda agrícola, seguro agrícola e uma solução do passivo, afinal essa é a conseqüência de duas causas: falta de renda e seguro agrícola. (Sindicato Rural de Ibirubá).

No meu ponto de vista as famílias podem ter um futuro no meio rural através da diversificação das atividades, principalmente na pequena propriedade, aumentando gradativamente a sua renda e tornando mais atrativa a atividade rural para os seus sucessores. Citamos como exemplo a agroindustrialização da produção destas propriedades e também a utilização de novas técnicas na produção, principalmente de grãos, o que atrai filhos de produtores rurais, com a utilização da tecnologia, no caso da agricultura de precisão. (Secretaria da Agricultura de Não-Me-Toque).

Necessidade de aperfeiçoamento e planejamento na propriedade para inclusão de atividades diversificadas na mesma, isso trará perspectiva para o jovem trabalhando a sucessão logo cedo na propriedade. Investir em cursos de aperfeiçoamento e profissionalização dos agricultores e formação de agroindústrias, como por exemplo, o investimento que o município de Tapera está realizando, visando a permanência do homem no campo. Caso isso não for realizado, com certeza os produtores rurais, mesmo que pequenos, como as suas famílias serão exceção no meio rural. (Secretaria da Agricultura de Tapera).

Por outro lado, alguns segmentos entrevistados relatam não acreditar que o crédito fundiário possa ajudar na questão da sucessão, pois está sendo utilizado para legalizar a compra já efetuada, usado como capital de giro ou para aproveitar a condição altamente subsidiada do programa. Além disso, não atende a esse público jovem que está saindo da atividade, além do valor a ser financiado ser muito baixo, se comparado com o preço da terra na região.

Nos relatos foi possível observar que mesmo naqueles casos onde um ou mais filhos têm vontade de continuar na atividade, não existem programas de financiamento para compra da parte dos demais herdeiros, pois os programas existentes com crédito fundiário não atendem esse público, além do valor a ser financiado ser muito baixo se comparado com o preço da terra, além disso, segundo os entrevistados, [...] não é permitido a compra entre irmãos (herdeiros), o que aliás é uma de nossas propostas há muito tempo. Com essas dificuldades a propriedade acaba sendo vendida para um grande proprietário, contribuindo cada vez mais para o acúmulo das terras. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Não-Me-Toque).

[...] observou-se noutras situações que a compra da área com recursos do Crédito Fundiário foi só uma forma de legalizar uma compra já efetuada usada como capital de giro ou para aproveitar a condição altamente subsidiada do programa. Hoje, para um empregado de granja ou filho de agricultores adquirirem uma área, em torno de

5,0 ha, que queiram sobreviver dela e da atual matriz produtiva, é inviável. (EMATER Fortaleza dos Valos).

Um dos problemas apontado para a sucessão é a falta de discussão sobre o assunto.

Os pais devem dar mais oportunidade aos filhos, estimulando a sua permanência junto ao meio rural, acreditando neles, fazendo parcerias nas atividades desenvolvidas na propriedade, seja ela familiar ou não. [...] O diálogo deve ser permanente, evitando conflitos entre as gerações, deve também ficar definido aspectos com herança entre os filhos. (EMATER de Colorado).

Se uma discussão/revisão do modelo não for realizada, onde haja incentivo para a inclusão de outros sistemas de produção, que privilegiem a criação de postos de trabalho, principalmente para jovens rurais, a tendência é agravarem-se as dificuldades de sucessão, principalmente na agricultura familiar. (EMATER de Cruz Alta).

O grande desafio para extensão rural e para os gestores públicos é a sucessão rural que é bem complicado, porque este debate nas famílias não é uma coisa fácil de se fazer, e geralmente não se pensa muito nisso, e outra coisa, normalmente desde o jovem quando criança sempre é perguntado o que você vai ser quando crescer, e o agricultor normalmente não dá muita opção. (EMATER de Saldanha Marinho).

A discussão sobre a sucessão tem ocorrido em alguns municípios, entidades como a EMATER, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Prefeitura e a COTRIJAL, estão trabalhando nessa questão, constituindo uma comissão de jovens rurais, que já realizou encontros, palestras com as famílias, reuniões com o tema da sucessão no meio rural.

A COTRIJAL está iniciando um trabalho nessa área, visando combinar a sabedoria dos mais experientes com a ousadia dos mais jovens, tendo como foco a Organização do Negócio Familiar e a Preparação para a Sucessão, visando o sucesso e crescimento da empresa assim como a manutenção da unidade familiar. [...] Atividades programadas são a capacitação em organização do negócio familiar e sucessão; informações e orientações sobre assuntos do agronegócio; organização do negócio familiar, sucessão e estruturação tributária e fundiária. (Representante da COTRIJAL).

No entanto, os incentivos econômicos, a diversificação de atividades, a capacitação e formação dos jovens no meio rural, a melhoria dos acessos cidade/campo, acesso à informatização e melhoria de renda associada a uma transição entre sistemas convencionais e com princípios agroecológicos, objetivando a qualificação biológica dos alimentos e da vida dos agricultores, na minha visão, são fundamentais. (EMATER Cruz Alta).

Próspero para quem se aperfeiçoar, acreditar na agricultura, na produção de alimentos, Persistir no meio rural. Existe sucessão, para isto precisamos mudar em primeiro lugar os currículos escolares os quais devem estar voltados para o meio rural, trabalhar com afinco a conscientização que o meio rural é um lugar saudável de se viver. Políticas que atendam as necessidades do agricultor e que proporcionam renda no bolso para uma vida digna. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Selbach).

Através dos relatos, foi possível fazer a seguinte estratificação: jovens de até 30 anos são considerados pelos entrevistados uma população altamente instável, propensos a sair da

agricultura; os agricultores de meia idade (31 a 54 anos) vão ficando, pois estão para se aposentar ou não querem mais se arriscar em outras atividades, normalmente preparam os filhos para saírem da propriedade, muitas vezes para não repartirem a renda escassa baseada praticamente na monocultura da soja; e os aposentados, que em grande parte procuram os núcleos das comunidades ou a sede municipal, e normalmente arrendam a propriedade para familiares ou terceiros.

Segundo o responsável pela Agência do IBGE de Cruz Alta, a média por domicílio que era de 4 a 5 pessoas, com os dados registrados no censo de 2010, mostra que atualmente essa média é de 2,5 pessoas. Esse dado repercute, primeiro, porque não há um crescimento tão rápido como antes, mudando o “raio x” da população rural, que continuará cada vez mais decrescendo, tendo um número maior de homens do que de mulheres, e na cidade bem mais mulheres do que homens. Então, o quadro do processo de desenvolvimento ou da demografia brasileira, atinge hoje um padrão e não é o caso da região do Alto Jacuí apenas. Segundo o entrevistado, em todo o Brasil o processo de migração e o processo de envelhecimento da população e da natalidade e fecundidade atinge padrões muito mais rápidos do que aconteceu na Europa. Ainda, segundo o entrevistado, atualmente, muitos produtores levam as pessoas da área urbana para trabalhar nas granjas em épocas de plantio, de colheita ou tratos culturais, sendo que essas pessoas também possuem o número de filhos bem reduzido. Então, em uma granja, se havia duas casas, com o homem, a mulher e mais os filhos lá morando, durante o ano inteiro, o número de pessoas era bem maior do que é hoje.

Assim, esse contexto traz um forte impacto, com a diminuição da população e, conseqüentemente, na sucessão rural. Além disso, há o problema da adaptação ao meio urbano, pois, ao contrário dos anos 70, quando o mercado absorvia em alguns empreendimentos a grande quantidade de pessoas saindo do meio rural, sem exigir qualificação, atualmente esgotou-se essa ocupação de mão de obra nos centros urbanos e também na área rural, e a população começou a migrar, então, para outros centros onde há fábricas, indústrias ou até pessoas do campo que migraram na busca de novas fronteiras agrícolas como Santa Catarina, Oeste do Paraná, Mato Grosso, Goiás, Piauí. Não podem ser ignorados os efeitos negativos da saída de pessoas da atividade rural, na medida em que a emigração causa desenraizamento e tem custos sociais e emocionais para os migrantes e para toda sociedade.

Finalizando este capítulo, há que salientar que, em muitas vezes, as razões apontadas para a diminuição da população rural se misturam na fala dos entrevistados, não sendo

possível separar os fatores, que aparecem repetidamente e imbricados, apesar da tentativa de sistematização, separando-os em itens isolados.

Praticamente todos os segmentos rurais dos 14 (quatorze) municípios da região do Alto Jacuí, pertencentes ao COREDE Alto Jacuí, foram ouvidos. Algumas evidências transparecem, como por exemplo, as transformações na agricultura através da modernização agrícola, do plantio direto, da transgenia, da redução no número de pessoas no meio rural, do retorno da atividade leiteira como significativa na região.

Quanto aos fatores responsáveis pela diminuição da população rural na região, pode-se dizer que a inviabilização econômica dos pequenos produtores dedicados exclusivamente à produção de soja em pequenas áreas, as dificuldades de partilha da terra, devido ao seu elevado preço, o aumento no número de idosos aposentados no meio rural, a saída do jovem do meio rural, em busca de um salário fixo ou para viabilizar o acesso ao estudo, a modernização tecnológica induzindo à concentração fundiária, são os principais fatores que contribuem para a diminuição da população no meio rural. Além da migração, é considerado pelos segmentos rurais entrevistados também como fator de diminuição da população rural o planejamento familiar.

A falta de discussão sobre essa temática é apontada pelos entrevistados como uma questão importante. No próximo capítulo, a temática da diminuição da população rural voltará a ser abordada, agora sob a “lente” do pesquisador, norteada pela pesquisa de campo e referencial bibliográfico.

6 DIMINUIÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DA REGIÃO DO ALTO JACUÍ/RS

Como se pôde verificar, a descrição de dados dos últimos capítulos revela a percepção das instituições rurais e dos agricultores que saíram e entraram no meio rural, a respeito da diminuição da população rural na região do Alto Jacuí/RS. O objetivo deste capítulo é fazer uma análise mais aprofundada dos dados coletados nessa pesquisa de campo, descritos nos capítulos anteriores, considerando os aspectos históricos referidos no capítulo 2 deste estudo, as referências teóricas e demais bibliografias mencionadas. Primeiramente, com a análise dos fatores diretamente ligados ao modelo de desenvolvimento agrícola hegemônico que norteia a economia regional e, posteriormente, no mesmo capítulo, se analisa outros fatores que de alguma forma contribuem para a diminuição da população rural, e que não estão diretamente ligados a esse modelo agrícola.

Retomar-se-á, no próximo item, algumas particularidades desse desenvolvimento agrícola, principalmente analisando a participação da população rural nesse contexto, destacando-se que a caracterização do desenvolvimento agrícola da região foi discutida no capítulo 2 deste estudo.

6.1 A participação da população rural no modelo de desenvolvimento agrícola da região do Alto Jacuí

A discussão sobre a problematização do desenvolvimento agrícola e da população rural só é possível com a retomada das concepções pelas quais este desenvolvimento foi elaborado. Como herdeira de pré-condições estabelecidas pela formação do estado do Rio Grande do Sul e do Brasil, o que se reflete na caracterização do modo de desenvolvimento da produção agrícola, a região do Alto Jacuí foi sendo ocupada de forma desigual e combinada. Na sua formação regional, viviam índios que criavam gado livremente nos campos. Com a descoberta dessa região pelos paulistas, esse gado era abatido e seus derivados exportados para a Europa. Antes disso, essa população indígena, por influência jesuítica, produzia principalmente milho, feijão, abóbora, batata-doce, erva-mate e mandioca em um sistema agrícola rudimentar de derrubada e queimada. Essa população agrícola, composta principalmente de jesuítas, índios e açorianos, até a metade do século XVIII pode ser considerada a primeira a organizar uma economia agrícola na região com a comercialização de excedentes, principalmente a erva-mate e o couro, e de praticarem uma agricultura de subsistência diversificada em pequena propriedade.

Posteriormente, ao lado da pecuária que cresce a partir do ciclo mineiro, objetivando o escoamento de tropas muares para o município de Sorocaba, em São Paulo, cresce também a produção de trigo. Essas duas atividades formam a base econômica das pequenas propriedades açorianas no final do século XVIII. No início do século seguinte, a atividade tritícola irá praticamente desaparecer devido a problemas sanitários e de mercado. A consequência é a absorção dessas áreas pelo latifúndio pastoril que, além do rebanho bovino, contava com um expressivo rebanho de ovinos, suínos, equinos, asininos e muares.

Com a chegada dos imigrantes europeus nos últimos decênios do século XIX na região, ocorre o início da ocupação efetiva das áreas de matas, que já haviam sido parcialmente ocupadas pelos índios, açorianos e outros imigrantes. No entanto, com o reduzido tamanho das propriedades e a baixa qualidade do solo, parte dessa população desloca-se para outros estados. Assim, a população agrícola era constituída de pequenas glebas de imigrantes ou colonos que ao lado dos fazendeiros e dos caboclos que serviam de mão de obra para o latifúndio pastoril, participaram do desenvolvimento agrícola da região nas primeiras décadas do século XX.

O desenvolvimento agrícola tem impulso com a construção da estrada de ferro, em 1894, ligando o município de Cruz Alta a outros mercados consumidores. A expansão dos colonos que conseguiram prosperar, mesmo em situações adversas, dá margem para que estes se integrem na economia de mercado e lhes permita uma produção de subsistência, que era negociada por comerciantes que ocupavam posição dominante, tanto na compra quanto na venda de produtos agrícolas. Este mercado torna-se base para a instalação de pequenas indústrias que se mantêm dependentes da agricultura. Esses comerciantes têm uma participação importante no desenvolvimento agrícola da região. Por um lado os mais “fortes”, no sentido de barganha comercial, irão constituir as granjas de trigo com o início da modernização agrícola, por outro, as cooperativas agrícolas gradativamente ocuparão o espaço deixado por esses comerciantes.

Uma nova fase no desenvolvimento agrícola surge após 1950; é a transformação do modelo técnico de produção através da modernização agrícola e do avanço da industrialização na agricultura e, da mesma forma, de um conjunto de setores que se desenvolvem a partir desse contexto. São cooperativas agrícolas, revendedoras de máquinas e equipamentos e de insumos agrícolas, além de indústrias moageiras de trigo e outras ligadas ao setor, que se desenvolvem para atender a demanda e a oferta do mercado agrícola.

Esse sistema de modernização, em um primeiro momento, ocorre sem alterar o sistema econômico pecuário dominante. Aos poucos, os agentes que possuíam maiores capitais

acumulados e experiência de mercado, passam a ser considerados granjeiros, e a ocupar, através de compra e arrendamento para produção de trigo, as áreas antes destinadas à pecuária, contando com o apoio de cooperativas e órgãos representativos, criados neste período para dar suporte a esta atividade e que potencializam a especialização e a monocultura.

Este arcabouço montado para a produção de trigo facilitará o desenvolvimento agrícola na região através da produção de soja, contando também, principalmente, com uma política de crédito voltada a alavancar sua produção. Esse binômio soja e trigo constitui um novo cenário na agricultura regional, e que permanece até os dias atuais, em que áreas destinadas à produção de leite, suínos, aves, hortas e outros sistemas agrícolas, transformam-se em lavouras. Assim, com o desenvolvimento agrícola que se fez sentir com as lavouras de trigo e soja na metade do século XX, a atividade pecuária, que era a base principal da economia até os anos 50, declina de forma acentuada.

Da mesma forma, esse sistema de desenvolvimento agrícola, inserido em um contexto mais amplo de desenvolvimento do país, herdeiro da agricultura colonialista exportadora, passa a ser responsável pelo crescimento de todos os demais setores econômicos da região, criando uma situação de dependência. Também passa a ser referência no que diz respeito ao valor, uso e preço da terra e, conseqüentemente, alterando as relações sociais de produção, a concentração da terra e o acesso a ela. Na percepção dos agricultores entrevistados, esta exclusão foi maior no período da aceleração da modernização agrícola. Porém, ainda hoje continua inviabilizando o pequeno produtor, pois exige áreas maiores, tendo-se que plantar mais, colhendo mais para ter lucro semelhante ao que se tinha antes. Diminuiu, assim, a necessidade de mão de obra, principalmente quando a matriz produtiva predominante é a de grãos; processo este que resulta em concentração de terra, através de arrendamento ou compra por parte dos grandes agricultores. Este regime de acumulação na região, que é intensificado com o desenvolvimento da atividade agrícola, utilizando máquinas e insumos modernos, visando o aumento da produtividade e dependente de produção em escala, ocorre sem alterações significativas no número de estabelecimentos rurais e na área agrícola dos municípios, exceto pelas emancipações ocorridas.

A participação da população rural pós-modernização e especialização agrícola, composta por colonos, granjeiros, fazendeiros, assalariados rurais (com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963), é bastante distinta no contexto de desenvolvimento agrícola. Aléssio, em seu estudo sobre a modernização agrícola do município de Cruz Alta e região, define de forma objetiva esta participação.

Dessa especialização resulta, do lado dos granjeiros e fazendeiros, a utilização das tecnologias sempre melhoradas e poupadoras de mão-de-obra, a concentração da propriedade agrária, a centralização do capital. Por sua vez os colonos, com pequenas e médias explorações, procuram superar suas dificuldades, utilizando alguma melhoria técnica, usando insumos mais baratos, recorrendo ao emprego do trabalho familiar. Como seus produtos são comercializados a preços politicamente reprimidos, são forçados a renunciar muitas vezes ao lucro de suas atividades, recebendo uma margem de retorno que apenas equivale à remuneração de sua força de trabalho. Nestas condições os colonos estão se proletarizando. Os assalariados por sua vez com as dificuldades de emprego devido ao aumento da competição, os baixos salários e o aumento do custo de vida, encontram-se totalmente à margem do processo. (ALÉSSIO, 1981, p. 185).

Pode-se dizer que a população rural, que estava organizada socialmente em granjeiros, fazendeiros, colonos e assalariados rurais, após a modernização agrícola redefiniu-se. Os granjeiros continuam crescendo e são hoje grandes produtores patronais e agricultores familiares capitalizados, que compram ou arrendam áreas de terras dos produtores, que eram denominados de colonos, e que substituíram o trabalho escravo na agricultura no início do desenvolvimento agrícola, caracterizado neste estudo como pequeno agricultor, e que deixa o meio rural por falta de capitalização e em busca de melhores condições de vida.

Assim, desde o período que marca a modernização da agricultura na região, a população rural diminuiu 55,85% de 1960 até 2010, sendo 20,74% nos últimos dez anos. Atualmente, são 25.175 pessoas residindo no meio rural, ou seja, 16% do total da população da região, segundo os dados do IBGE (2010). No próximo item, analisa-se os fatores que contribuem para essa diminuição.

6.2 Fatores que interferem na diminuição da população rural, intrínsecos no modelo de desenvolvimento agrícola regional

A diminuição da população rural pode estar diretamente relacionada ao desenvolvimento agrícola da região, condicionando um cenário de mudanças no setor agrícola, principalmente no caráter estrutural de mobilização de sua população. Elencam-se, a seguir, os fatores intrínsecos nessa relação.

6.2.1 Escala produtiva como processo natural na atividade agrícola da região

O caráter capitalista da agricultura conduz, nesse modelo de desenvolvimento agrícola, à concentração de capital e terra. Também é altamente seletivo, porque só uma parcela da população rural possui os requisitos básicos para se enquadrar no seu desenvolvimento. Na

região do Alto Jacuí, a população que está conseguindo permanecer e se fortalecer neste modelo são aqueles produtores que adquiriram ou arrendaram terras ao longo dos últimos anos, como forma de investimento e devido à necessidade de economia de escala, aumentando assim a sua área produtiva.

São produtores que residem há muito tempo no meio rural, e parte da família, reside na cidade, onde estes produtores possuem casas e apartamentos, além de propriedades em outras regiões; que planejam e controlam suas atividades através de profissional especializado, e que estão na atividade agrícola por opção, sentindo-se preparados para esta atividade. Assim, são otimistas com relação ao futuro para sua família na agricultura, acreditam que continuarão investindo na propriedade, pois haverá sucessão para a atividade, mesmo enfatizando obstáculos para o aumento da produção, como os preços baixos dos produtos para comercialização, o custo alto da produção, a falta de incentivo para garantia de renda e a mão de obra desqualificada. E mesmo ocorrendo uma piora na atividade agrícola, não venderiam a propriedade, adaptando-se a um novo contexto que possa surgir, planejando o futuro para possíveis crises no setor agrícola. Talvez porque contam com outras fontes de renda, além da atividade agrícola, sendo a aposentadoria e aluguéis de imóveis urbanos as principais fontes de renda complementares. Assim, poderiam arrendar ou vender e migrar para cidade.

Pode-se dizer que a compra, venda e arrendamento de áreas destinadas à agricultura é um “negócio” que continuará crescendo. A decorrência desta realidade favorecerá a continuidade da diminuição da população rural. Os entrevistados afirmam que se tivessem dinheiro sobrando, hoje, iriam investir na compra ou arrendamento de mais terras, mesmo considerando o valor pago pela terra nesta região extremamente elevado. A aquisição de novas áreas ocorre sem mudanças significativas na mão de obra, apenas na sua terceirização, com pagamentos de safristas para ajudar no plantio e na colheita, normalmente contratados por empresas especializadas em recrutar força de trabalho volante. Por outro lado, há um investimento na produção de leite, através de confecções de mangueiras, galpões e maquinários para facilitar a produção; investimentos em pastagens e na pecuária de corte como a atividade principal no inverno.

É necessário distinguir duas situações bem distintas entre esses produtores que arrendaram ou compraram áreas na região. A primeira, e predominante, diz respeito àqueles produtores que continuam na mesma propriedade, apenas aumentam a área produzida; além desses, existem os produtores capitalizados que têm comprado áreas em outras regiões (principalmente áreas da metade sul do estado) e os filhos têm migrado para estas áreas e

continuado as atividades. Somente no município de Tapera existem informações de que as áreas de produtores de Tapera fora do município atingem em torno de 70.000 – 80.000 hectares. Portanto, a diminuição da população rural nos estabelecimentos com áreas maiores deve-se ao fato de tocar o negócio em outros locais.

6.2.2 Pequenos produtores procuram melhores alternativas de vida da cidade

Este item não está direcionado para agricultura familiar, enquanto categoria analítica, mas sim para agricultores que possuem pequenas áreas (72% têm menos de 50 ha e 20% menos de 10 ha), que alegam não terem condições de adquirir áreas maiores e por isso deixam o meio rural. Para Arbage (2000, p. 89), a produção de grãos é, e provavelmente será, fundamentalmente realizada por médios e grandes produtores, pois a deterioração das relações de troca da agricultura com os demais setores tem implicado na necessidade de ampliação das escalas produtivas e ganhos de produtividade, o que tem se refletido na redução do retorno econômico por unidade de área. Para os pequenos produtores, é difícil trabalhar sob este padrão produtivo, pois sua escala não se compatibiliza com o tamanho mínimo de propriedade necessário para um razoável retorno por unidade de capital investido. Dessa forma, pensar em reconversão e/ou manutenção de pequenos produtores rurais produzindo de acordo com o padrão fordista e sem levar em conta a crescente presença das indústrias agroalimentares é, no mínimo, uma utopia e revela um desconhecimento histórico importante. Também George (1982, p. 236) afirma que grandes estabelecimentos agrícolas realizam de forma mais econômica a assimilação dos métodos modernos de trabalho. Na medida em que essa assimilação favorece o crescimento da renda, a diferença econômica entre as pequenas e as grandes explorações acentua-se. Para Accarini (1987, p. 44), a agricultura de baixa renda, como seu nome indica, caracteriza-se pelo nível de pobreza dos agricultores que nela atuam. Isso pode resultar do baixo valor econômico dos bens produzidos ou de imperfeições no sistema de comercialização, a exemplo da exploração realizada por atravessadores, intermediários e indústrias processadoras de matérias-primas agrícolas. Pode ocorrer, ainda, por falta de opções viáveis para explorar determinada área e mesmo da pequena capacidade de gerar excedentes, circunstância em que a agricultura de baixa renda poderia ser equiparada à de subsistência.

Uma entrevista concedida por um produtor rural da região, Atilio Campos Lopes, de Boa Vista do Incra, em outra oportunidade, deixa transparecer esta realidade:

A lógica do governo é a seguinte: a agricultura vai sempre bem, quem vai mal são os agricultores, sendo que, “para cada cadeira que cair, há dez pessoas para pegar”. Se alguém não suportar, outro agricultor vai pegar suas terras, fica cada vez com uma área maior e a coisa vai por aí. A agricultura tem de ir bem, os agricultores não precisam ir bem. Como não é preciso mexer com a terra, diminui mão-de-obra. Aqueles que precisam de trabalho, não encontrando aqui, vão para cidade e fazer crescer as periferias, porque quem vai daqui para lá não chega ao centro. [...] Na nossa comunidade temos um clubezinho e um time de futebol que fracassaram, porque toda a gurizada saiu, foi para a cidade. Logo vai ficar só o time dos veteranos e o das mulheres e teremos que jogar um contra o outro, porque poucos dos guris ficaram, só os que estão no colégio, os maiores já saíram. De piá solteiro, que joga bola, ficaram só uns cinco ou seis, mas esses são os casados, que trabalham e têm um pouquinho de terra ou que arrendam, e os guris pequenos que ainda estão em casa”. (SARTORI, 1998, p. 236-37).

Neste estudo, entre os motivos pelos quais os pequenos agricultores deixam o meio rural, está a inviabilização econômica, notoriamente aqueles que se dedicam exclusivamente à produção de soja em pequenas áreas, ocasionando ociosidade da mão de obra. Também se inviabiliza a atividade da pequena propriedade devido à falta de recursos para partilha quando ocorre o falecimento dos pais, pois o alto preço da terra inviabiliza a divisão. O que normalmente ocorre, neste caso, é que a propriedade vai para inventário, alguns decidem vender a área de terra e os outros, sem condição de compra, acabam vendendo também. O endividamento devido a investimentos na propriedade representa o principal motivo apontado pelos entrevistados para a inviabilização econômica da propriedade.

No entanto, o primeiro motivo alegado para deixar o meio rural foi a procura por melhores alternativas de vida da cidade, e que está diretamente ligado à inviabilização da escala produtiva e o baixo custo para sair da atividade rural. As teorias sobre a migração deixam claro que as pessoas só migram se o custo da migração compensar. No caso da região, este custo é mínimo, pois as pessoas possuíam casa ou terreno na cidade onde foram residir, ou então adquiriram, com o valor recebido pela venda das terras. Além disso, a migração ocorre geralmente dentro do mesmo município.

Na teoria marxista, a migração é um mecanismo que possui o homem de escapar da miséria ou de ter acesso às melhores oportunidades de promoção social, e isso irá depender das características pessoais na tomada de decisões. Esses produtores que migraram do meio rural na região estavam, na sua maioria, na atividade agrícola porque não haviam se preparado para outras atividades, ou por costume, pois herdaram de seus pais. Produtores que enfrentavam problemas para produzir e obter renda, como preços dos insumos e a pouca terra, já estavam preparados para mudar de atividade, alegando estarem cansados da vida no meio rural e que a melhor alternativa era residir na cidade, sem perspectiva de volta. Ficam em

dúvida se tivessem que começar de novo se seriam novamente agricultores, e a volta para o meio rural está condicionada a outro tipo de vida, diferente do anterior.

Mesmo não sendo corroborado pelos pequenos produtores que saíram do meio rural, as instituições entrevistadas relatam que grande parte destes produtores que venderam a propriedade, vindo para a cidade, necessitam de ajuda do governo federal e municipal, bolsa família e da secretaria da assistência social para sua sobrevivência. Principalmente aqueles que não possuem qualificação profissional, enfrentando dificuldades de emprego e moradia, estando mais isolados, não formando grupos sociais ou comunidade. As pessoas que já têm certa idade realmente não conseguem colocação em nenhum lugar e ficam marginalizadas, não tendo a oportunidade de voltar, por questões financeiras. A situação é mais precária para as famílias que eram empregadas no meio rural, muitas vezes não são donos de nada, moram em casas precárias, se inscrevem em programas sociais e, talvez, possam se tornar proprietários de uma casa, algumas vezes, gratuitamente. Normalmente, essas pessoas possuem baixo grau de instrução, passam a viver em condições de subemprego, e ficam na dependência da aposentadoria dos mais velhos e de atividades temporárias.

Acredita-se, pelos argumentos expostos pelos produtores que saíram do meio rural, que a realidade dessas pessoas que saem do meio rural, atualmente, é outra. Estes produtores têm alcançado seus objetivos, quando se trata da busca por melhores condições de vida. Tanto homens como mulheres que vendem ou arrendam a propriedade no interior, compram terreno com casa na cidade, investem no estudo e futuro dos filhos. Os que são empregados alegam terem uma vida mais fácil, recebendo mensalmente sem ter que se preocupar com condições climáticas, têm férias e folga no fim de semana, além de não precisarem comprar nenhum maquinário para o trabalho, apenas entram com a mão de obra ou recebem o valor do arrendamento.

A valorização do preço da terra na região, atrelada ao preço da soja, induz a saída do pequeno produtor rural de duas formas: primeiro porque inviabiliza a aquisição de novas áreas; segundo, porque influencia na decisão de vender ou arrendar, devido ao seu preço elevado e a procura de produtores de grandes propriedades que necessitam de economia de escala para produzir. Da mesma forma, o preço elevado da terra também pode ser considerado um importante fator para melhorar as condições de vida após a saída da atividade rural.

6.2.3 *Produtores saem do meio rural, mas não da atividade agrícola*

A proximidade física é uma vantagem em termos de acessibilidade, podendo ser medida pela economia de tempo e de dinheiro. Mesmo não tendo um conceito, universalmente aceito entre as áreas rurais e o urbanas, a característica especial das áreas urbanas é a de possibilitar contatos de forma fácil e frequente, para fins de trabalho, negociações, compra e venda, educação e culturas. (KAGEYAMA, 2008. p. 16).

O modelo de desenvolvimento agrícola da região de Cruz Alta proporcionou o aumento no número de casos em que os proprietários residem fora do seu estabelecimento rural, sendo esta realidade presente a partir da década de 80 do século XX. Atualmente, a exploração da terra pertence a um proprietário ou arrendatário, na maioria das vezes não residente, mediante pessoal assalariado, pois no modo de produzir grãos a presença do proprietário já não necessita mais ser constante, caracterizando desta forma uma migração interna.

Além da propriedade rural em que residiam no meio rural, ampla maioria dos entrevistados tinha casa ou apartamento na cidade, assim fica mais viável a mudança de residência desses produtores. Esta realidade permite o questionamento de que, se com essa mudança, haveria um desenraizamento do homem do meio rural. Pelos relatos dos entrevistados, exceto os que vieram para cidades maiores e venderam suas áreas, uma parte deles arrendou e outros apenas mudaram de local de residência, mas não perderam o contato com espaço físico rural.

Além disso, outros produtores, principalmente os aposentados, estão produzindo milho verde, milho pipoca, feijão, hortigranjeiros, frutas, entre outros produtos, no meio urbano. É uma forma de não perder o contato com a terra. Este fato está ocorrendo em municípios onde existe espaço de área maior para essa finalidade dentro do município, como Saldanha Marinho, Fortaleza dos Valos, Quinze de Novembro. Em alguns municípios, esse evento está sendo considerado uma nova realidade, e esses produtos utilizados no Programa de Alimentação Escolar.

.Além da modernização agrícola, os entrevistados apontam como responsável pela diminuição do emprego a mudança nos financiamentos, que nos anos 70 e 80 eram atrelados à contratação de empregados permanentes registrados, condizentes com o tamanho da propriedade. Além disso, o uso de sementes transgênicas e uma das maiores transformações ocorridas na região, o plantio direto, vieram facilitar a produção, porém contribuíram para a diminuição da população rural, pois necessitam de máquinas e equipamentos maiores.

A Ilustração 21 propõe uma sistematização da diminuição da população rural na região do Alto Jacuí.

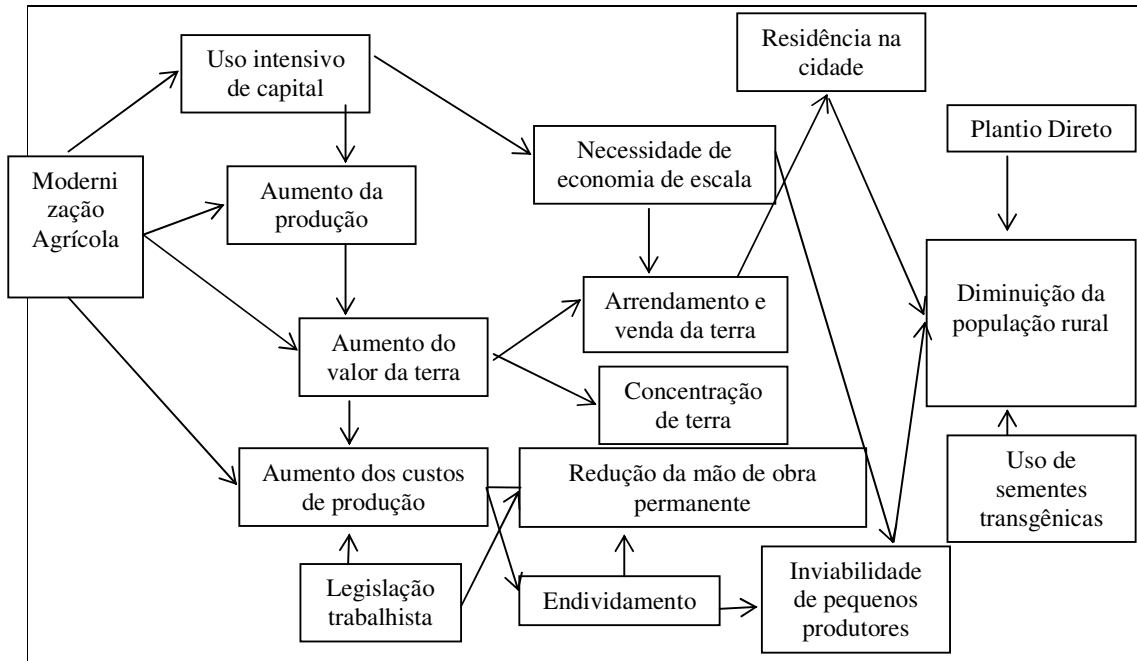


Ilustração 21- Fatores intrínsecos ao modelo de desenvolvimento agrícola, que contribuem para a diminuição da população rural na região do Alto Jacuí

Fonte: Fonte: elaborado pela autora, 2011.

Embora não esgote as causas do processo de diminuição da população rural na região, e mostre um panorama das consequências da modernização de um modo geral, a figura acima oferece, não obstante, uma sistematização pertinente das muitas relações-chave entre os fatores que estão contribuindo para a diminuição da população rural, e que estão intrínsecos no próprio modelo de desenvolvimento agrícola da região.

6.3 Causas estruturais ou fatores não relacionados ao modelo de desenvolvimento agrícola regional

Além dos fatores intrínsecos ao desenvolvimento agrícola, podem-se elencar outros que interferem na diminuição da população rural da Região e que, segundo o estudo de campo realizado, têm contribuído de forma significativa no processo de migração rural.

6.3.1 Envelhecimento dos produtores no meio rural e conseqüente migração para cidade

A população mundial cresce a uma taxa de aproximadamente 1,5% ao ano, porém, a população com mais de 65 anos cresce 2,7% a.a. Nos países desenvolvidos, estima-se que nos próximos anos a população com mais de 60 anos corresponderá a mais de 20% do total de habitantes. A realidade destes países e de outras regiões do Brasil é que a permanência do aposentado no meio rural não se altera e nem suas estruturas sociais, pois é ali onde ele encontra melhores condições de vida e é onde estão suas raízes. (NEVES; CHADDAD; LAZZARINI, 2002, p. 28).

Na região do Alto Jacuí, enquanto a população total diminuiu, em termos absolutos e relativos nos últimos dez anos, a população com mais de 65 anos aumentou 64,78% e representa 19,80% do total da população. No meio rural, essa população aumenta 33,32% nesse período e representa 10,03% da população total em 2000 e 11,51% em 2010. Da mesma forma, no estado do Rio Grande do Sul, essa população teve um aumento de 63,55% nesse período, representando 9,4% do total de habitantes, deixando o estado em 3º lugar no país no número de pessoas nesta faixa etária, segundo o IBGE (2010).

No município de Cruz Alta diminuiu o número de pessoas com mais de 65 anos, no meio rural, e representa o município onde a população, nesta faixa etária, tem a menor participação no meio rural. Por outro lado, possui a maior participação de pessoas com mais de 65 anos no meio urbano, na região. Também no município de Salto do Jacuí, a população rural nessa faixa etária, residente no meio rural, diminuiu 25,82%.

Tabela 54 - População com mais de 65 anos residentes na região do Alto Jacuí, em termos relativos-2000-2010

Municípios	2000				2010			
	Rural		Urbano		Rural		Urbano	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Boa Vista do Cadeado	-	-	-	-	275	11,27	57	2,34
Boa Vista da Incra	-	-	-	-	191	7,88	74	3,05
Colorado	221	5,43	186	4,57	303	8,54	328	9,24
Cruz alta	448	0,63	5.078	7,13	202	0,32	7.423	11,82
Fortaleza dos Valos	163	3,20	155	3,06	244	5,33	291	6,36
Ibirubá	558	3,0	1.010	5,42	690	3,57	1.903	9,85
Lagoa dos Três Cantos	109	6,68	73	4,47	142	8,89	148	9,26
Não-Me_toque	254	1,76	866	6,01	367	2,30	1.562	9,80
Quinze de Novembro	181	5,06	198	5,53	256	7,01	371	10,16
Saldanha Marinho	94	2,94	146	4,58	127	4,43	312	10,87
Salto do Jacuí	151	1,16	556	4,30	112	0,94	956	8,05
Santa Bárbara do Sul	82	0,82	557	5,57	150	1,50	845	9,57
Selbach	238	4,90	196	4,03	262	5,32	474	9,62
Tapera	244	2,31	548	5,18	336	3,22	1.024	9,80
Total da Região	2.743	2,49	9.569	4,27	3.657	5,03	15.768	9,84
Rio Grande do Sul	161.501	1,59	570.064	5,60	219.983	2,06	976.531	9,13

Fonte: IBGE (Censo Demográfico: 2010).

Assim, uma geração que nasceu no final da 2ª guerra mundial está reconfigurando o meio rural da região. Se, por um lado, os resultados da pesquisa mostram que a segunda variável mais citada pelos entrevistados, que interfere na diminuição da população rural, é o envelhecimento da população e a sua natural migração para a cidade, por outro, os que continuam residindo na propriedade rural têm mais de 60 anos. Esta realidade certamente induz alguns paradigmas para as próximas décadas, quando esta população rural morrer ou envelhecer mais ainda, quem ficará no meio rural?

O motivo principal para sair da atividade agrícola é o acesso a serviços básicos de saúde, como hospitais, farmácias e atendimento médico especializado, além da participação em inúmeras atividades de terceira idade, tais como bailes durante o dia, atividades de ginástica, bingos, reuniões de grupos, etc. Essa qualidade de vida também é oferecida no interior, mas muitos aposentados já não conseguem mais dirigir veículos para se deslocarem até a sede comunitária, ficando na dependência dos filhos que, muitas vezes, precisam ficar na propriedade trabalhando, impossibilitando a participação do homem rural nas atividades comunitárias.

Com a mecanização da atividade agrícola, exigindo pouca mão de obra, o produtor que já trabalhou durante 60 ou 70 anos deixa a área, que seria pequena para todos os membros da família, para os filhos, assim que estes consigam formar uma nova família. Migram para cidade em busca de um melhor padrão de vida com o salário da aposentadoria, geralmente dos dois cônjuges. Em alguns casos, a função dos filhos passa a ser, então, cuidar da propriedade e enviar parte da produção como forma a garantir e fomentar o sustento dos pais, agora residindo na cidade. Assim, o filho que ficou no meio rural melhora o padrão dos pais, contribuindo com tudo o que é produzido, como carnes, ovos, hortaliças, frutas, leite e seus derivados, mandioca, farinha de trigo, etc. Em outras situações, os filhos seguem o exemplo dos pais e abandonam suas atividades no meio rural.

Ou, ainda, com a saída os filhos para estudar e/ou em busca de trabalho no meio urbano, alguns desses produtores que permanecem no meio rural depois de aposentados, acabam seguindo os filhos, porque estão sozinhos e com a idade avançada, não conseguindo dar conta das rotinas diárias que a atividade rural exige. Por possuírem condições econômicas e sociais satisfatórias, devido ao capital construído ao longo dos anos, afirmam que esperam um futuro promissor para si e sua família, repetindo com frequência: “nossos filhos já estão formados e encaminhados na vida, e nós só vamos descansar”. Assim, grande parte dessa população que sai do meio rural é aposentada e tem uma vida tranquila, mesmo que na maioria das vezes demorassem a se adaptar à nova realidade na cidade.

6.3.2 Diminuição da taxa de natalidade

Segundo Gonçalves (1995), entre os anos de 1940 e 1960 as taxas de mortalidade brasileira declinaram rapidamente, enquanto as taxas de fecundidade mantiveram-se constantes. A consequência foi um amplo crescimento populacional, mantendo-se inalterada a distribuição etária, caracteristicamente jovem. Nos anos 70, a acentuada redução das taxas de fecundidade passa a apresentar um significativo descenso. Os resultados da nova dinâmica demográfica consubstanciam-se não só na atenuação e reversão das altas taxas de crescimento populacional, mas também na desestabilização da estrutura etária, iniciando-se um intenso processo de envelhecimento populacional, com importantes consequências para a política social do país.

Além da migração, também é considerado como fator responsável pela diminuição da população rural, a redução da taxa de natalidade através do planejamento familiar. Assim, a população rural diminuiu devido ao número reduzido de pessoas por família. Enquanto nas décadas passadas o número de filhos por família ultrapassava dez, hoje o máximo são três filhos por família, segundo o IBGE (2010).

A queda na taxa de natalidade é um dos indicadores demográficos que mais influencia na estrutura etária da população. Em uma região de agricultura intensiva em capital, e para as propriedades onde a área de terra é de pequena extensão, se, por um lado, não é economicamente viável ter famílias numerosas, por outro, diminui a quantidade de mão de obra disponível para o trabalho sazonal nas atividades agrícolas.

6.3.3 Saída do jovem do meio rural em busca de um salário fixo na cidade

O fim dos jogos rurais, entre outros eventos que ocorriam no meio rural, retrata a migração dos jovens para a cidade e a diminuição desta população, fato que ocorre no meio urbano, mas principalmente no rural. São dados evidenciados na pesquisa de campo deste estudo e corroborados nos dados secundários. Os dados da Tabela 55 mostram que, no ano 2000, 19,45% da população da região que residia no meio rural tinha entre 15 e 25 anos, sendo 66,55% homens. Já no meio urbano, este percentual de jovens do sexo masculino representa 53,96% e no estado 53,33%. Nesse período, em praticamente todos os municípios da Região, o número de jovens do sexo masculino é superior, com exceção dos municípios de Fortaleza dos Valos, Quinze de Novembro, Salto do Jacuí, Santa Bárbara e Tapera, onde o número de jovens mulheres é maior. No meio urbano, a diferença no número de jovens do

sexo masculino e feminino é consideravelmente menor. Chama a atenção o município de Não-Me-Toque, em que essa população de jovens do sexo masculino representa 84,87% do total de jovens do meio rural, o percentual é igualmente elevado no meio urbano, 82,28%. Também no município de Ibirubá, 72,00% da população considerada jovem no meio rural são homens, sendo 76,35% no meio urbano.

Tabela 55 - População residente na região do Alto Jacuí entre 15 e 25 anos e percentual em relação ao total de residentes nos municípios- 2000

Municípios	Rural				Urbano			
	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%
Boa Vista do Cadeado	-	-	-	-	-	-	-	-
Boa Vista do Incra	-	-	-	-	-	-	-	-
Colorado	202	4,97	149	3,67	145	3,56	116	2,85
Cruz Alta	510	0,72	424	0,59	5.976	8,39	6.125	8,60
Fortaleza dos Valos	168	3,31	192	3,78	249	4,90	218	4,30
Ibirubá	1.137	2,15	442	2,37	1.292	6,93	400	6,10
Lagoa dos Três Cantos	95	5,82	76	4,67	60	3,71	97	5,96
Não-Me-toque	1.044	1,60	186	1,29	1.073	7,45	231	7,24
Quinze de Novembro	113	3,15	158	4,41	160	4,47	125	3,49
Saldanha Marinho	137	4,30	122	3,81	131	4,09	153	4,79
Salto do Jacuí	273	2,11	309	2,38	896	6,92	901	6,96
Santa Bárbara do Sul	169	1,69	187	1,87	742	7,42	637	6,37
Selbach	144	2,97	120	2,46	234	4,81	272	5,60
Tapera	122	1,15	126	1,19	811	7,68	764	7,23
Total da região	4114	2,57	2067	1,29	11769	7,34	10039	6,26

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000).

A população de jovens, que representa 17,47% da população total na região no ano 2000, na década seguinte cai para 16,12%. No meio rural, esta população diminuiu a representação para 14,04%. Diminui também a diferença entre homens e mulheres no meio rural, que era de 66,65%, para 52,86%. A população no meio urbano se mantém constante neste período, o que pode significar que os jovens estão buscando oportunidades em outras regiões do estado. Além disso, nota-se que não há “masculinização” no meio rural, como relatam alguns entrevistados nesta pesquisa, e em pesquisas em outras regiões do estado e do país.

O município de Não-Me-Toque, que apresentou uma população jovem masculina significativa na década anterior, nesse período diminuiu 88,98% e a população feminina, 43%. Da mesma forma, o município de Ibirubá diminuiu 76,65% a população masculina, e a feminina desta faixa etária diminuiu 48,86%. O município de Cruz Alta diminuiu devido às emancipações de Boa Vista do Incra e Boa Vista do Cadeado. Os demais municípios apresentam queda na população semelhante à da região, conforme a tabela abaixo.

Tabela 56 - População residente na região do Alto Jacuí entre 15 e 25 anos- 2010

Municípios	Rural				Urbano			
	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%
Boa Vista do Cadeado	156	6,39	141	5,77	31	1,27	31	1,27
Boa Vista do Incra	133	5,49	126	5,2	60	2,47	64	2,64
Colorado	141	3,97	133	3,75	126	3,55	132	3,72
Cruz Alta	164	0,26	146	0,23	4896	7,79	5079	8,07
Fortaleza dos Valos	112	2,45	105	2,3	245	5,35	282	6,16
Ibirubá	265	1,38	226	1,17	1298	6,72	1272	6,59
Lagoa dos Três Cantos	60	3,76	45	2,82	58	3,63	61	3,82
Não-Me-Toque	115	0,72	105	0,66	1258	7,89	1197	7,51
Quinze de Novembro	122	3,34	106	2,9	136	3,72	156	4,27
Saldanha Marinho	76	2,65	60	2,1	136	4,74	139	4,85
Salto do Jacuí	165	1,39	120	1,01	818	6,89	843	7,09
Santa Bárbara do Sul	128	1,45	131	1,49	614	6,95	567	6,42
Selbach	116	2,36	97	1,96	300	6,08	264	5,36
Tapera	132	1,26	110	1,05	760	7,27	697	6,67
Total	1885	1,21	1651	1,06	10736	6,91	10784	6,94

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Sendo evidente que a distribuição espacial da população tem uma associação direta com a distribuição das oportunidades econômicas na região, a saída do jovem do meio rural deixa transparecer, pelos relatos das entrevistas, a importância do setor industrial como proporcionador destas oportunidades nos municípios de Não-Me-Toque, Tapera, Ibirubá e Lagoa dos Três Cantos. Neste último, por estar localizado próximo aos outros municípios nos quais o setor industrial representa uma importante atividade econômica através do setor metal-mecânico, como um importante polo, voltado principalmente à produção de máquinas e implementos agrícolas. Nos demais municípios, os jovens filhos de agricultores que migraram para a cidade, estão trabalhando no comércio do município, principalmente nas lojas de eletrodomésticos e cooperativas, empregados como trabalhadores permanentes ou temporários nas propriedades da região, ou prestaram concurso público e trabalham nas prefeituras de seus respectivos municípios.

Neste estudo, fica evidente que a busca por um horário de trabalho e salário fixos, para que não necessite pedir dinheiro aos pais, é uma questão cultural que resulta na saída do jovem do meio rural, pois a velha praxe de se dizer “está trabalhando para você, para o que é seu”, na concepção do jovem, não basta. Precisa exercer suas atividades de forma independente da tutela dos pais, diferente da forma como ocorre a divisão do trabalho, atualmente, nos estabelecimentos agrícolas da região.

Assim, o jovem opta por estudar ou trabalhar em atividades consideradas por ele e pela sua família como “menos sofridas” e não retornam para o meio rural. Esta concepção é também dos pais, de que seus filhos não precisarão sofrer como eles no interior, por isso os

apoiam, incentivando-os a estudar e trabalhar em outro local, sendo que em muitos casos continuam recebendo auxílio financeiro e alimentos oriundos do meio rural.

Em algumas famílias, principalmente com jovens que já estão casados, estes trabalham na propriedade e recebem uma parcela da produção. Ou, ainda, recebem uma área de terra, normalmente adquirida para esta finalidade, para que produzam de forma independente e usufruam seus benefícios, mantendo-os ao mesmo tempo como mão de obra auxiliar no restante da propriedade. Neste caso, porém, resulta a saída dos pais, deixando a propriedade sob a tutela e administração do filho.

O sistema oficial de ensino, no meio rural, segue o mesmo padrão da escola urbana, com todas as deficiências agravadas: a inadequação com a realidade agrária, que resulta em prejuízo para o efetivo aproveitamento dos usuários rurais; o fechamento de escolas no meio rural; o transporte escolar que tirou a criança de lá e as condições precárias das estradas; o modelo precário de ensino das escolas que ficaram, em que os professores se propõem a lecionar por motivos de avanços de fim de carreira, são fatores que contribuem para a não permanência do jovem nas suas atividades rurais.

Apesar do governo ter criado, em 1946, escolas agrícolas de nível médio e superior, talvez a escola tenha sido a única instituição que não promoveu transformações e nem acompanhou ou orientou as transformações ocorridas após o processo de modernização agrícola, não sendo suficiente para a procura de alternativas educacionais mais condizentes com as necessidades dos diferentes grupos do meio rural, ou que dissesse respeito especificamente à vida rural, pois não faz parte do programa apresentado em sala de aula, ao contrário, o desenvolvimento urbano é enfatizado. Aléssio (1981) descreve a percepção dos diferentes grupos sociais, após a modernização agrícola, sobre a educação no meio rural. Segundo ele, dos granjeiros vinha o questionamento de qual seria o futuro de seus filhos em escola do interior, de como é importante ter bons colégios, não importa o preço, o negócio é cidade mesmo, o que resulta em outras alternativas profissionais. A percepção do colono sobre a escola é que ela é fundamental, é um meio de melhorar de vida. Antigamente, podia-se dar terra como herança, atualmente como não há terra para dar, então se dá estudo. A escola é quase tudo para o colono, já que pode propiciar uma profissão fora do meio rural, pois, caso contrário, terá que viver da agricultura em situação precária. Há colonos que vendem sua própria terra para dar faculdade aos filhos. Assim, uma das principais razões de transferirem-se para a cidade é a educação dos filhos. Pelo lado dos granjeiros seria interessante que os filhos dos empregados estudassem, sendo uma forma de domesticá-los,

pois entenderiam com mais facilidade as ordens do patrão, porém estes eram os primeiros a se evadirem, já que não se sentiam à vontade no colégio.

Outro problema para a permanência da população jovem no meio rural é a inviabilidade em dividir a área com os outros irmãos. Assim, a preocupação com a sucessão é maior em propriedades em que as áreas de terras são menores, pois de forma legal, o Estatuto da Terra limita a partilha dos estabelecimentos agropecuários em lotes de tamanho inferiores ao módulo rural regional. O crédito fundiário, que poderia ajudar na questão da sucessão, está sendo utilizado para legalizar a compra já efetuada, usado como capital de giro ou para aproveitar a condição altamente subsidiada do programa. Além disso, não atendem a esse público jovem que está saindo da atividade, além do valor a ser financiado ser muito baixo, se comparado com o preço da terra na região. A saída encontrada por muitas famílias é a parceria entre os irmãos, um fica na propriedade e ajuda os que migraram, por meio de alimentos e uma parcela da receita gerada, normalmente não levando em consideração os custos da propriedade.

Como em qualquer ramo de atividade econômica, muitos jovens optam por seguir carreiras diferentes das desenvolvidas pelos pais. A sucessão familiar no meio rural é um tema complexo, que precisa ser discutido desde cedo com os filhos, para diminuir a possibilidade de ocorrerem atritos no futuro. No ponto de vista dos entrevistados, a diversificação das atividades na pequena propriedade, aumentando gradativamente a sua renda e tornando mais atrativa a atividade rural para os seus sucessores, pode trazer perspectiva para o jovem permanecer na atividade agrícola.

6.4 Agricultura como vetor do desenvolvimento rural, mas não no modelo produtivista vigente na região do Alto Jacuí

O desenvolvimento revela-se como um fenômeno amplamente debatido, e que se materializa quando ocorre o aprimoramento da qualidade de vida dos seres humanos, através do atendimento de suas necessidades e desejos. Os estudos derivados desse assunto têm evidenciado que esse processo não ocorre hegemonicamente em todos os setores da economia, ou para todas as regiões e classes sociais. Esta diferenciação pode constituir um obstáculo para o desenvolvimento nas esferas econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais.

A atividade agrícola, durante muito tempo, foi tratada pelos estudiosos do desenvolvimento, principalmente no que se refere ao desenvolvimento econômico, como um setor que poderia dificultar a agilização deste processo, especificamente em países

subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Por outro lado, tratada como o setor principal para almejar o desenvolvimento, pois forneceria a produção necessária para alimentar a população em expansão, controlando assim a estabilidade econômica e abastecendo com matérias-primas e renda os demais setores econômicos. Ou ainda, suprir, na quantidade e nas especificidades necessárias, os bens agrícolas de que necessita o sistema exportador, e liberar, reter ou mesmo reabsorver mão de obra, de acordo com as necessidades das próprias atividades agrícolas e as dos demais setores do sistema econômico. Quando não cumpre essa função, não libera mão de obra necessária aos demais setores ou libera em excesso, ocasionando problemas agrários ou uma crise agrária.

De qualquer modo, Kageyama (1993, p. 28) resume a ideia dos autores, considerados clássicos na interpretação do Brasil, à expressão dos problemas agrários dá-se o nome de população, “seja sob a forma de um excedente estrutural de mão de obra (população sobrando de Rangel), seja sob formas extorsivas de exploração do trabalho (Alberto Passos Guimarães), seja sob o sistema de baixos salários e desamparo legal (Caio Prado Júnior e Celso Furtado)”.

As abordagens recentes sobre o tema levam em consideração os aspectos qualitativos (territoriais, ambientais, culturais e sociais) do desenvolvimento, e revelam uma discussão que vai além da atividade agrícola, o desenvolvimento do meio rural. Segundo Van der Ploeg *et al.*, (2000, p. 395), o desenvolvimento rural representa “uma saída para as limitações e falta de perspectiva intrínsecas ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização que ele impõe”. Segundo Kageyama (2008), entre as exigências do desenvolvimento rural estão a oferta de empregos para a população rural, a segurança alimentar e a garantia de qualidade dos produtos, bem como a proteção ambiental. O rural não como espaço geográfico, mas como construção social.

O modelo de desenvolvimento agrícola da região do Alto Jacuí tem todas as características de produção agrícola descritos por Kageyama (2008, p. 61) *apud* Van der Ploeg (2000): agricultores como empresários agrícolas, especialização, aumento de escala, intensificação no uso de insumos, produção orientada pela lógica de mercado, dependência crescente de poucos mercados agrícolas. E ainda por Mazoyer (1991), o desenvolvimento agrícola foi concebido como transferência do modelo de modernização utilizado pelos países centrais para a agricultura dos países em desenvolvimento, ocasionando ampliação das desigualdades, aumento da dependência tecnológica, desemprego e êxodo rural.

Esta região tem alcançado, nos últimos anos, expressivo desenvolvimento agrícola, com uma produção e produtividade recorde de soja na história, na safra 2010/2011, devido principalmente à combinação entre clima e preço, além do uso de tecnologias com tratamento

permanente do solo, irrigação artificial e agricultura de precisão. Certamente esse crescimento está sendo comemorado e irá repercutir entre a sua população rural, governo e nas demais instituições ligadas ao setor agrícola na região. Mas, como esperar que esse desenvolvimento agrícola, suas facetas e evoluções, desenvolvam a região do Alto Jacuí e o meio rural, já que a população analisada neste estudo deixa transparecer que os critérios objetivos, relacionados à melhoria das condições de vida e bem-estar, estão sendo alcançados somente após migrarem para o meio urbano de seu município?

Além disso, na fala dos entrevistados há uma percepção clara de que enquanto pesquisadores da área enfatizam a importância de manter o produtor no meio rural e veem de forma negativa a migração da população rural para cidade, o produtor pensa diferente, pois é muito difícil escutar alguém dizendo que o meio rural é um bom lugar para se viver. O que se ouve, segundo os relatos dos entrevistados, é que “eu não quero que meu filho tenha a vida que eu tive e passe pelo que eu passei”, ele diz isso com muita seriedade. Então, só o fato dele dizer que “não quero que meu filho tenha a vida que eu tive”, é um sinal de que a vida que ele teve deve ser investigada.

Outro paradigma se apresenta dessa forma: como estudar o desenvolvimento rural, já que há inviabilidade de pequenos produtores, a saída de jovens e de idosos aposentados para a cidade do seu município, parece transparecer um processo natural neste modelo de desenvolvimento, atrelado ao elevado preço da terra. Permanecendo no meio rural, os caseiros das grandes propriedades e uma população quem tem idade superior a 60 anos. Assim, há uma troca de residências, sai produtor e entra o caseiro assalariado, pois é cada vez mais comum nas agências de empregos da região a procura por esses trabalhadores.

Segundo Martins (1986, p. 33), por trás da perspectiva que constrói o rural como objeto de conhecimento há um “sujeito”, sujeito social, que nela exprime a sua identidade, que nela se identifica ou que por ela se identifica. Segundo o autor, ao contrário da “realidade urbana”, não se pensava no meio rural mais do que se pensa no estômago e no fígado, enquanto estamos bem. No caso da região do Alto Jacuí, o principal critério para a definição de meio rural é a dependência da atividade agrícola, porém esta atividade ocupacional não depende fundamentalmente da população rural. Esta realidade é mais forte nos municípios maiores em extensão, como Cruz Alta, Santa Bárbara do Sul e Salto do Jacuí.

A inviabilidade econômica dos pequenos produtores rurais pode ser corrigida pela diversificação, tanto na produção de leite, no beneficiamento de seus produtos e na agroindustrialização. No entanto, a lógica do mercado está prevalecendo e inviabilizando também essas alternativas. Essa questão é retratada na atividade leiteira, que é considerada

como uma alternativa de renda para o pequeno produtor, no entanto tem se mostrado concentradora e excludente. O mercado mostra claramente que precisa de mais área, mais tecnologia com menos custos, e menos custos é excluir pessoas. Quem não acompanha e/ou consegue renda, ou seja, não atende a essa lógica do mercado, desaparece do negócio, muitas vezes por falta de assistência técnica especializada para essas atividades, já que as cooperativas e empresas agrícolas em alguns municípios da região estão voltadas e especializadas, especificamente, à produção de grãos. Ou seja, há um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que pode ser uma alternativa para o produtor, pode excluir outros, sendo considerada uma solução paliativa.

No que se refere à agroindustrialização, parece consenso de que nem todos os produtores rurais possuem condições de apresentar produtos compatíveis com as exigências e padrões que o mercado exige. Enquanto os que apresentam esta condição desenvolvem e atendem mercados mais promissores, outros, menores e mais significativos, com tecnologia artesanal, disputam o restrito mercado regional com inevitáveis reflexos negativos sobre os produtos de matéria-prima. Desmotivados, abandonam a atividade.

Alguns municípios tentam viabilizar a comercialização de produtos diversificados através de feiras. Especificamente, no município de Cruz Alta, foi criado um galpão para a comercialização de produtos oriundos de pequenas propriedades rurais de produtores da região. Este espaço foi fechado recentemente pela fiscalização sanitária do município. Alguns poucos produtores ainda permanecem em espaços abertos nas praças da cidade, até em frente aos supermercados, ofertando seus produtos no início da manhã, em alguns dias da semana. Os compradores são pessoas que residem próximo aos locais de oferta, e procuram produtos de maior qualidade.

Além disso, na região onde predomina a produção de soja através de plantio direto de sementes geneticamente modificadas, os grãos são exportados *in natura*, principalmente via ferrovia. Apenas uma parcela da produção de soja é absorvida pela agroindústria, o que pouco contribui para a geração de empregos diretos. Por outro lado, a produção de soja, principalmente, cria um conjunto de condições para a geração e fortalecimento de uma rede de serviços e comércio que marcam a paisagem no meio urbano dos municípios, como: sistema bancário, ampliação das agências de cooperativas de crédito rural, serviços burocráticos de escritórios, rede de revenda de insumos e maquinário agrícola. Além de assistência técnica composta de agrônomos, técnicos agrícolas e mecânicos operadores de máquinas agrícolas e de sistemas de irrigação. Próximo ao perímetro urbano, as estruturas de armazenamento chamam a atenção. Na área rural, a paisagem é padronizada com grandes

lavouras, com elevada densidade técnica e praticamente nenhuma densidade demográfica, tanto nos assentamentos quanto em pequenas, médias e grandes propriedades rurais.

Outra questão que poderia contribuir para o desenvolvimento rural diz respeito às famílias assentadas pelo programa de reforma agrária na região. No entanto, alguns produtores não conseguem visualizar um futuro, ocasionando a saída, principalmente do jovem rural. Um dos motivos apontados é a falta de infraestrutura nos assentamentos. Arrendar parte das terras para a produção de soja a terceiros é a única alternativa viável para os assentados, pois não há ninguém (filhos) para ajudá-los nas suas atividades, alguns já têm idade avançada e os filhos estão morando em outras cidades. Além da falta de maquinário agrícola, não há estrutura para escoamento de sua produção de aves e suínos, tanto no que se refere às estradas precárias quanto às dificuldades de comercialização

6.5 Falta de discussão sobre o modelo de desenvolvimento agrícola regional

A discussão de qual modelo de desenvolvimento agrícola é o mais adequado para a população rural simplesmente não acontece na sociedade regional. Tanto os agricultores envolvidos ou mesmo os excluídos do processo, quanto universidades, imprensa, assistentes técnicos, extensão rural, etc., não conseguem estabelecer momentos de reflexão a respeito do caminho trilhado, por consequência, os poderes públicos, comodamente, também a ele não se referem.

Algumas das instituições rurais que participaram desta pesquisa de campo também contribuíram na elaboração do Planejamento Estratégico de Desenvolvimento Regional do Alto Jacuí (2010), identificando as potencialidades prioritárias que poderão ser desenvolvidas em cada município, além dos gargalos que estão impedindo este desenvolvimento. Conforme a Ilustração 22, os setores do agronegócio deverão ser fomentados para o desenvolvimento dos municípios da região. Os gargalos que deverão ser superados para este desenvolvimento não estão diretamente ligados às potencialidades, mas a todos os setores econômicos.

Boa Vista do Cadeado	
Potencialidades	Gargalos
Agricultura e agroindústria familiar	Mão de obra especializada
Turismo rural	Acesso ao município
Boa Vista do Incra	
Bacia leiteira e hortifrutigranjeiros	Investimento público
Agroindústrias de hortifrutigranjeiros	logística, mercado, e cultura de trabalhar somente com a soja
Colorado	
Agroindústrias	Saúde
Agricultura	Segurança
Cruz Alta	
Agronegócio	Qualificação mão de obra
Saúde	Segurança pública
Logística	Manutenção BR 277
Ibirubá	
Qualificação e aprimoramento na área da construção civil	Plano municipal de saneamento
Expansão do polo metal-mecânico	Plano Diretor
Agricultura e agronegócios	Planejamento Ambiental
Desenvolvimento industrial	
Lagoa dos Três Cantos	
Agroindústria de Aves e Leite	Infraestrutura
Turismo	Legislação atual para agroindústria
Não-Me-Toque	
Incentivo à indústria metal-mecânica	Mão de obra qualificada
Agroindústria	Infraestrutura logística
Quinze de Novembro	
Gastronomia	Microcrédito
Produtos orgânicos	Divisão regional
Hortifrutigranjeiros	
Agroindústria	
Saúde	
Saldanha Marinho	
Agroindústria	Mão de Obra Qualificada
Atividade Leiteira	Legislação para agroindústrias
Salto do Jacuí	
Turismo	Infraestrutura
Leite, peixe e fruticultura	Educação e cultura da população
Santa Bárbara do Sul	
Bacia Leiteira	Falta de recursos públicos para investimentos
Agricultura e Agroindústria	Cultura da população
Selbach	
Agronegócio	Planejamento urbano
Qualidade e educação	Evasão da mão de obra de curso superior

Ilustração 22- Quadro das potencialidades e gargalos identificados como prioritários para o desenvolvimento dos municípios do Alto Jacuí

Fonte: Planejamento Estratégico de Desenvolvimento Regional (2010).

Tanto o Planejamento Estratégico de Desenvolvimento Regional (2010), quanto os relatos da pesquisa de campo deste estudo, deixam transparecer que provavelmente a diminuição da população rural será um problema no futuro, mas não hoje, pois não estaria afetando o desenvolvimento agrícola, ou os outros setores que dependem deste desenvolvimento, nem representa obstáculo ou gargalos para o desenvolvimento dos municípios da região.

Da mesma forma, a discussão sobre a agricultura familiar é incipiente. Se por outro lado os entrevistados das instituições ligadas ao meio rural enfatizam a diminuição da agricultura familiar no desenvolvimento agrícola da região, o termo agricultura familiar, que é definido legalmente (Lei n° 11.326, de 2006), parece não conseguir caracterizar os agricultores entrevistados que residiam no meio rural. Sem querer polemizar sobre a definição de agricultura patronal e familiar, que divide o meio político, a academia e instituições de pesquisa, pode-se dizer que os entrevistados deste estudo poderiam ser enquadrados na definição de agricultores familiares se a condição fosse apenas área do estabelecimento, mão de obra e gerência familiar. Por outro lado, grande parte deles tinha outras rendas, que muitas vezes excedia a renda oriunda da atividade agrícola. Aposentadoria, aluguéis de imóveis urbanos, a profissão dos filhos e esposas constituíam as outras fontes de renda.

Finalizando este capítulo, pode-se dizer que não se espera que esse modelo de agricultura vá integrar ou reintegrar pessoas no meio rural ou ao sistema produtivo. Um modelo altamente usuário de insumos externos, sabidamente finitos e que, de certa forma, são cada vez mais empurrados para o agricultor, aumentando a produtividade, e da mesma forma os seus custos, é um modelo que não está calcado na rentabilidade do agricultor. E, um grande problema da diminuição da população rural é a falta de renda.

Como “fixar” jovem no meio rural, se não há renda. Na análise da área agrícola da região do Alto Jacuí percebe-se que a grande maioria são pequenos agricultores, de 10, 20, 30 hectares e dependentes da produção em escala. É uma situação altamente vulnerável, dependente das benesses do sistema financeiro, de prolongamentos de dívidas, abatimentos de juros, entre outras reivindicações, não gerando a receita necessária para dar a qualidade de vida adequada para esses jovens rurais. A palavra fixação é totalmente descabida, há que se permitir que aqueles jovens que queiram ficar tenham oportunidade para tal. As pessoas jovens que ficam no meio rural, a maioria, a grande maioria, fica por falta de opção. Mas como fazer uma opção por uma atividade que não lhe dá receita, já que o modelo se consolida a partir do crescimento da escala.? Tem-se uma questão cultural, que foi bem trabalhada ao longo dos últimos 50 anos, desde o surgimento das primeiras cooperativas, da

necessidade de análise do solo e calcário para receber crédito, assim foi se consolidando o modelo que está posto atualmente. Há um sistema montado, ou uma conjuntura toda estabelecida, que é muito mais fácil para produzir soja, ainda que com uma menor remuneração por área. Não está no ideário do produtor regional comercializar outros produtos, porque a soja é mais fácil, pois produz e entrega, ou seja, não vende, apenas entrega. Além disso, é uma questão de facilidade, de não penosidade no trabalho.

Se comparado ao leite, por exemplo, as salas de ordenha são mal montadas, pois beneficiam o animal, em detrimento do homem. Na maioria delas, o produtor precisa descer escadas para ficar em um plano mais baixo, fazendo com que desça e suba escadas, várias vezes por dia, por ano, além de trabalhos diários de domingo a domingo, que a atividade exige. Assim, ele diz, eu não quero que meus filhos passem pelo que eu passei, pois aqui ele não fica mais; vendem a área e fazem o possível para proporcionar estudo a eles. É como se a idealização da cidade estivesse no DNA das pessoas.

A explicação teórica para a diminuição da população rural está alicerçada na macro e na microeconomia. Está implícita nos fatores de expulsão e de estagnação defendidos pela percepção neoclássica de Todaro (1979), e na abordagem macroeconômica defendida por Myrdal (1972), que leva em consideração vários fatores para analisar o processo migratório, como a distribuição de renda, de terras, a forma de como está organizada a atividade agrícola, a cultura migratória, a rotulação social de alguns tipos de trabalho e a distribuição regional de capital humano. Ainda na nova economia da migração defendida por Massey (1990), em que afirma que as decisões não são individuais, mas tomadas por um grupo maior, do qual este faz parte, principalmente no contexto familiar. Assim, a migração vem a se constituir em uma forma de investimento que o produtor faz para si e sua família, com o objetivo de melhorar de vida. Nesses modelos teóricos, as características regionais influenciam na tomada de decisão individual, sendo esses indivíduos atraídos por lugares que possuem melhores condições no mercado de trabalho, educação, saúde e infraestrutura.

Têm-se realidades muito diferentes no meio rural da região, de uma nuance que vai transitar pela questão da etnia, pelo tamanho da propriedade, pela atuação do município na diversidade de culturas e na preocupação com o meio rural. A questão da diminuição da população rural em municípios como Ibirubá, Quinze de Novembro, Selbach, Lagoa dos Três Cantos, Não-Me-Toque, que possuem uma base étnica e cultural que interfere no contexto da diminuição da população rural, atrelado ao apreço pela propriedade, do apreço pela produção. Por mais que o sistema tenha sido engolido pelo sistema soja, é nesses municípios onde

encontra-se muito mais a produção de soja, atrelada ao sistema associado a outras atividades. É pouco, mas se encontra nas propriedades leite, fruticultura, olericultura, turismo rural.

No caso do município de Cruz Alta, quando da emancipação de Boa Vista do Inca e Boa Vista do Cadeado, saíram junto as maiores áreas com menores propriedades, restando para o município áreas maiores, onde se intensificou, com as emancipações, o sistema soja. No município de Boa Vista do Cadeado, foi criada uma Cooperativa de Pequenos Produtores da Agricultura Familiar, que fornece alimentos para a alimentação escolar, inclusive para o município de Cruz Alta. Da mesma forma, os produtos ofertados em feiras livres do município de Cruz Alta, na sua maioria, são oriundos de pequenos produtores de Boa Vista do Inca. Em alguns municípios, a merenda escolar vem sendo suprida pelas cooperativas, adquirida diretamente da Central de Abastecimentos de Porto Alegre (CEASA).

O desenvolvimento rural na região não poderá ser alcançado com a estrutura existente, de que quando se fala em agricultura, pensa-se soja, desde a mídia, dos eventos que acontecem na região, pois é um sistema que não precisa de agricultores, mas de produtores eficientes. A palavra chave do desenvolvimento agrícola na região é produtividade, pouco se estuda a rentabilidade, ou lucratividade, a que preço? Não interessa.

Há uma dissociação cultural do produtor com a agricultura. Na região há muito produtor e pouco agricultor, sendo que o primeiro é aquele que tem um conjunto de fatores de produção, que produz e comercializa, não precisa mais entender da agricultura, basta apenas ter o “kit de plantio” (transgênico, abubo, veneno e máquina). Já o segundo, o agricultor, é aquele que se envolve com o seu meio de produção, vive da terra que produz seu alimento e dele retira seu sustento, interage com os recursos naturais,, protege a água e o meio ambiente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade brasileira, impulsionados pelos ciclos econômicos, os movimentos populacionais ocorridos em diferentes momentos de sua história influenciaram na sua formação econômica e estrutura social. Assim, o Brasil tornou-se dependente da migração para viabilizar seus ciclos econômicos, desde seu descobrimento

A partir do processo de industrialização, as migrações se intensificam de áreas rurais para urbanas, principalmente quando o trabalhador urbano passa a ter salário mínimo, estabilidade e seguridade social, e a adoção de uma política salarial diferenciada entre as regiões do país, de acordo com o seu grau de desenvolvimento. O período da modernização agrícola, que se acentua a partir de 1960, aliado à criação do Estatuto do Trabalhador Rural, aumenta o fluxo de pessoas que deixaram o meio rural em direção à cidade.

O processo de migração do meio rural continuou após 1980, apesar da mão de obra rural já não ser fundamental para o processo de industrialização. No início dos anos 90, as discussões acerca do papel a ser desempenhado pela agricultura adquirem outra dimensão, a agricultura familiar.

No início do século XXI, o grau de urbanização da população brasileira aponta para uma redução absoluta e relativa do fluxo migratório rural-urbano. Uma das explicações estaria no fato de já ter ocorrido redução absoluta do estoque da população rural em outros períodos, além da forte queda na taxa de fecundidade registrada nos últimos anos. Assim, se em 1950 a população rural representava 63,84% da população brasileira, em 2010 este percentual é de 15,65%.

No Rio Grande do Sul, o processo de urbanização foi semelhante ao do Brasil. A partir de 1970, a população urbana passa a ser predominante em relação à rural, atualmente corresponde a 85,10% do total da população. A migração da população rural para a cidade contribuiu, mas não foi decisiva para o aumento da população nesse período. As emancipações de municípios e distritos caracterizadamente rurais contribuíram para esse aumento, pois passam a ser considerados áreas urbanas.

A discussão sobre a temática da diminuição da população rural tem início no período que precede as políticas nacional-desenvolvimentistas e do esgotamento do modelo agroexportador brasileiro baseado no café, estudando, sobretudo, as consequências do deslocamento do centro dinâmico de uma economia essencialmente agrária para uma economia urbana e industrial. Porém, é a partir do final de 1970 e, principalmente na década

de 80, que esse tema passa a ser amplamente discutido, tendo como fio condutor a modernização agrícola e o êxodo rural.

Mais recentemente, com a abordagem que leva em consideração o desenvolvimento rural, percebe-se que em algumas regiões do Brasil e do mundo há uma inversão no deslocamento do meio rural para o urbano, sendo o meio rural escolhido como residência devido à qualidade de vida que este tende a oferecer, tornando-o um ambiente pluriativo, de muitas atividades e de muitos atores.

Na região do Alto Jacuí, base empírica deste estudo, a temática da diminuição rural não tem sido abordada nos estudos acadêmicos e na esfera política. Os estudos direcionados ao meio rural na região estão relacionados especificamente ao desenvolvimento agrícola, retratado em ações modernizadoras dos processos produtivos, no incremento de tecnologias, sendo determinado por critérios econômicos, ligado restritamente à questão agrícola e alicerçado no aumento de produtividade e rentabilidade.

Analisar quais os fatores identificados com o modelo de desenvolvimento agrícola da região do Alto Jacuí (RS), relacionados com a diminuição da população rural, foi o objetivo maior deste estudo. A partir dessa problemática, indagou-se: Quem são os produtores rurais que fazem parte desse cenário? Que arranjos sociais e econômicos estão sendo elaborados pelos produtores, nesse contexto? E sob que condições econômicas e sociais os agricultores venderam e compraram terras na região?

Este capítulo procura estabelecer as considerações finais deste estudo sobre a diminuição da população rural na região do Alto Jacuí/RS. Para isso, primeiramente serão retomadas as hipóteses levantadas e, posteriormente, feitas algumas considerações finais específicas sobre os objetivos do estudo e suas limitações. E, finalmente, apresentadas sugestões para futuros estudos sobre essa temática.

7.1 Considerações sobre as hipóteses propostas

A primeira hipótese modelo produtivo agrícola da região conduziu a um crescente processo de concentração da atividade produtiva, tendendo a homogeneizar a forma de produzir no espaço físico, acelerando a diferenciação econômica e social entre os produtores rurais e, conseqüentemente, a diminuição da população rural.

Para avançar na resposta à primeira hipótese, foi necessário o entendimento do desenvolvimento agrícola da região, e para isso no capítulo 1 é feita uma análise histórica desse desenvolvimento, caracterizado, primeiramente, pela concentração na produção de

grãos, especialmente de soja, a partir de 1960. Da mesma forma, a pesquisa de campo revela aspectos inerentes ao modelo de desenvolvimento agrícola regional.

Como na história do Brasil, que se caracteriza e se confunde com os ciclos de dominância de culturas agrícolas desde sua formação econômica, na região do Alto Jacuí esta realidade é observada com a produção de soja, não pela exclusividade, mas pela predominância de cultivo. Quatro décadas se passaram desde que as primeiras sementes de soja foram plantadas na região. Diversos momentos marcaram a evolução da cultura, desde os pioneiros de sua introdução à adaptação ao sistema agrícola, e o avanço tecnológico nos anos 70, como o plantio direto e a transgenia nos anos 90. Da mesma forma, ocorreram as transformações socioculturais e econômicas da população rural, das instituições, e principalmente dos municípios da região, representada pela cultura da soja em cada safra, a partir de então, depositária das esperanças dos agricultores que vinham de frequentes frustrações na lavoura de trigo, e que parece se fortalecer a cada safra, transformando-se em uma perigosa monocultura.

O modelo produtivo agrícola da região, alicerçado principalmente na produção de soja, tem alcançado rentabilidade somente quando atrelado à economia de escala, aguçando o antagonismo entre os grupos (pequenos e grandes produtores). O lucro acumulado pelos produtores que possuem grandes propriedades de terra lhes permite manter sob controle as perspectivas de expansão dos pequenos produtores, regido principalmente pela valorização da terra e atrelado ao preço da soja. Este fato ocorre porque o aumento da área produtiva é percebido como condição básica para evoluir economicamente, mas no momento em que apenas um grupo se capacita para adquiri-la, esta condição frustra as aspirações dos demais produtores e promove a migração do meio rural. O mercado da soja é o mecanismo regulador da produção e do valor da terra e, portanto, da riqueza e da pobreza.

Mesmo ocupando uma fração reduzida da área, o número de estabelecimentos entre 10 e 100 hectares representa 59,62% dos estabelecimentos na região, destes, 27,01% possuem área inferior a 10 hectares. A inviabilização dos pequenos produtores, considerando a área produzida e a conseqüente saída do meio rural, ocorre não por falência, mas por medo dela, e por acharem que na cidade o futuro estará garantido com o preço adquirido do arrendamento ou da venda de terras.

A segunda hipótese, que afirma ser a busca da melhoria de condições de vida no meio urbano, o endividamento agrícola e a necessidade de economia de escala os principais fatores relacionados com a diminuição da população rural na região estudada, foi parcialmente aceita, pois além destes fatores existem outros tão significativos quanto os elencados na hipótese.

Os fatores que interferem para a diminuição da população rural, levantados na pesquisa de campo são: Escala produtiva (como um processo natural no modelo agrícola regional); Procura por melhores condições de vida na cidade (devido à inviabilidade da pequena área, justificada pela falta de área para a partilha, e endividamento); Saída do meio rural, mas não da atividade agrícola; Envelhecimento da população rural (diminui participação na atividade agrícola e comunitária, distância dos filhos que moram na cidade e, principalmente, busca de uma vida mais tranquila na cidade, com acesso a serviços de saúde); Diminuição da fecundidade, através do planejamento familiar; Saída dos jovens do meio rural, procurando atividades menos sofridas e principalmente um salário fixo.

7.2 Algumas considerações finais específicas sobre os objetivos do estudo

A descrição dos produtores rurais que abandonaram o mundo rural e a agricultura, contribuindo assim para a diminuição da população rural, foi o objetivo mais difícil de alcançar. Primeiramente porque, obviamente, não há registro de produtores rurais que saem do meio rural ou da atividade agrícola. Ou ainda, porque mesmo com a relação de nomes (a partir da indicação dos segmentos rurais e de outros produtores) estes, nem sempre estavam dispostos a falar sobre sua vida no meio rural. Assim, em termos de resultado, os dados são de difícil generalização, ao considerar o número de produtores entrevistados. Por outro lado, foram ouvidos praticamente todos os responsáveis pelos segmentos que representam os produtores rurais na região. Assim, pode-se dizer que os resultados obtidos têm uma relativa capacidade de generalização.

Pode-se dizer que há duas situações a serem consideradas, no que tange a esse objetivo: primeiramente os produtores que saem do meio rural e da atividade agrícola, e aqueles que apenas mudam de residência do rural para a cidade, continuando na atividade agrícola, não constituindo dessa forma, abandono do meio rural. Abandonam o rural como local de moradia, mas não a agricultura como atividade econômica. Com relação à primeira situação, são na maioria considerados pequenos produtores rurais no que se refere à extensão de terra e que, convictos de que a vida será mais fácil, buscam alternativas de melhores condições de vida na cidade, ou ainda o fazem devido ao endividamento, ou por medo dele.

Por outro lado, há os produtores que saem do meio rural, mas continuam na atividade agrícola, pois não necessitam residir na propriedade já que possuem caseiros e empregados que tocam a rotina dos serviços da atividade. São produtores que residem na cidade, onde normalmente os filhos ou outros familiares já haviam ido anteriormente. Dirigem-se

diariamente para o meio rural, quando o acesso é facilitado pela localização, ou nos finais de semana.

Os jovens que residiam no meio rural e os produtores rurais aposentados estão descritos nas duas situações. Na primeira, estão os jovens que saem à procura de emprego, ou por falta de recursos financeiros para fazer a partilha. Existem, ainda, os jovens filhos de agricultores que saem do meio rural à procura de emprego ou de estudos, mas que mantêm o vínculo com a atividade rural e, principalmente, dependem de recursos desta. Pode-se dizer, ainda, que na região do Alto Jacuí não se percebe uma tendência à masculinização no meio rural, já que as oportunidades encontradas na cidade são para ambos os gêneros. Com relação aos produtores aposentados, estes optam por não mais trabalhar na atividade agrícola, arrendam áreas e migram para cidade, ou deixam algum parente cuidando da área, recebendo renda da atividade. Além destes, há os que optam pela venda da propriedade e a migração para cidade.

Ainda, sobre o primeiro objetivo, a partir do início das entrevistas com os segmentos rurais da região, percebeu-se que não necessariamente o abandono do meio rural e da atividade agrícola estavam atrelados. Os produtores que saem do meio rural, contribuindo para a diminuição no número de habitantes deste local, continuam tendo vínculos, seja através de arrendamento ou apenas na mudança de residência ou, ainda, recebendo rendas oriundas do meio rural e da atividade agrícola.

O segundo objetivo foi caracterizar a situação socioeconômica e produtiva dos produtores rurais antes e depois da migração do mundo rural. Na pesquisa de campo, os limites para alcançar este objetivo ocorrem justamente pela dificuldade de aproximação e a desconfiança dos produtores, que somente foi amenizada com a colaboração de pessoas residentes nos municípios (alunos da Universidade de Cruz Alta) e representantes dos segmentos rurais.

Quanto à situação produtiva, há evidente predominância da produção de soja, tanto para os assentados quanto para os grandes, médios e pequenos produtores de áreas. No que se refere à vida social, os produtores sentem-se melhor depois da migração, mesmo com a dificuldade de adaptação na cidade, e com a convivência comunitária do meio rural. Da mesma forma, a situação econômica parece ser mais viável depois da migração, pois além da existência de outras fontes de renda, como aluguéis, aposentadorias ou salários de parentes, contam com a renda de arrendamentos ou o valor recebido pela venda da terra.

Ainda com relação à situação produtiva, o retorno da atividade leiteira como importante atividade econômica para região é uma das variáveis que mais aparece nos relatos

sobre as transformações da agricultura em praticamente todos os municípios, principalmente a partir de 2005, devido às consecutivas quebras nas safras das lavouras. No entanto, essa atividade tem se mantido à margem da produção de grãos na região, sendo fomentada quando os grãos têm queda nos preços. Por ser uma atividade tradicionalmente produzida pela agricultura familiar, vem sendo considerada, principalmente pelas instituições entrevistadas, uma importante atividade que poderá facilitar a permanência do produtor no meio rural.

Esse direcionamento é fortemente influenciado pelos diversos investimentos aplicados na instalação e ampliação de plantas industriais e laticínios na região, ocasionando aumento de produção, principalmente nos municípios de Fortaleza dos Valos, Quinze de Novembro e Ibirubá, Selbach, Lagoa dos Três Cantos e Tapera. Por ser uma atividade que vem exigindo economia de escala, investimento em infraestrutura para elevar a produção e a qualidade do leite vendido, exclui produtores que não conseguem se enquadrar nestas exigências, já que o preço é diferenciado por quantidade e qualidade, além disso, há ainda o problema do escoamento da produção. Alguns produtores, mesmo recebendo menos pelo leite, não conseguem entregar o produto, pois as estradas não dão acesso aos caminhões para fazer o escoamento, principalmente em dias de chuva.

O objetivo que visava à identificação e análise de quais fatores e de que forma, além da atividade produtiva agrícola, têm contribuído para a diminuição da população rural, foi amplamente alcançado. Pode-se dizer que a queda na taxa de fertilidade/natalidade, a saída do jovem do meio rural em busca de um salário fixo e, principalmente, o envelhecimento da população, são os fatores que não estão intrínsecos à atividade produtiva e ao modelo de desenvolvimento rural da região.

O envelhecimento da população vem se tornando um desafio e uma temática relevante sob o ponto de vista acadêmico e de políticas públicas, sendo uma realidade na maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, tanto no meio urbano quanto no rural. As dificuldades apontadas pelo produtor para se manter no meio rural são inerentes a algumas atividades agrícolas, porém em produção de lavoura, estas dificuldades são menos importantes. No entanto, os problemas de saúde, as limitações de transporte, a distância dos recursos sociais e de saúde, dentre outras dificuldades, são sentidas com maior intensidade na população de idosos, devido à crescente fragilidade com a aproximação do final da vida.

A falta de gestão da propriedade rural, através de controle e planejamento, é evidente nas entrevistas. Os produtores que residiam no meio rural, mesmo aqueles que tinham acompanhamento de profissional especializado das cooperativas, somente conseguiam desenvolver mentalmente o planejamento e controle de suas atividades agrícolas.

Indiretamente, a falta de gestão da propriedade, principalmente quando o produtor rural tem em mente apenas a busca pela produtividade, pode contribuir para a falta de rentabilidade, pois se esta fosse levada em conta, e não apenas a produtividade, os produtores rurais perceberiam que a produção de soja pode ser menos rentável, se comparada a outras atividades. No entanto, a assistência técnica das empresas privadas e cooperativas induz e prepara o produtor para produção e comercialização de grãos, e não para viabilizar alternativas produtivas.

No relato histórico dos entrevistados, percebe-se a intercalação de momentos de afirmação/negação do sistema cooperativista. Por um lado, o fortalecimento das cooperativas citadas com as quais eles faziam comércio, por outro, as Cooperativas que encerraram suas atividades na região, na década de 90, como a COTRICRUZ, que foi absorvida por outras instituições como a transnacional Bunge e, recentemente a crise de outras cooperativas que, segundo os entrevistados, ocorreu devido a inúmeras situações de descrédito diante de gestões não transparentes, e à entrada das outras empresas com infraestrutura, preços diferenciados e apoio técnico. Segundo os relatos dos entrevistados, a falência e o enfraquecimento de cooperativas acabaram com a soja e o trigo que os agricultores tinham depositado, provocando a falência de muitos produtores e a saída destes da atividade agrícola.

Dentro dos limitantes de generalização próprios do método de investigação e interpretação adotado, pode-se dizer que os fatores relacionados com a diminuição da população rural que foram abordados neste estudo estão presentes em todos os municípios da região. Contrariando a realidade de muitas regiões do Estado, onde há diversidade de ocupações no meio rural, como residência, esporte e lazer, que pode inverter o movimento de uma fração da população em direção às áreas rurais, na região do Alto Jacuí, muito aquém de representar uma função paisagística, cultural ou ambiental, predomina a função produtiva. Assim, na região há coincidência entre espaço rural e a atividade agrícola.

Não foram realizadas comparações entre os municípios da região, pois cada município apresenta peculiaridades e diferenciações internas, o que dificulta fazer relações. No entanto, pelos resultados da pesquisa de campo, e dos dados históricos e secundários, pode-se dizer que é possível apontar algumas particularidades.

Nos municípios de Cruz Alta, Santa Bárbara do Sul, Fortaleza dos Valos, Salto do Jacuí e Colorado, percebe-se que a cultura de “elite agrária” está mais fortemente enraizada do que em outros municípios. Grande parte dos proprietários de terras tem domicílio urbano, e muitos deles são profissionais liberais, médicos, advogados. Devido a questões culturais, a comunidade acostumou-se com o modelo desenvolvimentista de épocas passadas, tendo

dificuldades em quebrar esse estado inercial, inclusive nos assentamentos. Da mesma forma, os índices de concentração de renda e de indigentes são maiores; foi nesses municípios que a população total diminuiu em maior número nos últimos anos. Destaca-se a ausência de um sistema cooperativista forte.

Nos municípios de Boa Vista do Incra e Boa Vista do Cadeado, os dados estatísticos são recentes, e a maioria deles ainda não está disponível, devido à emancipação política ter ocorrido somente no ano 2000. Nesses municípios, a grande maioria da população reside no meio rural, e a atividade agrícola é a que mais agrega valor nos dois municípios. A diminuição da população não é percebida de forma expressiva, mas os jovens tentam conciliar os serviços na agricultura com alguma atividade na cidade, não encontrando, vão para outros municípios como Cruz Alta, onde encontram emprego, principalmente no comércio.

A agricultura familiar tem um espaço significativo nos municípios de Quinze de Novembro, Selbach, Tapera e Saldanha Marinho, principalmente no que refere à área ocupada. Há uma discussão e preocupação latente sobre a sucessão dos jovens no meio rural, e uma forte participação dos sindicatos dos trabalhadores rurais com os assuntos pertinentes à diminuição da população rural. Nesses municípios, o número da população total se mantém estável, contando também com um sistema cooperativista forte e algumas propriedades voltadas ao turismo rural e à agroindustrialização.

E, finalmente, Ibirubá, Lagoa dos Três Cantos e Não-Me-Toque são os municípios onde a indústria tem conseguido agregar mais valor à produção do que os setores de serviços e agricultura. Por isso, vários jovens conseguem trabalho nas indústrias e, além disso, contam com um sistema cooperativista forte para assistência técnica, principalmente na produção de leite. Também deixam transparecer, de forma mais evidente, que os produtores que saíram do meio rural estão encontrando melhores condições de vida na cidade.

7.3 Sugestões de outros estudos sobre a temática abordada

Depois deste estudo, sugere-se que futuras pesquisas sobre o assunto sejam realizadas utilizando a abordagem de Anthony Bebbington (1999), que propõe investigar a questão da capacidade de reprodução das famílias rurais e de suas estratégias de sobrevivência, considerando que as pessoas podem ter diferentes percepções a respeito do que entendem por pobreza, capacidade de reprodução social e desenvolvimento. Além dos estudos sobre a diminuição, trata-se de aprofundar o conhecimento das condições de vida e do potencial de desenvolvimento intrínsecos no meio rural.

O desenvolvimento do meio rural não ocorre sem a presença e colaboração dos indivíduos que lá residem. Na fala dos entrevistados, há uma percepção clara de que enquanto pesquisadores da área enfatizam a importância de manter o produtor no meio rural e veem de forma negativa a migração da população rural para a cidade, o produtor pensa diferente, pois é muito difícil escutar alguém dizendo que o meio rural é um bom lugar para se viver. O que se ouve, segundo os relatos dos entrevistados, é que “eu não quero que meu filho tenha a vida que eu tive e passe pelo que eu passei”, dizem isso com muita seriedade. Então, só o fato de dizer que “não quero que meu filho tenha a vida que eu tive”, é um sinal de que a vida que ele teve deve ser investigada.

A discussão sobre a diminuição da população rural, longe dos pilares mais importantes da economia clássica e neoclássica, ou pelo funesto princípio malthusiano, está embasada nos moldes capitalistas da teoria marxista. Mais do que a discussão sobre se suas análises de assuntos específicos estavam certas ou não, os aspectos do marxismo são relevantes para analisar o modelo de desenvolvimento agrícola regional. Neste estudo, o que sempre esteve presente, como um elo, soldando a determinação de quem sai do meio rural e a necessidade de aquisição de mais áreas, é a dominação capitalista vinculada ao valor oferecido pela terra; isto aparece claramente já nos primórdios da atuação dos estancieiros portugueses, que até certo ponto controlam as condições do desenvolvimento econômico de colonos.

Neste estudo, partiu-se do ponto de vista de que a forma como se desenvolveu a atividade agrícola condiciona em grande parte as demais estruturas da sociedade, o que vale dizer que o sistema de produção determina a organização social e, conseqüentemente, o desempenho dos diferentes grupos de indivíduos que residem no meio rural. É, pois, no modelo de desenvolvimento agrícola que se procurou buscar o “fio condutor” para a explicação dos fenômenos sociais como a diminuição da população rural. Assim, o desenvolvimento agrícola adotado na região do Alto Jacuí é, por força das relações de produção e nas contradições que atuam no seu meio, fundamental para o entendimento dos fatores que influenciam na diminuição da população rural.

Ao concluir este estudo, pode-se afirmar que neste cenário de diminuição da população rural, o desenvolvimento econômico das cidades parece não ter influência na decisão de migrar de produtores que para lá se dirigem e que de lá se originam, com exceção de municípios onde o setor industrial é mais relevante. A agricultura, que é um elemento importante para o desenvolvimento rural, representa um potencial de melhoria da qualidade de renda familiar, geração de novos postos de trabalho e manutenção de um tecido social saudável no meio rural, mas não no modelo de desenvolvimento agrícola vigente.

Pode-se dizer que se conclui apenas uma etapa deste estudo, que há muito ainda a ser pesquisado, principalmente sobre as pessoas que permanecem no meio rural, e como se pode fomentar o seu desenvolvimento. E, especificamente sobre o envelhecimento e consequente esvaziamento do meio rural. O produtor rural depois de ter dedicado parte de sua vida à atividade agrícola, espera que depois de aposentado possa ter uma vida tranquila. No entanto, a distância que o meio rural representa da infraestrutura de que ele necessita, faz com que busque fora do meio rural esta tranquilidade, principalmente quando necessita de serviços de saúde. Assim, a diferença entre o rural e o urbano, quando trata-se de infraestrutura, determina a intensidade e a extensão da saída da população do meio rural.

Se por um lado, a questão do envelhecimento representa um avanço de qualidade de vida da população, por outro, impõe uma importante responsabilidade sobre as políticas públicas tanto no meio rural quanto no urbano. As políticas setoriais de acesso a saúde, perpassam todas as demais, não somente com relação a tratar os desafios do envelhecimento, mas sobretudo, com vistas à construção de um entorno favorável para que este produtor possa optar pela sua continuação no meio rural.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária**: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, v. 28, n. 1, jan./dez. 1999. Disponível em: <http://www.sda.ce.gov.br>. Acesso em: 12 jun. 2010.
- ACCARINI, José Honório. **Economia rural e desenvolvimento**: reflexões sobre o caso brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1987. 224 p.
- AGRICULTURA e desenvolvimento econômico. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Manual de economia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 606 p. p. 511-516.
- ALBUQUERQUE, Marcos Cintra C.; NICOL, Robert. **Economia agrícola**: o setor primário e a evolução da economia brasileira. São Paulo: McGraw-Hill, 1987. 335 p.
- ALÉSSIO, Atílio. **As relações entre os grupos rurais de Cruz Alta, num processo de modernização da estrutura produtiva**. Rio de Janeiro: FGV, 1981. 193 p.
- ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (org.) **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1998. p. 1-23.
- ARANDIA, Kuajara Alejandro. Modernização da agricultura: reflexos sobre o emprego rural no Rio Grande do Sul, 1970-1980. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 1-25, 1976.
- ARBAGE, Alessandro Porporati. **Economia rural**: conceitos básicos e aplicações. Chapecó: Grifos, 2000. 305 p.
- AZAMBUJA, Bernardete Maria de. **O desenvolvimento urbano e a promoção fundiária e imobiliária na cidade de Ijuí-RS**. 1991. 216 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.
- BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004. 226 p.
- BAER, Werner. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996. 416 p.
- BAIARDI, Amilcar. Modernização agrícola e o mecanismo de autocontrole em Ruy Miller Paiva. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 51-69, 1996.
- BASSAN, Dilani; SIEDENBERG, Dieter Rugar. Desenvolver buscando a redução das desigualdades. In: BECKER, Dinizar; WITTMANN, Milton Luiz. **Desenvolvimento Regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 137- 153.
- BASSO David; DELGADO, Nelson Giordano; SILVA NETO, Benedito. O estudo de trajetórias de desenvolvimento rural. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 1, n.1, p. 73-105, 2003.

BATTISTELLA, Vitor. **A História de Tapera**. Tapera: [s.n.], 1972. 233 p.

BEBBINGTON, Anthony. Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. **World Development**, Amsterdam, v. 27, n. 12, p. 2021-2044, 1999.

BENETTI, Maria Domingues. **Origens e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul**: uma análise do desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA, e FECOTRIGO. 1957/1980. Porto Alegre: FEE, 1982.

BOISIER, Sérgio. Modernidad y territorio. Santiago do Chile: ILPES, 1996. 129 p. (Cuadernos Del ILPES, 42).

_____. Sociedad del Conocimiento, conocimiento social y gestión territorial. **Interações**, Campo Grande, v. 2, n. 3, p. 9-28, mayo 2001.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Flutuação do emprego formal nos municípios da região do Alto Jacuí**. Disponível em: <<http://www.caged.gov.br>> . Acesso em: 15 mar. 2011.

BRUM, Argemiro. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1981. 200 p.

_____. **Rio Grande do Sul**: crise e perspectivas. Ijuí: Unijuí, 1988. 104 p.

_____. **A economia internacional na entrada do século XXI**: transformações irreversíveis. Ijuí: Unijuí, 2001. 304 p.

BUARQUE, Cristovam. **A revolução nas prioridades**: da modernidade técnica à modernidade ética. São Paulo: Paz e Terra, 1994. 287 p.

BUESCU, Mircea, TAPAJÓS, Vicente. **História do desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: A Casa do Livro, 1958. 204 p.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995**. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.

CARRION JÚNIOR, Francisco M. A economia do Rio Grande do Sul: evolução recente. In: DACANAL, J. H., GONZAGA, S. (Org.) **RS: Economia & Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

CAVALARI, Rossano Viero. **O Ninho dos pica-paus**: Cruz Alta na Revolução Federalista de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2001. 140 p.

_____. **A gênese da Cruz Alta**. Cruz Alta: UNICRUZ, 2004. 245 p.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO ALTO JACUÍ. **Planejamento estratégico de desenvolvimento regional do Alto Jacuí**. Cruz Alta: Unicruz, 2010. 128 p.

CUNHA, Sandra Virgília Pedroso. **Lagoa dos Três Cantos, uma história de encantos.** Lagoa dos Três Cantos: Berthier, 1996. 127 p.

DALLABRIDA, Valdir Roque; SIEDENBERG, Dieter R.; FERNÁNDEZ, Victor Ramiro. Desenvolvimento a partir da perspectiva territorial. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí : Unijuí, v. 4, n. 2, p. 27- 46, 2004.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965- 1985.** São Paulo: Ícone, 1985. 240 p.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma.** Guaíba: Agropecuária, 1999. 157 p.

FRANTZ, Telmo Rudi. **As granjas de trigo e soja: gênese e evolução de um grupo de agricultores capitalistas no planalto do Rio Grande do Sul.** 1980. 406 f. Tese (Doutorado) - Universidade de Paris I Pantheon, Sorbonne, Paris, 1980.

_____. **Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola: o caso da Cotrijuí.** Ijuí: Fidene, 1982. 249 p.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER, 2010. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) dos municípios do Rio Grande do Sul: 2000-2008.** Porto Alegre: FEE, 2010. Disponível em: <www.fee.tche.br>. Acesso em: 24 mar. 2010.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento. In: CAIDEN, Gerald; CARAVANTES, Geraldo. **Reconsideração do conceito de desenvolvimento.** Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

_____. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 126 p.

_____. **Formação econômica do Brasil.** 32. ed. São Paulo: Nacional, 2003. 256 p.

FUSFELD, Daniel R. **A era do economista.** São Paulo: Saraiva, 2001. 356 p.

GEORGE, Pierre. **Geografia rural.** São Paulo: Difel, 1982. 258 p.

GIDDENS, Antony. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991. 177 p.

_____. **A constituição da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1989. 432 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994. 207 p.

GONÇALVES, Maria Flora (Org). **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. 358 p.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** São Paulo: Unicamp, 1998. 211 p.

GREENWOOD, M. Human Migration. Theory, Models, and Empirical Studies. **Journal of Regional Science**, Hoboken, v. 25, p. 521-544, 1985.

GRZYBOWSKI, Cândido. O trigo no Brasil. **Notus du.g.e.r.ei**, Paris, n. 2, set. 1977.

GUIMARÃES, Alberto Passos. O complexo agroindustrial, **Opinião**, Rio de Janeiro, p. 4-5, 21 nov. 1975.

_____. **Quatro séculos de latifúndios**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 255 p.

HAYAMI, Yujiro; RUTTAN, Vernon. **Desenvolvimento Agrícola**. Brasília: Embrapa, 1988.

ILHA NETO, Severo Francisco. Notas sobre a evolução da família agrária ocidental e sua desagregação na sociedade contemporânea. **Cadernos de Extensão Rural**, Santa Maria, v. 1 n. 15, p. 2-37, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 1 CD-ROM.

_____. **Censos agropecuários**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 maio 2010.

_____. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 abr. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Ipeadata**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 11 set. 2010.

JOHNSON, J. H. **El hombre y la tierra**. Londres: Aliança, 1977.

JOHNSTON, Bruce; MELLOR, John. The role of agriculture in economic development. **American Economic Review**, Pittsburgh, v. 51, n. 4, p. 40-52, 1961.

JOLLIVET, Marcel. (Org.). **Vers un rural postindustriel**. Paris: L'Harmattan, 1997.

KAGEYAMA, Ângela. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. **Reforma agrária**: boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, v. 23, n. 3, set./dez. 1993.

_____. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2008. 229 p.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. **RS: Terra & Poder**: história da questão agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. 173 p.

LANDO, Adair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. In: LANDO, Adair Marli (Org.). **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 9-46.

LEWIS, William Arthur. Economic Development with Unlimited Supplies of Labor. **The Manchester School of Economic and Social Studies**, Manchester, v. 22, p. 139-191, may 1954.

MACAGNAM, Roberto. **O processo de desenvolvimento do setor leiteiro cooperativista gaúcho (1976-1992): o modelo CCGL**. Ijuí: Unijuí, 1998.

MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática & Ensaio sobre a população**: notas aos princípios de economia política de Malthus. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARSDEN, Terry. Exploring a Rural Sociology for the Fordist Transition: incorporating social relations into economic restructuring. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v.32, n. 2-3, p. 209-230, 1992.

MARTINE, George. Migração e metropolização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 28-31, jul./set. 1987.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975. 161 p.
_____. (Org). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. 224 p.

MARX, Edison. **A influência da cultura da soja no desenvolvimento econômico do município de Ibirubá-RS**. 1997. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. 3. ed. São Paulo: Global, 1988. 45 p.

MASSEY, D. Social structure, household strategies, and the cumulative causation of migration. **Population Index**, Princeton, v. 56, n. 1, p. 3-26, 1990.

MAZOYER, Marcel. **Ciência e tecnologia a serviço do desenvolvimento agrícola: impasses e perspectivas**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991. 18 p. (Textos para Debate, 37).

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998. 520 p.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1972. 239 p.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

NEUMANN, Pedro Selvino. Desenvolvimento local: o debate do “modelo rural” X “modelo agrícola”. In: FROEHLICH, José Marcos; DIESEL, Vivien (Org). **Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006. p. 99-109.

NEVES, Marcos Fava; CHADDAD, Fabio R.; LAZZARINI, Sérgio G. **Gestão de negócios em alimentos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. 129 p.

NODARI, José Maria. **A extensão como comprometimento da universidade com o seu meio**: um estudo de caso do curso de pedagogia da Fidene/Unijuí. 1986. 311 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1986.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

PAIM, Gilberto. **Industrialização e economia natural**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957. 119 p.

PAIVA, Ruy Miller. **Agricultura no desenvolvimento econômico**: suas limitações como fator dinâmico. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979. 204 p.

PASTORE, José; DIAS, Guilherme L. da; CASTRO, Manoel Cabral de. Condicionantes da produtividade da pesquisa agrícola no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 147-182, set./dez, 1976.

PESAVENTO, Sandra. **Agropecuária colonial & industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. 226 p.

_____. **História do Rio Grande do Sul**. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984. 141 p.

_____. **História do Rio Grande do Sul**. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002. 142 p.

POSSAS, Mário Luiz. Concorrência, inovação e complexos industriais: algumas questões conceituais. **Cadernos de ciência e tecnologia**, Brasília, v. 8, n. 1-3, p. 78-97, jan./dez, 1991.

POZZEBON, Maria Catharina Lima. **O caminho das tropas e a formação de Cruz Alta**. 2002. 119 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

PRADO, Eleutério Fernando da Silva. Microeconomia reducionista e microeconomia sistêmica. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, n. 16, p. 303-322, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1933. 198 p.

_____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1945. 318 p.

_____. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979. 188 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ ALTA. **Genealogia dos municípios originários de Cruz Alta**. Cruz Alta: Projeto Gencruz, 2006.

RANGEL, Ignácio. **A questão agrária brasileira**. Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco: Recife, 1961. 106 p.

_____. **A inflação brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1963. 138 p.

RAHMEIER, Clarissa Sanfelice. **Terra, poder e sociedade na organização espacial do Rio Grande do Sul oitocentista**: o contexto estancieiro de Cruz Alta, RS. Rio de Janeiro: SBPH, 2006. Disponível em: <<http://www.sbph.org/reuniao/26/trabalhos/>>. Acesso em: 22 mar. 2010.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e de tributação**. São Paulo: Fundação Calouste Gulbenkian, 1817. 488 p.

RICHARDSON, Henry. W. **Economia regional**: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

RIBEIRO, José Luis Duarte; NODARI, Chistine Tessele. **Tratamento dos dados qualitativos**: técnicas e aplicações. Porto Alegre: PPGEU/UFRGS, 2001.

RIEDL, Mario. Migração rural-urbana e marginalidade: o caso do Rio Grande do Sul. **Revista Economia Rural**, Brasília, v.19, p. 47-64, 1981.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. v. 2. São Paulo: Globo, 1969.

ROHLER, Dilnei. **Desenvolvimento do noroeste do RS**: uma interpretação contemporânea e alternativa. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. 106 p.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Dinâmica de introdução de inovações na agricultura: uma crítica a abordagem neoclássica. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 11, n. 1, 1991.

ROSSATO, Ermélio. **História de Fortaleza dos Valos**. Fortaleza dos Valos: [s.n.], 1988. 197 p.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução a economia**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1978. 812 p.

ROSTOW. Walt W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. 198 p.

RUEDELL, José. **Plantio direto na região de Cruz Alta**. Cruz Alta: FUNDACEP/FECOTRIGO, 1995. 134 p.

SALLES FILHO, Sérgio Luiz M.; SILVEIRA, José Maria da. A teoria da inovação induzida e os modelos de Demand Pull. In: CONGRESSO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 27., 1990, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: SOBER, 1990. p. 41-60.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999. 649 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471 p.

SARTORI, Armando *et al.* **Agricultura e modernidade: a crise brasileira vista do campo.** São Paulo: Edição dos autores, 1998. 496 p.

SCHNEIDER, Sérgio. Evolução demográfica e ocupacional da população rural do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA PPGE/PUCRS E FEE, 1., 2002, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: FEE, 2002. p. 669-694.

SCHULTZ, Theodore W. **Transforming traditional agriculture.** London: Yale University Press, 1964.

SILVA, José Francisco Graziano da. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192 p.

SINGER, Paul. **Economia política urbanização.** São Paulo: Brasiliense, 1983. 151 p.

SJAASTAD Larry A. Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, Hélio A de. (coord). **Migrações internas: textos escolhidos.** Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p. 115-143.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 152 p.

SOTO, Wilian Héctor Gómez. **A produção de conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil:** as contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. 324 p.

SOUZA, José Dalmo S. de. **A economia da região noroeste do Rio Grande do Sul:** uma perspectiva estrutural. Ijuí: Unijuí, 1998.

TAMBARA, Elomar. **RS: modernização & crise na agricultura.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 95 p.

TODARO, Michael. **Introdução à economia:** uma visão para o terceiro mundo. Rio de Janeiro: Campus, 1979. 627 p.

TRENNEPOHL, Dílson. **O processo de desenvolvimento recente da agropecuária gaúcha.** Ijuí: Unijuí, 1997. 168 p.

VAN DER PLOEG, Jan Douxe. Rural Development: form practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v. 40, n. 4, p. 391-408, 2000.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001.

_____. **Cidades imaginárias.** O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2003. 304 p.

VERRIÉRE, Jacques. **As políticas de população.** São Paulo: Difel, 1980. 177 p.

ZAMBERLAM, Jurandir. **Cruz Alta:** as perspectivas do desenvolvimento um estudo sócio-econômico prospectivo. Cruz Alta: APROCruz, 1989. 390 p.

ZAMBERLAM, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Boa Vista do Incra**: A saga de um povo reconstruindo história. Passo Fundo: Berthier, 1998. 132 p.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí : Unijuí, 1997. 207 p.

APÊNDICE A - Quadro demonstrativo dos segmentos rurais que fizeram parte da pesquisa de campo

Segmento Rural	Entrevistado	Contato	Data da entrevista
EMATER			
Boa vista do Cadeado	Chefe de escritório Sr. Elvino	(55) 3643 1080	02/07/2010
Boa Vista do Incra	Chefe de escritório, Sr. Jauber	(55) 36131300	09/07/2010
Colorado	Chefe de escritório, Sr. Jair	(54) 3334 1295	23/07/2010
Cruz Alta	Chefe de escritório Sr. Motta	(55) 3322 8477	12/08/2010
Fortaleza dos Valos	Chefe de escritório, Sr. José Ricardo	(55) 3328 1191	01/10/2010
Ibirubá	Chefe de escritório, Sr. Reni	(54) 3324 1538	19/10/2010
Lagoa dos Três Cantos	Representante do escritório, Sr. Erivelton	(54) 3392 1150	02/09/2010
Não-Me-Toque	Chefe de escritório, Sr. Porsche	(54) 3332 1579	02/09/2010
Quinze de Novembro	Chefe de escritório, Sr. Lacide	(54) 3322 1161	01/10/2010
Saldanha Marinho	Chefe de escritório, Sr. Eduardo	(55) 3373 1053	17/09/2010
Salto do Jacuí	Chefe de escritório, Sr. Adeleir	(55) 3327 1365	16/07/2010
Santa Bárbara do Sul	Chefe de escritório, Sr. Rubens	(55) 3372 1339	17/09/2010
Selbach	Chefe de escritório, Sr. Paulo Roberto	(54) 3387 1105	22/10/2010
Tapera	Chefe de escritório, Srª. Ana	(54) 3385 1090	22/10/2010
Sindicato dos Trabalhadores Rurais			
Boa Vista do Cadeado	Sr. Osmar Respondeu juntamente com o Secretário da Agricultura	(55) 3643 1030	02/07/2010
Boa Vista do Incra	Presidente do sindicato, Sr. Paulo César	(55) 3613 1144	09/07/2010
Colorado	Presidente do sindicato, Sr. Edair	(54) 3334 1288	23/07/2010
Cruz Alta	Presidente do sindicato, Sr. Agnello	(55) 3322 1914	10/09/2010
Fortaleza dos Valos	Presidente do sindicato, Sr. Mario	(55) 3328 1195	01/10/2010
Ibirubá	Presidente do sindicato, Sr. Vilson	(54) 3324 3324	19/10/2010
Lagoa dos Três Cantos	Não tem sindicato		
Não-Me-Toque	Presidente do sindicato, Sr. Pedro	(54) 3332 1304	02/09/2010
Quinze de Novembro	Presidente do sindicato, Srª Sirlei	(54) 3322 1110	01/10/2010
Saldanha Marinho	Representante do sindicato, Sr. Leandro	(55) 3373 1053	17/09/2010
Salto do Jacuí	Não tinha sindicato		
Santa Bárbara do Sul	Representante do sindicato, Sr. Celso	(55) 3372 1169	17/09/2010
Selbach	Presidente do sindicato, Srª Inque	(54) 3387 1258	22/10/2010
Tapera	Presidente do sindicato, Sr. Vilson	(54) 3385 1364 ou 1671	22/10/2010
Sindicato Rural Patronal			
Boa Vista do Cadeado	Não tem sindicato		
Boa Vista do Incra	Não tem sindicato		
Colorado	Representante do sindicato, Sr. Ilton	(54) 3334 1076	23/07/2010
Cruz Alta	Presidente do sindicato, Sr. Airton	(55) 3324 2890	16/12/2010
Fortaleza dos Valos	Presidente do sindicato, Sr. Jaime	(55) 3328 1305	01/10/2010
Ibirubá	Presidente do sindicato, Sr. Elemar	(54) 3324 3099	19/10/2010
Lagoa dos Três Cantos	Não tem sindicato		
Não-Me-Toque	Presidente do sindicato, Sr. Willi	(54) 3332 3400	02/09/2010
Quinze de Novembro	Não tem sindicato		
Saldanha Marinho	Não tem sindicato		
Salto do Jacuí	Presidente do sindicato, Sr. Luiz Claudio	(55) 3327 1399	16/07/2010
Santa Bárbara do Sul	Representante do sindicato, Sr. Flamarion	(55) 3372 1298	24/09/2010
Selbach	Não tem sindicato		
Tapera	Presidente do sindicato, Sr. Nereu	(54) 3385 1166	23/10/2010
Secretaria da Agricultura			
Boa vista do Cadeado	Sr. Vinissius Secretário da Agricultura	(55) 3643 1014	02/07/2010

Boa Vista do Inera	Respondeu juntamente com a EMATER	(55) 3613 1305	09/07/2010
Colorado	Sr. Aloisio Secretário da Agricultura respondeu juntamente com STR	(55) 91496246	23/07/2010
Cruz Alta	Sr. Bergoli Representante da Secretaria da Agricultura	(55) 3322 8833	06/07/2010
Fortaleza dos Valos	Srª. Perceli Secretária da Agricultura	(55) 3328 1133	01/10/2010
Ibirubá	Sr. Olindo Secretário da Agricultura	(54) 3324 8500	19/10/2010
Lagoa dos Três Cantos	Sr. Roque Secretário da Agricultura	(54) 3392 1083	02/09/2010
Não-Me-Toque	Sr. Jair Secretário da Agricultura	(54) 3332 3177	02/09/2010
Quinze de Novembro	Sr. Ederson Secretário da Agricultura	(54) 3322 1177	01/10/2010
Saldanha Marinho	Sr. Volmar Secretário da Agricultura	(55) 3373 1172	17/09/2010
Salto do Jacuí	Não tinha secretário da agricultura		
Santa Bárbara do Sul	Sr. José Vanderlei Secretário da Agricultura	(55) 3372 1762	24/09/2010
Selbach	Sr. Sadi Secretário da Agricultura	(54) 3387 1144	22/10/2010
Tapera	Srª. Délcia Secretária da Agricultura	(54) 3385 3300	22/10/2010
Outros Segmentos			
COTRIBÁ	Sr. Jaime Tauchert, Diretor Comercial	(54) 3324 8800	14/12/2010
COTRIJAL	Srta. Franciele Departamento Comercial	(54)3332 2525	14/12/2010
IBGE	Sr. Claylton Chefe da agência de Cruz Alta	(55) 3322 7150	24/11/2010
Assentamentos	Dois produtores	Assentamento Seival	26/11/2010
Inspetoria Veterinária de Salto do Jacuí	Representante da Inspetoria Sr. André	(55) 3327 1581	16/07/2010
Total de entrevistas			51

APÊNDICE B- Quadro demonstrativo dos produtores rurais que fizeram parte da pesquisa de campo

Nº de produtor	Município	Localidade de origem	Data da entrevista	Indicação
Produtores que saíram do meio rural				
1A	Santa Bárbara do Sul	Passo da Palmeira	21/09//2010	Outro Produtor
2A	Santa Bárbara do Sul	Itaíba	21/09//2010	Secretaria da Agricultura
3A	Santa Bárbara do Sul	Pontão	21/09//2010	Secretaria da Agricultura
4A	Santa Bárbara do Sul	Herval	21/09//2010	Outro Produtor
5A	Santa Bárbara do Sul	Itaíba	24/09/2010	Outro Produtor
6A	Santa Bárbara do Sul	Itaíba	24/09/2010	Outro Produtor
7A	Santa Bárbara do Sul	Itaíba	24/09/2010	Outro Produtor
8A	Santa Bárbara do Sul	Passo da Palmeira	22/05/2010	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
9A	Santa Bárbara do Sul	Bairro Aparecida	22/05/2010	EMATER
10A	Santa Bárbara do Sul	Passo da Palmeira	28/09/2010	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
11A	Santa Bárbara do Sul	Itaíba	28/09/2010	Outro Produtor
12A	Santa Bárbara do Sul	Itaíba	28/09/2010	Sindicato Rural Patronal
13A	Tapera	Linha Santana	10/12/2010	EMATER
14A	Tapera	Linha Cinco Irmãos	10/12/2010	Outro Produtor
15A	Não-Me-Toque	Cidade	13/12/2010	Sindicato Rural Patronal
16A	Lagoa dos Três Cantos	Linha Glória	13/12/2010	Secretaria da Agricultura
17A	Lagoa dos Três Cantos	Vila Seca	13/12/2010	Secretaria da Agricultura
18A	Lagoa dos Três Cantos	Linha Ogeriza	13/12/2010	EMATER
19A	Lagoa dos Três Cantos	Cidade	14/12/2010	Outro Produtor
20A	Quinze de Novembro	Volta Gaúcha	10/11/2010	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
21A	Quinze de Novembro	Volta Gaúcha	10/11/2010	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
22A	Saldanha Marinho	Nossa Senhora Aparecida	15/12/2010	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
23A	Saldanha Marinho	Nossa Senhora Aparecida	15/12/2010	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
24A	Saldanha Marinho	Nossa Senhora Aparecida	15/12/2010	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
25A	Saldanha Marinho	Nossa Senhora Aparecida	15/12/2010	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
26A	Saldanha Marinho	Nossa Senhora Aparecida	15/12/2010	EMATER
27A	Saldanha Marinho	Nossa Senhora Aparecida	28/09/2010	EMATER

28A	Saldanha Marinho	Colônia Nova	28/09/2010	EMATER
29A	Saldanha Marinho	Santa Tereza	16/12/2010	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
30A	Saldanha Marinho	Santa Tereza	16/12/2010	Outro Produtor
31A	Saldanha Marinho	Santa Tereza	16/12/2010	Outro Produtor
32A	Saldanha Marinho	Santa Tereza	16/12/2010	Outro Produtor
33A	Saldanha Marinho	São Roque	27/10/2010	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
34A	Fortaleza dos Valos	Paraiso	04/10/2010	Secretaria da Agricultura
35A	Fortaleza dos Valos	Salto do Jacuí	04/10/2010	Secretaria da Agricultura
36A	Fortaleza dos Valos	Esquina Gaúcha	04/10/2010	Outro Produtor
37A	Fortaleza dos Valos	Sútil	04/10/2010	Outro Produtor
38A	Fortaleza dos Valos	Fazenda Colorado	05/10/2010	Secretaria da Agricultura
39A	Boa Vista do Incra	Anexo F	14/07/2010	Secretaria da Agricultura
40A	Boa Vista do Incra	Capão Grande	14/07/2010	Outro Produtor
41A	Boa Vista do Incra	Anexo F	14/07/2010	Outro Produtor
42A	Boa Vista do Incra	Anexo F	14/07/2010	Outro Produtor
43A	Ibirubá	Santo Antonio do Triunfo	05/11/2010	Outro Produtor'
44A	Ibirubá	Santo Antonio do Triunfo	05/11/2010	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
45A	Ibirubá	Santo Antonio do Triunfo	05/11/2010	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
46A	Colorado	Linha Paquinhos	09/08/2010	Cartório de Registro de Imóveis
47A	Colorado	Arroio das Pacas	09/08/2010	Cartório de Registro de Imóveis
48A	Colorado	Vista Alegre	09/08/2010	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
49A	Colorado	Vista Alegre	09/08/2010	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
50A	Colorado	Linha Triunfo	21/10/2010	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
51A	Colorado	Córrego Branco	21/10/2010	Sindicato Rural Patronal
52A	Colorado	Nova Tripoli	21/10/2010	Sindicato Rural Patronal
53A	Colorado	Córrego Branco	21/10/2010	Cartório de Registro de Imóveis
54A	Selbach	Santa Fé	20/11/2010	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
55A	Selbach	Linha Cristal	18/11/2010	Secretaria da Agricultura
56A	Selbach	Arrio Grande	18/11/2010	Secretaria da

				Agricultura
57A	Selbach	Linha Cristal	18/11/2010	Secretaria da Agricultura
58A	Selbach	Linha Floresta	18/11/2010	Secretaria da Agricultura
59A	Selbach	Arroio Grande	07/11/2010	Secretaria da Agricultura
60A	Selbach	Linha Pascoal	07/11/2010	Secretaria da Agricultura
61A	Selbach	Santa Terezinha	08/11/2010	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
62A	Selbach	Linha Floresta	08/11/2010	Secretaria da Agricultura
63A	Selbach	São Pascoal	08/11/2010	Secretaria da Agricultura
64A	Selbach	Linha Floresta	08/11/2010	Secretaria da Agricultura
65A	Selbach	Santa Izabel	07/11/2010	Secretaria da Agricultura
66A	Selbach	Lagoão	07/11/2010	Secretaria da Agricultura
67A	Boa Vista do Cadeado	Formigueiro	06/07/2010	EMATER
68A	Boa Vista do Cadeado	Restaurante Rótula	06/07/2010	EMATER
69A	Boa Vista do Cadeado	Formigueiro	06/07/2010	EMATER
70A	Salto do Jacuí	Capão Bonito	14/10/2010	EMATER
71A	Cruz Alta	Ivorá	27/04/2010	Outro Produtor
72A	Cruz Alta	Urupú	23/12/2010	Imobiliária Rural
73A	Cruz Alta	São Xavier	26/04/2010	Outro Produtor
74A	Cruz Alta	Capela do Cadeado	26/04/2010	Imobiliária Rural
75A	Cruz Alta	Capela do Cadeado	26/04/2010	Imobiliária Rural
76A	Cruz Alta	Capão Grande	27/04/2010	Outro Produtor
77A	Cruz Alta	Ivaí	27/04/2010	Outro Produtor
78A	Cruz Alta	Ivaí	22/04/2010	Outro Produtor
79A	Cruz Alta	Capão Grande	16/11/2010	Outro Produtor
80A	Cruz Alta	Urupú	17/12/2010	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
81A	Cruz Alta	São Juvenal	17/12/2010	EMATER
82A	Cruz Alta	São Juvenal	17/12/2010	EMATER
Produtores que adquiriram área na região				
1B	Santa Bárbara do Sul	Itaíba	17/12/2010	Secretaria da Agricultura
2B	Santa Bárbara do Sul	Capão Alto	19/11/2010	Sindicato Rural Patronal
3B	Santa Bárbara do Sul	Figueiras	19/11/2010	EMATER
4B	Santa Bárbara do Sul	Passo da Palmeira	19/11/2010	Outro Produtor
5B	Santa Bárbara do Sul	Itaíba	17/12/2010	Outro Produtor
6B	Santa Bárbara do Sul	Vila Bom Progresso	07/12/2010	Outro Produtor
7B	Santa Bárbara do Sul	Itaíba	07/12/2010	Outro Produtor
8B	Santa Bárbara do Sul	Esquina Dois Irmãos	22/05/2010	Outro Produtor
9B	Santa Bárbara do Sul	Capão Alto	22/05/2010	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
10B	Tapera	Linha Cinco Irmãos	10/12/2010	EMATER
11B	Lagoa dos Três Cantos	Linha Ogeriza	14/12/2010	Outro Produtor
12B	Lagoa dos Três Cantos	Linha Cinco Irmãos	14/12/2010	Outro Produtor
13B	Lagoa dos Três Cantos	Linha Colorado	14/12/2010	Outro Produtor
14B	Quinze de Novembro	Cidade	02/11/2010	Sindicato dos

				Trabalhadores Rurais
15B	Quinze de Novembro	Linha Jacuí	02/11/2010	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
16B	Quinze de Novembro	Sete de Setembro	02/11/2011	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
17B	Quinze de Novembro	Linha da Produção	02/11/2010	Secretaria da Agricultura
18B	Fortaleza dos Valos	Sútil	05/10/2010	Outro Produtor
19B	Fortaleza dos Valos	Esquina São Luiz	05/10/2010	Outro Produtor
20B	Fortaleza dos Valos	Esquina Gaúcha	01/10/2010	Outro Produtor
21B	Fortaleza dos Valos	Linha Rubert	01/10/2010	Outro Produtor
22B	Boa Vista do Incra	Independente	11/12/2010	EMATER
23B	Boa Vista do Incra	Independente	11/12/2010	EMATER
24B	Ibirubá	Linha 8	05/11/2010	Outro Produtor
25B	Ibirubá	Linha 8	05/11/2010	Secretaria da Agricultura
26B	Selbach	Cristal	23/11/2010	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
27B	Selbach	Linha Floresta	23/11/2010	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
28B	Selbach	Bela Vista	23/11/2010	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
29B	Selbach	Santa Fé	23/11/2010	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
30B	Selbach	Linha Floresta	23/11/2010	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
31B	Selbach	Linha Floresta	23/11/2010	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
32B	Cruz Alta	Ivai	27/04/2010	Outro Produtor
33B	Cruz Alta	Passo Novo	27/04/2010	Outro Produtor
34B	Cruz Alta	Passo Novo	27/04/2010	Outro Produtor
35B	Cruz Alta	São Xavier	26/04/2010	Imobiliária Rural
36B	Cruz Alta	Ivai	22/04/2010	Outro Produtor
37B	Cruz Alta	Espenilho	22/12/2010	Sindicato Rural Patronal
38B	Cruz Alta	Ivai	22/12/2010	Sindicato Rural Patronal

APÊNDICE C- Roteiro semi-estruturado de entrevistas para os segmentos rurais

Data da entrevista: ____/____/____

Município _____

Instituição: _____

Identificação do Entrevistado _____

1. O senhor (a) poderia fazer um breve histórico das transformações porque passou a agricultura nos últimos anos no município

2. A população rural do município tem diminuído nos últimos anos, segundo o IBGE. O que o senhor acredita ser responsável por esta realidade?

3. Em sua opinião, quem são os produtores rurais que contribuem para a diminuição da população rural? Como contribuem?

4. Qual o senhor(a) acredita ser as condições sociais e econômicas do produtor e sua família depois da saída da atividade rural?

5. Como o senhor vê o futuro para as famílias na agricultura? Existe sucessão? Como?

APÊNDICE D - Instrumento de Pesquisa I

Instrumento aplicado aos produtores rurais que venderam ou arrendaram terras na região e que não continuam no meio rural

() arrendador () vendedor

Data da entrevista: ____/____/____

Município _____

Localidade: _____

Indicação: _____

(EMATER, Sindicato rural patronal, Sindicato dos trabalhadores rurais, Prefeitura, Cartório de Registro de Imóveis, Imobiliária rural, outro produtor)

LOCALIDADE E MUNICÍPIO DO COMPRADOR OU ARRENDATÁRIO: _____

_____.

BLOCO 1 – CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTOR

1.1 Identificação do Entrevistado _____

(proprietário (a), filho (a), genro, nora, outro)

1.2 Sexo () Masculino () Feminino

1.3 Idade

() menos de 20 anos () de 20 a 40 anos () de 40 a 60 anos

() mais de 60 anos

1.4 O entrevistado foi o responsável pela decisão de venda (arrendamento)

() Sim

() Não Quem foi? _____

1.5 Atividade produtiva principal que respondia pela renda da família no período da venda ou arrendamento. (percentual de área que o produtor destinava para atividade).

Safra de verão

() Soja _____%

() Milho _____%

() Fruticultura _____%

() Olericultura _____%

() Pecuária de Corte _____%

() Pecuária de Leite _____%

() Outras Atividades _____% Quais? _____.

Safra de inverno

() Trigo _____%

() Cevada _____%

() Pastagem _____%

() Olericultura _____%

() Pecuária de Corte _____%

- () Pecuária de Leite _____ %
 () Outras Atividades _____ % Quais? _____.

1.6 Quantos hectares possuía antes da venda ou arrendamento?

- () menos de 10
 () de 10 a 30
 () de 30 a 50
 () de 50 a 100
 () de 100 a 200
 () de 200 a 300
 () mais de 300

1.7 Quanto tempo estava na atividade agrícola?

- () menos de 1 ano
 () de 1 a 5 anos
 () de 5 a 10 anos
 () de 10 a 20 anos
 () mais de 20 anos

1.8 Como obteve a propriedade?

- () Herança De quem? _____
 () Compra De quem? _____
 () Parte por herança, parte por aquisição % _____
 () Posse
 () Outra Qual? _____

1.9 Quanto a produtividade média do último ano produzido (somente os principais produtos da propriedade):

Produto	Produtividade

1.10 Já ocorreu em outros anos a venda ou arrendamento de terras (Quando?hectares vendidos motivos)

1.11 O dono do imóvel e sua família residiam no meio rural

- () Sim Quantos? _____
 Motivo? _____
 () Alguns Quem? _____
 Motivo? _____
 () Não Onde? _____
 Motivo? _____ hh

BLOCO II – CONDIÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS DO PRODUTOR E SUA FAMÍLIA ANTES DA VENDA OU ARRENDAMENTO DA PROPRIEDADE

2.1 Qual motivo o levou a vender ou arrendar as terras e sair do meio rural (por ordem de prioridade, indique o que considera mais importante)

- () Preços dos insumos
 () Endividamento devido ao custeio
 () Endividamento devido ao investimento feito na propriedade
 () Endividamento devido à comercialização
 () Valor oferecido pela terra
 () Distância do centro urbano
 () Falta de infra-estrutura
 () Oportunidades em outros locais Indicar o local _____
 () Outro motivo _____

2.2. Se forem oportunidades em outros locais, indique o que considera mais importante nesta decisão:

- () Educação para filhos
 () Saúde
 () Oportunidade de emprego Qual? _____
 () Lazer
 () Seguiu o exemplo de parentes
 Quais? _____
 () Outros motivos: _____

2.3 Quando decidiu vender ou arrendar toda a propriedade, quantos empregados tinha:

- () nenhum
 () 1 até 5
 () 5 até 10
 () mais de 10
 () a própria família (nº de pessoas _____)

2.4 Quanto tempo estava na propriedade que arrendou ou vendeu?

- () menos de 1 ano
 () de 1 a 5 anos
 () de 5 a 10 anos
 () de 10 a 20 anos
 () mais de 20 anos

2.5 Tem conhecimento de quantas pessoas ficaram trabalhando na atividade depois do arrendamento ou da venda da propriedade? E quantas outras foram contratadas? Sabe o destino das que saíram depois do arrendamento?

2.6 Utilizava políticas agrícolas (de amparo à propriedade da terra, para reduzir custos de produção, infra-estrutura (armazéns, estradas, transporte, irrigação e eletrificação rural) educação, saúde, garantir renda do produtor)

- () Sim Quais? _____
 () Não Por quê? _____

2.7 Obtinha financiamento:

- () Sim Finalidade: _____ De quem? _____
 () Não Por quê? _____

2.8 Produzia hortigranjeiros:

- () Sim Qual (is)? _____
 () Não Por quê? _____

Se a resposta for afirmativa, era suficiente para atender as necessidades da família?

- () Sim () Não () em partes _____%

Se a resposta for afirmativa, era suficiente para comercializar?

- () Sim Como? _____% () Não

29 Produzia produtos de origem animal (queijo, ovos, carne, lã, leite, mel. etc)

- () Sim Qual (is): _____
 Especificar a quantidade. _____
 () Não Por quê? _____

Se a resposta for afirmativa, era suficiente para atender as necessidades da família?

- () Sim () Não () em partes _____%

Se a resposta for afirmativa, era suficiente para comercializar?

- () Sim Como? _____% () Não

2.10 Quanto às benfeitorias e instalações disponíveis no estabelecimento antes da venda ou arrendamento da propriedade

Especificação	Quantidade	Área	Ano de construção

2.11 Quanto às máquinas e equipamentos disponíveis no estabelecimento antes da venda ou arrendamento da propriedade

Especificação	Quantidade	Ano

2.12 Pessoas que residiam na propriedade:

Especificação	Quantidade	Função

2.13 Com relação aos gastos da família, qual o senhor(a) acredita que era o mais representativo? (Indique os 3 mais importantes)

- () Despesas com transporte

- Despesas com alimentação
- Impostos
- Luz elétrica
- Água
- Educação dos filhos
- Saúde

2.14 Local onde gastava a maior parte do dinheiro que ganhava:

2.15 Com relação aos custos de produção quais mais relevantes? (marque por ordem de importância)

- Insumos
- Mão de obra temporária
- Mão de obra permanente
- Energia Elétrica/água
- Irrigação
- Depreciação
- Arrendamento
- Financiamento
- Outro Qual? _____

2.16 Para quem o senhor (a) vendia a maior parte da produção vegetal e animal? (Assinalar apenas uma alternativa)

- Venda direta para consumidores Como? _____
- Cooperativa Qual? _____ Como? _____
- Para empresa privada Qual? _____ Como? _____
- Para o intermediário Como? _____
- Outro _____

2.17 De quem comprava a maior parte dos insumos? (assinalar apenas uma alternativa)

- Cooperativa Qual? _____
- Empresa privada Qual? _____
- Intermediário Como? _____
- Outro _____

2.18 Com relação à assistência técnica, qual a que mais utilizava? (Indique o que considera mais importante para propriedade e com mais frequência)

- Cooperativa
- Empresas Privada
- Sindicato Patronal
- Sindicato dos trabalhadores rurais
- Assistência técnica particular
- EMATER
- Prefeitura Municipal
- Não recebia assistência técnica
- Outra _____

2.19 Participava de alguma organização social (sindicatos, cooperativa, associação, grupos de 3ª, GTGs, etc.)

- () Sim Qual a que mais frequentava _____
 () Não Por quê? _____

2.20 Tinha acesso a informações técnicas e econômicas sobre a atividade agropecuária? (Rádio, TV, Dias de campo, Feiras, Palestras, Livros, Revistas, etc)

- () Sim Qual (is) as mais relevantes _____
 () Não Por quê? _____

2.21 Introduziu inovações ou novas atividades produtivas nos últimos dez anos?

- () Sim Quais? _____
 Qual o resultado desta prática: _____
 () Não

2.22 Existiam terras ou produtos na propriedade que foram definitivamente deixadas de cultivar nos últimos 10 anos?

- () Não () Sim Área _____. O que produzia? _____ Motivo?

2.23 Senhor tem algum outro imóvel além da propriedade?

- () Não
 () Casa/apartamento na cidade
 () Terreno na cidade
 () Outra propriedade rural

2.24 Como era a sua relação de trabalho com os vizinhos? (parcerias, mutirões)

2.25 Costumava fazer algum tipo de planejamento de suas atividades? O que considerava na hora de planejar? Como?

2.26 Costumava fazer o controle referente aos gastos, entradas ou saídas de dinheiro do estabelecimento? Como?

2.27 O que o senhor (a) considera ser responsável pela sua saída do meio rural. Como isso ocorreu?

2.28 Em sua opinião a população rural aqui na sua localidade aumentou ou diminuiu. (justificar a resposta)

2.29 Como o senhor percebe o “valor” pago pela terra nesta localidade e região.

2.30 O senhor estava na agricultura por opção ou por falta de opção? Comente

2.31 Qual era o principal problema enfrentado anteriormente para produzir e obter renda?

2.32 Contava com outras fontes de renda na família nos últimos anos, além da agricultura? Aluguéis recebidos de imóveis residenciais/comerciais, Aluguéis recebidos de máquinas e equipamentos, Remessas em dinheiro recebido de familiares de forma periódica, Pensões judiciais. Juros recebidos de empréstimos ou aplicações, etc..)

BLOCO III – CONDIÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS DO PRODUTOR E SUA FAMÍLIA DEPOIS DA VENDA OU DO ARRENDAMENTO DA PROPRIEDADE

3.1 Quanto à situação atual da família do produtor:

() Aposentado

Quem? _____ Quanto tempo? _____

() Desempregado

Quem? _____ Quanto tempo? _____

() Trabalhando na atividade rural como trabalhador temporário

Quem? _____ Quanto tempo? _____

Especificar _____

() Trabalhando na atividade rural como trabalhador permanente

Quem? _____ Quanto tempo? _____

Especificar _____

() Trabalhando no comércio

Quem? _____ Quanto

tempo? _____ Especificar _____

() Trabalhando na indústria

Quem? _____ Quanto tempo? _____

Especificar _____

() Trabalhando como prestador de serviços

Quem? _____ Quanto tempo? _____ Especificar _____

() Outras ocupações

Quem? _____ Quanto

tempo? _____

Especificar _____

3.2 Qual o destino do produtor logo após a venda ou arrendamento da propriedade:

() Permaneceu na propriedade como empregado temporário

() Permaneceu na propriedade como empregado permanente

() Migrou para cidade Qual? _____

() Tornou-se parceiro

() Tornou-se arrendatário Local? _____

() Comprou terra em outro local Qual? _____ ha

() Outra situação: _____

3.3 Para o produtor que migrou para cidade

() Alugou casa

() Comprou casa

() Casa de amigos/parentes

() Outra situação _____

3.4 O senhor e sua família estavam preparados para mudar de atividade?

() Não

Por quê?

() Sim

Como? _____

3.5 O Senhor tem perspectivas de voltar à residir no meio rural? Se tivesse que começar de novo, seria novamente agricultor?

3.6 Qual o principal problema enfrentado atualmente para produzir e obter renda?

3.7 Qual a principal fonte de renda da família atualmente?

3.8 Como o senhor vê o futuro para sua família?

3.9 O senhor poderia fazer um breve histórico das transformações porque passou a agricultura nos últimos anos aqui no município (nº famílias, produtos, preços, cooperativas, comércio):

3.10 O senhor tem conhecimento de que houve nos últimos anos venda ou arrendamento de outras propriedades aqui na região, onde toda a família foi embora ou deixaram a atividade agrícola?

() Não

() Sim

Quem? _____

(Se possível, o nome e o novo endereço do produtor que vendeu ou arrendou, ou do comprador ou arrendatário)

APÊNDICE E - Instrumento de Pesquisa II

Instrumento aplicado aos produtores rurais que adquiriram ou arredaram terras na região

() arrendatário () comprador

Data da entrevista: ____/____/____

Município _____

Localidade: _____

Indicação: _____

(EMATER, Sindicato rural patronal, Sindicato dos trabalhadores rurais, Prefeitura, Cartório de Registro de Imóveis, Imobiliária rural, outro produtor)

Tempo que está na atividade agrícola (ano inicial)

Localidade e município do vendedor ou arrendador: _____.

BLOCO 1 – CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTOR

1.2 Identificação do Entrevistado _____

(proprietário (a), filho (a), genro, nora, outro)

1.2 . Sexo () Masculino () Feminino

1.3 Idade

() menos de 20 anos () de 20 a 40 anos () de 40 a 60 anos

() mais de 60 anos

1.4 O entrevistado foi o responsável pela decisão de compra ou arrendamento

() Sim

() Não Quem foi? _____

1.5 Atividade produtiva principal (percentual que o produtor destina de área para esta atividade)

Safra de verão

() Soja _____%

() Milho _____%

() fruticultura _____%

() Olericultura _____%

() Pecuária de Corte _____%

() Pecuária de Leite _____%

() Outras Atividades _____%. Quais? _____.

Safra de inverno

() Trigo _____%

() Cevada _____%

() Pastagem _____%

() Olericultura _____%

() Pecuária de Corte _____%

- () Pecuária de Leite _____ %
 () Outras Atividades _____ %. Quais? _____.

1.6 Quanto tempo está na atividade?

- () menos de 1 ano
 () de 1 a 5 anos
 () de 5 a 10 anos
 () de 10 a 20 anos
 () mais de 20 anos

1.7 Quantos hectares adquiriu nos últimos 10 anos

- () menos de 10
 () 10 a 20
 () 20 a 50
 () 50 a 100
 () 100 a 300
 () 300 a 500 () mais de 500

1.8 Quanto à produtividade média do último ano produzido (somente os principais produtos da propriedade):

Produto	Produtividade

1.9 Arrenda alguma parte de suas terras para outros?

- () Arrenda _____ ha localidade arrendatário _____
 produto _____

1.11 Já ocorreu em outros anos a compra de terras ou arrendamento (Quando, hectares comprados, motivos)

1.12 O senhor(a) e sua família residem no meio rural

- () Sim Quantos? _____
 Motivo? _____
 () Alguns Quem? _____
 Motivo? _____
 () Não Onde? _____
 Motivo? _____

1.13 Senhor tem algum outro imóvel além da propriedade?

- () Não

- () Casa/apartamento na cidade
 () Terreno na cidade
 () Outra propriedade rural. Onde? _____

BLOCO II – CONDIÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS DO PRODUTOR E SUA FAMÍLIA DEPOIS DA COMPRA OU ARRENDAMENTO DE NOVAS TERRAS

2.1 Qual motivo o levou a adquirir ou arrendar terras (indique o que considera mais importante)

- () Oferta de terras
 () Preço da terra
 () Necessidade de economia de escala
 () Investimento
 () Outros motivo Qual? _____

2.2 Se o motivo principal for a necessidade de economia de escala. Justifique sua resposta?

2.3 Se o motivo principal for oferta por parte do vendedor, gostaria que elencasse, o que, na sua opinião, levou o produtor a vender as suas terras.

- () Preços dos insumos
 () Endividamento
 () Valor oferecido pela terra
 () Oportunidades em outros locais. Indicar o local se souber _____

2.4 Se tivesse algum dinheiro sobrando hoje, no que investiria? (Assinale a mais importante)

- () Na compra de mais terras
 () Na melhoria das condições da moradia
 () Em outra atividade que não fosse agricultura
 () Iria produzir em outra região
 () Compraria mais máquinas e equipamentos
 () Outra Qual? _____

2.5 O senhor pretende adquirir ou arrendar mais terras? Justifique. _____

2.6 Como o senhor (a) percebe o “valor” pago pela terra nesta localidade e região.

2.7 Teve acesso a crédito para viabilizar a compra ou arrendamento?

- () Sim Qual? _____

() Não Por quê? _____

2.8 Ocorreram mudanças na mão de obra depois da aquisição de novas terras.

() Não

() Sim

Quais? _____

2.9 Ocorreram mudanças nas atividades produtivas depois da aquisição de novas terras.

() Não

() Sim

Quais? _____

2.10 Ocorreram mudanças nos equipamentos e instalações depois da aquisição de novas terras.

() Não

() Sim

Quais? _____

2.11 Há terras ou produtos na propriedade que foram definitivamente deixadas de cultivar nos últimos 10 anos?

() Não () Sim Área _____. O que produzia? _____

Motivo? _____

2.12 Costuma fazer algum tipo de planejamento de suas atividades? O que o senhor considera, em primeiro lugar, na hora de planejar? Como?

2.13 Costuma fazer o controle referente aos gastos, entradas ou saídas de dinheiro do estabelecimento? Como?

2.14 Em sua opinião a população rural aqui na sua localidade aumentou ou diminuiu. (Justificar a resposta)

2.15. O senhor está na agricultura por opção ou por falta de opção? Comente

2.16 Existe algum problema enfrentado atualmente para produzir e obter renda? Qual?

2.17 Conta com outras fontes de renda na família, além da agricultura? Aluguéis recebidos de imóveis residenciais/comerciais, Aluguéis recebidos de máquinas e

equipamentos, Remessas em dinheiro recebido de familiares de forma periódica, Pensões judiciais. Juros recebidos de empréstimos ou aplicações, etc.)

2.18 Como o senhor vê o futuro para sua família na agricultura? Existe sucessão? Como?

2.19 Caso haja uma piora na agricultura de modo geral nos próximos anos, o senhor pensa em fazer o quê?

2.20 O senhor poderia fazer um breve histórico das transformações porque passou a agricultura nos últimos anos aqui no município (nº famílias. Produtos, preços, cooperativas, comércio):

2.21 O senhor tem conhecimento de que houve nos últimos anos venda ou arrendamento de outras propriedades aqui na região, onde toda a família foi embora ou deixaram a atividade agrícola?

() Não

() Sim

Quem?

(Se possível, o nome e o novo endereço do produtor que vendeu ou arrendou, ou do comprador ou arrendatário)
